

Geografia e Sociedade em Reconstrução



Terra Livre

Geografia e Sociedade em Reconstrução



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2006/2008

Presidente

Edvaldo César Moretti (AGB - Dourados/MS)

Vice Presidente

Manoel Calaça (AGB - Goiânia/GO)

Primeiro Secretário

Jones Dari Goettert (AGB - Dourados/MS)

Segundo Secretário

Zeno Soares Crocetti (AGB - Curitiba/PR)

Primeiro Tesoureiro

Alexandre Bergamin Vieira (AGB - Presidente Prudente/SP)

Segundo Tesoureiro

Victor A. de Souza Junior (AGB - João Pessoa/PB)

Coordenação de Publicações

Antonio Thomaz Junior (AGB - Presidente Prudente /SP)

Ana Paula Maia Jansen (AGB - Rio Branco/AC)

José Alves (AGB - Rio Branco/AC)

José Messias Bastos (AGB - Florianópolis/SC)

Sônia M. R. P. Tomasoni (AGB - Salvador/BA)

Representação junto ao Sistema CONFEA/CREA

Titular: Rodrigo Martins dos Santos (AGB - São Paulo/SP)

Suplente: Cristiano Silva da Rocha (AGB - Porto Alegre/RS)

Representação junto ao Conselho das Cidades

Arlete Moyses Rodrigues (AGB - São Paulo/SP)

Correio eletrônico: nacional@agb.org.br

Página na internet: [http:// www.agbnacional.org.br](http://www.agbnacional.org.br)

ISSN 0102-8030

Terra Livre

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 22 – Vol. 2
NÚMERO 27

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	p. 1-239	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	----------	--------------

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Adauto de Oliveira Souza (UFGD)	Jorge Montenegro Gómez (UFPR)
Ailton Luchiarí (USP)	José Daniel Gómez (Universidade de Alicante/Espanha)
Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS)	Marcelo Dornelis Carvalho (UNIOESTE/M. C. Rondon)
Alexandrina da Luz (UFS)	Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG/Catalão)
Antonio Carlos Vitte (UNICAMP)	Marcos Bernardino de Carvalho (PUC/SP)
Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP/Pres. Prudente)	Maria Franco García (UFPB)
Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)	Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (UNESP/Marília)
Bernadete C. Castro Oliveira (IGCE/UNESP)	Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ/São Gonçalo)
Bernardo Maçano Fernandes (UNESP/Pres. Prudente)	Pedro Costa Guedes Vianna (UFPB)
Diamantino Alves Correia Pereira (PUC/SP)	Ricardo Antunes (UNICAMP)
Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)	Rogério Haesbaert da Costa (UFF)
Douglas Santos (PUC/SP)	Selma Simões de Castro (UFG)
Eliseu Saverio Sposito (UNESP/Pres. Prudente)	Silvio Simione da Silva (UFAC)
Horácio Capel Sáez (Universidade de Barcelona/Espanha)	Valéria De Marcos (USP)
João Cleps Júnior (UFU)	Virgínia Elisabeta Etges (UNISC)
João Edmilson Fabrini (UNIOESTE/M. C. Rondon)	Xosé Santos Solla (Universidade de Santiago de Compostela/Espanha)

Colaboradores

Alexandre Bergamin Vieira (UNESP - Presidente Prudente/SP)
Sílvia Regina Pereira (UNIOESTE - Francisco Beltrão/PR)

Editor responsável e editoração: Antonio Thomaz Junior (UNESP - Presidente Prudente/SP)

Formatação eletrônica: Sílvia Regina Pereira (UNIOESTE - Francisco Beltrão/PR)

Revisão de Espanhol: Maria Franco García (UFPB - João Pessoa/PB)

Revisão de Inglês: Igor Catalão (UNESP - Presidente Prudente/SP)

Capa

Motivo: Antonio Thomaz Junior (UNESP - Presidente Prudente/SP)

Sílvia Regina Pereira (UNIOESTE - Francisco Beltrão/PR)

Arte: Gilson Kleber Lomba

Tiragem: 1.000

Impressão: Copysset (Av. Cel. José Soares Marcondes, n. 798, Presidente Prudente-SP - copysset@superig.com.br)

Endereço para Correspondência:

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)

Av. Prof. Lineu Prestes, 332 - Edifício Geografia e História - Cidade Universitária

CEP: 05508-900 - São Paulo / SP - Brasil - Tel. (0xx11) 3091 - 3758

ou Caixa Postal 64.525 - 05402-970 - São Paulo / SP

e-mail: terralivre@agb.org.br

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n. 1, São Paulo, 1986.

São Paulo, 1986 - v. ils. Histórico

1986 - ano 1, v. 1	1992/93 - 11/12 (editada em 1996)
1987 - n. 2	1994/95/96 - interrompida
1988 - n. 3, n. 4, n. 5	1997 - n. 13
1989 - n. 6	1998 - interrompida
1990 - n. 7	1999 - n. 14
10. Geografia - Periódicos	2000 - n. 15
10. AGB. Diretoria Nacional	2001 - n. 16, n. 17
1991 - n. 8, n. 9	2002 - Ano 18, v. 1, n. 18; v. 2, n. 19
1992 - N. 10	2003 - Ano 19, v. 1, n. 20; v. 2, n. 21
Revista Indexada em Geodados	2004 - Ano 20, v. 1, n. 22; v. 2, n. 23
www.geodados.uem.br	2005 - Ano 21, v. 1, n. 24
ISSN 0102-8030	2005 - Ano 21, v. 2, n. 25
	2006 - Ano 22, v. 1, n. 26
	2006 - Ano 22, v. 2, n. 27

CDU - 91 (05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange

Sumário

EDITORIAL

ARTIGOS

AZIZ NACIB AB'SABER – GEÓGRAFO BRASILEIRO
CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO 15-30

**INTEGRAÇÃO, SOBERANIA E TERRITÓRIO
NA AMÉRICA DO SUL: UM ESTUDO DA IIRSA
(INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA
REGIONAL SUL-AMERICANA)**
CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE 31-48

**VIOLÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO: DIMENSÕES
COMPLEMENTARES DA REALIDADE PAULISTANA**
EDA GÓES
ANDRÉ LUIS ANDRÉ 49-68

**PERENIDADE E SUPERFLUIDADE DO TRABALHO:
ALGUNS EQUÍVOCOS SOBRE A
DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO**
RICARDO ANTUNES 71-84

**TRAVELLING THOUGHTS
PENSAMENTOS ITINERANTES**
DOREEN MASSEY 85-92 93-100

**OS HOLOGRAMAS SOCIO-ESPACIAIS E
O CONSTRUCTIVISMO GEOGRÁFICO**
ALICIA LINDÓN 101-120

**A INFLUÊNCIA DOS MÉTODOS
CIENTÍFICOS NA GEOGRAFIA FÍSICA**
JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO
JOSÉ TADEU GARCIA TOMMASELLI
MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM
MARIA CRISTINA PERUSI 121-132

**DINÂMICA DO ESPAÇO RURAL E NOVAS
PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DAS
RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO BRASIL**
ANTONIO NEVALDO HESPANHOL
ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL 133-148

**(RE) ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DA
PRODUÇÃO DE SOJA: BALSAS-MA**
MARIA DA GLÓRIA ROCHA FERREIRA 149-164

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A
INTERATIVIDADE NA CARTOGRAFIA**
ALFREDO PEREIRA DE QUEIROZ FILHO 165-184

**A IMPORTÂNCIA DO ECONÔMICO
NA GEOGRAFIA ATUALMENTE:
ALGUMAS QUESTÕES PARA O DEBATE**
FLAVIANA GASPAROTTI NUNES 185-196

**REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL:
AS ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DE AÇÃO
ADOTADAS PELAS EMPRESAS NO PARANÁ**
CLEVERSON ALEXSANDER REOLON
EDSON BELO CLEMENTE DE SOUZA 197-210

RESENHA

GEOGRAFIAS DE EXÍLIO
CLÁUDIO BENITO O. FERRAZ 213-216

NORMAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 219-224

COMPÊNDIO

COMPÊNDIO DOS NÚMEROS ANTERIORES 227-241

Summary/Sumario

FOREWORD/EDITORIAL

ARTICLES /ARTÍCULOS

- AZIZ NACIB AB'SABER - BRAZILIAN GEOGRAPHER**
AZIZ NACIB AB'SABER - GEÓGRAFO BRASILEÑO
CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO 15-30
- INTEGRATION, SOVEREIGNTY AND TERRITORY**
IN SOUTH AMERICA: THE CASE OF IIRSA
(INITIATIVE FOR THE INTEGRATION OF REGIONAL INFRASTRUCTURE IN
SOUTH-AMERICA)
- INTEGRACIÓN, SOBERANÍA Y TERRITORIO**
EN AMÉRICA DEL SUR: UN ESTUDIO SOBRE LA IIRSA
(INICIATIVA PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL
SUDAMERICANA)
CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE 31-48
- VIOLENCE AND FRAGMENTATION: COMPLEMENTARY DIMENSIONS OF**
SÃO PAULO CITY REALITY
- VIOLENCIA Y FRAGMENTACIÓN: DIMENSIONES COMPLEMENTARES DE**
LA REALIDAD PAULISTANA
EDA GÓES
ANDRÉ LUIS ANDRÉ 49-68
- EXHAUSTLESSNESS AND SUPERFLUITY OF WORK:**
SOME MISTAKES ABOUT THE
DECONSTRUCTION OF WORK
- PERENNIDAD Y SUPERFLUIDEZ DEL TRABAJO:**
EQUIVOCACIONES SOBRE LA
DESCONSTRUCCIÓN DEL TRABAJO
RICARDO ANTUNES 71-84
- TRAVELLING THOUGHTS**
PENSAMENTOS ITINERANTES
DOREEN MASSEY 85-92 93-100
- SOCIO-SPATIAL HOLOGRAMS**
AND THE GEOGRAPHICAL CONSTRUCTIVISM
LOS HOLOGRAMAS SOCIO-ESPACIALES
Y EL CONSTRUCTIVISMO GEOGRÁFICO
ALICIA LINDÓN 101-120
- THE INFLUENCE OF SCIENTIFIC**
METHODS IN PHYSICAL GEOGRAPHY
LA INFLUENCIA DE LOS MÉTODOS
CIENTÍFICOS EN GEOGRAFIA FÍSICA
JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO
JOSÉ TADEU GARCIA TOMMASELLI
MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDAMORIM
MARIA CRISTINA PERUSI 121-132

DYNAMICS OF RURAL SPACE AND NEW PERSPECTIVES OF ANALYSIS OF COUNTRY-CITY RELATIONS IN BRAZIL DINÂMICA DEL ESPACIO RURAL Y NUEVAS PERSPECTIVAS DEL ANÁLISIS Y DE LAS RELACIONES CAMPO-CIUDAD EN BRASIL ANTONIO NIVALDO HESPANHOL ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL	133-148
SPACE (RE)ORGANISATION FROM SOYBEAN PRODUCTION: BALSAS-MA (RE) ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO A PARTIR DE LA PRODUCCIÓN DE SOJA: BALSAS-MA MARIA DA GLÓRIA ROCHA FERREIRA	149-164
CONSIDERATIONS ABOUT INTERACTIVITY IN CARTOGRAPHY CONSIDERACIONES SOBRE LA INTERACTIVIDAD EN LA CARTOGRAFIA ALFREDO PEREIRA DE QUEIROZ FILHO	165-184
THE CURRENT IMPORTANCE OF THE ECONOMICAL IN GEOGRAPHY: SOME QUESTIONS FOR DEBATE LA IMPORTANCIA DE LO ECONÓMICO EN LA GEOGRAFÍA ACTUAL: ALGUNAS APROXIMACIONES PARA LA DISCUSIÓN FLAVIANA GASPAROTTI NUNES	185-196
SOCIO-SPATIAL RESTRUCTURING: THE ADOPTED SPATIAL STRATEGIES OF ACTION OF THE COMPANIES IN PARANÁ STATE REORGANIZACIÓN SOCIOESPACIAL: LAS ESTRATEGIAS ESPACIALES DE ACCIÓN ADOPTADAS POR LAS COMPAÑÍAS EN PARANÁ CLEVERSON ALEXSANDER REOLON EDSON BELO CLEMENTE DE SOUZA	197-210
REVIEW / RESEÑA	
EXILE GEOGRAPHIES GEOGRAFIAS DE EXILIO CLÁUDIO BENITO O. FERRAZ	213-216
NORMAS	
SUBMISSION GUIDELINES NORMAS PARA PUBLICACIÓN	219-224
COMPÊNDIO	
COMPENDIUM OF THE PREVIOUS NUMBERS COMPENDIO DE NÚMEROS ANTERIORES	227-241

EDITORIAL

É inegável a presença qualitativa e quantitativa da Geografia brasileira no ambiente acadêmico nacional e internacional. Assim como os(as) companheiros(as) que nos antecederam na editoria desse renomado periódico, nós estamos dando continuidade ao projeto de reforçarmos a presença da **Terra Livre** em todos os lugares desse país onde se pulse Geografia e o seu papel aglutinador junto aos novos interessados, estudantes, pesquisadores, professores e demais profissionais que, de alguma forma, estão contribuindo para o debate e acrescentando elementos qualitativos às polêmicas atuais, fazendo da Geografia um corpo de conhecimentos dinâmicos e de valia para a resolução dos principais problemas que atingem os trabalhadores(as) em particular e a humanidade em geral.

É tempo de destacarmos a maioria da nossa Revista, pois nesses 21 anos a **Terra Livre**, alçou avanços sobre os principais temas e assuntos que preocupam nossa comunidade e é necessário mantermos fortes esses pilares, mas também projetarmos nossas contribuições teóricas e compreensões de mundo para outras latitudes. Esse número atesta esse intento, não somente por contarmos com textos originariamente em outros idiomas, mas também porque através dessa atitude poderemos ultrapassar algumas barreiras e solidificarmos de vez o canal de interlocução da **Terra Livre** e da AGB no plano internacional.

Ousamos mais uma vez e estamos publicando textos em inglês e castelhano, com sumário *trilíngüe*, mas estamos apoiados nas propostas que foram aprovadas na Assembléia Geral, de Rio Branco, que encerrou o XIV ENG, em julho de 2006, que asseveraram que a Revista tem que continuar sendo veículo de comunicação do conjunto dos geógrafos brasileiros, representante fiel das orientações políticas que a nossa comunidade atribui a AGB.

Mas para darmos sustentação a esses propósitos achamos por bem disponibilizar, juntamente à versão em inglês do texto da professora Doreen Massey, a versão em português. Entendemos que assim nossa comunidade estará se acostumando a essa nova realidade do nosso periódico e terá condições de ter acesso às discussões de ponta em nível internacional, mas também poderemos estar efetivando um passo importante para ampliar os horizontes da **Terra Livre** em âmbito internacional. Dessa forma, poderemos

fazer da nossa Revista um veículo efetivamente cosmopolita, garantindo, pois, a pluralidade de idéias e nos mantermos atentos às principais movimentações da comunidade geográfica diante de um mundo em constante ebulição.

O tamanho das contribuições que constam desse número da **Terra Livre** muito dificilmente conseguiríamos aquilatar, no entanto o convite que fazemos aos leitores é para que possam saborear textos de grande significado e amplitude temática e teórica para a Geografia e demais áreas das ciências humanas e sociais.

A interatividade na cartografia, o construtivismo geográfico, os processos recentes de integração territorial e dinâmica regional, gestão sócio-espacial e as perspectivas de análise cidade-campo, o método científico na Geografia Física, perenidade e superfluidade do trabalho, e os pensamentos itinerantes, enfim todos ganhamos com essa complexa trama de assuntos, sendo que a ela se junta a rica e prazerosa reflexão a nós oferecida pelo professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro que põe em relevo a contribuição intelectual de outro renomado geógrafo, professor Aziz Nacib Ab'Saber. A esse respeito vale destacar que nosso objetivo é trazer para a nossa comunidade de interlocutores/leitores aspectos conhecidos e desconhecidos da trajetória profissional e política de um dos geógrafos mais brilhantes do Brasil e também que esse periódico pretende garantir nos seus volumes textos e contribuições com esse perfil e conteúdo. É dessa maneira que pretendemos direcionar nossa homenagem para os(as) colegas que estão, efetivamente, ajudando a construir a Geografia brasileira e a **Terra Livre**.

Nada melhor do que convidá-los a todos e a todas ao desfrute desses textos e que desse aprendizado possamos fazer avançar a discussão e o debate, capaz de estimular novos textos críticos e polêmicos, sempre muito bem vindos para a **Terra Livre**.

OS EDITORES

**Aziz Nacib Ab'Saber –
Geógrafo Brasileiro***

*Aziz Nacib Ab'Saber-
Brazilian Geographer*

*Aziz Nacib Ab'Saber-
Geógrafo Brasileño*

**CARLOS AUGUSTO DE
FIGUEIREDO MONTEIRO**

Professor Titular
Departamento de Geografia - FFLCH - USP
Avenida Prof. Lineu Prestes, n. 338 - Butantã
Caixa Postal 2530 - CEP: 05.508-900
São Paulo-SP
casusto@uol.com.br

*Texto transcrito da conferência pronunciada pelo professor Carlos Augusto F. Monteiro, durante o XIV Encontro Nacional de Geógrafos e da 44ª Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizados em Rio Branco, Acre, de 16 a 21 de julho de 2006.

Resumo: O destemido geógrafo, professor e pesquisador Aziz Nacib Ab'Saber está entre nós nesse texto! Mas como nos diz o competente protagonista desse texto e compartilhador de rica convivência com nosso homenageado: é muito prazeroso e ao mesmo tempo difícil dar conta de todos os elementos da Geografia *aheriana*. Pesa os 60 anos de convivência, mas especialmente porque se trata de um *geógrafo completo*; não apenas um especialista em geomorfologia ou preferencialmente em Geografia física, mas sim um profissional dedicado à Geografia como um todo completamente unitário e que em mais de 250 textos pôde oferecer seus pensamentos. Da produção mais recente, publicada na Coleção Estudos Avançados, e Scientific American Brazil, o professor Aziz utiliza-se de toda uma bagagem teórica para exercitar conhecimentos e informações de experiências do passado (trabalhos de campo realizados nos anos 60 e 70), para refletir com muita maestria e domínio das técnicas e recursos do presente (imagens de satélite) temas polêmicos do presente, tais como transposição do São Francisco, aliás, nesse particular, não se acanha em destacar sua radical discordância, da mesma maneira em relação ao destrutivismo da Amazônia. Esse inteligente e destemido geógrafo, nos põe a pensar nesse início de Século XXI sobre algo que a maioria dos acadêmicos ainda preferem a distância: *"da coexistência da riqueza e pobreza surge uma responsabilidade aumentada para os intelectuais"*.

Palavras-chave: Natureza; Sociedade; Conhecimento geográfico; Geomorfologia.

Abstract: The intrepid geographer, teacher and researcher Aziz Nacib Ab'Saber is with us in this paper. Though, as the competent protagonist of the text argues: it is so nice and difficult to bear in mind all the elements of Abseriana Geography. 60 years of joint way are important, but especially because Aziz is a complete geographer, not only a specialist in geomorphology or in physical geography. A professional dedicated to the Geography as the quite completely unitary one. In more than 250 texts he can offer his thoughts. In his newer production, Aziz uses his theoretical path to practise knowledge and information of experiences of the past (fieldworks realized in the years of 1960 and 1970), to think, with great mastery and domain of the technologies and resources of the present (images satellite) current polemic, such topics as the transposition of the São Francisco, even he does not omit his radical disagreement. The intelligent and intrepid geographer invites us to think, in the beginning of 21st century, on something that the majority of the academicians still prefer distance: "from the coexistence of the poverty and from the wealth a increased responsibility for the intellectual ones arises".

Keywords: Nature, Society, Geographical knowledge, Geomorphology.

Resumen: El intrépido geógrafo, profesor e investigador Aziz Nacib Ab'Saber está entre nosotros en este texto. Aunque como nos dice el competente protagonista del texto y compañero de una rica convivencia con nuestro homenageado: es muy grato y al mismo tiempo difícil atender a todos los elementos de la Geografía *Aheriana*. Pesa los 60 años de convivencia, y especialmente, porque se trata de un geógrafo completo, no apenas un especialista en geomorfología o preferentemente en geografía física, y si un profesional dedicado a la Geografía como un todo completamente unitario y que en mas de 250 textos puede ofrecer sus pensamientos. En la producción más reciente, publicada en la Colección Estudios Avanzados y Scientific American Brazil, el profesor Aziz utiliza su trayectoria teórica para poner en ejercicio conocimientos e informaciones de experiencias del pasado (trabajos de campo realizados en los años de 1960 y 1970), para reflexionar con gran maestría y dominio de las técnicas y recursos del presente (imágenes satélite) temas polémicos del presente, tales como la transposición del São Francisco, incluso, no omite su radical discordancia. De la misma forma se opone as destructivismo del Amazonas. Este inteligente e intrépido geógrafo nos invita a pensar en este comienzo de siglo XXI sobre algo que la mayoría de los académicos aún prefieren distancia: "de la coexistencia de la pobreza y de la riqueza surge una responsabilidad aumentada para los

Meu duplo agradecimento aos organizadores desse evento, tanto pela oportunidade de vir ao estado do Acre e conhecer pelo menos Rio Branco sua capital, quanto pela missão em homenagear o grande geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Saber.

A evolução de nossa geografia nesta virada de século já permite que ao lado das pioneiras avaliações que dela possam ser feitas, também permita exaltar os nossos geógrafos.

Para mim, apesar da honra e do prazer em executar tal missão, esta é uma tarefa difícil. Em primeiro lugar, pela importância e vastidão da obra do mestre Ab'Saber, acrescida do incômodo que poderá advir da suspeita de que pertencendo à mesma geração de geógrafos brasileiros - aquela que partindo do meio século passado, deixou sua contribuição ao longo da segunda metade - sou, confessadamente, um grande admirador da sua obra e devo a ele um elevado tributo de gratidão por toda a atenção e amizade que ele me concedeu ao longo desses quase 60 anos de convivência na comunidade de geógrafos e, sobretudo, pelos 20 anos de incondicional e efetivo apoio que me dispensou na Universidade de São Paulo, tanto no Departamento de Geografia da FFLCH-USP quanto no hoje extinto Instituto de Geografia (IGEOP-USP).

Dizem que no foco da obra de uma figura exponencial da Cultura, seja nas Artes ou nas Ciências, é impossível dissociar a *obra* da *vida* do sujeito sob análise. Quanto à vida, nesses últimos anos, nos muitos eventos em que tem participado, cercado do carinho dos colegas acadêmicos mas sobretudo dos jovens iniciantes na ciência geográfica, o próprio Ab'Saber vem discorrendo sobre ela. E o faz de um modo muito sincero e comovedor, para deleite dos que o escutam.

Neste encontro vou limitar-me à apreciação de sua obra. Além do fato de que, pertencendo à mesma geração, sempre acompanhei a produção científica do nosso personagem. Além do que, recentemente - ao ensejo da preparação de uma obra em sua homenagem - tive ocasião de debruçar-me, mais uma vez, sobre a geografia absaberiana.

Principiarei focalizando os *nossos princípios*, no exato meado do século XX. Digo *nossos* porquanto somos membros de uma mesma geração. E eu, cuja dose de talento e timidez me levou a um *surgimento* posterior, pude testemunhar com admiração e respeito o brilhante surgimento de Aziz Ab'Saber na comunidade de geógrafos brasileiros.

Numa segunda parte procurarei abordar a copiosa e importante obra de nosso homenageado sob diferentes ângulos, analisando: a) volume e distribuição cronológica; b) configuração editorial; c) eleição temática. Procurarei extrair de um tão importante acervo o que de mais significativo aflora e se concretiza como contribuição da maior relevância à nossa geografia. Num outro passo, de caráter sintetizante, procurarei - se isto for possível - esboçar uma "periodização" ao longo de

uma carreira já consideravelmente longa e oferecendo à Geografia feita no Brasil um acervo de magno valor qualitativo.

O momento atual, de invejável e profícua atividade do mestre, também merecerá nossa atenção.

Meado do século XX, a nossa geração e os princípios da Geografia ciência

Sem nenhum demérito para as gerações anteriores da Geografia no Brasil - aquelas lideradas pelos Institutos Histórico-Geográficos e Sociedade Brasileira (e Estaduais) de Geografia - as Faculdades de Filosofia (USP e UB) fundadas em 1934-35 produziram, embora em número reduzido, uma geração de *geógrafos* tutelados pela Escola Francesa que, além de *descrever*, aprazia-se em *explicar*, *interpretar*, a realidade do espaço geográfico nacional. O IBGE - obra do Estado Novo de Vargas (1937) - concedia à pesquisa geográfica a missão de profícua auxiliar do poder público na gestão do Território Nacional. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, a nossa AGB, principiava a congregar os geógrafos, tanto os gerados pelos cursos de Geografia e História nas Universidades recém-criadas, quanto aqueles das ciências afins (Geologia, História, Biologia etc.), para a produção de uma *Nova Geografia*. Era um movimento que, embora com número pequeno de adeptos, compensava em entusiasmo.

Conheci Aziz em reunião da AGB no Rio de Janeiro, em 1947, ano em que ingressei no Curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (atual UFRJ), no qual fiz meu batismo de campo, numa longa excursão liderada pelo professor francês Francis Ruellan - professor da FNF da UB e Consultor Técnico do CNG-IBGE - durante os meses de julho e agosto. Após a *reativação* da AGB¹ e de suas assembléias em *julho*, a realização daquela excursão ao Planalto Central dificultava a realização do encontro, que foi então transferido para o final do ano².

A presença de Aziz sempre foi destacada, tanto pelo seu físico quanto especialmente pela vivacidade, inteligência na argumentação e veemência na defesa de seus pontos de vista. Desde então os *cariocas* foram conquistados pelo brilhantismo de Aziz.

Em prol de uma boa caracterização daquele importante momento na evolução da Geografia entre nós, é necessário introduzir um parêntesis. As relações entre os geógrafos de São Paulo e Rio de Janeiro era realizada sem qualquer resquício de *rivalidade bairrista*, pelos grupos da USP e da Divisão de Geografia do CNG-IBGE. A equipe da FNF-UB contava com o elo de ligação estabelecido pelo Professor Francis Ruellan, já que os docentes dali não efetivavam presença na

¹ Fundada em 1935 sob a égide de Pierre Deffontaines, a AGB enfrentara dificuldades no decênio 1935-1945, quando neste último ano foi reativada pela prática das Assembléias Anuais realizada na cidade de Lorena, Vale do Paraíba, Paulista.

² Devido a este deslocamento não houve assembléia em 1948, regularizando-se em 1949 na Assembléia de Goiânia.

AGB. Josué de Castro, um nome já internacionalizado pelo sucesso da *Geografia da Fome*, Victor Ribeiro Leuzinger, um renomado engenheiro, e até mesmo o jovem Hilgard O'Reilley Sternberg, recém doutorado em Baton Rouge, Lousiana-USA, não marcaram presença na AGB.

Em 1949 realizou-se, em julho, a assembléia da AGB em Goiânia. Lembro-me bem de que na ocasião as equipes da Divisão de Geografia do CNG - IBGE e da Geografia da FFLCH-USP voaram em aviões da FAB para a capital de Goiás. Nossa diligente colega Dora Romariz pleiteou e conseguiu, junto ao Brigadeiro Eduardo Gomes, o transporte nos aviões da FAB. Diferentemente de hoje, os participantes de uma reunião da AGB não chegavam a ultrapassar a lotação de dois pequenos transportes da FAB. Não participei daquele encontro mas soube da repercussão da atividade de Aziz, discutindo suas idéias com o colega geólogo Fernando Flávio Marques de Almeida, emérito cientista ainda hoje atuante.

A Assembléia Geral da AGB de 1950, realizada em Belo Horizonte, a primeira a qual eu compareci, iria ficar indelevelmente marcada em minha lembrança. Além de haver participado do grupo de pesquisa dirigido a Barão de Cocais, orientado pelo Professor Aroldo de Azevedo, e das sessões de trabalho realizadas no Brasil Palace Hotel, na Praça Sete de Setembro da capital mineira, ali tive o ensejo de admirar a desenvoltura de Aziz e a primeira aparição de Milton Santos, bacharel em Direito, então professor de Geografia no Ginásio de Ilhéus, que apresentou uma comunicação sobre a Cultura do Cacau no Sul da Bahia.

Aziz, desde o início de sua formação acadêmica em Geografia e História, revelou um grande talento, uma vocação especial para a Geografia, em termos de flagrante *precocidade*. Suas dificuldades de estudante pobre na capital paulista levaram-no a trabalhar desde cedo. Graças à sua inteligência, foi admitido como *auxiliar de laboratório* junto ao Departamento de Geologia da FFLCH-USP, cuja biblioteca forneceu à voracidade de saber de Aziz uma sólida fundamentação, que seria de capital importância para acurar sua percepção dos fatos e processos geomorfológicos.

Contudo, seus primeiros trabalhos já registram a vocação de geógrafo canalizada para uma visão *unitária* da Geografia. Seus primeiros estudos, publicados no início da carreira, deixam isto bem claro. E lembro que a data de *publicação* sofre sempre um retardamento quanto à *produção*; assim é que parte dos primeiros trabalhos publicados foi produzida quando ele ainda era estudante. Permito-me aqui me deter na apreciação de suas primeiras obras.

Se o seu primeiro artigo, publicado no Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (nº 10, ano XII, p. 15-25), *Notas sobre a Geomorfologia do Jaraguá*, indica sua eleição primordial aos estudos geomorfológicos, os outros que se lhe avizinham revelam pendores para uma análise geográfica mais abrangente. Ainda estudante, em companhia dos colegas Pasquale Petrone e Miguel Costa Junior, realiza durante as férias excursão ao estado de Goiás, da qual

AGB. Josué de Castro, um nome já internacionalizado pelo sucesso da *Geografia da Fome*, Victor Ribeiro Leuzinger, um renomado engenheiro, e até mesmo o jovem Hilgard O'Reilley Sternberg, recém doutorado em Baton Rouge, Lousiana-USA, não marcaram presença na AGB.

Em 1949 realizou-se, em julho, a assembléia da AGB em Goiânia. Lembro-me bem de que na ocasião as equipes da Divisão de Geografia do CNG - IBGE e da Geografia da FFLCH-USP voaram em aviões da FAB para a capital de Goiás. Nossa diligente colega Dora Romariz pleiteou e conseguiu, junto ao Brigadeiro Eduardo Gomes, o transporte nos aviões da FAB. Diferentemente de hoje, os participantes de uma reunião da AGB não chegavam a ultrapassar a lotação de dois pequenos transportes da FAB. Não participei daquele encontro mas soube da repercussão da atividade de Aziz, discutindo suas idéias com o colega geólogo Fernando Flávio Marques de Almeida, emérito cientista ainda hoje atuante.

A Assembléia Geral da AGB de 1950, realizada em Belo Horizonte, a primeira a qual eu compareci, iria ficar indelevelmente marcada em minha lembrança. Além de haver participado do grupo de pesquisa dirigido a Barão de Cocais, orientado pelo Professor Aroldo de Azevedo, e das sessões de trabalho realizadas no Brasil Palace Hotel, na Praça Sete de Setembro da capital mineira, ali tive o ensejo de admirar a desenvoltura de Aziz e a primeira aparição de Milton Santos, bacharel em Direito, então professor de Geografia no Ginásio de Ilhéus, que apresentou uma comunicação sobre a Cultura do Cacao no Sul da Bahia.

Aziz, desde o início de sua formação acadêmica em Geografia e História, revelou um grande talento, uma vocação especial para a Geografia, em termos de flagrante *precocidade*. Suas dificuldades de estudante pobre na capital paulista levaram-no a trabalhar desde cedo. Graças à sua inteligência, foi admitido como *auxiliar de laboratório* junto ao Departamento de Geologia da FFLCH-USP, cuja biblioteca forneceu à voracidade de saber de Aziz uma sólida fundamentação, que seria de capital importância para acurar sua percepção dos fatos e processos geomorfológicos.

Contudo, seus primeiros trabalhos já registram a vocação de geógrafo canalizada para uma visão *unitária* da Geografia. Seus primeiros estudos, publicados no início da carreira, deixam isto bem claro. E lembro que a data de *publicação* sofre sempre um retardamento quanto à *produção*; assim é que parte dos primeiros trabalhos publicados foi produzida quando ele ainda era estudante. Permito-me aqui me deter na apreciação de suas primeiras obras.

Se o seu primeiro artigo, publicado no Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (nº 10, ano XII, p. 15-25), *Notas sobre a Geomorfologia do Jaraguá*, indica sua eleição primordial aos estudos geomorfológicos, os outros que se lhe avizinham revelam pendores para uma análise geográfica mais abrangente. Ainda estudante, em companhia dos colegas Pasquale Petrone e Miguel Costa Junior, realiza durante as férias excursão ao estado de Goiás, da qual

resultaram alguns estudos. Aponto aqui o artigo publicado em parceria com o colega Miguel Costa Junior no Boletim Paulista de Geografia (nº 4, p. 03-36), *Contribuição ao Estudo do Sudoeste Goiano*.

Durante a realização da Assembléia Geral da AGB na cidade fluminense de Nova Friburgo (1951) os geógrafos tomaram conhecimento da instalação de um colégio modelo naquela cidade serrana, um dos notáveis refúgios salubres de altitude aos quais recorrem os habitantes do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense no período de forte calor. Lembro que foi cogitado, naquele momento, que Aziz fizesse uma temporada como professor daquele educandário (patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas, se não me engano) para fazer frente aos problemas de saúde com os quais se defrontava. Ainda que benéfico à sua saúde, o afastamento de São Paulo não teria favorecido sua carreira. Dessa ocasião restou a publicação de um trabalho de Aziz, em companhia do carioca Antonio Teixeira Guerra, do IBGE, recém vindo de uma bolsa de estudos na França, *O Sítio do Colégio Nova Friburgo*, comunicação publicados nos ANAIS da AGB (vol. V, Tomo II, p.103-110).

Mas, no rol dos trabalhos iniciais de Aziz, encontra-se um que, além de testemunhar a *precocidade* do geógrafo no campo da geomorfologia, deixa claro o fato de que a sua maneira de pesquisar assinala um modo *seqüencial* de analisar problemas.

O artigo *Regiões de Circundesnudação pós-Cretácea no Planalto Brasileiro*, no número inaugural do Boletim Paulista de Geografia da Seccional Regional da AGB de São Paulo (1949, p.3-21), aborda uma das questões fundamentais para a compreensão da dinâmica dos processos geomorfológicos num momento geológico capital, em que a epirogênese pós-cretácea é o momento decisivo para a estruturação das grandes linhas de relevo brasileiro. Este tema, abordado em seu momento de *desabrochar*, merecerá a atenção do autor em outros desenvolvimentos subseqüentes, até que, de maneira circunstanciada e segura, reaparece dezesseis anos após em sua tese de Livre-Docência, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, em 1965. Esta importante contribuição rotulada *Da Participação das Depressões Periféricas na Compartimentação do Planalto Brasileiro*, ficou restrita à edição do autor, mimeografada; uma versão mais concisa apareceu em Geomorfologia nº 28 (1969).

A obra produzida segundo o volume quantitativo e distribuição cronológica

A contribuição de Ab'Saber à literatura geográfica brasileira é, além do maior valor, copiosa. Um levantamento feito para o período de 1948-1998 revela um total de 270 (duzentos e setenta) títulos. Se, num critério mais rigoroso, limitarmos-nos à computação do legitimamente ligado à temática geografia, separando levantamentos bibliográficos, resenhas, críticas, etc., atingimos um total de 240 (duzentos e quarenta).

Ao longo das cinco décadas que compõem a segunda metade do passado século vinte, pode-se apontar uma média de 53 trabalhos por decênio, o que equivale a uma produção média anual de 5 a 6 títulos. O decênio mais produtivo foi aquele dos anos 1960, que coincidem com a plena maturidade biológica, entre os 30 e 40 anos de idade. Curiosamente, a década seguinte, aquela de 1970, registra o mais baixo percentual, o que só pode ser vinculado às dificuldades políticas que afetaram a vida do País, em especial as universidades, graças ao período da intervenção militar. Creio que a vida universitária foi em geral fortemente afetada e a USP, como um dos centros culturais de excelência, não poderia escapar.

Ainda, os anos oitenta - em cujo início Ab'Saber registra sua aposentadoria da USP - revelam um crescimento notável, contrariando o que seria de esperar com o afastamento da USP e crescimento em idade. Assim, nos anos 1990 sua produção vai se aproximar do volume dos anos sessenta.

Convenhamos, contudo, que esta abordagem quantitativa pouco significa, a não ser quando comparada com as avaliações de produtividade das universidades, o que não é o presente caso. Mas, temos certeza de que a produção do geógrafo Ab'Saber se revela muito acima da média.

A configuração editorial

Uma das características mais peculiares da produção científica do geógrafo Ab'Saber é a ampla predominância de artigos sobre *livros*, considerando-se nessa segunda categoria os manuais, tratados ou grandes monografias.

Embora o surgimento de importantes *livros* esteja crescente e caracteristicamente configurando esta *fase atual*, a trajetória de Ab'Saber foi marcada pela produção de um elevado número de pesquisas objetivamente delimitadas. E, na minha interpretação pessoal, este fato está ligado a duas grandes razões.

Em primeiro lugar, creio que a postura de Ab'Saber como consciente cientista é de que a investigação é um processo contínuo, que mais vale ser seqüencialmente conduzido em bem elaboradas *etapas*, que forneçam maior segurança no conhecimento dos fenômenos estudados, do que atingir volumosas monografias inconsistentes. A comprovação disto, creio eu, pode ser notada no fato de Ab'Saber recorrer com freqüência em seus estudos aos rótulos de *primeiros estudos e notas prévias*. O exemplo que dei atrás sobre o caso do estudo das *desnudações periféricas no planalto brasileiro*, parece ilustrar bem esta postura.

Ao lado deste fato, penso que um outro, decisivo para entender esta opção, é o princípio de independência e caráter prático e antiburocrático de Ab'Saber. Está bem nítido no conjunto de sua obra que ele sempre inseriu grande parte de sua produção em pequenas publicações, editorialmente

simples ou despojadas de requintes gráficos, diretamente vinculadas às instituições às quais estava ligado.

A análise da configuração editorial revela que 42% de sua obra está inserida no domínio dos periódicos científicos, dentre os quais se destacam o Boletim Paulista de Geografia, da AGB de São Paulo, e a Revista Brasileira de Geografia, do CNG-IBGE do Rio de Janeiro.

Suas obras inseridas em coletâneas perfazem um conjunto de 24%, sendo as mais importantes os ANAIS da AGB e aquelas coletâneas produzidas pelo Departamento de Geografia da FFLCH-USP – usualmente sob a coordenação editorial de Aroldo de Azevedo –, sem esquecer sua colaboração à edição dos Livros Guia das excursões realizadas ao ensejo do Congresso Internacional de Geografia da UGI, em 1956. O anuário da Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientia* da PUC de São Paulo contém um número considerável de artigos de Ab'Saber.

Mas a parte média, ou seja, 34% encontra-se naquela categoria dos *folhetos* aos quais ele sempre recorreu para divulgar seus trabalhos. Fundou a Notícia Geomorfológica nos seus tempos de colaboração com a Geografia na Universidade Católica de Campinas, na qual muitas idéias suas foram apresentadas à comunidade de geógrafos. Quando deixou aquela instituição o colega Antonio Christofolletti continuou sua publicação, embora sem o alcance científico da gestão Ab'Saber.

Em matéria de folhetos, avultam em importância aqueles lançados durante sua profícua gestão no Instituto de Geografia da USP, localizado no prédio de Geografia e História, criado como órgão concentrador dos laboratórios de pesquisa auxiliares do Departamento de Geografia da FFLCH. A partir de 1966, foram criadas várias séries daqueles folhetos: Geomorfologia, Climatologia, Métodos em Questão, Planejamento, Ciências da Terra, etc. Após sua aposentadoria da USP ele criaria novas séries de folhetos em São José do Rio Preto (UNESP), onde outras contribuições suas tiveram acolhida.

Eleição temática

O mais importante nessa avaliação da produção geográfica de Ab'Saber (Tabela 1) repousa na eleição temática, de onde se pode depreender o valor qualitativo de sua obra. Ao ousar fazê-lo aqui, nesta homenagem, espero ter a perspicácia e o discernimento necessário a esta tarefa.

Em primeiro lugar destacaria que a obra de Ab'Saber se abre sobre os mais variados aspectos da Geografia, o que faz dele não apenas um especialista em Geomorfologia, ou dirigido preferencialmente à Geografia Física, mas sim dedicado à Geografia como um todo completamente “unitário” e harmonioso. Isto, ressalto eu, faz dele um *geógrafo completo*.

Como praxe na atividade universitária, onde ensino e pesquisa se unificam como faces de uma mesma moeda, torna-se obrigatória a eleição de um *tema* para concentrar a investigação mais

sistemática. No caso de Aziz Ab'Saber isto se deu no campo da Geomorfologia, tema que representa cerca de 42% de seu conjunto de obra. Mas sua contribuição não se fecha neste horizonte. Ela se espalha por vários temas, incluindo, significativamente, aqueles ditos *humanos*. De tal modo é variado o espectro temático de Ab'Saber que, para a presente quantificação, usei a estratégia de incluir na avaliação apenas aqueles temas que se apresentam mais de dez vezes. Com esta medida posso propor o seguinte quadro dos sub-conjuntos mais expressivos:

Tabela 1- Produção científico-acadêmica do Professor Aziz Ab'Saber

TEMÁTICA	ARTIGOS	
	Nº	%
Geomorfologia	83	42
Domínios da Natureza	31	15
P. Ambientais	27	12
P. Regionais	25	11
Arqueologia – Paleogeografia	15	6
Histórico Ciências – Cientistas	15	6
Geologia	12	4
Geomorfologia de Sítios Urbanos	10	4
TOTAL	218	100

Organização: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, 2006.

Segundo este critério ficam de fora do quadro temas importantes que mereceram a atenção do mestre, entre eles planejamento, problemas humanos de natureza urbana e rural e até mesmo paisagismo.

Para não alongar muito esta palestra, no que concerne à apreciação de sua temática, vou ater-me aos dois primeiros no arrolamento figurado no presente quadro, ou seja: Geomorfologia e Domínios da Natureza. Para comprovar que os temas ditos humanos ou sociais também estiveram sempre presentes nas preocupações e pesquisas de Ab'Saber, tomo a liberdade de escolher uma temática que me parece do mais alto interesse e, atualmente, um dos mais recorrentes nas geografias de diversos países, ou seja, a Geografia Urbana.

Toda a abordagem geomorfológica de Ab'Saber, assentada em uma base de conhecimentos geológicos muito sólida, é enriquecida por uma extraordinária capacidade de observação, aguçada pelo intenso trabalho direto no campo. Este penoso trabalho logo seria associado a uma ampliação pela técnica de análises de aerofotos, da qual foi um entusiasta (dotando o IGEOG-USP de um notável AFA - Arquivo de Fotos Aéreas do território brasileiro), como agora o é das imagens dos satélites.

Toda a observação sistemática e direta dos fatos analisados no Brasil foi sempre associada às idéias teóricas vigentes nas diferentes escolas geográficas: americana de W.M. Davis, francesa de De Martone, Cholley, Dresh, Tricart e Bertrand, inglesa de Lester King, alemã de K. Troll, e outros mais, consideradas, criticadas, e posteriormente expressas em sua própria terminologia.

Toda a evolução de suas observações e análises - pontuais, locais e regionais - convergiu para uma concepção teórico-metodológica que ele expressou no seguinte trinômio básico à análise geomorfológica: (a) compartimentação, (b) estrutura superficial da paisagem, (c) fisiologia da paisagem.

Tomadas em termos mais flexíveis e sem rigidez, a compartimentação do todo em partes não implica em rigidez taxonômica (como na tentativa frustrada de Bertrand) mas baseia-se nos tradicionais e flexíveis conceitos espaciais de *paisagens, regiões, domínios*.

A estrutura superficial da paisagem recorre à epiderme da superfície, onde - após os períodos geológicos de geração de rochas e linhas gerais do modelado - os períodos mais recentes deixaram estampados nas formações superficiais (incluindo os solos) evidências herdadas dos *processos morfogenéticos*, incluindo as ações *antropogênicas*.

A designação de *fisiologia da paisagem* é, nitidamente, um enriquecimento da proposta lablacheana de *fisionomia* da paisagem. Enquanto esta sugere uma apreciação superficial e descritiva da *face*, o termo que Ab'Saber empresta da Biologia encarece a importância da complexidade genética dos processos vigentes.

Tal proposta foi sendo elaborada ao longo de uma trajetória de efetiva pesquisa, onde as observações pessoais e aportes de outros pesquisadores foram enriquecendo a compreensão da realidade geográfica brasileira, muitas vezes projetadas ao espaço continental sul americano.

Mas onde poderá ser encontrada a *explicitação* dessa proposta? Poderão perguntar alguns ainda não habituados ao pensamento ab'saberiano. E eu ousaria indicar dois trabalhos onde esta proposição teórica está claramente explicitada. Em termos mais concisos temos o folheto Geomorfologia (18), rotulado *Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário* (1968). De modo mais amplo e entrosado à realidade geológica, encontramos no artigo "*Uma Revisão do Quaternário Paulista: do presente para o passado*", publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (Ano XXXI, nº 4, p. 5-51, CNG-IBGE, Outubro/Dezembro, 1971). Três anos depois, com maior número de páginas e recursos de ilustração a proposta teórica está bem mais enriquecida e clara.

Por *Domínios de Natureza* englobam-se aqui os grandes quadros de organização natural que se expressam, sobretudo, pela cobertura vegetal. Sobre as formas do relevo (topografia) associadas aos solos e sob as condicionantes climáticas formam-se os grandes quadros de organização *natural*. Quando Ab'Saber utiliza os termos *domínios* ou *províncias* fica bem claro que se trata de uma adequação conceitual à análise geográfica de vez que a designação *regiões* seria inadequada, pois que, neste caso, seria obrigatório considerar a presença do homem. E uma das grandes qualidades de Ab'Saber é a precisão conceitual na Geografia.

Neste campo, um marco especial foi proposto com o artigo *Domínios Morfoclimáticos e Províncias Fitogeográficas no Brasil* publicado na revista *Orientação* (nº 3, IGEG-USP, 1967). Em apenas quatro páginas o autor sintetiza opiniões de geógrafos brasileiros e do exterior sobre os grandes quadros de vegetação observáveis no território brasileiro e apresenta sua proposta pessoal, esboçada em um cartograma extremamente simples e didático, onde o grau de generalização é admiravelmente adequado à *escala* adotada. Estão ali representados os *seis* domínios por ele identificados e em cuja espacialização (escala cartográfica adotada) os limites não são traçados por *linhas* mas sugeridos por *faixas*, melhor condizentes com a efetiva existência de *interfaces*. Estas não só exprimem a situação atual mas também as oscilações, interpenetrações causadas pelas flutuações climáticas neogênicas.

A qualidade desse cartograma, sobretudo sua clareza, tem revelado um grande sucesso, tendo sido reproduzido em livros didáticos de Geografia para o nível médio. É raro o ano em que ele não apareça - sem indicação de autor, como que apontando algo que caiu no domínio público - nas questões de Geografia dos exames vestibulares às universidades.

Na realidade esta proposta é síntese de abordagens anteriores (e posteriores) que Ab'Saber dedicou a cada um daqueles domínios. Três anos após a publicação do artigo em *Orientação*, Ab'Saber enriquece o tema ao acrescentar àquela configuração fitogeográfica o embasamento geológico. Junto com o artigo anterior e em sintonia de escalas cartográficas é apresentado o cartograma geológico e seu texto explicativo. Este trabalho, rotulado *Províncias Geológicas e Domínios Morfoclimáticos no Brasil*, constitui o folheto *Geomorfologia* nº 20 (São Paulo, IGEG-USP, 1970).

São várias as contribuições de Ab'Saber à temática dos domínios fitogeográficos, dirigidos aos diferentes domínios. E notável é a consideração de que a cobertura vegetal não pode ser dissociada da fauna, o que levou Ab'Saber a uma proveitosa aproximação e intercâmbio de idéias com o eminente zoólogo brasileiro Paulo Emílio Vanzolini. Desse diálogo resultou o interesse e atenção de Ab'Saber para a *Teoria dos Refúgios*, que se expressa sobretudo na parceria com o biólogo norte americano Keith S. Brown num artigo rotulado: *Ice-age forest refuges and evolutions in the neo-tropics: correlation to the pedological data with modern tropical endemism*, publicado em folheto da série PALEOCLIMAS (nº 5, IGEOG-USP, 1979).

Além de sua acurada formação em Geologia - o que foi de grande valia para a vocação de geomorfólogo - Ab'Saber e os geógrafos paulistas de sua geração beneficiaram-se muito com os ensinamentos de Pierre Monbeig que, também ele um *geógrafo completo*, ministrou Geografia Humana, formando as primeiras levas de geógrafos da USP, inclusive os primeiros *doutores*, cujo pioneiro foi a saudosa colega Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944). O Aziz, aluno de

Monbeig, não poderia deixar de cultivar os aspectos humanos, sócio-econômicos da Geografia, como bem ficou registrado na temática dos seus primeiros trabalhos.

Conforme proposição feita atrás, vou demonstrar esta sua familiaridade e ótimo trânsito na focalização dos fatos *humanos* através pelas abordagens do fato *urbano*. Nos seus primórdios, o jovem geógrafo paulista já abordava aspectos urbanos e rurais na região do *cotovelo* do Tietê, focalizados em Santa Isabel: *Paisagens e Problemas Rurais da Região de Santa Isabel* (Boletim Paulista de Geografia, nº 10, p.45-70, março de 1951), e *A cidade de Santa Isabel* (Paulistana, nº 44, p.44-47, março a maio de 1951).

Uma das primeiras capitais brasileiras a despertar a atenção do jovem Ab'Saber foi a cidade do Salvador, que mereceu um pequeno artigo rotulado *A Cidade de Salvador (Fotografias e Comentários)* (Boletim Paulista de Geografia, nº 11, AGB, 1952). Consta de duas páginas de texto acompanhadas por cerca de uma dúzia de fotografias, com extensas legendas explicativas.

O grande interesse que a Amazônia sempre despertou no geógrafo Ab'Saber fez a cidade de Manaus merecedora de um primoroso artigo: *A Cidade de Manaus: primeiros estudos* (Boletim Paulista de Geografia, nº 15, p.18-45, AGB, 1952). O artigo estrutura-se em sete capítulos, a saber: Manaus e sua posição geográfica na Amazônia; O Sítio e a Estrutura Urbana de Manaus; As origens do povoado do Lugar da Barra; O Crescimento da cidade de São José da Barra; Manaus e seu crescimento moderno; O Porto de Manaus; Paisagem Urbana de Manaus. A bibliografia revela, ao lado de autores brasileiros, uma larga consulta aos viajantes naturalistas estrangeiros que visitaram e publicaram informes sobre a capital amazonense. Quem desejar ter uma boa demonstração de um estudo de Geografia Urbana no meado do século passado, encontrará nesse trabalho do jovem Ab'Saber (28 anos) um primoroso exemplo.

Certamente a magna contribuição de Ab'Saber à Geografia Urbana no Brasil foi aquela que se configurou em sua Tese de Doutorado na USP: *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo* (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, nº 29, Geografia nº 12, USP, 1957). Pela datação das fotos que ilustram a tese pode-se estimar que a exaustiva pesquisa de campo foi conduzida entre 1949 e 1953. Embora naquele meado do século, já em acelerado crescimento, a capital paulista - hoje grande metrópole nacional - não atingia a atual complexidade megalopolitana, o que permitiu ao dedicado geógrafo uma abordagem que dificilmente poderia ser realizada nos dias de hoje.

Não se venha a pensar tratar-se apenas de análise geomorfológica que se atenha a um sítio urbano *de bacia sedimentar de formação recente, de origens fluvio-lacustres, localizadas em compartimentos especiais do planalto, resultante de complicações tectônicas e paleohidrográficas do fim do terciário*. Toda a análise geomorfológica (geoecológica) é intimamente relacionada ao

processo de urbanização, preocupando-se em apontar os acertos ou inadequações da edificação urbana aos atributos da paisagem natural.

A consideração do valor crescente e incontrolável do preço dos terrenos deixa perceber claramente casos em que um dado tipo de urbanização, adequada a um dado compartimento, é extravasado para outro compartimento contíguo mas de atributos bem diferentes, o que se torna problemático. A análise da evolução histórica está sintonizada ao crescimento da urbanização, tanto no traçado basilar das grandes artérias urbanas e na penetração da rede regional de transportes, dos antigos caminhos de mulas às ferrovias do café, como às rodovias de integração regional. É de admirar que a cidade tenha evoluído para a situação caótica da atualidade dispondo de um lastro de informações tão preciosas, como estas apresentadas pelo geógrafo que, em seu amor pela capital paulista, dedicou a ela não apenas esta *tese* mas vários enfoques.

A propósito de *geomorfologia de sítios urbanos* Ab'Saber, em seu programa de orientação à pós-graduandos, estabeleceu uma verdadeira linha de pesquisa, notadamente sobre o território paulista, com especial destaque para o Vale do Paraíba, como se pode constatar do significativo número de *notas prévias* apresentadas nos folhetos do IGEOG em sua série Geomorfologia.

Gostaria de destacar, nesta temática do *urbano* em nossa Geografia, um pequeno estudo de Ab'Saber que - comprovando, mais uma vez, o estatuto de *geógrafo completo* do mestre - focaliza *A Região de Jaú: problemas de urbanização em manchas de solos ricos* (Cadernos de Ciência da Terra, nº 15, IGEOG-USP, 1971). O município paulista de Jaú está localizado sobre um setor dos planaltos arenito-basálticos da porção centro ocidental do estado de São Paulo, coincidente com uma mancha de *terras roxas* associadas a um alinhamento descontínuo de basaltos, gerando ali uma paisagem cafeeira que, no passado, acolheu algumas das maiores fazendas dessa cultura. A alternância de manchas de terras férteis florestadas com outras arenosas, cobertas de cerrados ou pastos pobres, ocasionou um contrastante conjunto de paisagens agrárias. Naquele então (1971) Ab'Saber notara que o crescimento da cidade revelava que esta se expandindo sobre a mancha de terras férteis. Após apresentar uma série de fatos importantes sobre o caráter regional e o condicionamento urbano de Jaú, o autor arremata sua análise oferecendo seis tópicos de diretrizes básicas para o crescimento da cidade, planejando uma forma de não conflitar com o espaço agrário circundante.

Uma "travessia" muito bem sucedida

Designar um desempenho acadêmico como *carreira* tem a enorme desvantagem de associá-lo à pressa ou voracidade de proveitos. Parafraseando Guimarães Rosa prefiro utilizar a "travessia" para os casos de uma produção relevante, bem desenvolvida ao longo do tempo e, sobretudo, para os casos - como o de Ab'Saber - em que este processo não se encerrou e, ao que tudo indica e, com

a proteção divina, ainda vai se estender. Trata-se sem dúvida de uma geração de homens fortes, aquela dos luminares da Ciência da Terra no Século XX. O geólogo Fernando Flávio Marques de Almeida, já ultrapassou os noventa e continua produzindo. Ab'Saber continua a fazê-lo aos oitenta e, certamente, ainda vai brindar a Geografia Brasileira com novas contribuições.

Como o poeta Carlos Drumond de Andrade, um dos poetas brasileiros mais preocupados com o *mundo*, mas que deixou seu torrão natal apenas para visitar a filha em Buenos Aires, casada com um argentino, o geógrafo Aziz Ab'Saber, que saiu algumas vezes do Brasil, marcou sua enorme capacidade de viajar concentrando-se no território brasileiro, extravasando, algumas vezes, pela América do Sul.

Nativo do domínio dos mares de morros cobertos pela floresta atlântica, espalhou-se ele por todos os outros domínios da natureza brasileira, observando, refletindo, interpretando a complexidade geográfica registrada numa volumosa obra que espero tenha podido dar-lhes, nesta homenagem, pelo menos, uma aproximada idéia do seu imenso valor.

Não apenas o *core* econômico e a porção mais desenvolvida do nosso país mereceu sua atenção. Bem ao contrário, aquelas vastas *regiões problema* - Nordeste e Amazônia - mereceram dele uma atenção especial. Profundo conhecedor do Nordeste, domínio semi-árido da caatinga, não só revelou muitos traços de sua peculiaridade geográfica e dos seus problemas, onde aqueles sócio-econômicos sobrepõem os da relação homem-natureza. No momento presente o vemos, com a veemência que lhe é peculiar, atacar o insensato projeto da transposição das águas do São Francisco para o Nordeste Oriental. E a Amazônia o preocupa, tanto na produção de conhecimento, como na defesa desse incomparável domínio de biodiversidade.

Se intentarmos aqui proceder a um balanço do já longo processo *atravessado* por Ab'Saber no domínio da Geografia, no afã de sugerir uma *periodização*, isto não seria difícil no seu trecho inicial. Eu me atrevera a sugerir a identificação de um período inicial, aquele do *Jovem Aziz*, balizado entre 1948 - data de suas primeiras publicações e 1956-57. Neste biênio situa-se o momento da realização do Congresso Internacional de Geografia, promovido pela UGI na cidade do Rio de Janeiro, quando o jovem geógrafo de 32 anos se destacou brilhantemente por sua atuação, tanto nas reuniões do referido certame quanto nas excursões oferecidas aos visitantes, prestando valiosa contribuição à elaboração dos *guias*. Em 1957 obteve o grau de doutor na USP.

Toda a coluna vertebral da produção de Ab'Saber esteve ligada a Universidade de São Paulo. Como esta universidade foi a instituição de maior vivência em sua atividade, creio que o longo período de crescente e valiosa produção, refletindo a aliança entre sabedoria e maturidade, pode ser balizado até sua aposentadoria dessa instituição. Não só no ensino - graduação e pós-

graduação - mas sobretudo à frente do extinto Instituto de Geografia, sem esquecer contribuições paralelas a outras unidades da USP (a FAU, por exemplo).

Um período atual poderia ser indicado a partir de sua aposentadoria (1984). Mas há uma dificuldade. Já que a modo do *ciclo geográfico* de W.M. Davis estivemos falando em *juventude* e *maturidade*, não há como identificar *velhice*, muito menos *senilidade*. Ultrapassando a marca dos oitenta, Aziz Ab'Saber, muito longe de encontrar-se recolhido ao seio de sua família, curtindo os netos, continua em plena atividade, desafiando os inevitáveis desgastes orgânicos.

Tendo seu valor reconhecido não só pela comunidade de geógrafos brasileiros, como bem o demonstra a presente homenagem, não se limita a ela. Assim o demonstram sua presença na Academia Brasileira de Ciências e na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) da qual já foi um dos presidentes (1997-1999). A USP vem de conferir-lhe o mais do que merecido título de *Professor Emérito*. Embora aposentado, mantém-se ativo como Professor Honorário, junto ao Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

Sendo difícil focalizar toda a gama de atividades que mestre Ab'Saber desenvolve atualmente, incluindo uma constante presença em diferentes fóruns científicos, me permitiria focalizar aqui, nesta fase atual, duas atividades contrastantes mas muito significativas.

De um lado registramos uma importante tarefa de *divulgação científica*, na qual o grande geógrafo expõe elevada capacidade de comunicação com o público, divulgando com a maior propriedade temas relevantes na realidade geográfica brasileira. Isto pode ser constatado por sua colaboração na revista *Scientific American Brazil*, na seção rotulada *Observatório*. Desde o número inaugural (junho de 2002), com a publicação do artigo *Linguagem e Ambiente (os caprichos da natureza e a capacidade evocadora da terminologia científica)*, segue-se uma longa série de contribuições, das quais aponto algumas, para dar idéia da propriedade e oportunidade dos temas:

- Cerrados e Mandacarus (Área de Salto – Itú é área de referência para investigações envolvendo condições climáticas do passado). *Scientific American Brazil*, Ano 1, nº 4, setembro de 2002, São Paulo.
- A Rua Direita e o Rocio (Expressões guardam memória de antigos espaços urbanos abertos a tropas e montarias). *Scientific American Brazil*, Ano 1, nº 7, dezembro de 2002, São Paulo.
- Relictos, Redutos e Refúgios (Complexidade marca a trajetória de alguns termos e conceitos em ciências). *Scientific American Brazil*, Ano 2, nº 14, julho de 2003, São Paulo.
- Geopolítica de Mercado e Soja Transgênica (Medida provisória atendeu a interesses imediatos de proprietários rurais do Sul). *Scientific American Brazil*, Ano 2, nº 18, novembro de 2003, São Paulo.
- Palimpsestos Regionais (Cidades são o último episódio a mascarar inscrições de longos processos paleoclimáticos). *Scientific American Brazil*, Ano 2, nº 23, abril de 2003, São Paulo.
- O Legado de Jean Tricart (Pesquisador francês revoluciona ciências da terra no Brasil ao dar atenção à superfície). *Scientific American Brazil*, Ano 3, nº 32, janeiro de 2005, São Paulo.
- Etc.

Creio que esta amostra de meia dúzia de artigos dá uma idéia da versatilidade, atualidade e interesse da temática tratada pelo incansável geógrafo.

De caráter mais acadêmico, encontramos artigos publicados na Revista do Instituto de Estudos Avançados, alguns deles como retomadas ampliadas de temas focalizados anteriormente. Tal é o caso de *O Paleo Deserto de Xique-Xique* (vol. 20, nº 56, p. 301-310, janeiro-abril de 2006), no qual retoma um problema observado numa excursão, em 1958, agora favorecido pela observação de imagem de satélite, possibilitando nova visão do campo de dunas e compreensão dos atuais problemas do uso do solo naquele setor do vale do São Francisco. Ao mesmo tempo, ainda no âmbito dos Estudos Avançados (IEA-USP), compromete-se em ambiciosos projetos, como o FLORAM.

Em contraste com este vizez de jornalismo científico (divulgação) e artigos científicos (acadêmicos), um Ab'Saber que sempre privilegiou a publicação de artigos, primeiros estudos, notas prévias, etc., volta-se agora para aglutinar aquele parcelamento em conjuntos monográficos. Assim chegamos ao momento em que surgem livros, em geral grandes e bem editados, como o caso daqueles recém lançados sobre o litoral brasileiro e a cidade de São Paulo, com primorosas seleções fotográficas.

Temos informações de várias obras encaminhadas à editoração, com as seguintes rotulações: Mudanças Climáticas, Variações do Nível do Mar no Quaternário e Suas Implicações; A Amazônia Brasileira no Século XX; Megageomorfologia do Território Brasileiro; Bases para o Estudo dos Ecossistemas da Amazônia Brasileira; Roraima: os paradoxos de um grande incêndio ao fim do milênio; etc.

Se a crítica e a defesa do patrimônio geográfico de nosso País sempre foi uma das características de Ab'Saber, no momento presente ela está mais acentuada. E creio, vale a pena citar algumas amostras desse fato, recorrendo às próprias palavras do geógrafo a quem, neste momento, prestamos homenagem.

[...] Enquanto os políticos escolhem projetos entrelaçados com interesses de empresários, empreiteiros e banqueiros, os verdadeiros representantes da consciência crítica da nação ficam reduzidos a um silêncio constrangedor. Aqueles que isoladamente resistirem ou não concordarem com o direcionamento de algumas políticas públicas socialmente inoperantes serão considerados inimigos figadais dos governantes e partidos políticos. Espera-se que não seja (re)inventada a temática da subversividade (*Meditações sobre a Geografia Humana – Da coexistência da riqueza e pobreza, surge uma responsabilidade aumentada para intelectuais. Scientific American Brazil. Observatório, Janeiro de 2004.*)

Se aqui se percebe uma crítica direta ao projeto de transposição de águas do São Francisco para o sertão nordestino, sua indignação não é menor quando se trata da Amazônia. Naquela já referida série de artigos da Scientific American, Ab'Saber apresenta, em duas oportunidades, uma síntese muito clara das bases para o conhecimento da "maior e mais rica floresta tropical do

‘mundo, berço de riquezas incontáveis para a humanidade, que por sua biodiversidade, transformou-se num espaço de cobiça e crítica que fere a auto-estima dos que acreditam no Brasil’.

De um terceiro artigo, *O Futuro da Amazônia em Risco*. É preciso dar um basta à imprevidência com que a região e sua biodiversidade vêm sendo tratadas (Scientific American Brazil, julho 2004, p.98), extraio os seguintes trechos:

Para a infelicidade do destino da biodiversidade amazônica, o mais alto dignitário da nação, através de um ato falho verbal, acenou com uma liberação inoportuna para todos os especuladores devastadores. A frase dele foi ‘a Amazônia não pode ser intocável’. O problema é outro: em primeiro lugar, há que se saber como ela vem sendo ‘tocada’. E, ao mesmo tempo, realizar um esforço imenso para planejar um desenvolvimento econômico e social com o máximo de florestas em pé.

Em rápida síntese podem-se enumerar os seguintes ‘caminhos de devastação’: ao longo das rodovias construídas em rasgões no entremeio de tratos das selvas; ao longo de ramais perpendiculares às estradas e rodovias; em sub-ramais de acesso a glebas especulativas; quarteirões no interior das selvas para venda de lotes (modelo chamado popularmente de ‘espinhela de peixe’); grandes retângulos de devastação conectados às rodovias por linhões sob controle, pertencentes a ricos grupos de fazendeiros alienígenas.

E o fecho do artigo:

É lamentável que não se tenha consciência sobre os destinos da Amazônia. Cabe à nossa geração – ao início do século 21 – exigir um gerenciamento mais correto e inteligente para garantir a preservação das biodiversidades e a sobrevivência dos homens e da sociedade no grande Norte Brasileiro.

Eis aí a postura atual do nosso grande geógrafo, não apenas o explicador da realidade geográfica de nosso País mas um destemido defensor do seu patrimônio. Uma exemplar demonstração do que é a Geografia e do papel dos Geógrafos. Extremamente lúcido e ativo numa idade em que muitos que tiveram o privilégio de atingi-la, repousam tranquilamente.

Tenho testemunhado, nestes últimos anos, o respeito e o carinho com que o nosso notável geógrafo é recebido pelos jovens estudantes de Geografia. A AGB, neste momento do encontro em terras amazônicas do estado do Acre, vem apenas confirmar o desejo de toda uma comunidade científica em homenagear um de seus luminares. E espero que o meu relato esteja em sintonia com a obra e o valor pessoal do querido mestre.

Para os estudantes mais jovens, recém ingressos em nossa comunidade, que ainda não tiveram oportunidade de encontrar o mestre Ab’Saber, permito-me aqui a projetar no telão uma sua bem sucedida imagem fotográfica publicada na Folha de São Paulo, ao ensejo da cerimônia de entrega do prêmio Conrado Wessel (Ciência Aplicada ao Meio Ambiente), realizada na capital paulista, na Sala São Paulo, na noite de 12 de junho de 2006. Diante de sua imagem - um paliativo que não sana sua lamentada ausência aqui, neste momento, com uma salva de palmas, demonstremos ao Mestre Ab’Saber nossa gratidão e nosso carinho.

Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana)

Integration, sovereignty and territory in South America: The case of IIRSA (Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South-America)

Integración, soberanía y territorio en América del Sur: Un estudio sobre la IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana)

**CLAUDETE DE CASTRO
SILVA VITTE**

Professora Doutora
Departamento de Geografia - IG - UNICAMP
Rua João Pandiá Calógeras, n. 51
Caixa Postal 6152 - Cep: 13083-870
Campinas-SP
clavitte@ige.unicamp.br

Resumo: Neste trabalho, apresentam-se considerações preliminares a respeito da iniciativa de integração da infra-estrutura na América do Sul, cujo principal objetivo é discutir o conteúdo político do discurso da IIRSA. Na introdução são apontadas as principais transformações em âmbito internacional. Na sequência, os antecedentes da IIRSA e seus principais objetivos são abordados, bem como seus eixos de integração e desenvolvimento. Alguns limites e possibilidades da IIRSA para resolver problemas na economia, na sociedade e no meio ambiente dos países da América do Sul também são discutidos. Com este trabalho pretende-se contribuir no debate sobre soberania e regulação territorial dos países da América do Sul no contexto da globalização da economia.

Palavras-chave: Integração; América do Sul; IIRSA; Território; Infra-estrutura.

Abstract: This work presents some preliminary considerations concerning about of recent initiative for the integration of infrastructure in South America. It has as main goal argue the political content of the speech of IIRSA. In the introduction are pointed the main transformations in the international scale. In the sequence, IIRSA's antecedents and their main goals are considered. The integration and development hubs were defined and analyzed. Some limits and possibilities of IIRSA to solve problems in the economy, in the society and in the environment of South America countries were argued. With this work it intends to contribute in the debate about South America countries sovereignty and territorial regulation in economy globalization context.

Keywords: Integration; South América; IIRSA; Territory; Infrastructure.

Resumen: El artículo aborda algunas consideraciones sobre la iniciativa de integración de la infra-estructura en América del Sur. Él tiene como objetivo principal discutir el contenido político del discurso de la IIRSA. En la introducción son apuntadas las principales transformaciones en la escala internacional. En la secuencia, los antecedentes de la IIRSA y sus principales objetivos son considerados. Los ejes de integración y desarrollo fueron definidos y analizados. Algunas limitaciones y posibilidades de la IIRSA para solucionar los problemas en la economía, sociedad e en medio ambiente de los países de América del Sur fueran discutidas. Con este artículo pretende-se contribuir en el debate sobre soberanía y regulación del territorio de los países de América del Sur en el contexto de la globalización de la economía.

Palabras clave: Integración; América del Sur; IIRSA; Território; Infraestructura.

Contextualização introdutória

No cenário internacional há um regime internacional de acordo com o qual os Estados-nação se relacionam. As conexões de um Estado com o resto do mundo resultam de escolhas políticas operadas durante períodos críticos e que envolvem a escolha de um regime comercial, de gestão de câmbio, de abertura aos capitais estrangeiros etc. (THÉRET, 1998, p. 14).

Com a globalização e difusão das práticas políticas neoliberais há uma desinstitucionalização, uma desregulação necessária e funcional para o sistema capitalista. Boaventura de Sousa Santos (2002) discute este contexto de mudança. Ele levanta algumas características da chamada globalização econômica, dentre as quais ressalta: economia dominada pelo sistema financeiro e por investimentos em escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transportes; "revolução" nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; hegemonia das agências multilaterais financeiras e poder da Tríade (Estados Unidos, Japão e União Européia).

Para Boaventura de Sousa Santos há importantes implicações dessas transformações sobre as políticas econômicas nacionais, entre as mais importantes estão a exigência de abertura comercial; a adequação dos preços domésticos aos internacionais; prioridade à economia de exportação; políticas monetárias e fiscais orientadas para reduzir a inflação e a dívida pública; direitos de propriedade privada garantidos; privatização do setor produtivo estatal; redução do peso das políticas sociais nos orçamentos; substituição do princípio de universalização das políticas públicas por medidas compensatórias para os estratos vulneráveis.

Desta forma, para B. Sousa Santos, a globalização apresenta três inovações institucionais: 1. drástica redução da regulação estatal na economia; 2. novos direitos de propriedade intelectual para investidores estrangeiros; 3. subordinação dos Estados às agências multilaterais (FMI, OMC etc.), sendo que a coerção sobre os países pobres não é feita necessariamente pelos países ricos, mas pelas agências multilaterais.

Outro ponto importante na interpretação de B. Sousa Santos refere-se às *transformações do poder do Estado-nação*. Segundo o autor, tem havido uma **desnacionalização do Estado**, que significa o esvaziamento do aparelho estatal, além de crises dos modelos políticos administrativos (como é o caso do federalismo brasileiro, que vem sofrendo uma reorganização de atribuições entre as instâncias de poder político-territorial).

Uma outra transformação assinalada diz respeito a uma **desnacionalização dos regimes políticos** por meio da transição da idéia de governo (*government*), na qual o Estado exerce o papel central na regulação, para a idéia de governança (*governance*), na qual a regulação é

compartilhada com outras organizações, cabendo ao Estado só a coordenação – caso da criação de agências reguladoras, muitas delas já nascidas “esvaziadas”.

Uma terceira transformação assinalada é da **internacionalização do Estado nacional**, com o aumento dos impactos externos sobre a atuação dos Estados.

Por fim, Boaventura de Sousa Santos discorre sobre a ideologia que embasa a globalização, ao apontar a tentativa de seus defensores em mostrar que ela tem um impacto uniforme e positivo em todas as regiões do globo e que o mundo é interdependente, podendo-se esperar pelo fim do “Sul”. Mas, para Sousa Santos, este anúncio do fim do Sul é fruto de uma mudança de sensibilidade sociológica, a qual pode ser entendida como um “esquecimento”, ou, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, como uma “condenação à irrelevância”.

Questiona-se, então, se no cenário internacional a América Latina está condenada à irrelevância. Neste trabalho procurar-se-á mostrar que, contrariamente, o subcontinente re-emerge como área de interesse na acumulação de capital, mas em uma outra ordem de dominação da atual fase do capitalismo, marcada pela privatização dos recursos naturais e pela privatização dos serviços públicos em todo o mundo, levando a emergência de uma *acumulação por despossessão*¹, conforme David Harvey assinala em seu livro *El nuevo imperialismo* (2004).

David Harvey lembra que na fase da acumulação primitiva, baseada na depredação, na fraude e na violência, havia uma ampla gama de processos, entre eles a mercantilização e privatização da terra, a expulsão pela força das populações camponesas, a conversão de diversas formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, estatal) em propriedade privada, a supressão do direito de usar os bens comunais, a mercantilização da força-de-trabalho, a eliminação das formas alternativas (indígenas) de produção e consumo, formas coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos (incluindo os recursos naturais), a monetarização dos intercâmbios e da fiscalização, comércio escravista, usura, dívida nacional e sistema creditício como formas radicais de acumulação primitiva, cabendo ao Estado, com seu monopólio de violência e as definições de legalidade, um papel central de apoio e promoção desses processos.

Para o autor, todas essas características mencionadas por Marx têm sido mantidas até hoje na geografia histórica do capitalismo, mas também têm aparecido novos mecanismos de acumulação mediante a despossessão dos direitos de propriedade intelectual, como a biopirataria, a mercantilização da natureza, a privatização de ativos até recentemente públicos, constituindo-se em um novo “cercamento dos espaços comuns”, com o uso do poder do Estado, muitas vezes contra a vontade popular. Traz-se para cena, assim, com nova roupagem, o *velho* tema da luta de classes.

¹ Na edição brasileira tal expressão foi traduzida por *acumulação via espoliação*.

As flagrantes políticas de despossessão são aplicadas pela intervenção estatal e instituições internacionais em nome do neoliberalismo, que organizam as desvalorizações que permitem a acumulação por despossessão sem provocar um colapso geral² (cf. HARVEY, 2004, p. 116).

Francisco de Oliveira (2004), por sua vez, afirma que “o capitalismo em sua fase globalizadora não é, decididamente, democrático. Acordos para se fazer valer pressupõem poderes que podem se contrabalançar, vetos que podem ser efetivos, capacidade estratégica para induzir o jogo do adversário, poder de dissuasão [...]”. Para este autor,

se as relações internacionais estão em trânsito para maior abrangência do direito, convém saber quais são as condições materiais que asseguram sua vigência. A simples igualdade pressuposta para firmar um tratado não torna os parceiros iguais, e, no reino do mercado dominado pelos agentes privados, esse tipo de igualdade apenas cria a institucionalidade que reitera a desigualdade real [...]. A globalização apóia-se em e [ao mesmo tempo] amplia duas poderosas tendências que acabarão por fazer dos direitos nacionais letras-mortas. A primeira é a **desnacionalização da política**, ou o que os juristas estão chamando de sua desterritorialização. A segunda é a **despolitização da economia** ou a **juridificação da mercadoria** (OLIVEIRA, 2004)³.

As teses de David Harvey e Francisco de Oliveira são muito instigantes para se refletir a respeito da América Latina. Vejamos sucintamente o que vem ocorrendo na América do Sul, no que se refere à tentativa de integração da infra-estrutura, por meio do estudo da IIRSA, que pode ser vista como uma “nova” onda de modernização de infra-estrutura produtiva, cujo discurso defende a necessidade de tornar as economias sul-americanas (mais amplamente as latino-americanas) mais competitivas e menos vulneráveis.

A IIRSA vem sendo estimulada na América do Sul desde 2000, como uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foram apontados os principais problemas que inibem o comércio na América do Sul e feitas propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as potencialidades econômicas a serem desenvolvidas.

² D. Harvey lembra os programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI e como os EUA se beneficiam com tais processos, pretendendo aparecer como um líder mundial que organiza “resgates”, como no caso do México, em 1994, para manter em funcionamento a acumulação global do capital (p. 121).

³ Francisco de Oliveira explica que a **desnacionalização da política** dá-se com as obrigações supranacionais, por exemplo com o FMI, a OMC, o BIRD. Com elas, os países são monitorados e as políticas nacionais acabam por se transformar em “capítulos de uma política global” e exemplifica lembrando os casos das pressões por superávits fiscais, as obrigações da dívida, a classificação de investimentos estatais como gastos, o poder de retaliação de empresas sobre mercados nacionais por cima de quaisquer determinações. Já a **juridificação da mercadoria** “significa que as mesmas carregam seu próprio ordenamento, imune aos nacionais, e retira do comprador o direito ao valor de uso da mercadoria. [...] O comprador já não tem liberdade para dar o uso que quiser à mercadoria que comprou e pagou. Ela somente pode ser utilizada sob determinadas condições impostas pelo vendedor” O autor exemplifica com a propriedade intelectual, lembrando como as grandes multinacionais sendo proprietárias das patentes acabam por juridificar o mercado (OLIVEIRA, 2004).

As estratégias de integração foram elaboradas a partir da análise da localização das principais riquezas naturais da América do Sul, as formas como poderiam ser utilizadas e a infraestrutura necessária para seu aproveitamento, considerando as oportunidades de integração física mais evidentes, a consolidação das cadeias produtivas competitivas, e a redução de custos. A integração propugnada nessa iniciativa visa a aumentar a *fluides* do território para facilitar o escoamento dos recursos naturais e dos principais produtos da pauta de exportação dos principais países da região, sem considerar os impactos ambientais e sem uma ampla discussão com a sociedade, mas com um forte apoio das agências multilaterais de fomento.

Aqui serão apresentadas algumas considerações preliminares sobre as recentes iniciativas de integração física da América do Sul e cujo objetivo principal é debater o conteúdo político do discurso da IIRSA. Para tanto, foi feito o resgate dos antecedentes desta iniciativa. Em seguida, discutir-se-á o que se entende por eixo de desenvolvimento como metodologia de regionalização; os alcances e os limites que tal iniciativa pode acarretar para a economia, as sociedades e, de forma secundária, para o meio ambiente nos países envolvidos, além de contribuir no debate sobre a soberania e regulação do território dos países da América do Sul, no contexto da globalização econômica, tomando, sempre que possível, os casos do Brasil e da Bolívia como referências, uma vez que dentre os países do subcontinente são o mais rico e o mais pobre no âmbito econômico, respectivamente.

Antecedentes e objetivos da IIRSA

Em 2000 foi realizado em Brasília um encontro de presidentes dos países sul-americanos, denominada Cúpula de Presidentes da América do Sul. Um dos objetivos dessa reunião foi de "estimular a organização do espaço sul-americano a partir da contigüidade geográfica, da identidade cultural, e dos valores compartilhados dos países vizinhos sul-americanos (cf. IIRSA *apud* PAIM, 2003)".

Tal encontro foi uma iniciativa do então Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, objetivando reunir os chefes de Estado dos 12 países do subcontinente para instituírem um fórum de discussão sobre o futuro da América do Sul, em uma perspectiva de longo prazo, de definição de estratégias e ações concretas e operativas para resolução das necessidades mais prementes.

A IIRSA, em seu *Plano de Ação*, coloca como principal desafio para a América do Sul alcançar um ritmo de crescimento sustentável, estável, eficiente e equitativo, fruto de processos produtivos que se fundamentem na tecnologia do conhecimento e que cada vez mais dependam

menos da exploração de recursos naturais, o que só pode ser garantido com um genuíno crescimento da produtividade e da competitividade (cf. IIRSA, 2004).

Assim, dentre os objetivos mais importantes da IIRSA estão:

- desenhar uma nova infra-estrutura, com visão mais integral;
- enquadrar os projetos nos moldes de um planejamento estratégico, a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais;
- modernizar e atualizar os sistemas regulatórios e institucionais nacionais que regem o uso da infra-estrutura;
- harmonizar as políticas, planos e marcos regulatórios e institucionais entre os Estados;
- valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos;
- melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das populações locais nos eixos de integração regional;
- incorporar mecanismos de participação e consulta;
- desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos.
- estruturar os esquemas financeiros, para adaptá-los à configuração específica de riscos de cada projeto (cf. IIRSA, 2004).

Tais objetivos são entendidos como ações básicas do plano ou diretrizes, que enfocam três aspectos: 1. coordenação de projetos e investimentos, 2. compatibilização dos aspectos regulatórios e institucionais e 3. mecanismos “inovadores” de financiamentos públicos e privados. No entanto, essas mesmas diretrizes poderiam ser “traduzidas” para: 1. ingerência das organizações multilaterais na autonomia nacional, definindo prioridades, sob o discurso do uso de práticas de governança; 2. redução da regulação estatal e internacionalização dos Estados nacionais e 3. difusão de parcerias público-privadas (PPPs), muitas vezes com a absorção de custos e de perdas por parte dos parceiros públicos, em uma aproximação da interpretação feita por Boaventura de Sousa Santos (2002) apontada acima.

Tais diretrizes explicitadas no documento *Plano de Ação*, que foi coordenado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CAF (Corporação Andina de Fomento) e FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), juntamente com os ministros dos setores de infra-estrutura do subcontinente, mostram uma visão de integração fundamentalmente mercadológica, cujo objetivo principal é a busca de oportunidades em um subcontinente cujo potencial é visto como subutilizado em termos de investimentos lucrativos para capitais privados.

Tal opção aparece claramente em diversas passagens do documento, por exemplo, quando é afirmada a necessidade de buscar “maior eficiência de investimentos”; que “a regulação deve ser feita baseada em critérios técnicos e econômicos” (sem ênfase no político); que as agências devem, prioritariamente, incentivar os projetos que atendam as características e preferências dos mercados de capitais e os projetos que constituam oportunidades comerciais, cujos riscos e benefícios sejam compartilhados pelos setores público e privado.

No que se refere à dimensão social dos resultados esperados, bastam poucas linhas: “serão buscadas obras de infra-estrutura que gerem maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, evitando que sejam apenas corredores entre os mercados principais” e no trecho onde é explicado como serão feitas a definição e a seleção de projetos: “se procurará utilizar [sic] mecanismos que façam efetiva a participação e contribuição ativa das comunidades envolvidas e do *setor privado* interessado no financiamento, construção e operação de tais projetos (cf. BID/CAF/FONPLATA, 2000)” [grifo nosso].

Esse mesmo documento deixa claro que os países devem também assumir o compromisso de promover a participação, nos processos decisórios, das instituições de financiamento, cabendo aos governos facilitar os mecanismos de tomada de decisões mediante um processo de interação ágil e flexível entre os governos e as entidades multilaterais, sendo que estas devem participar ativamente da direção executiva, junto com representantes dos governos nacionais.

Assim, pode-se concluir em primeiro lugar que a incorporação dos organismos multilaterais nos mecanismos de tomada de decisões, em um compartilhamento de poder nas práticas regulatórias dos governos (*governança*), atua como um agente que, antes de tudo, se preocupa com a rentabilidade dos investimentos e não necessariamente com o seu alcance social. Conforme alguns autores alertam, os programas desenvolvidos pelos organismos multilaterais de base econômica, como BID, BIRD e outros não são neutros. Suas “preocupações sociais” se enquadram em uma espécie de *progressismo conservador*, entendido como a busca por mudanças para melhorar a sorte dos muito pobres e vulneráveis, sem provocar rupturas ou transformações sociais (cf. MELO; MOURA, 1990).

Em um estudo sobre o papel do BID, a REDEBRASIL Sobre Instituições Financeiras Multilaterais aponta que essa instituição vem alardeando que está assumindo um novo marco estratégico, no qual chama a atenção a proposição de “ações para melhorar o bem-estar da população da região, pondo ênfase nos setores mais pobres”. Mas, deve-se notar, que esta “preocupação social” possui uma visão economicista de desenvolvimento, longe de considerar um desenvolvimento humano integral que almeje a autonomia dos indivíduos, com uma saudável relação com meio ambiente, com os saberes tradicionais, modos de vida e culturas das comunidades. Ainda, segundo a REDEBRASIL, o BID tem o evidente intuito de abrir mercados para as grandes empresas da economia global, em contexto de reformas estruturais dos Estados (entenda-se neoliberalismo), assumindo que as políticas de integração regional devem basicamente integrar as economias ao resto do mundo, estimular mercados privados e modernizar instituições, visando melhorar a competitividade na globalização (cf. REDEBRASIL, 2004).

Cabe ainda ressaltar o esforço do BID em compatibilizar as políticas macroeconômicas entre os países, principalmente nas áreas de câmbio, fiscal e nos sistemas tributários e seu empenho em apoiar as negociações com a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Assim, a opção do BID por este "novo marco estratégico" reforça a tese de Francisco de Oliveira de *desnacionalização da política*, como se viu acima.

Definindo os eixos de integração e desenvolvimento

É necessário definir o que se entende por eixos de desenvolvimento. Sabe-se que um recorte regional, segundo determinado critério, é um dos pontos-chave para a análise regional. Há diversos recortes possíveis, dependendo do objetivo da regionalização, dos critérios utilizados e das informações disponíveis.

Rosélia Piquet, Rainer Randolph, Martim Smolka e David Vetter (1986), baseados em Hülhorst, destacam que entre os objetivos da regionalização a análise e o planejamento são os mais importantes. Chamam a atenção também para dois critérios de regionalização: a interdependência (no interior de um território) e a semelhança. Consideram, assim, entre as principais formas de regionalização: 1. a região polarizada: que objetiva a análise e baseia-se em critérios de interdependência; 2. área homogênea: que também objetiva a análise e cujo critério de regionalização é a semelhança; 3. região de planejamento: cujo objetivo é o planejamento, com critério de interdependência; e 4. área programa: com objetivo de planejamento e critério de semelhança (cf. PIQUET et al, 1986).

Bianca Nasser lembra que recortar uma região seguindo determinado critério é parte determinante de uma metodologia de estudo. Baseada em Nilder, ela define eixo, pólo, *cluster* e corredor. Para ela, eixo é

um determinado corte espacial que focaliza sub-regiões dinâmicas onde a seleção das ações de desenvolvimento integrado permite maior propagação desse dinamismo para a região ou para o país. Mostra orientação para as potencialidades das sub-regiões, que podem ser agregadas para estabelecer capacidades de setores produtivos e vantagens na localização de atividades ainda não devidamente exploradas (NASSER, 2000, p. 150)⁴.

⁴ Bianca Nasser, ainda baseada em Nilder, também define: "Pólo: recortes espaciais menores para áreas com real potencial de desenvolvimento podendo ser um centro de interação entre o sistema produtivo e o desenvolvimento tecnológico. A comunidade é vista como protagonista, empreendedora, autônoma e independente, com um modelo de gerenciamento mais específico, voltado para a mobilização e informação; *cluster*: lugar geograficamente estabelecido onde várias empresas relacionadas e situadas ao longo da cadeia produtiva com elementos de apoio financeiro, estratégico e de infra-estrutura competem e crescem, constituindo uma estrutura dinâmica; corredor: elemento físico que integra os eixos, pólos e clusters. As atividades a serem desenvolvidas estão ligadas aos conceitos de interligação estrutural dos clusters e áreas caracterizadas pelo desenvolvimento local. Em casos de eixos de maior escala, utiliza-se um eixo estruturante ao invés de corredores (NASSER, 2000, p. 151-152)".

Para Elisângela Soldadelli Paim, os eixos de integração são faixas geográficas abrangendo vários países que concentram ou que possuem potencial para desenvolver intensos fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o desenvolvimento regional (PAIM, 2003).

Na página eletrônica da IIRSA (www.iirsa.org) não há uma definição de eixos de integração disponível. Só aparecem listados e caracterizados os 12 eixos que esta iniciativa agrega. Em uma janela com animação, aparece escrito que a América do Sul é um território cheio de oportunidades, oportunidades em territórios geográficos isolados, como o istmo centro-americano, a Selva Amazônica, o rio Amazonas, o Pantanal e a Cordilheira dos Andes. Inexplicavelmente a mensagem segue dizendo que tais áreas isoladas conformam cinco zonas: Cornisa Andina, Plataforma do Caribe, Enclave Amazônico, Enclave Sul-Amazônico e Plataforma Atlântica. Tais zonas são listadas sem nenhuma explicação quanto aos critérios definidores. Na seqüência, a mensagem afirma que o objetivo primordial da IIRSA é buscar criar pontes e unir esses territórios com um fim comum: a criação de uma plataforma logística que insira a América do Sul na economia global, bem como incrementar o comércio regional, estimular a integração de cadeias produtivas para uma inserção mais competitiva nos mercados mundiais e desenvolver espaços isolados. Procurou-se, então, resgatar quais os critérios e a metodologia utilizados para a definição dos eixos propostos.

Em reportagem-entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, é imputado a Eliezer Batista da Silva o papel de mentor dos eixos de integração da América do Sul. Como é sabido, ele também foi o mentor da idéia-base que resultou na proposta dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento (EID) apresentado nos Programas *Brasil em Ação* e *Avança Brasil*, planos de investimentos em infra-estrutura do governo Fernando Henrique Cardoso.

O estudo e a proposta de Eliezer Batista deram-se por um pedido de Fernando Henrique Cardoso, quando ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso estava interessado na viabilidade de implantar um Merconorte, um acordo regional entre o Brasil ou Mercosul e os países andinos, integrando grande parte do subcontinente. Mas Eliezer Batista já vinha trabalhando com esta idéia desde o início dos anos 1990, quando foi secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor.

Um dos encaminhamentos do encontro de mandatários da América do Sul em 2000 foi definir o BID como coordenador do plano de ação para a integração. Apenas três meses depois, o BID apresentou o estudo *Um nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional em América del Sur*, no qual foi feito um diagnóstico da situação e foram apresentadas alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias. No estudo, foram identificados os eixos com maior

intercâmbio, os chamados Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul (cf. PAIM, 2003).

Elisângela S. Paim aponta que o estudo apresentado pelo BID/CAF/FONDATA foi uma reelaboração de um estudo encomendado pela Corporação Andina de Fomento (CAF) em 1996 a Eliezer Batista da Silva (PAIM, 2003)⁵. Tal estudo foi publicado em 1997, com o título *Infra-estrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul*, com o apoio de várias instituições internacionais e nacionais, dentre elas a BCSD-LA (Business Council for Sustainable Development - Latin América), CAN, CVRD, Bank of América, CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), SESI, SENAI e FIRJAN (SILVA, 1997).

Apesar do conceito de eixo de desenvolvimento estar presente no *Avança Brasil*, a questão da integração sul-americana aparece timidamente. Mas, por ocasião do 40º Aniversário do BID, Fernando Henrique Cardoso instigou essa instituição a articular um projeto de integração para a América do Sul, projeto abarcado com ótima receptividade na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em 2000.

Elisângela Paim relata que, primeiramente, foram propostos 12 eixos de integração e desenvolvimento. Mas, na atualidade, são nove eixos definidos e há um décimo em estudo. São eles:

1. Eixo Andino (Venezuela-Colômbia-Ecuador-Peru-Bolívia).
2. Eixo Central do Amazonas (Colômbia-Ecuador-Peru-Brasil).
3. Eixo Interoceânico Central (Peru-Chile-Bolívia-Paraguai-Brasil).
4. Eixo Interoceânico de Capricórnio (Antofagasta/Chile-Jujuy/Argentina-Assunção/Paraguai-Porto Alegre/Brasil).
5. Eixo do Escudo Guayanês (Venezuela-Brasil-Suriname-Guiana).
6. Eixo Mercosul-Chile (Brasil-Uruguai-Argentina-Chile).
7. Eixo Interoceânico Meridional (Talcahuano-Concepción/Chile-Neuquén-Bahia Blanca/Argentina).
8. Eixo Amazônico do Sul (Peru-Brasil-Bolívia).
9. Eixo Bacia do Prata (estudos para a implantação da hidrovía Paraná-Paraguai).
10. Interconexão das bacias do Orinoco-Amazonas-Prata (em estudo).

Percebe-se claramente que só em dois eixos o Brasil não está conectado diretamente e quatro deles encobrem diretamente a Amazônia, o que é compreensível pela dimensão do país e da Amazônia no subcontinente.

Em dezembro de 2002 a CAF computou 300 projetos de integração física na América do Sul, sendo que há áreas sul-americanas de baixa ocupação, como a Amazônia, que serão totalmente cobertas pelos eixos, certamente provocando impactos. Os financiadores defendem que esses impactos serão controláveis e os impactos socioeconômicos e ambientais serão sempre discutidos com a sociedade civil.

⁵ Eliezer Batista foi presidente da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), a maior mineradora do continente que também atuava na área de logística e geração de energia. Ele possui ampla experiência e visão dos principais problemas, gargalos e potencialidades da infra-estrutura produtiva, por uma perspectiva mercadológica.

Mas Elisângela S. Paim (2003) alerta que na maioria das vezes os projetos são escolhidos conforme critérios geoeconômicos, atendendo prioritariamente os interesses privados, ficando os impactos sociais e ambientais em um segundo plano.

Antonio Carlos F. Galvão e Carlos Antonio Brandão fazem um esclarecedor histórico sobre a incorporação do conceito de eixos de integração pela tecnoburocracia do planejamento no Brasil, nos anos 1990. Nesse processo, a proposta de Eliezer Batista foi a principal referência. Segundo eles, a idéia dos eixos corresponde a um

corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, definidas como objetivos de planejamento [...] e contemplavam uma "área de influência", ou seja, a região complementar definida a partir das projeções espaciais das relações sociais nas imediações das vias de transporte e cuja lógica se reflete na interação e na hierarquia dos seus assentamentos humanos (Consórcio Brasileira, 1998 apud GALVÃO; BRANDÃO, 2003).

Assim, "os eixos passaram a ser regiões, que continham a via de transporte – mediante suas respectivas 'unidades espaciais' – e também complementar, com 'as outras unidades espaciais' adjacentes à via de transporte, como reiterado na definição (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 197-198)"⁶.

Eliezer Batista define os eixos de integração como

canais geográficos por onde passam, de preferência simultaneamente, empreendimentos de infra-estrutura nas áreas de logística (transporte e armazenagem), energia e telecomunicações. Em torno dos eixos, [...] se formam cinturões de adensamento econômico – isto é, eles atraem empresas que se aproveitam das facilidades de infra-estrutura oferecidas (cf. www.frigoletto.com.br/geoEcon/integrass).

Antonio Carlos Galvão e Carlos A. Brandão argumentam que no cerne da proposta de Eliezer Batista

há uma visão de logística a partir da infra-estrutura de transportes - especialmente ferrovias, portos, navegação de longo curso e de cabotagem - e voltada especialmente para as *commodities* minerais e agroindustriais, [sendo que] a proposta defendia uma perspectiva de exploração de potencialidades nas duas metades - cinturões Sul e Norte - da América do Sul, sugerindo a realização de obras voltadas à conexão dos centros de produção do continente aos mercados globais (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 194).

Os autores discutem também os elementos essenciais da proposta dos eixos. Segundo eles,

⁶ Os autores lembram que "o uso do poder transformador de uma grande obra de infra-estrutura, particularmente as associadas ao transporte e à energia, constitui quase que o ponto de partida clássico das intervenções governamentais em prol do desenvolvimento, especialmente quando se coloca a discussão no plano macroeconômico. Além de possuir porte e capacidade elevada de mobilização de recursos de várias espécies, a grande obra de infra-estrutura clássica também permite revalorizar os empreendimentos produtivos existentes no seu entorno e suscitar o desenvolvimento de novos". Os autores também lembram que "no campo da teoria, a relação entre espaço e transportes desde há muito tem sido perpetrada como essencial pelos especialistas" (cf. A. C. F. GALVÃO; C. A. BRANDÃO, 2003, p. 194).

a tarefa de delimitar os eixos recaiu sobre a identificação de "porções territoriais com a finalidade de orientar a ação governamental". Segundo o "Relatório Inicial", tratava-se "[...] de definir regiões de planejamento". Simultaneamente, os eixos propriamente ditos foram delimitados por "um corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, definidas como objetivos de planejamento" [...] e contemplavam uma "área de influência", ou seja "a região complementar definida a partir das projeções espaciais das relações sociais nas imediações das vias de transporte e cuja lógica se reflete na interação e na hierarquia dos seus assentamentos humanos (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 197)".

Assim, os eixos passariam a ser regiões. Para os autores, um dos principais problemas era uma visão bipartida, pois se a região dos eixos definia os objetivos de planejamento, a região complementar não demandava o mesmo grau de acuidade nas proposições, parecendo ser um anexo, um acessório sem importância. Ademais, foi feita a adoção da figura de "projetos-âncora", ou seja, de grandes projetos de infra-estrutura, enquanto que os projetos de desenvolvimento social tendiam a ser encarados como secundários. Assim, "a espacialidade da logística específica dos grandes projetos de infra-estrutura prevaleceu sobre a pesada dimensão espacial, efetivamente regional, da pobreza e de outros campos de preocupação das ações governamentais (GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p.198)".

As argumentações acima expostas, apesar de atinentes a uma avaliação do caso brasileiro, não deixam de ser uma importante referência para se pensar a IIRSA, pois acreditamos que a mesma lógica rege as duas propostas. Para o caso brasileiro, as considerações de Galvão e Brandão mostram que a proposta dos eixos de integração e desenvolvimento apresenta uma forte negligência ao tratar das questões urbanas, sociais e ambientais, pois os eixos, ao se basearem na logística, potencializam, sem dúvida, os fluxos econômicos imediatos, mas não propõem ações de fomento às novas estruturas produtivas. Há a racionalização das cadeias produtivas existentes em cada região, mas um apoio muito menor aos "potenciais econômicos pouco explorados", ainda que os documentos sugiram isto.

No entanto, a lógica que de fato prevalece é apenas a da montagem de uma malha logística para escoar a produção existente, fazendo principalmente a integração dos centros produtores aos mercados internacionais de *commodities*, sem explicitar os meios para alavancar o desenvolvimento das áreas complementares⁷, havendo fortes indícios de que acabará por prevalecer a tendência à concentração econômica e às desigualdades regionais (cf. GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 199-204).

⁷ A coordenação dos estudos foi feita pelo Consórcio Brasiliana (formado pelas consultorias Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores, Bechtel International Corporation e Banco ABN Amro) contratado pelo governo federal brasileiro sob a supervisão do BNDES e Ministério do Planejamento. Segundo Galvão e Brandão, o que se buscou foi uma aproximação à idéia de região de planejamento de J. Boudeville, definida pela infra-estrutura de transporte, pelas potencialidades produtivas e pela rede de cidades, considerando uma definição de polarização como acessibilidade e estruturação produtiva, sendo o território complementar definido a partir das espacialidades das relações sociais presentes nos arredores das vias de transportes e cuja lógica se reflete na rede de cidades e sua hierarquia (cf. GALVÃO; BRANDÃO, 2003, p. 199).

Em suma, a interpretação de Galvão e Brandão é uma referência importante, pela crítica, clara e consistente, feita à proposta de eixos de integração e desenvolvimento no Brasil e por apontar equívocos e questionamentos que trazem dúvidas e inquietações, pois, embora os referenciais propostos sejam mudados, as desigualdades socioespaciais tendem a continuar. Mas é importante assinalar que, para eles, a proposta dos eixos de integração e desenvolvimento tem o mérito de trazer novamente a espacialidade para a discussão do desenvolvimento socioeconômico.

Discutindo alguns dos limites e possibilidades da proposta dos Eixos de Integração e Desenvolvimento

Roberto Mangabeira Unger faz uma proposta de busca de alternativa para o Brasil, e por extensão para a América do Sul e América Latina. Para ele, não é possível melhorar o Brasil se não se contribuir para a solução de problemas compartilhados por muitas outras nações, entre elas os nossos vizinhos sul-americanos. Ele alerta que não se pode avançar em direção ao desenvolvimento só na base de trabalho barato e de recursos naturais e, se o Brasil ainda não pode progredir com base na alta tecnologia e no desenvolvimento tecnológico, é preciso se despir de preconceitos ideológicos e usar os poderes do Estado para potencializar a auto-ajuda individual e a iniciativa privada, já que onde o mercado não funciona, não convém aguardá-lo nem suprimi-lo (cf. UNGER, 2004).

Este é um primeiro ponto a ser destacado: deve ser buscado um desenvolvimento que não disponha dos recursos humanos e naturais existentes de maneira predatória, sendo fundamental contar com o papel ativo do Estado para amparar os indivíduos mais vulneráveis no processo econômico.

Um segundo aspecto é perder a ingenuidade e considerar seriamente a desigualdade como um elemento inerente ao modo de produção capitalista. Há um interesse capitalista por espaços estratégicos, visando propiciar as condições da acumulação de capital e sua realização em escalas espaciais cada vez mais dilatadas. É importante considerar que no capitalismo o espaço é objeto, meio e produto do capital, e o processo de valorização do espaço é a própria valorização do capital, que se espacializa desigualmente.

É preciso, então, ter claro que a acumulação capitalista prima pela desigualdade e no que se refere ao espaço há e continuará havendo disparidades regionais e espaços desiguais, desigualdade essa ora mais ora menos evidente. Assim, desigualdade é inerente e real, mas indesejável, sendo preciso lutar politicamente para diminuí-la. Feitas estas considerações, o próximo objetivo do trabalho é avaliar os prós e contras da proposta dos eixos, baseado na interpretação feita por Bertha Becker.

Bertha Becker, ao refletir sobre os alcances e limites do papel dos eixos de integração e desenvolvimento, está pensando o caso da Amazônia, região da qual ela é profunda conhecedora. Seu trabalho é uma reflexão sobre a Amazônia, mas pode ser derivado para uma escala mais abrangente.

Para a autora, os eixos de integração e desenvolvimento poderão reforçar um padrão concentrado da vida regional, mas por outro lado poderão abrir novas oportunidades econômicas para a população local. A experiência será bem-sucedida, ela defende, se uma série de políticas e medidas integradas considerarem as lições do passado e a complexidade que envolve a Amazônia e, por extensão, qualquer outra região definida na formulação dos eixos. Em suma, ela defende que há positivities esperadas se os EID forem utilizados como instrumentos de ordenação do território.

Para a autora, a proposição dos eixos é semelhante em alguns pontos aos pólos de crescimento à la François Perroux: os eixos também seriam espaços privilegiados para conectar circuitos nacionais e internacionais de informação, financeiros e de mercadorias mediante a implantação de redes. Mas eles diferem dos pólos por terem uma mais ampla escala de atuação e pela tentativa de superar os efeitos concentradores dos pólos, visando a integração efetiva de todo o espaço do eixo (do subsistema logístico). Bertha Becker observa que a construção desses subsistemas é complexa e não aparece nos programas governamentais, o que pode ser um risco para seu sucesso.

Por outro lado, Bertha Becker aponta como legítimo o fato de a União almejar com os EIDs estimular e assegurar a exportação de grãos, colocando-se como uma alternativa para melhorar as finanças nacionais, visando ampliar a pauta de exportações, bem como estreitar as relações com os demais países do subcontinente (cf. BECKER, 1999, p. 36-37), em uma visão compatível com a perspectiva atual das Relações Internacionais, que exige uma definição dos parceiros a serem priorizados e independência em relação aos países hegemônicos. Só vale alertar para que não se incorra no risco de resgatar um slogan do período militar, o "exportar é o que importa", para não derivar para um "exportar ou morrer", como se isto fosse o fim precípua das ações do Estado, em uma inversão de meios e fins.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, desde que foi eleito em 2002, vem fazendo um grande esforço em estreitar as relações do Brasil com as nações vizinhas e efetivamente o seu governo abraçou a IIRSA como uma prioridade de sua política externa. Guilherme Carvalho lembra que tem sido intensa a movimentação do corpo diplomático brasileiro para consolidar a liderança política do Brasil no continente. Assim, o tema da integração sul-americana, tanto de mercado quanto da infra-estrutura, tem sido uma constante nas negociações mantidas com nossos

países vizinhos. Ressalte-se também o papel cada vez mais ativo do BNDES no financiamento de diversos projetos por toda a América do Sul, contando atualmente com recursos disponíveis superiores aos do BIRD e BID para investimento no Brasil (cf. CARVALHO, 2003).

A IIRSA no contexto da proposição da ALCA: os interesses norte-americanos

A ALCA pode ser considerada uma das respostas dos Estados Unidos para resolver seus problemas econômicos e fazer frente ao avanço das economias européias e chinesa. Assim, a América Latina é um mercado de vital importância para melhorar o déficit da balança comercial norte-americana. A integração econômica tem gerado discussões sobre a necessidade de uma integração físico-territorial. Nos Estados Unidos, a implantação de uma complexa infra-estrutura física regional multimodal dá-se no sudeste, entre o Mississippi até a Costa Atlântica, por meio do *Patio Trasero*. Para o México e América Central, os Estados Unidos, no âmbito da ALCA, propuseram o *Plan Puebla Panamá* (PPP), bastante controverso, e na América do Sul está em andamento a IIRSA, sobre a qual paira um estranho silêncio, no que se refere à consulta e à discussão com as sociedades sul-americanas (cf. PORTILLO, 2004; FOBOMADE, 2003b).

Na minuta do acordo da ALCA aparece como um de seus objetivos "propiciar o desenvolvimento de uma infra-estrutura hemisférica que facilite a circulação de investimentos" (*inversión*) (cf. PORTILLO, 2004), já que a integração econômica necessita de uma integração física. Para muitos, a ALCA, então, não é só um acordo comercial, mas uma série de projetos paralelos e de políticas destinadas a permitir a livre exportação dos recursos naturais da América Latina por parte das empresas transnacionais (cf. FOBOMADE, 2003b).

Nos corredores ou eixos de integração e desenvolvimento se situam os principais megaprojetos⁸. Segundo o FOBOMADE,

Como o nome indica, os Corredores constituiriam regiões particulares onde se promoveria o desenvolvimento das populações locais. Não obstante, constatamos que eles estão sendo definidos de acordo com o que a burocracia da IIRSA denomina de "visão de negócios" e coincidem com dois elementos importantes: em primeiro lugar, os eixos delineiam, de maneira clara, as rotas mais adequadas para o transporte de mercadorias, particularmente entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. [...] [Assim,] a construção e o controle de eixos para transporte para o Pacífico assumem uma importância estratégica. Em segundo lugar, os eixos coincidem com as áreas mais importantes em termos de recursos não renováveis (minerais, gás, petróleo) e da biodiversidade (plantas, animais, microorganismos). A exploração desses recursos escapa cada vez mais, graças às políticas neoliberais que preparam a ALCA, aos governos nacionais (FOBOMADE, 2003a) [original em espanhol].

⁸ Os 12 Eixos de Integração e Desenvolvimento, seus mapas, as informações e descrição de cada um deles podem ser encontrados em: <http://www.iirsa.org>.

As discussões sobre a IIRSA tocam na questão da soberania. Para Lubis Portillo (2004), a IIRSA exige mudanças no conceito de soberania, ainda que não, *evidentemente*, para o Estado-nação norte-americano.

Com as flexibilizações jurídicas no âmbito de cada Estado-nação e no de suas fronteiras, visando favorecer convênios de empresas transacionais, a construção e a adaptação da infraestrutura acabarão por ser instrumentos de *recolonização* para as Américas⁹. Para Lubis Portillo,

no marco da globalização, a hegemonia norte-americana deixa de ver os países da América Latina e do Caribe como *países nacionais*. Por meio de sua *visão imperial*, saqueadora de recursos, [os Estados Unidos] nos estruturam [no espaço sul-americano] em eixos de integração, corredores energéticos, fluviais, biológicos, de telecomunicações, intraoceânicos, por entre fontes de água e desertos verdes ou plantações (PORTILLO, 2004) [original em espanhol].

Esta visão imperial por parte dos Estados Unidos fica evidenciada na fala de Collin Powell, quando era Secretário de Estado, ao afirmar que “nosso objetivo na ALCA é garantir às empresas norte-americanas o controle de um território que se estende do Pólo Ártico até o Antártico, livre acesso, sem nenhum obstáculo ou dificuldade, para nossos produtos, nossos serviços, tecnologia e capital em todo hemisfério (cf. GANDÁSEGUI, 2003; O. LEON, 2001, *apud* PORTILLO, 2004)”.

À guisa de conclusão

Vê-se, então, que boa parte dos governos de países sul-americanos assume cada vez mais os projetos de infra-estrutura da IIRSA como prioritários, devido às promessas de créditos para financiamento por parte de instituições bancárias internacionais.

A tese da acumulação por despossessão de David Harvey é reforçada quando são analisados os rumos que muitos dos países da América Latina vêm tomando recentemente, de um papel de subordinação, ainda que persistam resistências por parte de grupos sociais. No entanto, conforme lembra o próprio David Harvey, em outro trabalho, lutas anticapitalistas podem ser encontradas em toda parte, mesmo nos países centrais, cabendo o alerta: o fato de serem lutas anticapitalistas não significa que sejam pró-socialistas, havendo muito “particularismo militante” localizado (HARVEY, 2004b). Enfim, lutas anticapitalistas sempre existiram no capitalismo, o que importa observar é se o momento atual tende a ser de resistência progressiva e progressista ao capitalismo ou, ao contrário, de conformismo.

Este trabalho propôs uma reflexão, ainda que preliminar, sobre as recentes tentativas de integração da infra-estrutura na América do Sul, visando focar o conteúdo político do discurso da IIRSA. Adotou-se um discurso interpretativo baseado nas reflexões de Boaventura de Sousa

⁹ O termo *recolonização* vem sendo utilizado por vários estudiosos, como Marc Gavalda. Refere-se à maneira considerada predatória com que as transnacionais obtêm seus lucros, extraindo recursos naturais ou privatizando empresas estatais, com sanha comparável ao tempo da colonização espanhola no Novo Mundo.

Santos, Francisco de Oliveira e David Harvey sobre as principais transformações no cenário internacional, as quais resultam em uma corrosão da soberania, principalmente dos países vulneráveis economicamente no sistema-mundo.

É ilustrativa a interpretação do FOBOMADE (Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento) sobre o significado da integração da infra-estrutura e de mercados para um país rico em recursos naturais ainda pouco explorados e com grande potencial agrícola e que, no entanto, é o segundo país mais pobre do continente americano, a Bolívia.

O FOBOMADE questiona as supostas vantagens da IIRSA para aquele país nos seguintes termos:

a quem importa realmente que a Bolívia seja o nó de interconexão da CAN e do MERCOSUL, ou que a Bolívia seja o centro de distribuição de gás natural da América do Sul, se nossos recursos não nos pertencem e pagamos o custo dessas eminentes posições com danos irreversíveis ao meio ambiente, com incremento de nossa dívida externa e mais miséria ainda? [...] Muitos lugares da Bolívia se encontram entre os mais bem conservados em toda a América do Sul porque não estão atravessados [ainda] por megaprojetos. Isto claramente deveria ser tomado em conta na hora de planejar o desenvolvimento do país, [com] políticas que realmente potencializasse os produtos locais [...]. Na Bolívia existem mais de 32 línguas diferentes. Os integrantes de povos indígenas e originários constituem a maioria da população. Trata-se de perspectivas culturais que devemos respeitar, escutar e consultar para, desta maneira, decidir todos juntos a forma de vida e a relação com a natureza que desejamos (FOBOMADE, 2003a) [original em espanhol].

Compartilhamos desta mesma visão.

Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha. Os eixos de integração e Desenvolvimento e a Amazônia. *Território*, Rio de Janeiro: UFRJ/LAGET, n. 6, 1999.
- BID/CAF/FONPLATA. *Plan de acción para la integración de la infraestructura regional en América del Sur*. Montevideo: Comitê de Coordinación Técnica, diciembre de 2000. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em 12 set. 2004.
- CARVALHO, Guilherme. *A estratégia da integração da infra-estrutura da América do Sul e o governo brasileiro*. 2003. Disponível em: <www.natbrasil.org>. Acesso em 12 set. 2004.
- DANTAS, Fernando; CALDAS, Suely. Integração na América do Sul - Entrevista com Eliezer Batista de Oliveira. *O Estado de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <www.frigoletto.com.br/GeoEcon/integraas>. Acesso em 12 set. 2004.
- FOBOMADE. Las venas del ALCA: Integración (silenciosa) de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA). 2003a. Disponível em: <<http://www.fobomade.org.bo>>. Acesso em 30 out. 2004.
- _____. Las venas del ALCA: Bolívia, um país de trânsito y de extracción de recursos. 2003b. Disponível em: <<http://www.fobomade.org.bo>>. Acesso em 18 abr. 2004.
- GALVADÁ, Marc. *La colonización. Repsol en América Latina: invasión y resistencia*. Buenos Aires: Icaria, 2004.
- GALVÃO, Antônio Carlos F.; BRANDÃO, Carlos Antonio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos 'Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: GONÇALVES,

- Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004b.
- IIRSA <<http://www.iirsa.org>, 2004>.
- MELO, Marcus; MOURA, Alexandrina. Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n. 4, 1990.
- NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, v. 7, n. 14, dez. 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. ALCA e Democracia: um par implausível. Disponível em: <www.clippirata.com.br>. Acesso em 10 nov. 2004.
- PAIM, Elisângela Soldatelli. *IIRSA: É esta a integração que nós queremos?* Porto Alegre: Amigos da Terra, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em 10 set. 2004.
- PIQUET, Rosélia; RANDOLPH, Rainer; SMOLKA, Martim; VETTER, David. *Análise das articulações sócio-econômicas regionais: sugestões metodológicas*. Rio de Janeiro: IPPUR, 1986.
- PORTILLO, Lubis. El Eje de Desarrollo Occidental obedece a los intereses del ALCA. *Soberania.info*, 2004. Disponível em: <<http://www.soberania.info>>. Acesso em 12 set. 2004.
- REDEBRASIL. *BID: O banco da ALCA?* Brasília: REDEBRASIL. Informe n. 17, ago. 2004. Disponível em: <www.rbrasil.org.br>. Acesso em 08 set. 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: _____. (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Eliezer Batista. *Infra-Estrutura para o desenvolvimento sustentado e integração da América do Sul*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- THÉRET, Bruno. Política econômica e regulação: uma abordagem topológica e autopoietica. In: THÉRET, Bruno; BRAGA, José Carlos de Souza (Org.). *Regulação econômica e globalização*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- UNGER, Roberto Mangabeira. Brasil universal. *Folha de S. Paulo*, 07 dez. de 2004. Caderno A2 Opinião, p. 02.

Recebido para publicação dia 05 de Setembro de 2006

Aceito para publicação dia 16 de Outubro 2006

Violência e fragmentação: dimensões complementares da realidade paulistana

*Violence and fragmentation:
Complementary dimensions of
São Paulo City reality*

*Violencia y fragmentación:
Dimensiones complementares
de la realidad paulistana*

EDA GÓES

Professora Doutora
Departamento de Geografia - FTC/UNESP
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Rua Roberto Simonsen, n. 307
Caixa Postal 467 - Cep: 19060-900
Presidente Prudente-SP
edagoes@fct.unesp.br

ANDRÉ LUIS ANDRÉ

Doutorando
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Presidente Prudente-SP
litol@bol.com.br

Resumo: Nas duas últimas décadas, no Brasil a violência passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo e ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, como as ondas de ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital), ocorridas em 2006, demonstraram de forma radical. Neste artigo abordamos algumas das dimensões da violência, entendida como uma das dimensões do urbano, participando ativamente de sua produção, sobretudo pelo discurso do medo. Levamos em conta que determinadas formas de violência são mais ou menos legitimadas e visíveis, dependendo da força social da vítima e do agressor, se explicando com base em representações sociais, mais ou menos compartilhadas. Essas diferenças influenciam e radicalizam as reações dos diversos atores sociais à fragmentação da cidade. Nesse sentido, enfatizamos, por um lado, a violência cometida pelos marginalizados da metrópole, que se expressam principalmente, no caso de São Paulo, através de circuitos econômicos ilegais, se manifestando nas altas taxas de homicídio que caracterizam principalmente as suas periferias. Por outro lado, levamos em conta as consequências do "urbanismo defensivo". Tais estratégias expressam uma realidade urbana representada e produzida por sujeitos sociais diversos como uma guerra.
Palavras-chave: Violência urbana; Fragmentação urbana; Cidade de São Paulo; Urbanismo defensivo; Discurso do medo.

Abstract: Last two decades violence in Brazil became to characterize as a lethal violence, visible and quotidian, by fire gums abundance, by the role of media performance and as urban phenomenon, such as PCC attacks in waves (Capital First Command) occurred in 2006, that showed us in a radical way. This paper aims to approach some dimensions of violence, understood as one of urban dimensions, actively participating in its construction, especially by discourse of fear. We also account that some types of violence are more or less legitimated and visible, depending of the victim and aggressor social force, explaining itself based in social representations, more or less shared. These differences influences and radicalize several social actors' reactions to urban fragmentation. In that meaning we empathizing, on one hand, violence committed by metropolitan excluded people, that expresses, mainly at São Paulo City case, through illegal economic circuits appearing in high indexes of homicides that characterizes your periphery. The other side, we take into account the consequences of "defense urbanism". Such strategy express a urban reality represented and produced by several social actors as a war.

Keywords: Urban violence; Urban fragmentation; São Paulo city; Defense urbanism; Discourse of fear.

Resumen: En las últimas décadas, en Brasil la violencia a sido transformada en violencia letal, visible y cotidiana, por la abundancia de armas de fuego e por el papel de los medios de comunicación, e como fenómeno urbano, como las olas de ataque del PCC (Primer Comando de la Capital), ocurridas en 2006, mostraron con radicalidad. En el presente artículo abordaremos algunas de las dimensiones de la violencia, comprendida como una de las dimensiones del urbano, participando de su producción, en particular por el discurso del miedo. Se considera que determinadas formas de la violencia pueden ser más o menos legitimadas o visibles, dependiendo de la fuerza social de la víctima y del agresor, se explicando con base en representaciones sociales, más o menos compartidas. Tales diferencias influyen y radicalizan las reacciones de los diversos actores sociales a la fragmentación de la ciudad. Así, enfatizamos, por una vía, la violencia cometida por los excluidos de la metrópoli, que se expresan en particular, en el caso de San Pablo, por los circuitos económicos ilegales, se manifestando en las altas tasas de homicidios que caracterizan principalmente sus periferias. Por otra vía, consideramos las consecuencias del "urbanismo defensivo". Tales estrategias expresan la realidad urbana representada e producida por los pequeños sociales diversos como en una guerra.

Palabras clave: Violencia urbana; Fragmentación; Ciudad de San Pablo; Urbanismo defensivo; Discurso del miedo.

Introdução

"Ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) deixam 30 mortos"

"Facção promove 63 atentados em 15 horas"

"Para policiais, governo paulista é 'incapaz'"

(Folha de S. Paulo, 14 de maio de 2006)

"PCC (Primeiro Comando da Capital) faz mais de 120 atentados
e provoca 78 motins; 68 morrem"

"Delegacias e postos têm madrugada infernal"

"Especialistas dizem que atos de criminosos se repetirão"

(Folha de S. Paulo, 15 de maio de 2006)

"Lembo culpa 'elite branca' por violência"

"Polícia mata mais 22 suspeitos de fazer atentados"

"Senado aprova pacote para segurança"

(Folha de S. Paulo, 18 de maio de 2006)

"PM (Polícia Militar) diz que não matou inocentes"

"Para delegados, erros do governo ajudaram PCC (Primeiro Comando da Capital)"

"Polícia matou 107 suspeitos em 7 dias"

(Folha de S. Paulo, 19 de maio de 2006)

"Grupos mascarados voltam a atacar em São Paulo"

"População fica sem saber de quem ter medo"

"Em um só dia, 39 corpos foram enterrados em cemitério da zona leste"

(Folha de S. Paulo, 21 de maio de 2006)

"PCC (Primeiro Comando da Capital) eleva busca por condomínio"

(Folha de S. Paulo, 28 de maio de 2006)

No mês de maio de 2006, o Estado de São Paulo e o Brasil foram surpreendidos por uma onda de atentados promovidos pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), organização criminosa surgida no interior do sistema penitenciário paulista, mas que vem realizando inúmeras ações violentas fora de seus muros. A repercussão na mídia pode ser dimensionada pelas manchetes acima transcritas, que costumavam vir acompanhadas pelo lema "Guerra urbana", grafado em letras vermelhas no jornal Folha de S. Paulo.

Segundo esse jornal, a primeira grande "onda" de atentados ocorreu entre os dias 12 e 19 de maio, envolvendo 299 ações, entre as quais incêndios a ônibus, ataques a delegacias de polícia e agências bancárias na capital e em cidades do interior, além de motins em 82 unidades do sistema penitenciário paulista. Na ocasião, a onda de violência foi interpretada como resposta à decisão do governo estadual de isolar líderes da facção criminosa no Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), presídio construído em Presidente Bernardes, no interior do Estado de São Paulo, no âmbito de uma nova política penitenciária implementada durante o Governo Mario Covas (1992 - 2001), que consistiu, principalmente, na construção simultânea de 21 instituições penitenciárias fora da área metropolitana de São Paulo, onde as antigas unidades estavam concentradas.

Uma segunda série de ataques ocorreu entre os dias 11 e 14 de julho, quando os principais alvos foram os ônibus, com o incêndio de cem veículos e ataques a tiros a vários deles, em diferentes cidades do Estado de São Paulo.

Além do agravamento da sensação de insegurança que já vinha se expandindo de modo acelerado, da capital em direção a cidades médias e pequenas do interior do Estado de São Paulo, a partir dessa onda de atentados, algumas questões permaneceriam sem resposta, gerando mais intranquilidade: Como ficaria o papel do Estado na garantia da segurança pública se nem sequer podia garantir o isolamento dos presos mais perigosos no interior das penitenciárias? E quanto ao monopólio da violência pelo Estado? Como entender a capacidade revelada por uma organização criminosa que tem seus líderes confinados em instituições penitenciárias de levar jovens pobres da periferia da capital paulista a praticar atentados violentos?

O medo na cidade

Sabemos que um dos temas mais freqüentes e familiares no mundo contemporâneo é o da violência. Embora existam particularidades que caracterizam diferentes realidades nacionais e regionais, alguns elementos, como a insegurança, a sensação de que a ameaça é difusa, podendo estar em qualquer parte, parece ser bastante generalizada.

Trabalhos muito amplos acerca da História das Cidades, como às obras de Mumford (1998) e Benévolo (2003), problematizam tal contemporaneidade, ao possibilitar um questionamento pouco usual - quando a insegurança não foi uma das características centrais das cidades? Mas é preciso cautela. Como a História ensina, é imprescindível que se atente para as especificidades de cada período, para as relações entre as mudanças e as permanências, não como categorias excludentes, mas envolvendo contradições e retrocessos.

Assim percebemos que, a partir da Revolução Industrial, a insegurança assumiu novo aspecto, passando a ser associada quase exclusivamente a presença de inimigos internos diversos. Eram as multidões revoltosas e freqüentemente violentas, os muitos pobres que se marginalizavam, dentre os quais também as crianças passaram a agitar as ruas das cidades superpovoadas, além das doenças que afetavam principalmente os mesmos pobres mal alimentados, mal abrigados, mal agasalhados, mas que a eles não se limitavam, transformando-se em epidemias. Enfim, a insegurança estava intimamente associada à problemática convivência entre os diferentes segmentos sociais, dentre os quais se destacava, pelo papel que desempenharam na consolidação da sociedade capitalista, essa multidão de pobres que nunca deteve o controle do processo de transição, mas que dele se encarregaram, sendo sempre, portanto, uma presença necessária e inevitável.

Frente a tal quadro que foi se desenhando, a partir do século XVIII, com diferentes ritmos, mas em âmbito mundial, muitas estratégias de controle social foram sendo experimentadas, tendo muitas delas se institucionalizado: a polícia, a prisão, os asilos, os hospitais e manicômios, os códigos sanitários e de saúde pública, códigos de trânsito e de uso do solo urbano etc.

Sem deixar de levar em conta que tais estratégias de controle social nunca foram totais, ou seja, sempre comportaram desvios, fissuras e até mesmo geraram revoltas, mesmo assim, obtiveram considerável eficácia, sobretudo nos países que alcançaram maior desenvolvimento econômico e social. Mas nas últimas décadas, frente a novas mudanças experimentadas pelo próprio capitalismo, tais estratégias de controle social vêm se revelando cada vez mais limitadas, sobretudo através do crescimento da violência urbana que assume diferentes formas, atingindo com mais intensidade às grandes cidades dos países assim chamados "menos desenvolvidos", mas que está longe de ser exclusiva dessas cidades e desses países.

Outro aspecto desse processo de mudanças aceleradas da cidade, marcado também pelo acúmulo de contradições que caracterizaram sempre a convivência forçada (SEABRA, 2004, p.183), evidencia-se a partir da comparação do contexto acima referido (século XIX até início do XX), quando era necessário aventurar-se em bairros perigosos, para esquadrihar, para intervir, para controlar, sanear, normatizar, civilizar, enfim, modernizar, de acordo com os preceitos liberais, tais metrópoles. Apostava-se num determinado futuro. Assim, como nos lembra Seabra (2004, p.187), "a literatura faz crer que a cidade chegou a ser promessa de um mundo melhor porque dela foi veiculada para a sociedade inteira uma imagem de mundo com novas possibilidades, principalmente para os imigrantes rurais que deixavam os arados e as enxadas".

Atualmente, as estratégias pautadas no urbanismo defensivo, adotadas pela maioria daqueles cuja condição econômica permite, parecem apontar em direção bastante diversa, como o *workshop* "Produção do espaço urbano e loteamentos fechados" explorou amplamente. Uma frase, da professora Ana Clara T. Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, proferida na conferência de abertura do I Cimdepe (Seminário Internacional Cidades Médias: Dinâmica econômica e Produção do Espaço Urbano, realizado em Presidente Prudente - SP, em junho de 2005), sintetizou o atual movimento experimentado pelas diferentes cidades, embora com intensidades diferentes: (trata-se do) "presente que se propõe eterno, recusando projetos alternativos".

Impõe-se, portanto, aos pesquisadores que tratam da produção do espaço urbano e dos novos conteúdos e práticas sociais que lhe são atinentes, a tarefa de melhor caracterizar às relações entre a existência de novas formas de *habitats*, a crescente idéia de insegurança urbana e a

redefinição das relações entre espaço público e privado, nestes novos contextos. Billard e outros (2005, p.7) destacam:

A questão da *sécurisation* dos espaços residenciais em meio urbano não é nova. Ela é mesmo contemporânea à aparição e ao desenvolvimento das cidades. Mas, essa questão renova-se sem cessar e duas tendências fortes parecem emergir no decorrer de um período recente. A primeira é a multiplicação, ou seja a proliferação, geralmente na periferia de aglomerações, mas não exclusivamente, de enclaves residenciais fechados, cujo arsenal de segurança remete à simbologia da cidade fortificada. A segunda resulta de uma modificação das modalidades de vigilância do espaço urbano, sobretudo incluídas em seus espaços residenciais, em que as manifestações são múltiplas. Essa dupla tensão interroga a maneira de se viver em cidades e de se pensar ou de se representar uma série de transformações profundas no modo de vida, nas relações sociais, e no que se refere ao espaço.

Alguns especialistas, como Wieviorka (1997) e Benevides (1983), situam as transformações nas práticas violentas a partir das décadas de 1960 e 1970, e o primeiro chega a identificar um novo paradigma da violência que caracterizaria o mundo contemporâneo.

Mas hoje existem tantas formas de violência quanto às maneiras como nós nos relacionamos socialmente; duas características peculiares desse repertório das violências contemporâneas parecem ser a letalidade e a visibilidade, essa última amplamente garantida pela mídia, sobretudo pela televisão.

Nesse sentido, o tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nós nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. O que não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (IMBERT, 1992, p.15). No que se refere à letalidade, ela relaciona-se diretamente ao acesso facilitado às armas de fogo¹.

No caso da História do Brasil, a violência tem sido uma questão presente desde os seus primórdios, mas adquiriu características específicas em diferentes contextos. Nas duas últimas décadas, a violência também passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo, ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, a despeito da violência no campo não ter desaparecido.

¹ Segundo a Organização Mundial da Saúde, 63% dos homicídios que ocorrem no mundo são ocasionados por armas de fogo, mas na América Latina essa cifra supera os 80%. Segundo Zaluar (1998, p.256), o comércio internacional de armas convencionais de guerra movimentou 22,8 bilhões de dólares em 1995.

A violência como dimensão do urbano

Neste artigo tratamos de algumas das dimensões da violência, por sua vez entendida como uma das dimensões do urbano, participando ativamente de sua produção, sobretudo pelo discurso do medo (BATISTA, 2003; CALDEIRA, 2000), que torna a insegurança cada vez mais generalizada. Levando em conta a complexidade adquirida por esse fenômeno nas últimas décadas, voltamos nossa atenção para as relações estabelecidas entre os jovens pobres da periferia paulistana com a cidade e aquela estabelecida pelas elites em relação à mesma cidade, ou, em outros termos, como cada um desses segmentos sociais se relaciona com fragmentos da capital paulista.

Partindo do pressuposto de que a violência torna a realidade cada vez mais caótica, confusa e incerta, sendo percebida de forma não menos confusa, nos colocando diante de um processo cultural que globaliza não somente mercadorias, imagens e informação, mas também o medo e a insegurança (BATISTA, 2003; SANTOS, 2000), as formas de violência são investigadas segundo sua natureza, sua escala de ocorrência e suas correlações com os processos estruturais e conjunturais, a partir dos atores sociais que ela põe em confronto, de acordo com sua racionalidade, seus sentidos e seus elementos simbólicos. Determinadas formas de violência são mais ou menos legitimadas e visíveis dependendo da força social da vítima e do agressor se explicam com base em representações sociais, mais ou menos compartilhadas.

É importante levar em conta as abordagens distintas da violência: como um ato de agressão física ou psicológica ou ambas, que fere, causa dor e sofrimento aos indivíduos, grupos, comunidades, populações, classes e nações agredidas (MORAIS, 1985; TAILLE, 2000); como técnica, instrumento social através da qual determinados interesses e lógicas podem se realizar, do indivíduo ao Estado (SANTOS, 1996); como ato de um tipo específico de política organizada ou não, reveladora de práticas, discursos e ações (SOARES, 2000); e, por fim, como ação dotada de linguagem e conteúdo que expressam símbolos, interesses, atores e identidades (PEREIRA e outros, 2000).

Assim, buscamos entender a lógica, os elementos simbólicos e os atores de um tipo específico de violência presente no cenário urbano brasileiro, principalmente da região metropolitana de São Paulo. Trata-se da violência cometida pelos marginalizados da urbe, que se expressam principalmente, no caso de São Paulo, através de circuitos econômicos ilegais, que vão

desde o trabalho ambulante até o tráfico de drogas varejista², se manifestando nas altas taxas de homicídio que caracterizam principalmente as periferias da metrópole³.

Importa ainda esclarecer, de antemão, que a referência à marginalidade não diz respeito à incorporação dos significados a ela atribuídos pela sociologia da modernização produzida entre os anos 1950 e 1960, que relacionava à migração para as cidades, de moradores das áreas rurais, à constituição de um segmento marginalizado, em função de sua suposta desadaptação em relação ao espaço urbano. Trata-se, no caso desta pesquisa, da incorporação da representação produzida pelos referidos protagonistas e vítimas, que inclusive já descendem de moradores da cidade há várias gerações.

É assim denominada *violência marginal* por estarem estes atores sociais, por um lado, marginalizados no espaço metropolitano, com direito muito limitado aos benefícios da metrópole, excluídos do sistema político, ocupando as formas mais indecentes de trabalho, visíveis na mídia apenas através de representações negativas, sem instrumentos técnicos e científicos capazes de permitir a elaboração de formas não-precárias de inserção. Por outro lado, são eles capazes de produzir um processo de identificação que se utiliza dos elementos cotidianos da marginalidade para, de alguma forma, excluir os que os excluem, ao menos simbolicamente (CASTELLS, 2000). É assim que as palavras *favela*, *periferia*, *bandido* e *ladrão* ganham centralidade na elaboração de formas de pensar e agir, bem com a linguagem cifrada de pessoas e grupos engajados em atividades criminosas, com origem, quase sempre, no interior do sistema carcerário.

Analisando essa violência a partir da tentativa de compreensão de como ela se constrói e se torna componente de um processo de individuação e identificação, recorreremos a observação participante do cotidiano de bairros da periferia paulistana, a partir da qual nos deparamos com a importância estratégica de uma das expressões culturais dos seus jovens marginalizadas - a música RAP - do inglês ritmo e poesia⁴ (ROCHA; DOMENICH; CASSEANO, 2001).

No livro "O poder da identidade", no qual Manuel Castells (2000) faz uma análise da identidade negra nos Estados Unidos, encontramos alguns subsídios para entender a identidade marginal em São Paulo, desde que, se leve em conta às peculiaridades do Brasil:

[...] os guetos do final do milênio vêm desenvolvendo uma nova cultura, composta de aflições, raiva e reação individual contra a exclusão coletiva, em que a negritude importa menos que as

² Não desconsideramos a participação de segmentos das elites na outra ponta deste circuito econômico ilegal, apenas estamos voltando nossa atenção aos "marginalizados da urbe", deixando para tratar da violência da elite em parte posterior deste artigo.

³ Segundo o sistema de informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde, ao longo da década de 1990, os homicídios aumentaram 197% no Estado de São Paulo. No ano 2000, 10.593 pessoas foram assassinadas nesse Estado, sendo que aproximadamente metade destes assassinatos ocorreu na região metropolitana.

⁴ Neste artigo, nos baseamos particularmente na análise das letras dos Racionais, grupo de RAP com grande penetração, sobretudo na metrópole paulistana.

situações de exclusão que geram novas formas de vínculos, por exemplo, gangues territoriais, nascidas nas ruas e consolidadas pelo entra-e-sai das prisões. O rap, e não o jazz, é produto dessa nova cultura, que também expressa uma identidade, também está fundada na história negra [...] de racismo e opressão social, no entanto incorpora novos elementos: a polícia e o sistema penal como instituições centrais, a economia do crime como chão da fábrica, as escolas como área de conflito, as igrejas como redutos de conciliação, famílias madrecênticas, ambientes depauperados, organização social baseada em gangues, uso da violência como meio de vida. (CASTELLS, 2000, p.76)

Identidade marginal

Um outro fato importante na emergência de uma nova identidade que entra em cena diante de identidades já consolidadas é o fato de que um novo ator surge em tempos de mutação social ou crise das instituições normativas, com caráter anômico, portador de novos discursos, interpretações e ações públicas e privadas, o que pode ser simultaneamente um elemento de instabilidade diante das instituições sociais ou um elemento precursor (IMBERT, 1992). Essa é uma das principais características da identidade marginalizada que entrou em cena no cenário metropolitano brasileiro nas últimas duas décadas, mas que ainda não se tornou completamente legível.

Tal identidade marginal surge exatamente no momento em que o Brasil é impactado por um conjunto de transformações globais e nacionais, sendo as metrópoles os principais *locus* de realização destas transformações. Internacionalmente há modificações técnico-científicas que redefinem as formas de comunicação e o relacionamento e, principalmente, redefinem as relações estruturais entre capital e trabalho, o que afeta diretamente a identidade do trabalhador, os valores positivos do trabalho, a leitura e as representações de mundo do trabalhador. Tal processo provocou um vácuo entre as gerações mais maduras e as novas gerações, particularmente entre as populações pobres dos grandes centros urbanos brasileiros.

Embora muito tenha sido debatido nas últimas décadas acerca da polêmica "crise da sociedade do trabalho" e autores como Clauss Offe (1984) tenham alertado para os muitos aspectos nela envolvidos, essa dimensão da relativização do valor moral do trabalho⁵ e de seu impacto nas relações entre pais e filhos dos moradores da periferia ainda não foi suficientemente valorizada. O fim das promessas de inserção na sociedade de consumo, sobretudo através de um emprego digno e a ausência de modelos positivos e inspiradores, são indícios ainda pouco explorados, para os quais começamos a atentar a partir das relações familiares identificadas, que se dão, sobretudo em torno da figura materna, ocorrendo uma representação positiva da mãe e outra não muito positiva da figura do pai. Isso se relaciona à grande quantidade de mulheres chefes de família entre as populações pobres e à constituição de uma rede de solidariedade principalmente

⁵ Importante não esquecer do caráter de construção histórica, típica da sociedade capitalista, do papel moralizador adquirido pelo trabalho assalariado (THOMPSON, 1998; CASTEL, 1998).

no cuidado com as crianças, com os idosos, com os doentes e com os presos nas periferias, favelas, etc.

Estudando a região metropolitana do Rio de Janeiro, Zaluar (1998) identificou outros aspectos desse mesmo processo que, segundo ela, se caracterizaria também como feminização e infantilização da pobreza, já que, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1989, 50,5% das crianças e adolescentes brasileiros pertenciam a famílias cuja renda familiar *per capita* era menor do que meio salário mínimo, enquanto 27,4% estavam em famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo. Destas últimas famílias, 56% eram chefiadas por mulheres. Segundo os dados de 1991 (IBGE), no *decil* mais baixo de renda da população brasileira, 30,4% das famílias eram chefiadas por mulheres. A partir desses dados, a autora comenta:

Isso vem constituir o que se denominou a nova pobreza: apesar da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, pouco mudaram as idéias acerca dos papéis complementares dentro da família, fato ainda mais agravado pela fácil dissolução dos casamentos e o aumento do número de famílias em que a mãe é o único elo entre os irmãos criados juntos.[...] Os efeitos da revolução sexual, que marcou globalmente as quatro últimas décadas, durante a qual os laços do casamento se afrouxaram, a responsabilidade paterna encolheu e a liberdade sexual tornou-se mais importante do que a criação dos filhos, se fizeram sentir de modo particularmente perverso entre os pobres dos países menos desenvolvidos, onde a política de bem-estar nunca se efetuiu, onde quase não há proteção contra o desemprego e onde o sistema escolar permaneceu pouco preparado para os desafios dessa modernidade do século XX (ZALUAR, 1998, p.273-274).

Diante deste cenário, a identidade marginal reelabora os valores presentes no cotidiano da marginalidade, organizando novos sentidos para a morte e para a violência. Um novo personagem surge com destaque: o *mano*. Mano nos remete a uma certa visão de irmandade, possivelmente derivada de *hermano*, expressão muito usada em filmes que retratam as gangues de hispânicos nos Estados Unidos. O *mano* é alguém igual, em que se pode confiar e se identificar, geralmente de pele escura, mestiço, que pode ser um trabalhador, um bandido, um negro, um marginalizado...

Antes de brotar um sentimento de total marginalidade havia uma polarização evidente entre trabalhador e bandido nas periferias da metrópole, que ajudava a legitimar esquadrões da morte e grupos de extermínio. Com a precarização do trabalho e a valorização do consumidor, o bandido passou a ter uma posição relativamente mais destacada e positiva, por ter sua condição de consumo otimizada em relação ao trabalhador. Há indícios de que isso ajudou a elevar as taxas de criminalidade, porém, mais do que isto, difundiu entre os marginalizados da metrópole, que se identificam como tal, uma nova interpretação da realidade, uma nova linguagem e uma estética própria daqueles envolvidos diretamente com práticas ilegais, exigindo, para sua compreensão,

avaliações menos morais por parte do pesquisador, já que a polarização simplificadora de um mundo dividido entre o bem e o mal é problematizada⁶.

Nesse sentido, novamente as transformações na linguagem são reveladoras. Até o início dos anos 1990, aproximadamente, *ladrão* era a forma característica dos agentes penitenciários e dos policiais de referirem aos presos, suspeitos ou condenados. Tratava-se, evidentemente, de expressão desqualificadora, além de denunciadora do descrédito dos próprios envolvidos com as agências supostamente responsáveis pela recuperação dos condenados, e não apenas pela sua punição. Atualmente, *ladrão* é cumprimento corriqueiro entre jovens da periferia, entre manos, expressão de preocupante redefinição ou da indefinição dos limites e distinções entre ordem e desordem, além de forte indício da fragmentação experimentada pela cidade, na qual parece haver cada vez menos práticas e valores compartilhados.

Essa identidade vai redefinir também um conjunto de valores sobre si, sobre os demais grupos sociais e sobre as instituições sociais; ao se criar ela cria seus opositores, opondo-se diretamente às instituições do Estado, principalmente as encarregadas do controle social - a polícia, o sistema carcerário e o sistema judiciário - bem como aos grupos sociais entendidos como participantes e beneficiários das divisões sociais produzidas pela organização social globalizada.

Nas letras de RAP, os policiais são chamados de *gambé*, *ganso* e *coxinha*, este último é uma referência à década de 1980, quando os policiais patrulhavam as ruas em fuscas que pareciam coxinhas de galinha. Elites, classe média, etc. são representados pela figura do *playboy* e a sociedade é chamada de *sistema* em alusão ao sistema penitenciário.

Mas essa identidade vai contar também com fortes componentes territoriais e simbólicos, como *periferia*, *favela*, *viela*, *gueto*, *morro*, *cortiço* e *COHAB* (Conjunto Habitacional). Embora haja um sentimento de irmandade, este não impede que as relações sociais internas do grupo sejam regidas por sentimentos de competição e conflito - "eu só confio em mim, mais ninguém"; "ninguém confia em ninguém, nem você." Neste caso, se evidencia seu caráter contraditório, uma vez que reproduz, de forma exacerbada, característica central da sociedade a que, em outros aspectos, procura se opor. Além disso, há um forte sentimento de religiosidade e um fascínio pela morte e a violência - "programado para morrer, nós é..."

A seguir trechos de músicas demonstram algumas dessas dimensões:

... Negro drama, entre o sucesso e a lama, dinheiro, problemas, inveja, luxo, fama.
Negro drama, cabelo preto e a pele escura, a ferida a chaga, a procura da cura.
Negro drama tenta vê e não vê nada, a não ser uma estrela longe meio ofuscada.
Senti o drama, o preço a cobrança, no amor, no ódio, a insana vingança.

⁶ Sobre esse aspecto moral, são importantes as considerações de Carvalho (2000, p.53), retomadas ao final desse texto.

Negro drama, eu sei quem trama e quem ta comigo,
o trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido.
O drama da cadeia e favela, túmulo, sangue, sirenes, choros e velas.
Passageiro do Brasil, São Paulo, cofia, que sobrevive em meios as honras e covardias.
Periferias, vielas, cortiços.
... Desde de o início por ouro e prata, olha quem morre, então, veja é você quem mata.
Recebe o mérito a farda que pratica o mal, me ver pobre, preso ou morta já é cultural.
Histórias, registros e escritos, não é conto, nem fábula, lenda ou mito.
Não foi sempre dito que preto não tem vez, então, olha o castelo e não foi você quem vez cuzão.
Eu sou irmão dos meus trutas de batalha, eu era a carne agora sou a própria navalha.
Tim tim! um brinde pra mim, sou exemplo de vitórias, trajetos e glórias.
O dinheiro tira um homem da miséria, mas não pode arrancar de dentro dele a favela.
... Eu visto preto por dentro e por fora, guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória, hora.
... Falo pro mano que não morra e também não mate.
... Pesadelo, hum, é um elogio, pra quem vive na guerra a paz nunca existiu.
Num clima quente, a minha gente soa frio.
Vi um pretinho seu caderno era um fuzil.
... Eu sou um mano, homem duro do gueto, Brown oba, aquele loco que não pode errar.
Aquele que você odeia amar neste instante, pele parda e ouço funk.
Vim de onde vem os diamantes, da lama...
(Negro Drama; RACIONAIS)

Racistas otários (polícia) nos deixem em paz, pois as famílias pobres não agüentam mais.
Pois todos sabem, todos temem, a indiferença por gente carente que se tem.
E eles vêm com toda autoridade e preconceito eterno e nossos
passos se transformam num verdadeiro inferno.
E reclamar direito de que formas, se somos meros cidadãos e eles o sistema e a
nossa desinformação ainda é a treta.
Mas mesmo assim, enfim, queremos ser iguais.
Racistas otários nos deixem em paz.
(Racistas Otários; RACIONAIS)

A partir de uma linguagem carregada e da aparente desorganização do discurso, é a desorganização social que se denuncia, ainda que, contraditoriamente, muitos de seus aspectos sejam incorporados e a inacessibilidade a outros ajude a gerar tal denúncia. Assim, por um lado são freqüentes e repetidas palavras como *negro*, *preto* e *pretinho*, por outro se denunciam os *racistas otários* e seu *preconceito*, inclusive no título da música. Além disso, certas imagens, acessadas a partir de composições inusitadas, expressam contradições radicais e cotidianas – “até no lixão nasce flor”; “negro drama, entre o sucesso e a lama”; “eu era a carne, agora sou a própria navalha”; “vi um pretinho seu caderno era um fuzil.” Essa última destaca-se pela referência a uma figura infantil, o *pretinho*, em sua relação com a violência, representada pelo fuzil, por sua vez criticada através do caderno que devia estar presente, mas está ausente, numa clara alusão ao papel de tais representações sociais, sobre o qual nos fala Lefebvre em seu livro “La presencia y la ausencia” (1983).

Tais relações tornam-se ainda mais claras no depoimento colhido por Zaluar (1998), em Duque de Caxias, subúrbio do Rio de Janeiro, de um jovem, sobre jovens e suas *galeras* (grupos):

O que você faz para se divertir?

Eu vou para qualquer baile que tem por aí, eu vou.

E você tem galera?

Tenho [...] Moleque sai na porrada mesmo, não peida não. Eles batem muito. Até eu, eles não me bate, não. Mas até tu, às vezes quando sai porrada, moleque quebrar a gente, e: Ah, Geovani, vamos embora quebrar aqueles moleque ali. Aí a gente vai, faz o maior galerão no baile, e sai dando bico. Até eu fico com medo às vezes. Mas eu sou acostumado. Antigamente, eu não sabia brigar [...] o meu apelido, antigamente, era Galinha. Não sabia brigar. Patinho, Cu D'Água. Ficavam me esculachando: "Qual é, mané?" Agora não, agora, qualquer coisa, eu saio na porrada logo. [...]

Então, você aprendeu a brigar na rua?

Na rua. Dentro de casa não aprendi a brigar, não. Dentro de casa, aprendi a lavar louça, fazer tudo de mulé. Na rua, não. Antigamente eu lavava louça, agora é ruim eu lavar louça. Quem lava é minha irmã. Fazia... mas também foi bom, agora eu sei fazer arroz, feijão, canjica, qualquer coisa que mandar eu fazer, eu faço. Ovo.

Você gosta de fazer isso?

Gosto, aprendi com minha mãe (ZALUAR, 1998, p.298).

Para entender a ação violenta é necessário conhecer sua lógica e seu resultado prático na vida daquele que age por meio da violência, ou seja, a simples desqualificação por critérios morais, que por vezes gera mesmo representações sociais desumanizadas, portanto negadoras de qualquer racionalidade em comportamentos que são incompreensíveis apenas superficialmente, ou por seu caráter imprevisível, inesperado, em nada contribui para o enfrentamento de uma realidade que diz respeito a todos, sobretudo aos moradores das metrópoles, ainda que afete cada segmento de maneira diferente. Além disso, e ainda mais importante, tal realidade não diz respeito apenas ao presente, mas, sobretudo ao futuro - para onde estamos indo... - já que os principais atores desse cenário preocupante são os jovens. Recorremos a Pierre Bourdieu (1996, p.238) para reforçar a importância desse esforço de compreensão:

os agentes sociais não agem de maneira disparatada, [...] eles não são loucos, [...] eles não fazem coisas sem sentido. [...] há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, [...] razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, [...] em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um conjunto coerente de princípios.

Bourdieu (1996) buscou analisar a ação social através daquilo que ele chamou de sistemas de trocas simbólicas ou economia das coisas sem preço. Tal sistema é como um jogo, no qual os indivíduos que se engajam no jogo, se prendem de uma tal forma que parece que jogar vale a pena sempre. Os indivíduos se reconhecem no jogo, buscam as melhores posições e se fartam delas.

No caso da identidade marginal o jogo é jogado por todos: por trabalhadores e bandidos principalmente. Todavia este é um sistema de trocas entre os gêneros: masculino e feminino, carregado de machismo e mediado pelo hedonismo consumista, radicalizando mais uma vez aspectos negativos presentes, por vezes hegemônicos, na sociedade capitalista.

De acordo com as letras de RAP dos Racionais, ao homem cabe acumular objetos mercadológicos reconhecidos pelos participantes como objetos de desejo: dinheiro, roupas de grifes, carros, motos, jóias etc., para trocá-los pelo potencial afetivo-sexual feminino e pela popularidade e prestígio dentro do grupo social. Nesse universo masculino, ganha importância particular a presença das armas de fogo, cuja função simbólica foi observada por Briceño-León (2003, p. 19), para quem ela “representa a masculinidade, o valor e a capacidade de defender-se e demonstrar sua hombridade e sua coragem entre os jovens. É muito relevante assinalar que cerca de 90% das vítimas de homicídios são jovens”⁷.

À mulher cabe se tornar atraente para trocar sua capacidade afetiva e sexual pela possibilidade de usar os objetos acumulados pelo homem - “a mulher mais linda, sensual e atraente, a pele cor da noite, lisa e reluzente.” Quanto maior a capacidade masculina de consumo maior sua possibilidade de assumir uma posição de prestígio e destaque dentro de um grupo e superdimensionar sua capacidade de relacionamento afetivo-sexual - “É quem não quer chegar de Honda preto em banco de couro, e ter a caminhada escrita em letra de ouro.” Também não se trata mais de possuir um carro, qualquer carro, mas carros importados (Honda, Audi, Citroen são citados diretamente), com banco de couro, do mesmo modo que não se trata mais de possuir um tênis, mas, simbolicamente, uma loja de tênis - “vem na minha mente inteira, uma loja de tênis, o olhar do parceiro, feliz de poder comprar, o azul, o vermelho, o balcão, o esteiro, o estoque, o modelo”.

Sugere-se assim, que a enorme potencialização do fetichismo da mercadoria de que já nos falava Marx no século XIX, garantida pela mídia e pelas agências de publicidade cada vez mais eficientes, não atinge apenas as parcelas do mercado as quais se direciona, mas também aqueles cuja existência as campanhas de publicidade procuram ignorar. Os símbolos do consumo tornam-se universais, mas podem ter significados um pouco diferentes ou implicar em estratégias diferentes para sua obtenção⁸.

Quanto à mulher, de acordo com as letras de RAP analisadas, não lhe resta qualquer possibilidade de atuação autônoma, mas apenas ser mera coadjuvante, sem caráter - “sendo assim, sem chance, sem mulher, você sabe muito bem o que ela quer. Encontre uma de caráter se você puder!”; “a confiança é uma mulher ingrata, que te beija e te abraça, te rouba e te mata”. Situação

⁷ Segundo estatísticas do Ministério da Saúde, em 1991, na faixa entre 20 e 39 anos, morriam 12,5 homens para cada mulher no Brasil. No Rio de Janeiro, a taxa de mortes violentas provocadas por armas de fogo, na faixa etária entre os 15 e os 19 anos subiu de 59 para 100 mil para 276.

⁸ Neste aspecto, é importante lembrar também das implicações da adoção do modelo neoliberal em escala global, uma vez que sua ênfase no mercado e na redução do papel do Estado, radicaliza, ainda mais, a tendência à transformação do cidadão em mero consumidor.

diferente é a da mãe, como acima referido, mas essa não parece ser identificada a partir da mesma lógica, de gênero.

Isto paulatinamente fez com que o trabalhador fosse perdendo uma posição de destaque para os envolvidos com atividades ilegais, sobretudo com o crime organizado, porque estes últimos conseguem, pela natureza de sua atividade, uma capacidade de consumo maior que a dos outros personagens, inclusive em relação ao trabalhador - "tiazinha trabalha há trinta anos e anda a pé, às vezes isso revolta". Todavia, essa é uma troca na qual o preço não se estipula, não se fala, não se comenta, mas ele existe.

O consumo de mercadorias aumenta o valor estético do indivíduo consumidor em relação aos demais. É uma forma de destaque e visibilidade individual, assim como a identidade é uma forma de destaque e visibilidade coletiva. Parte importante do uso da violência se realiza para se conseguir uma posição otimizada neste sistema de trocas, ou seja, o preço pago pode ser a própria vida, daí sua desvalorização anteriormente comentada, também presente nas letras de RAP. No cotidiano, a violência serve para instrumentalizar atividades criminosas: roubos, furtos, tráfico de drogas etc., e resolver conflitos, que na maior parte das vezes tem ligação direta com estas atividades. Os trechos a seguir são exemplares:

... Quem não quer brilhar, quem não mostra quem,
ninguém quer ser coadjuvante de ninguém.
Quantos caras bons no auge se afundaram, por fama, e tá
tirando dez de havaianas (chinelos).
E quem não quer chegar de Honda preto em
banco de couro, e ter a caminhada escrita em letra de ouro.
A mulher mais linda, sensual e atraente, a pele cor da noite, lisa e reluzente.
Andar com quem é mais leal e verdadeiro, na vida ou na morte o mais nobre
guerreiro.
O riso da criança mais triste e carente, ouro, diamante, relógio e corrente.
Ver minha coroa (mãe) onde eu sempre quis por, de turbante, chofer, uma
madame nagô.
Sofrer pra que mais se o mundo jaz do maligno,
morrer como homem e ter um velório digno.
Eu nunca tive bicicleta ou vídeo-game, agora eu quero o mundo igual
cidadão Cane...
(DA PONTE PRÁ CÁ; RACIONAIS)

... Imagina nós de Audi ou de Citroen, indo aqui, indo ali, só pam, de vai e
vem.
[...] Firmeza ! Não é questão de luxo, não é questão de cor, é questão que
fartura, alega o sofredor.
Não é questão de presa (presença), nem cor, a idéia é essa.
Miséria traz tristeza, e vice-versa.
Inconscientemente, vem na minha mente inteira, uma loja de tênis, o olhar
do parceiro, feliz de poder comprar, o azul, o vermelho, o balcão, o esteiro, o
estoque, o modelo.
Não importa, dinheiro é truta (amigo), e abre as porta...
(V. L. PARTE II; RACIONAIS)

Como uma guerra

Identificamos então, uma das características mais importantes da identidade marginal - a representação social da realidade como uma guerra, ou seja, em estado belicoso. É como se viver na periferia da metrópole fosse estar mergulhado em uma "guerra civil molecular", como disse Marcelo Lopes de Sousa (2000). Os identificados com essa identidade atribuem a si mesmos o papel de soldados e sobreviventes. Mas muito diferentemente da luta de classes paradigmática que ancora os trabalhos de Marx, neste caso, o inimigo pode ser qualquer um, um inimigo sem rosto, embora a polícia a priori seja vista como um inimigo ou no mínimo com um alto grau de desconfiança, que se estende aos grupos sociais integrados ao Estado, ao mercado e a grande mídia, como comentamos anteriormente. Além disso, o que se aponta, enquanto perspectiva futura, está muito distante de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, seguindo uma lógica semelhante, ainda que pautada em experiências diferentes, os tais grupos sociais integrados, sobretudo as elites, mas também crescentemente, as classes médias, adotam cada vez mais o *urbanismo defensivo*, ou seja, segregam-se em condomínios fechados, almejando um convívio exclusivo com seus manos. Tal estratégia implica no abandono da cidade enquanto espaço público por excelência, justamente pelos mais instrumentalizados para lutar pela sua recuperação. Mas se esforçam também por segregar, clamando sempre, junto com a mídia, por *cadeia*, para todos aqueles que continuam a ameaçá-los, a despeito dos sistemas de segurança e das muralhas atrás das quais procuram proteger-se⁹.

Caracterizando-se ambas as estratégias pelo imediatismo, sintetizam um movimento em direção a fragmentação social, materializado na fragmentação da cidade, uma vez que se trata de um esforço amplo de isolamento de suas diferentes partes¹⁰. Sua explicação relaciona-se a História do Brasil, na qual a cidadania nunca foi plena, nem para todos, uma vez que nunca foi conquistada, tendo sido concedida na forma de direitos sociais, mas acompanhada da supressão dos direitos políticos e da redução dos direitos civis, em plena Ditadura Vargas (1937-1945). Como observa Carvalho (2006, p.83), "os benefícios sociais não eram tratados como direitos de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo. Assim a sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado".

⁹ Como já mencionamos em nota anterior, isso não significa que membros das elites também não participem de circuitos econômicos ilegais, como o tráfico de drogas varejista, embora consigam fazê-lo, em geral, com pouca visibilidade.

¹⁰ Ao enfatizar duas posições polarizadas dessa sociedade, reconhecemos sua centralidade, a despeito de não ignorarmos a existência de importantes experiências promovidas por ONGs, instituições públicas (como a UNIFESP, por exemplo, na área da saúde), prefeituras (como a implantação da "lei seca" pela Prefeitura de Diadema), que apontam num sentido oposto à fragmentação, representando, no entanto, exceções à regra.

Como resultado dessa trajetória, agravada ainda por um contexto de crescente hegemonia do discurso neoliberal, impõe-se cada vez mais a percepção de que “para eu ter direito, alguém não vai ter, porque não dá para todos” (CARDIA, 1999), ou seja, de “escassez de direitos”, a partir da qual a exclusão se potencializa.

Adorno e Cardia (1999) identificam as percepções sociais da violência como *drama social*:

Como “drama social” que envolve atores situados de modo diferente na arena da vida coletiva, o crime traduz um sentimento desmesurado de medo: o perigo está muito próximo, circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e do trabalho. Está também difuso e presente nos demais recônditos espaços da vida social. Todo contato ou vínculo social passa a ser visto como passível de impureza, o que reforça expectativas de isolamento e segregação. Trata-se de um sentimento perverso: ao mesmo tempo que expressa a insegurança da vida social na sociedade brasileira na sua etapa contemporânea de realização, reacende desejos de soluções drásticas, enérgicas [...] (ADORNO; CARDIA, 1999, p.88).

Diante desse quadro, é pertinente a retomada do papel da mídia, sobretudo mediante essa sensação de medo difuso, de ameaça imprevisível, de que nos falam esses autores e que nos parecem familiares. Segundo Veron (apud IMBERT, 1992, p.62), a “mídia formaliza o real, introduz ordem onde havia caos”, ou seja, “ela produz realidade.” Ela produz uma dada realidade, muitas vezes pautada em estereótipos sociais (por exemplo: a maioria dos presidiários é negra ou mulata, os sem teto são migrantes nordestinos, pessoas que se vestem de maneira pouco convencional ou pintam os cabelos usam drogas, etc.) e em simplificações (por exemplo: os pobres são todos perigosos).

A realidade produzida pauta-se ainda, na oposição ordem/desordem, sendo a primeira em geral associada a instituições de controle social e a segunda, muitas vezes, associada a manifestações populares. Reforça-se, assim, a tendência de situar o perigo no outro, personificado no aidético, no negro, no favelado, no homossexual, ampliando-se a tendência que não é nova de identificação de bodes expiatórios para os problemas sociais.

Este cenário urbano instável e ameaçador adquiriu características específicas face ao processo de transição política experimentado no Brasil, a partir do final da longa ditadura militar (1964-1985). O trabalho de Caldeira (2000) é esclarecedor a esse respeito, sobretudo por chamar a atenção para uma dimensão ainda pouco valorizada, a dimensão política, nos debates acerca da questão urbana e de sua correlata, a questão da violência, na História do Brasil. Ela situa nos anos 1980, a gênese das transformações sobrepostas ao padrão centro-periferia, que geraram espaços nos quais diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança - prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios e *shopping centers* - e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.

Segundo essa autora, tal periodização não é casual, uma vez que essas transformações podem ser interpretadas como uma reação das elites ao processo de democratização então em

curso, tendendo a estigmatizar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, como expressava o conteúdo da nova Constituição, aprovada em 1988, que incluía muitos dos direitos reivindicados pelos trabalhadores organizados, como direito ao trabalho, à auto-organização, à saúde, à educação, direitos da criança e do adolescente, direito a terra, ao *habeas-corpus*, ao *habeas-data*, à velhice digna, etc. Embora não se ignore o desafio colocado pela efetivação dessas garantias, mesmo assim, a Constituição de 1988 foi interpretada como “a mais acabada que as condições históricas permitiam” (OLIVEIRA, 1999, p.65), ou como “reflexo do avanço ocorrido no país, especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às minorias” (FAUSTO, 1996, p.525).

Levando em conta ainda à crise econômica, deixada como herança pelo Regime Militar para os governos democráticos que o sucederam nos anos 1980, e a perda expressiva de postos de trabalho¹¹ resultante tanto da mundialização do capital, quanto da política de privatizações adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) em seus dois mandatos (1995-2002), delineia-se um contexto de incertezas em que muitas pessoas se sentiram ameaçadas e reagiram reforçando divisões e diferenças. Se considerarmos ainda que a ausência de perspectivas de retorno ao mercado de trabalho formal pode significar ser socialmente representado como descartável, perigoso, e mesmo desumanizado, compreendemos tanto a relevância adquirida a partir dos anos 1990, pelo conceito de exclusão social que, embora não trate de um fenômeno novo, tem o mérito de apontar para sua dimensão cultural, ajudando a desvendar a dramaticidade da situação vivida pelos tais excluídos em países como o Brasil, como o redimensionamento da importância das instituições de controle social.

A dimensão política também é valorizada por Batista (2003), em sua relação com a questão da violência urbana, em trabalho que merece destaque por seu caráter inovador. Sua proposta, concebida de um ponto de vista histórico, é de analisar as rupturas e permanências de histórias do medo na cidade do Rio de Janeiro, porém a partir da desconstrução do seu objeto de pesquisa, “o medo corporificado em políticas através de discursos hegemônicos da realidade brasileira” (BATISTA, 2003, p.59). Esse medo está presente e não pode ser desmerecido, a despeito da criminalidade que caracteriza os grandes centros urbanos do Brasil ser eminentemente contra o patrimônio e, mais recentemente, relacionada ao tráfico de drogas. Mas o que as estatísticas sugerem, embora não possamos ignorar seu caráter problemático, é que se trata da violência contra a pessoa, caracterizada como violação dos direitos humanos e, freqüentemente, de violência de

¹¹ Conforme o Ministério do Trabalho, de julho de 1994 até o início de 1997 foram eliminados 755 mil empregos formais no Brasil; no período de 1990 – 1996 a cifra chega a 2,4 milhões.

pobres contra pobres, embora não haja qualquer correlação comprovada entre pobreza e violência¹².

A centralidade do urbano nas discussões acerca da violência contemporânea sugere que ele não pode mais ser visto como lugar exclusivamente do moderno e dos comportamentos racionais de tipo utilitarista, como nos alerta Carvalho (2000), a partir de pesquisa sobre o Rio de Janeiro, complementando que

o urbano abre-se a pesquisas sobre a intensa fragmentação cognitiva e valorativa dos seus habitantes e sobre os canais de circulação entre os diferentes 'mundos' que ali interagem. A qualidade 'urbana' da violência aponta menos para o repertório clássico da sociologia – com os temas da migração interna e da inadaptação dos migrantes ao universo moderno-industrial – e mais para a tensão constitutiva das cidades contemporâneas, em uma chave, por sua vez menos normativa e mais compreensiva (CARVALHO, 2000, p.53).

O cotidiano das periferias e favelas dos grandes centros tem sido representado como um estado permanente de combate. A vida pelo trabalho é uma batalha metafórica, a vida no crime é uma batalha real com a polícia. A vida é uma batalha de discurso com a mídia, de visibilidade com os grupos integrados e de acesso ao mercado. Daí que nas letras de RAP, aquele que consegue se levantar no dia seguinte, num eterno presente, sem projetos ou com projetos imediatos é um sobrevivente, um soldado do cotidiano. Mas é preciso evitar a análise fragmentada e compreender que a representação da *guerra* relaciona-se a toda a cidade, portanto, as formas contemporâneas de urbanização, que, por sua vez, decorre da globalização das relações econômicas determinadas por estratégias de dominação. Como vários autores têm sugerido, vivenciamos "a barbárie da urbanização desigual" (ver, por exemplo, PEDRAZZINI, 2006, p.76).

As passagens a seguir ajudam a ilustrar tal representação das periferias e favelas:

Um, dois, um, dois. Vamos chamar o pelotão do sul, norte, leste, oeste.
Vamos encurralar, eles não podem nos deter, essa guerra a gente não pode perder.
Eu, eu sonho alto ainda sou menino, agradeço a Deus por ainda estar vivo.
No meio da revolta, ódio, covardia, que tá do lado certo, aí, me inspira.
Nove meses na barriga da mãe, não posso ser traíra, desandar da vida.
Ela confia em mim não quer me ver assim: humilhado, fracassado, no caminho do fim.
Se sou a esperança do futuro, de que futuro, as vezes o presente é uma prisão sem muro.
Eu quero ter essa lição, sei que não é bom.
O meu futuro é ser soldado da nação.
Mãos pra cima toco, mãos pra cima.
(SAÍDA DE EMERGÊNCIA; DMN)

Minha condição é sinistra não posso dar rolê (divertir), não posso ficar de bobeira na pista .
Na vida que eu levo eu não posso brincar, eu carrego uma 9 (pistola 9 mm)
e uma AK (fuzil automático Kalashnikov – 47).

¹² Segundo as estatísticas policiais, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, a taxa de homicídios triplicou na década de 1980, passando de 23 mortes para cada 100 mil habitantes em 1982 para 63,03 em 1990, período em que a população da cidade aumentou 1,13% ou seja, permaneceu quase estacionária. Além disso, boa parte desses homicídios aconteceu nos municípios da periferia pobre da região.

Pra minha segurança e tranquilidade no morro, se pá, se pam, eu sou mais um soldado morto.
24 horas de tensão, brigado com a polícia, bolado com os alemão (inimigos).
(SOLDADO DO MORRO, MV BILL)

Considerações finais

O surgimento de uma identidade marginal no cenário metropolitano é, por um lado, uma tentativa de dar sentido a uma vida vivida em um processo de marginalização nas grandes cidades, bem como de dar visibilidade a um conjunto da população que pela sua marginalidade se tornou invisível diante dos demais grupos sociais, do Estado e da grande mídia. Por outro lado, o uso da violência ocorre invariavelmente como um meio de viabilizar o hedonismo consumista, sobretudo, mas não exclusivamente, por jovens pobres que, para isso, envolvem-se em atividades criminosas, particularmente com o tráfico de drogas, e como meio de resolver conflitos de diferentes naturezas.

Este processo de identificação tornou visível a linguagem, a estética, as interpretações e as dificuldades da vida de pessoas ligadas a atividades criminosas e dos presos no sistema carcerário, em geral encobertos pelos componentes inerentes a identidade do trabalhador, fragilizada nos últimos anos. Embora os envolvidos com as atividades criminosas sejam poucos, suas formulações se tornam hegemônicas, exercendo uma espécie de liderança cultural entre as novas gerações de populações subalternas metropolitanas. Mas tal processo também implicou no aumento do distanciamento das elites e classes médias em relação aos pobres em geral, cada vez mais representados como potencialmente perigosos - os outros, diferentes, de quem se quer distância.

Explicitando com radicalidade às contradições desse processo, Eugenio Bucci afirma que "temos medo de ser mortos pelos párias que matamos diariamente. Que matamos de desemprego, de fome, de vergonha. O nosso medo de morrer se converte assim num desejo de matar - não genérico, mas específico" (2004, p.109), confrontando-se diretamente com o mito, longamente reproduzido, de que o Brasil é um cenário privilegiado por natureza, caracterizado pela democracia racial, pela presença de heróis-malandros, líderes populistas e tantos outros bem humorados boas vidas que, através do famoso jeitinho, nos livraram sempre do conflito e da violência que, portanto, só poderia estar nos outros, não brasileiros, estranhos e diferentes...

Atualmente, boa parte do espanto e do pânico gerado pela referida visibilidade garantida pela mídia à violência deve-se a tais contradições, com as quais cada segmento social aprende a conviver a seu modo, ainda que em comum, se identifique as atitudes belicosas, como numa guerra...

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo, 1980 - 1989. In: SANTOS, José Vicente dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *Violência, povo e polícia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BILLARD, G.; CHEVALIER, J.; MADORÉ, F. *Ville fermée, ville surveillée*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRICEÑO-LEON, Roberto. Introducción: La nueva violencia urbana de America Latina. In: _____. (Org.). *Violencia, sociedad y justicia en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARDIA, N. Raízes da violência. *Problemas brasileiros*, São Paulo, mai/jun 1999, nº 333, p. 9.
- CARVALHO, José Murilo. *Revista FAPESP*, fevereiro de 2006, nº 120, p.83-84.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 47-74.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.
- IMBERT, Gerard. *Los escenarios de la violencia: conductas anomicas y ordem social en la España actual*. Barcelona: Icaria Editorial, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Economica, 1983.
- MORAIS, Régis. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. *HIP HOP: A periferia grita*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidade*, 2004, v. 1, nº 2, p. 181-206.
- SOARES, Luis Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 23-46.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TAILLE, Yves de La. Violência: Falta de limites ou valor? Uma análise psicológica. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. F. e SPOSITO, M. P. (Org). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez - Ação Educativa, 2000, p.110-134.

THOMPSON, Edward. Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (Org. coleção); SCHWARCZ, Lília M. (Org. volume). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras, 1998, v. 4, p.247-318.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, São Paulo, mai. 1997, v. 9, n° 1, p. 5-42.

Recebido para Publicação dia 03 de Outubro de 2006

Aceito para Publicação dia 30 de Outubro 2006

**Perenidade e superfluidade
do trabalho: alguns equívocos
sobre a desconstrução do
trabalho**

*Exhaustlessness and superfluity
of work: some
mistakes about the
deconstruction of work*

*Perennidad y superfluidéz
del trabajo: equivocaciones
sobre la desconstrucción
del trabajo*

RICARDO ANTUNES

Professor Titular de Sociologia
IFCH – UNICAMP
Rua Cora Coralina, s/n
Caixa Postal 6110 - CEP 13081-970
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas-SP
rantunes@unicamp.br

Resumo: Este texto pretende desenvolver alguns significados e dimensões das mudanças em curso no mundo do trabalho, bem como algumas das consequências, teóricas e empíricas, que se desdobram a partir destas transformações, tais como a pertinência e a validade, no mundo contemporâneo, do uso da categoria trabalho. Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea (como Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), a tese apresentada é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Centralidade do trabalho; Transformações da classe trabalhadora.

Abstract: This text aims at developing some of the meanings and dimensions of the changes being carried out in the labour world, as well as looking at the consequences, theoretical and empirical, unfolded by these transformations, such as the relevance and validity to the matter of the use of the category of labour/work in the contemporary world. Contrarily to those authors that defend the loss of centrality of the labour/work category in the contemporary society (as Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), the theses presented is that despite the heterogeneity, complexity and fragmentation of the working class, the possibilities of an effective human emancipation can still find real social viability from the revolts and rebellions that are centrally originated in the labour world.

Keywords: Centrality of the labour/work; Transformations of the working class.

Resumen: Este texto pretende desarrollar algunos significados y dimensiones de los cambios en curso en el mundo del trabajo, así como algunas de las consecuencias, teóricas y empíricas, que se derivan de estas transformaciones, tales como la pertinencia y validez, en el mundo contemporáneo, del uso de la categoría trabajo. Al contrario de aquellos autores que defienden la pérdida de la centralidad de la categoría trabajo en la sociedad contemporánea (como Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), la tesis presentada defiende que apesar de la condición heterogénea, compleja y fragmentada de la clase trabajadora, las posibilidades de una efectiva emancipación humana aún pueden encontrar concreción y viabilidad social a partir de las revueltas y rebeliones que se originan centralmente en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Centralidad del trabajo; Transformaciones de la clase trabajadora.

Um mundo em mutação: neoliberalismo e reestruturação produtiva

A partir do início da década de 70, como resposta do capital à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte. A isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e de trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Este período caracterizou-se, desde então, por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há ainda uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou tempo de trabalho, se ele não fosse controlado pela lógica do capital e, desse modo, expressão de uma forma de dominação), pode-se presenciar, em vários países, como a Inglaterra, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho*.

Foi no contexto acima referido que o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível emergiu no Ocidente. O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, no ciclo de lutas sociais em 68/69, que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Foi nesta contextualidade, social e politicamente adversa ao mundo do trabalho, que se desenvolveram as teses sobre a *desconstrução ou o fim da centralidade do trabalho*, ou ainda em sua forma mais eivada de rusticidade, marcada pela falácia do *fim do trabalho*. Todas, de algum modo, ancoradas na tese (equívoca e *eurocêntrica*) da desapareição ou definhamento da classe trabalhadora.

O que vamos oferecer neste texto é uma leitura *completamente* distinta. Em nosso entendimento é preciso exercer a *crítica da crítica* e, um modo de iniciá-la, é mostrando alguns equívocos teóricos contemporâneos presentes nas teses sobre a *desconstrução do trabalho*. Posteriormente, na parte final deste texto, vamos procurar resgatar os sentidos essenciais do trabalho, que hoje se encontram (teórica e empiricamente) abandonados.

O estudo aprofundado das relações entre trabalho *produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial*, bem como a forma assumida pela *divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora*, dentre vários outros elementos, nos permitiram recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria *trabalho* na formação societal contemporânea, contra a *desconstrução teórica* que foi realizada nos últimos anos.

Ao contrário da propagada substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de mercadorias pela esfera comunicacional, da propagada substituição da produção pela informação, as novas formas de *interpenetração* existentes entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que vêm se ampliando no mundo contemporâneo, configuram-se como elementos suficientes para que se mostre a forma contemporânea da centralidade do trabalho e se faça a *crítica da crítica*.

Vamos procurar responder aqui às seguintes indagações: as mutações em curso acarretam inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? A categoria trabalho não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da práxis humana existente na sociedade capitalista contemporânea? A chamada "crise da sociedade do trabalho" deve ser entendida como o fim da possibilidade da emancipação do trabalho? O trabalho não se constitui mais no elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade humana? Não é mais protoforma da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio entre os seres sociais, a natureza e entre os próprios seres sociais? (ANTUNES, 2005, 2005^a,2005^b).

A crítica da crítica: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho

Quando se pensa na *totalidade do mundo do trabalho*, ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, *não negam a lei do valor*, quando se considera a *totalidade do trabalho*, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Crise da sociedade do trabalho abstrato ou concreto?

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do *trabalho abstrato* (como sugere KURZ, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem OFFE, 1989; HABERMAS, 1991, 1992; MÉDA, 1997; RIFKIN, 1995, entre tantos outros).

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. *A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, pelo processo de valorização do capital?* Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Cremos que sem a precisa e decisiva incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz *adeus ao trabalho*, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão.

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não nos parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras: *uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo*

social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua dupla dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado.

A conseqüência que disto decorre é, então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do "tempo livre", com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Fim do valor?

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do *trabalho social*, que é mais *complexificado, socialmente combinado* e ainda mais *intensificado* nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar *a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido*. Portanto, uma coisa é *ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante*. Outra, muito diversa, é *imaginar que eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo*.

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do *trabalho intelectual abstrato* no interior das plantas produtivas modernas, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, *part-time*, terceirizado, desenvolvidas intensamente na "era da empresa flexível" e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor*, uma vez que é própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.

Ciência e valor: para além da análise binária

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, também não podemos concordar com a tese da transformação da ciência na principal força produtiva, em substituição ao valor-trabalho, que ter-se-ia tornado inoperante (conforme a tese de HABERMAS, 1975). Esta formulação, ao "substituir" a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, parece desconsiderar que o trabalho vivo, em *interação* com a ciência e a tecnologia, constitui uma complexa e contraditória *relação social capitalista*, que tolhe e limita a expansão *autônoma* da ciência.

Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em sua possibilidade de desenvolvimento autônomo pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. É por esta restrição estrutural, que *libera* e mesmo *impede* a expansão da ciência para o incremento último da produção de valores de troca, que *impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível*. Por isso a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira desta base material, menos do que uma *cientificização da tecnologia* há, conforme sugere Mészáros (1989), um processo de *tecnologização da ciência*.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não pode tornar-se a sua *principal força produtiva*. Ela *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*.

Esta interpenetração entre atividades laborativas e ciência parece-nos, portanto, mais complexa: o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo *sem que o primeiro se sobreponha ao segundo*. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo.

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho. Este processo de retro-alimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do *trabalho vivo* em *trabalho morto*, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é, para usar uma expressão de Lojkine, um processo de *objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria*, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo em trabalho morto* (LOJKINE, 1995).

Outra tendência operada pelo capital, na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, é aquela que *reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas*. A eliminação de várias funções como *supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc.*, medida que se constitui em elemento central do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*, visa transferir e incorporar ao trabalho *produtivo*, atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores *improdutivos*. Reduzindo o trabalho improdutivo, através da sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga de *parcela* do conjunto de trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores.

As interconexões entre trabalho material e imaterial

Além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho *material* e *imaterial*, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades *imbricadas* com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Dado que no mundo da tecno-ciência, a produção de conhecimento torna-se um elemento importante da produção de bens e serviços, pode-se dizer que, com J. M. Vincent (1995) os saberes dos trabalhadores constituem-se numa característica central da capacidade de trabalho em geral, apresentando-se cada vez mais como força de trabalho inteligente, que reage às situações produtivas em mutação, equacionando seus problemas. A ampliação das formas de *trabalho imaterial* torna-se, portanto, outra característica do sistema de produção nas indústrias de tecnologia avançada, uma vez que o sistema produtivo carece crescentemente de atividades

informativos, tanto no universo das empresas industriais quanto de serviços, gerando um alargamento e ampliação das atividades denominadas *imateriais*.

As novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um *alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa*, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho *material e imaterial*, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, *centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital*, mesmo quando o trabalho assume a forma crescente de *trabalho intelectual-abstrato*, que também é absorvido pelo capital como mercadoria. Desse modo, as formas de produção material e imaterial tornam-se cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se convertem em mercadorias e capital, para lembrar novamente J.M. Vincent (1993). Ver também TOSEL, 1995; LAZZARATO, 1993).

Desse modo, a alienação ou, mais precisamente o *estranhamento (Entfremdung)* do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre o elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas de ponta é expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada, para recorrer à formulação de N. Tertulian (1993). Além do *saber* operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, *re-transfere o savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária.

Mas o processo não se restringe à esta dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual* é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, neste processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, amplia as formas modernas da *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada.

Se o *estranhamento* permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais "estável" e inserida da força de trabalho que exerce o *trabalho intelectual abstrato*, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. Sob a condição da precarização ou

da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade.

Estamos assistindo a muitas manifestações de revolta contra os estranhamentos, daqueles que são expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido.

No polo mais intelectualizado da classe trabalhadora, que exerce seu *trabalho intelectual abstrato*, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada (mais "humanizada" em sua essência desumanizadora), dada pelas novas formas de "envolvimento" e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é *diretamente* mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência. O que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos ou das alienações no mundo do capital, diferenciados quanto à sua incidência, mas vigente enquanto manifestação que atinge a totalidade da *classe-que-vive-do-trabalho*.

A disjunção entre sistema e mundo da vida

Os elementos analíticos apresentados ao longo deste ensaio nos permitem avançar nossa crítica à formulação de Habermas, presente na sua *Teoria da Ação Comunicativa*, no que concerne à sua tentativa teórica de *desconstrução do trabalho* (HABERMAS, 1991, 1992). Habermas, como sabemos, em sua crítica à Marx, realiza uma disjunção analítica essencial entre *trabalho e interação*, entre *práxis laborativa e ação intersubjetiva*, entre *atividade vital e ação comunicativa*, entre *sistema e mundo da vida*. Mas ao fazê-la, perde o momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social. Habermas atribui a Marx a redução da *esfera comunicacional à ação instrumental*. Como contraposição, realiza uma *sobrevalorização e disjunção* entre estas dimensões decisivas da vida social, e a perda deste liame indissolúvel permite a Habermas valorizar e autonomizar a esfera comunicacional.

Nesse sentido, falar em *colonização do mundo da vida pelo sistema* parece ser, então, uma versão muito tênue, no mundo contemporâneo, frente à totalização operada pela vigência do *trabalho abstrato* e pela fetichização da mercadoria e suas repercussões reificadas no interior da esfera comunicacional. E o capitalismo por certo é muito mais do que um *subsistema*.

No nível mais abstrato, a *limitação analítica habermasiana se efetiva pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma relacional entre esferas que se tornaram dissociadas a partir da complexificação da vida societal*. Enquanto para Habermas opera-se uma *desacoplamento* que leva à separação, para

Lukács da *Ontologia do Ser Social* tem lugar um *distanciamento, complexificação e ampliação* que, entretanto, não rompe o liame e os vínculos indissolúveis entre estas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na *gênese*, como no próprio *processo emancipatório* (LUKÁCS, 1981).

Habermas, ao contrário, na disjunção que opera a partir da complexificação das formas sociais, conferirá à esfera da linguagem e da comunicação o espaço e o sentido privilegiado da emancipação. Ambos, entretanto, conferem papel central à esfera da subjetividade, tanto na gênese quanto no vir-a-ser. Mas o tratamento que oferecem a esta categoria é complementemente distinto. Para Habermas, o domínio da subjetividade é complementar ao mundo exterior, enquanto para Lukács esta separação é desprovida de significado.

Para Habermas, na disjunção que realiza a partir da complexificação das formas sociais, com a efetivação do *desacoplamento* entre sistema e mundo da vida e a conseqüente autonomização da intersubjetividade, caberá à esfera da linguagem e da razão comunicacional um sentido emancipatório. Em Lukács, ao contrário, os vínculos entre *subjetividade e trabalho* são indissolúveis. Assim, tanto na *gênese* do ser social, quanto no seu *desenvolvimento* e no próprio *processo emancipatório*, o trabalho, enquanto momento fundante da própria subjetividade humana, através da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da sua vida social, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante.

Se, para Habermas, o fim do "paradigma do trabalho" é uma constatação possível, em decorrência de seus próprios pressupostos analíticos, para Lukács, a complexificação social não dissolveu o sentido original (e essencial) presente no processo de trabalho, entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e esfera da intersubjetividade.

No contexto do capitalismo tardio, a tese habermasiana da *pacificação dos conflitos de classes* encontra-se hoje sofrendo forte questionamento. Não só o *welfare state* vem desmoronando no relativamente escasso conjunto de países onde ele teve efetiva vigência, como também as mutações presenciadas no interior do *Estado intervencionista* acentuaram seu sentido fortemente privatizante. Deste quadro cheio de mutações, vem desintegrando também, e de maneira crescente, a base empírica *limitada* de sustentação da crítica habermasiana à pacificação das lutas sociais, dada pela hegemonia do projeto social-democrático no interior do movimento dos trabalhadores. E, mesmo quando este projeto apresenta-se vitorioso eleitoralmente, ele está cada vez mais distanciado dos valores do reformismo social-democrático que vigorou no pós-guerra.

Com a erosão crescente do *welfare state* (e o conseqüente enfraquecimento de seu sistema de seguridade social), ao longo das últimas décadas e em particular dos anos 90, a expressão

fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes - que Habermas queria conferir estatuto de determinação - vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da "incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio" (que HABERMAS endereçou a MARX), mostra-se em verdade uma fragilidade do *constructo* habermasiano.

As recentes ações de resistência dos trabalhadores parecem, em verdade, sinalizar em direção oposta e exemplificam as formas contemporâneas de confrontação assumidas entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*. E uma dessas lutas centrais é aquela voltada para a redução da jornada (ou do tempo) de trabalho. É o que trataremos a seguir, na parte final de nosso texto.

A luta pela redução da jornada diária (ou do *tempo* semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobre-trabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo que a redução da jornada de trabalho mostra-se como central na ação dos trabalhadores, *condição preliminar*, conforme disse Marx, para uma vida emancipada.

Nos dias atuais, esta formulação ganha ainda mais concretude, pois mostra-se, *contingencialmente*, como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar *minimizar* o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Mas *transcende* em muito esta esfera da *imediatez*, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o *tempo de trabalho e o tempo de vida*. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida *dotada de sentido fora* do trabalho.

Por um novo sistema de metabolismo societal onde trabalho e vida sejam dotados de sentido

Com isso entramos em outro ponto crucial, que também desenvolvemos no livro *Os Sentidos do Trabalho E O Caracol e sua Concha*: uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo* (verdadeiramente) *livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma

medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desefetivação* que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desfetichização no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade humana*, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido, autodeterminada, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente* e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por *indivíduos* (homens e mulheres) *sociais e livremente associados*, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho tornasse dotado de sentido, será também (*e decisivamente*) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a *luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho* torna-se *inteiramente compatível* com o *direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho - ambos, portanto, fora do *controle e comando* opressivo do capital - convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*. Isto porque,

sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital, *desestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital, gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital. E esse mesmo *trabalho auto-determinado* que tornou *sem sentido* o capital, gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho*.

Apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho, em sua *nova morfologia* (ANTUNES, 2005); um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho *pelo* trabalho e *contra* o trabalho estranhado, fetichizado e alienado. Esta formulação não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os sub-empregados etc, podem somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto classe, constituírem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.

Do mesmo modo, a luta ecológica, os movimentos feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas, com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e do caráter fetichizado, estranhado e "des-realizador" do gênero humano, gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). Esta possibilidade depende, evidentemente, das particularidades sócioeconômicas de cada país, da sua inserção na (nova) divisão internacional do trabalho, bem como da própria subjetividade dos seres sociais que vivem do trabalho, de seus valores políticos, ideológicos, culturais, valorativos, de gênero etc.

As recentes greves, rebeliões, explosões sociais, lutas políticas, contrárias à lógica destrutiva do capital, constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social, dada a *nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado*. Elas mesclam elementos destes pólos diferenciados da *classe-que-vive-do-trabalho* (incluídos também os desempregados) e se constituem em importantes exemplos destas novas confrontações contra o sistema de metabolismo societal que preside o capitalismo contemporâneo.

Que o século XXI está presenciando em intensidade e diversidade. Pesquisá-las, estudá-las, compreender a nova morfologia do trabalho suas lutas e ações, eis um desafio central da pesquisa social crítica.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Campinas: Boitempo, 2005.
- _____. *Os sentidos do trabalho* (Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho). São Paulo: Boitempo, 2005^a.
- _____. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10^a ed. Unicamp: Cortez, 2005^b.
- BIDET, J.; TEXIER, J. *La crise du travail*. Actuel Marx Confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action* (Reason and the rationalization of society). Londres: Polity Press, 1991, v. I.
- _____. *The theory of communicative action* (The critique of functionalist reason). Londres: Polity Press, 1992, v. II.
- _____. Técnica e ciência como 'ideologia'. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Abril, 1975.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LAZZARATO, Maurizio. Le cycle de la production immatérielle. In: *Paradigmes du travail, futur antérieur*, Paris: L'Harmattan, 1993[2], n. 16.
- LOJKINE, Jean. De la révolution industrielle à la révolution informationnelle. In: BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques, op. cit., 1995.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell'essere sociale II*, Roma: Ed. Riuniti, 1981, v. 1 e 2.
- MÉDA, D. *Società senza lavoro* (Per una nuova filosofia dell'occupazione). Milão: Feltrinelli, 1997.
- MÉSZÁROS, István. *The power of ideology*, Harvester Wheatsheaf, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sidney, Tóquio. 1989.
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental?. *Trabalho & Sociedade*, v. I, Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1989.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- TERTULIAN, Nicolas. Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács', *Archives de Philosophie- Reserches et Documentation* 56, julho/setembro, Paris, 1993.
- TOSEL, A. Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. In: BIDET, J.; TEXIER, J. op. cit. 1995.
- VINCENT, J. M. Flexibilité du travail et plasticité humaine. In: BIDET, J.; TEXIER, Jacques, op. cit. 1995.
- _____. Les automatismes sociaux et le 'general intellect'. In: *Paradigmes du Travail, futur antérieur*. Paris: L'Harmattan, 1993[2], n. 16.

Recebido para publicação dia 05 de Outubro de 2006

Acceto para publicação dia 31 de Outubro 2006

Travelling thoughts*

Pensamentos itinerantes

Pensamientos itinerantes

DOREEN MASSEY

Prof^a do Departamento de Geografia
Open University - Milton Keynes - Inglaterra
d.b.massey@open.ac.uk

Abstract: This paper was written for a volume in honour of sociologist Stuart Hall, entitled *Without guarantees*, and it takes up this thought in order to disrupt some currently hegemonic conceptualisations of space. In particular, it argues against any notion that space may be conceptualised as a flat surface. Such a conceptualisation, it is argued, is thoroughly 'colonial', in particular in that it deprives 'others' of their own histories. In contrast, it is argued, the challenge of space lies in its character of multiplicity: this simultaneity of space is a coexistence of ongoing trajectories. These proposals are pursued through reflection on a real journey, and it is argued that their political relevance extends to the way we often conceptualise globalisation today.

Keywords: Space; Time; Landscape; Simultaneity; Spatial multiplicity.

Resumo: Este artigo foi escrito para um volume em homenagem ao sociólogo Stuart Hall, intitulado *Without guarantees* [Sem garantias], e absorve seu pensamento de modo a romper com algumas atuais conceituações hegemônicas de espaço. Particularmente, ele se contrapõe a qualquer noção de que o espaço pode ser conceituado como uma superfície plana. Tal conceituação, argumenta-se, é inteiramente "colonial", em particular no sentido que ela priva os "outros" de suas próprias histórias. Em contraste, discute-se, o desafio do espaço consiste em seu caráter de multiplicidade: esta simultaneidade do espaço é uma coexistência de trajetórias em processo. Estas proposições são tomadas numa reflexão sobre uma jornada real e argumenta-se que sua relevância política se estende para o modo como freqüentemente conceitualizamos hoje a globalização.

Palavras-chave: Espaço; Tempo; Paisagem; Simultaneidade; Multiplicidade espacial.

Resumen: Este artículo fue escrito para un volumen en homenaje al sociólogo Stuart Hall, titulado *Without guarantees* [Sin garantías], y condensa su pensamiento intentando romper con algunas concepciones actuales del espacio que son hegemónicas. Particularmente, se contraponen a cualquier noción de que el espacio puede ser conceituado como una superficie plana. Esta concepción, se argumenta, es totalmente "colonial", en particular en el sentido de que priva a los "otros" de sus propias historias. En contraste, se discute, el desafío del espacio consiste en su carácter de multiplicidad: esta simultaneidad del espacio es una coexistencia de trayectorias en proceso. Estas proposiciones son tomadas a partir de una reflexión sobre un itinerario real y se argumenta que su importancia política se extiende para el modo como frecuentemente conceptualizamos hoy la globalización.

Palabras clave: Espacio; Tiempo; Paisaje; Simultaneidad.

*Publicação original: Gilroy, P.; Grossberg, L. e McRobbie, A. (Org.) 2000. *Without Guarantees: in honour of Stuart Hall*. Londres e Nova York: Verso.

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	p. 85-92	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	----------	--------------

Let me begin by proposing the following:

Space is a configuration (a "simultaneity" but I'll come back to that) of a multiplicity of trajectories.

The co-existing multiplicities and the necessary but incomplete (potential) interrelatedness which that entails, give rise to time and space together

We must think space and time together, time and space (I know we're always saying that these days, but bear with me a little).

If that is really so, we can no more go back in space, return to whence we came, than we are able to go back in time.

What we *can* do is meet up again; catch up with where another's history has got to "now"; interlace again (on terms which must be the stuff of politics) with another of those multiple trajectories.

*

For many years, from 1982 until he so inconsiderately retired, Stuart used to give me a lift to work. From north west London, up the motorway, more or less fifty miles; out of the capital's basin, through the chalk hills and down into the flat clay midlands; to Milton Keynes. And back again at night. A journey : "across space"? and "back again"? In political terms, and in terms of our theories being means of getting by, of going on (THRIFT, 1996), it may be adequate thus to conceptualize this quotidian commute. But some of the thoughts I want to develop here began on those car journeys, and they have continued to develop since, on the train which I now so much more often take. So let me stick with that journey for a moment.

If we take the opening proposals seriously, when you make that journey, from London to Milton Keynes, you are *not* just travelling across space.

First, of course, since as now seems to be widely recognised space is the co-constitutive product with relations/interactions you are also helping, although in this case in an unpretentious fairly minor way, to produce it. You are part of the constant process of the making and breaking of links which is an element in the constitution (i) of you yourself (ii) of London, which will not have the pleasure of your company for the day (iii) of Milton Keynes, which will (and whose existence as, say, an independent node of commuting is reinforced as a result) and thus (iv) of space itself. You are not just travelling across space; you are altering it a little, moving it on, producing it. The relations which constitute it are being reproduced in an always slightly altered form.

Second, this journey of yours is anyway not just spatial. It is also temporal. It is a movement in/of (a production of) both space and time. The London you left just a half an hour ago (as you speed through Cheddington, its clay-damp fields spreading away on either side) is not the London

of now. It has already moved on (without you). And you are on your way to meet up with a Milton Keynes which is also moving on, and which has been doing so, in large measure without the slightest regard for, and with no relation to, your impending arrival. It has its own story, in which you once again and in a pretty minor way, are about to participate. Movement, and the making of relations also take/make time.

(Of course, you may well be objecting by now, and quite correctly, Milton Keynes has more than one "story" going on within it (and even more so is this the case for London) and that some of these stories have indeed been preparing for your arrival. Security guards and secretaries have already arrived at the university, doors have been unlocked, telephone messages taken; the cleaners overnight have emptied your wastepaper basket (thus are we academics served). Agreed. Indeed the way one might conceptualise towns, and cities even more, is precisely as peculiarly intense, and probably heterogeneous, constellations of social trajectories - see MASSEY; ALLEN; PILE, 1999).

Third, however, if space and time are both dimensions of this journey, then what is at issue is not my crossing space to get to Milton Keynes but my constructing a trajectory which meets up with the trajectory that is Milton Keynes and, within the intense multiplicity of trajectories which is that city, seeking out just some of them with which to interact. In this space of fresh configurations new stories will emerge, new trajectories will be set in motion.

Other people and things indeed have been collected there, some precisely for this purpose. People and papers have gathered for a meeting, faxes have arrived from around the world, an e-mail from Larry reminding me that I am late with this piece; and I in turn will despatch a whole cartography of communications while I am "there". Meetings-up in, and dispersals out from, this focus of space-time.

And then, come the evening, weary, we set off again, making our way home to the big city. Yet that going home is not at all going back to the same place. London is not the same place we left this morning. It too has moved on; things have been happening while we've been gone. Once again, as in the morning meeting with Milton Keynes, this is not a matter of crossing space to a static place which has been somehow lying there, waiting for our arrival. You have to catch up with what's been happening, with how this place too has been moving. Emerging into the crush of Euston Station I scan the headlines in the evening paper to see what's new; leaving the station I search the sky and pavements, feel the air, wondering what the weather's been like (will my garden be crying out for water?); finally arrived in my apartment I check the post, the telephone messages, find out "what's been happening here" while I've been away. Bit by bit I re-immense myself into the trajectories of London.

*

There was a point in my describing, earlier, the journey from London to Milton Keynes in terms of the landscape we were crossing. For it seems to me that we so frequently understand space in this way, in terms of travelling across it. The very surface, of land or sea, becomes equated with space itself. We do it without thinking (and maybe will deny it when faced with the explicit proposition) but it has serious effects.

For one thing it makes space seem so very much more *material* than time. We seem to find it easier to think temporality in the abstract, as a dimension of and formed out of relations, than we do space/spatiality. Perhaps it's precisely to do with the fact that we think we can "see" space, stretching out and around before us. Space so often (from at least Plato on) has been equated with "extension" and through that with the material. It's an assumption we should abandon.

But the second effect of this imagining space in terms of the landscape is that it makes it seem like *a surface*; something with continuity, flat, and given. This is reinforced by another common equation: that between space and maps. This equation too is unfortunate. In fact it may indeed well be that our usual notion of maps has pacified, has taken the life out of, how most of us most commonly think about space. Of course, maps anyway are a particular form of representation: they are not "space itself". But that is not the point that is important to me here. What worries me here is another and less-recognised aspect of this illicit equation: that maps too give the impression that space is a surface.

So why does it matter if we imagine space like that? Well, I would argue that it evokes the understanding of other places, peoples, cultures ... as located *on* this surface. Immobilised, they await our arrival. They lie there, in place, without trajectories; we can no longer see in our minds' eyes the stories they too are telling, living out, producing. It is to render them, as Eric Wolf (1982) at the end of a rather different argument has put it, "without history".

There are many who have tried to puncture that smooth surface. The art events of Clive Van Den Berg (1997) aim to disrupt the complacent landscape of white South Africa with reminders of the history on which it is based. Iain Sinclair's (1997) *dérives* through eastern London evoke, through the surface, pasts (and presents) not usually noticed. Anne McClintock's (1995) provocative notion of "anachronistic space" - a permanently anterior time within the space of the modern - is catching at something similar. Between London and Milton Keynes indeed, right by Berkhamsted station, there's a Norman motte and bailey, getting on for a thousand years old, which I always try to glimpse as we pass and which always sets me thinking. We know, then, that the "present-ness" of the horizontality of space is in fact a product of a multitude of histories whose resonances are still there, if we would but see them, and which sometimes catch us with full force unawares.

Yet it is also more than this that I am trying to get at here. These are all tales of "the past's" continued presence in the spatial surface of today. Yet surely the point is rather that the whole of the simultaneity which is "the spatial surface of today" - even the mundane things, the modern things, the quite easily normally recognised things - consists of such moments, together, in their histories. This is no spatial surface; it is a contemporaneity of trajectories.

Many years ago, a geographer named H.C. Darby wrote an article entitled "The problem of geographical description" (1962). In it, he argued that while histories were relatively straightforward to tell, the problem of describing the spatial was how to represent, on the page in words and in a single story, its *simultaneity*. Now, there are many criticisms which could be, and have been, made of Darby's piece. But one element of the significance of the argument has often been missed. Darby was, it seems to me, both making a fundamental mistake and grasping at something really important. The mistake was to assume that the temporal is easy to represent, and that one does so in a single narrative. His insight was the mirror of this: his recognition that the "problem" of the spatial is its character of multiplicity. Darby is by no means the only person to have worked with that combination of ideas. Fredric Jameson (1991) in a very similar formulation finds the complexity of spatial multiplicity so utterly disconcerting that he calls, not only for a cognitive "map", but for the restoration of some notion of narrative (see MASSEY, 1992). *That* will restore order to things. The assumption is, of course, that "narrative" is in the singular, and it is an assumption that may be wielded precisely to tame the unnerving multiplicities of the spatial. Taking space seriously, or thinking space-time, makes that manoeuvre impossible.

(I cannot resist here a parenthesis. Just to unsettle things a little more. First, to put our human movements into context, remember too that this car trundling so mundanely up the M1 (while we argue with Melvyn Bragg on the radio) through the sunshine or the slush and spray is moving, so minutely it seems once the perspective is changed, on an earth which is itself spinning in a wobbly fashion upon its axis, and which is held in an annual rotation about the sun, which is ... And the landscape which stretches away on either side across middle England (the chalk rocks laid down, say, c. 100 million years ago) is of course still moving now as the south east of this island tips downwards towards the sea, in compensation for the north's recovery (and it must be quite a relief) from being pressed down by the unimaginable tons of ice which lay there only 10,000 years ago. All movement, as they say, is relative. And second, of course, remember too that in the midst of all of this we each stand (or, better, travel) in a different place. There is perhaps, then, not even a single simultaneity on which we would all agree; we each have access to our own. Situated simultaneities, we might call them.)

To imagine space in this way, of course, means thinking time and space together (see also GROSSBERG, 1996) and thinking both of them as the product of interrelations. We don't perhaps

then need to insist as forcefully as we customarily do on the difference between them. Time may be irreversible ("you can't go backwards in time") but so may be space. Or, rather, it is better not to separate them in this way. You can't go back in time-space. What you *can* do, as was stated in the proposals which opened this article, is meet up again, catch up with where another's history has got to "now", but where that "now" (or, more rigorously, that "here and now") is itself constituted by nothing more than - precisely - our meeting up again.

*

It may not matter so much, in the end, how I imagine that journey between London and Milton Keynes. But the thoughts that it evoked do have, I would argue, a more general relevance. And their import is political.

To begin with, and most obviously, they mean that we can never go "home", or at any rate we cannot do so if we imagine home as an enduring site from whence we came. You can't go back. It is a point which is often made. Neither Stuart nor I "come from" this tract of south eastern England but we both know that neither Jamaica nor Manchester is the same as when we left. It is obvious yet it is often forgotten. England's "Angry Young Men" who come south in the fifties both ridiculed and held in aspic the northern places they had left. That kind of longing for a place called home, that view of place in nostalgia, precisely robs it of a history. (And if nostalgias are not necessarily bad, as Wendy Wheeler (1994) has persuasively pointed out, we nonetheless do maybe need to rework them so that they are less immobilising of others.) For this is an approach which operates, as is often recognised, in the same way as those great dualisms between Culture and Nature, and it resonates too with views of place as Woman, as Mother - as what has been left behind and is (supposedly) unchanging. It is a view found in songs of home, in novels, in academic writing. It is beautifully captured and critiqued (in the migrant's desire to cling to the supposed traditions of home while the visitor from this supposedly traditional place is all jazzed-up in thoroughly "modern" gear) in *Bhaji on the Beach*. It is deep in Raymond Williams' *Border Country*. It is comforting, but it is to be rejected. Places change; they go on without you. Just as Mother has a life of her own.

So you can't go back. There is nothing for it but to keep trucking on. And that's OK.

But the real reason behind this point is that others have their stories too. When Hernán Cortés heaved to the top of the pass between the snow-covered volcanoes and looked down upon the incredible island city of pyramids and causeways, the immense central valley between the mountain ranges stretching away into the heat, he wasn't just "conquering space". What was about to happen, as he and his army, and the locals they had recruited along the way, marched down upon Tenochtitlán was the meeting up of stories, each already with its own spaces and geographies, two

imperial histories: the Aztec and the Spanish. We read so often of the conquest of space, but what was/is at issue is also the meeting up with others who are also journeying, also making histories.

What is fascinating is how the most frequent imagination of this process performs a double operation. Not only is space, lazily, conceived of as a surface, but crossing it in this context (the voyages of discovery, the explorations of anthropologists) is indeed imagined as temporal too. But this is time-travel which went *backwards* in time. Instead of producing space-time in its voyages forth, the West imagined itself going out and finding, not contemporary stories, but the past. This latter imagination is now commonly acknowledged and criticised (eg FABIAN, 1983). But maybe there is, also, no simple "conquering of space" at all. The ravages of imperialism and the conquerings and cooptations of colonialism were not horizontal movements across a space which is a surface. They were engagements of previously separate trajectories. And it is the terms of that meeting which are the stuff of politics. The shift in naming, from *la conquista* to *el encuentro*, speaks also of a more active imagination of the engagement between space and time.

And while, maybe, we think we know all this already (and maybe we do, for the events of centuries past) we nevertheless keep making the same mistake. And so current tales of "globalisation" today evoke images of capital's virtually frictionless movement, across a "space" which has been frozen, smoothed over and de-historicised: a passive surface before the unstoppable dynamism of modern capitalism. Again we rob others of a history, their stabilization providing the solid ground for our own story.

But finally. Once we drop the assumption of the mutual exclusivity of space time; once we recognise the multiplicity of histories which is the spatial, then what could be more both ordered and chaotic than space, with all its happenstance juxtapositions and unintended emergent effects? Here, for certain, there can be no guarantees.

References

- DARBY, H.C. The problem of geographical description. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 1962, v. 30, p. 1-14.
- FABIAN, J. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- GROSSBERG, L. The space of culture, the power of space. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. (Ed.). *The postcolonial question*. London: Routledge, 1996, p. 169-88.
- JAMESON, F. *Postmodernism; or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso. 1991.
- MASSEY, D. Politics and space-time, *New Left Review*, n°. 196, 1992, p. 65-84 (reprinted in MASSEY, D. *Space, place and gender*, Oxford: Polity Press, 1994, p. 249-272).
- MASSEY, D., ALLEN, J.; PILE, S. (Ed.). *City Worlds*. Routledge and The Open University, 1999.
- MCCLINTOCK, A. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*, London: Routledge. 1995.

SINCLAIR, I. *Lights out for the territory*. London: Granta Books, 1997.

VAN DEN BERG, C. Battle sites, mine dumps, and other spaces of perversity. In: GOLDING, S. (Ed.). *The eight technologies of otherness*, London: Routledge, 1997, p. 297-305.

WHEELER, W. Nostalgia isn't nasty: the postmodernising of parliamentary democracy In: PERRYMAN, M. (Ed.). *Altered states: postmodernism, politics, culture*, London: Lawrence and Wishart, 1994

WOLF, E. *Europe and the people without history*, London: University of California Press, 1982.

Recebido para publicação dia 08 de Janeiro de 2007

Aceito para publicação dia 23 de Fevereiro 2007

Pensamentos itinerantes¹

Deixe-me começar propondo o seguinte:

O espaço é uma configuração (uma "simultaneidade", mas voltarei a isso posteriormente) de uma multiplicidade de trajetórias.

As multiplicidades co-existent e a necessária, porém incompleta (potencial), inter-relação que isso envolve enfatizam o espaço e o tempo de maneira conjunta.

Devemos pensar o espaço e o tempo conjuntamente, tempo e espaço (sei que estamos sempre dizendo isso nos últimos dias, mas agüentem um pouco isso em mim).

Se for realmente assim, não podemos retroceder no espaço, voltar para o lugar de onde viemos, mais do que somos capazes de voltar no tempo.

O que *podemos* fazer é nos reencontrarmos outra vez; alcançar o lugar que tem a história de outro agora; entrelaçarmo-nos novamente (em termos que devem ser os mais importantes da política) com um outro daquelas múltiplas trajetórias.

*

Por muitos anos, desde 1982 até quando ele desconsideradamente se aposentou, Stuart costumava me dar estímulo para trabalhar. Desde o noroeste de Londres, acima da rodovia, mais ou menos cinquenta milhas; fora da bacia da capital, através dos *chalk hills* e dentro dos planos argilosos centrais; até Milton Keynes. E de volta à noite. Uma viagem: "através do espaço"? e novamente? Em termos políticos, e em termos de nossas teorias como meios de passar, de continuar (THRIFT, 1996), pode ser adequado então conceitualizar este deslocamento cotidiano. Contudo alguns dos pensamentos que quero desenvolver aqui começaram nessas viagens de carro e continuaram a se desenvolver, pois, no trem que agora muito mais freqüentemente tomo. Assim, deixe-me continuar com esta viagem por um momento.

Se tomarmos as proposições iniciais seriamente, quando você faz esta viagem, de Londres até Milton Keynes, você *não* está apenas viajando através do espaço.

Primeiro, naturalmente, como agora o espaço parece estar amplamente reconhecido como produto co-constitutivo de relações/interações, você, embora neste caso de uma maneira razoavelmente despretensiosa, está ajudando também a produzi-lo. Você é parte do constante processo de criar e romper as ligações, que é um elemento na constituição (i) de você mesmo (ii); de Londres, que não terá o prazer de sua companhia pelo dia; (iii) de Milton Keynes, que o terá (e cuja existência como, diga-se, um nó independente do deslocamento é reforçada como um

¹ Traduzido do original em inglês por Igor Catalão, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente-SP.

resultado); e, assim, (iv) do espaço em si. Você não está apenas viajando através do espaço; você o está alterando um pouco, movendo-o, produzindo-o. As relações que o constituem estão sendo reproduzidas em uma forma sempre, levemente, alterada.

Segundo, essa sua viagem não é, em todo caso, apenas espacial. Ela é igualmente temporal. É um movimento em/de (uma produção de) ambos o espaço e o tempo. A Londres que você deixou há apenas meia hora (enquanto você se apressava por Cheddington, por seus campos de argila molhada espalhando-se de um lado e do outro) não é a Londres de agora. Ela já se modificou (sem você). E você está no seu caminho para encontrar-se com Milton Keynes, que também está modificando-se e que o tem feito, em larga medida, sem a mais ligeira consideração e sem relação alguma com sua chegada iminente. Ele tem sua própria história, da qual você, novamente, de um modo bastante secundário, está prestes a participar. O movimento e o fazer das relações igualmente tomam/criam tempo.

(De fato você bem pode estar objetando agora, e de forma relativamente correta, que Milton Keynes tem mais que uma "história" acontecendo ali dentro (e tanto mais este é o caso de Londres) e que algumas dessas histórias têm sido seguramente preparadas para sua chegada. Guardas de segurança e secretárias já chegaram à Universidade, portas foram destrancadas, mensagens telefônicas examinadas; os trabalhares da limpeza esvaziaram durante a noite sua cesta de lixo (assim somos acadêmicos servidos). Sem dúvida, o meio como se pode conceitualizar vilas, e cidades mais ainda, são, de modo tão preciso como peculiarmente intenso, e provavelmente heterogêneo (ver MASSEY; ALLEN; PILE, 1999).

Terceiro, entretanto, se espaço e tempo são dimensões dessa viagem, então o que está em questão não é meu espaço que atravessei para chegar a Milton Keynes, mas minha construção de uma trajetória que encontra a trajetória que é Milton Keynes e, dentro da intensa multiplicidade de trajetórias que é aquela cidade, a procura de apenas alguma delas com a qual interagir. Neste espaço de jovens configurações, novas histórias emergirão, novas trajetórias serão postas em movimento.

Outras pessoas e coisas certamente foram postos ali, alguns precisamente para esse propósito. Pessoas e papéis foram reunidos para uma reunião, faxes chegaram de vários lugares do mundo, um *e-mail* de Larry lembrando-me de que estou em atraso com este excerto; e eu, de minha parte, despacharei uma cartografia inteira de comunicações enquanto estou "ali". Encontros neste, e dispersões deste, foco de espaço-tempo.

E, pois, chega a noite, cansada; nós nos colocamos em movimento novamente, fazendo nosso caminho para casa² na grande cidade. No entanto esta ida para casa não é de modo algum voltar ao mesmo lugar. Londres não é o mesmo lugar que deixamos esta manhã. Ela também se modificou; coisas aconteceram desde que partimos. Uma vez mais, tal como o encontro com Milton Keynes pela manhã, esta não é uma questão de cruzar o espaço até um lugar estático que, de uma maneira ou de outra, permaneceu ali esperando por nossa chegada. Você tem de inteirar-se sobre o que aconteceu, sobre como este lugar também se modificou. Saindo do cruzamento do Euston Station, verifico as manchetes do jornal da noite para ver o que há de novo; deixando a estação, procuro o céu e as calçadas, sinto o ar, desejando saber como esteve o tempo (estará meu jardim precisando de água?); finalmente chego ao meu apartamento e verifico o correio, as mensagens do telefone, tentando descobrir "o que aconteceu aqui" enquanto estive longe. Pouco a pouco, recoloco-me nas trajetórias de Londres.

*

Há um ponto em minha descrição, anterior; a viagem de Londres a Milton Keynes em relação às paisagens que cruzamos. Parece-me que nós tão freqüentemente entendemos o espaço deste jeito, como uma viagem através dele. A mesma superfície, de terra ou mar, torna-se igualada ao espaço em si. Fazemo-lo sem pensar (e talvez o negaremos quando contrapostos a esta proposição explícita), mas isto tem sérios efeitos.

Por um fato o espaço parece tão mais *material* que o tempo. Parecemos achar mais fácil pensar a temporalidade no abstrato, como uma dimensão das relações e como algo formado por elas, do que o fazemos com o/a espaço/espacialidade. Talvez seja precisamente lidar com a questão de que ao pensarmos, podemos "ver" o espaço estendendo-se ao redor e diante de nós. O espaço, tão comumente (desde pelo menos Platão em diante), tem sido igualado a "extensão" e, por meio disso, ao material. É uma acepção que devemos abandonar.

Mas o segundo efeito de imaginar o espaço em termos de paisagem é que isto o faz parecer uma *superfície*; algo com continuidade, plano e dado. Isto é reforçado por outra equação comum: aquela entre espaço e mapas. Esta equação também é infeliz. De fato, pode mesmo ser esta nossa noção usual de mapas que se pacificou, que tirou a vida do modo como muitos de nós mais comumente pensamos o espaço. De certo, os mapas, em todo caso, são formas particulares de representação: eles não são o "espaço em si". Porém este não é o ponto importante para mim aqui.

² No original o termo usado é *home* [lar], porém como em português o termo *casa* também pode significar lar, optamos por utilizar ambos os termos indistintamente ao longo do texto (NT).

O que me preocupa é outro e um menos reconhecido aspecto desta equação ilícita: que mapas também dão a impressão de que o espaço é uma superfície.

Portanto, por que há problema se imaginamos o espaço desta forma? Bem, eu argumentaria que se evoca uma compreensão de outros lugares, pessoas, culturas... como localizados *nesta* superfície. Imobilizados, eles aguardam nossa chegada. Eles permanecem ali, no lugar, sem trajetórias; nós não mais vemos com nossos olhos mentais as histórias que eles também estão contando, vivendo, produzindo. É traduzi-los, como Eric Wolf (1982), no fim de um argumento algo diverso, colocou-o, "sem história".

Há muitos que tentaram perfurar esta superfície regular. Os eventos artísticos de Clive Van Den Berg (1997) objetivaram romper a paisagem complacente da África do Sul branca com lembretes da história na qual ela foi baseada. As *dérives* de Iain Sinclair (1997) através da Londres oriental evoca, através da superfície, passados (e presentes) não comumente notados. A noção provocativa de Anne McClintock (1995) de "espaço anacrônico"- um tempo permanentemente anterior dentro do espaço do moderno - toca em algo parecido. Entre Londres e Milton Keynes, de certo, à direita pela estação Berkhamsted, há uma *Norman motte and bailey*, envelhecida de uns mil anos, que sempre tento notar enquanto passamos e que sempre me deixa pensativa. Sabemos, pois, que a "presentitude" da horizontalidade do espaço é de fato um produto da multidão de histórias, cujas ressonâncias estão ainda lá, se não pudéssemos mais que vê-las, e que às vezes nos apanham, inesperadamente, com plena força.

Não obstante, é algo maior ainda o que estou tentando alcançar aqui. Estes são todos contos da contínua presença "do passado" na superfície espacial de hoje. Todavia, certamente o ponto é, antes, que o todo da simultaneidade que é "a superfície espacial de hoje" - mesmo as coisas mundanas, as coisas modernas, as coisas mais fáceis e normalmente reconhecidas - consiste em tais momentos, juntos, em suas histórias. Isto não é superfície espacial; é a contemporaneidade de trajetórias.

Muitos anos atrás, o geógrafo H. C. Darby escreveu um artigo intitulado "The problem of geographical description" [O problema da descrição geográfica] (1962). No texto, ele argumenta que enquanto histórias eram relativamente diretas ao serem contadas, o problema de descrever o espacial era o de como representar, em uma página, em palavras e numa simples história, sua *simultaneidade*. Agora há muitas críticas que podem ser, e foram, feitas ao excerto de Darby. Contudo, um elemento de significância do argumento foi freqüentemente esquecido. Darby, parece-me, tanto criou um equívoco fundamental como tocou em algo realmente importante. O equívoco foi supor que o temporal é fácil de representar, e isto se fazendo em uma simples narrativa. Sua descoberta foi o reflexo disso: seu reconhecimento de que o "problema" do espacial

é seu caráter de multiplicidade. Darby é, sem dúvida, a única pessoa a ter trabalhado com uma combinação de idéias. Frederic Jameson (1991), em uma formulação muito similar, encontra a complexidade da multiplicidade espacial tão completamente desconcertante que ele apela não apenas ao "mapa" cognitivo, mas à restauração de alguma noção de narrativa (ver MASSEY, 1992). Isto restaurará a ordem das coisas. A suposição é, de certo, que "narrativa" está no singular, e é uma suposição que deve ser utilizada precisamente para controlar as inseguras multiplicidades do espacial. Tomar o espaço seriamente, ou pensar o espaço-tempo, torna esta manobra impossível.

(Não posso resistir aos parênteses aqui. Apenas para perturbar as coisas um pouco mais. Primeiro, para pôr nossos movimentos humanos no contexto, lembrando ainda este carro, seguindo tão comumente acima do M1 (enquanto discutimos com Melvyn Bragg no rádio) através da luz do sol ou do movimento da lama e da espuma, tão momentaneamente parece que uma vez a perspectiva é mudada na Terra que está ela mesma movendo-se de uma maneira circular sobre seus eixos, e que está presa numa rotação anual em torno do sol, que está... E a paisagem que se estende de um lado e do outro, cruzando a média Inglaterra (os *chalk hills* postos, diga-se, 100 milhões de anos atrás), certamente ainda está agora se movendo, assim como o sudoeste desta ilha inclina-se para baixo na direção do mar, em compensação pela elevação do norte (e ele deve estar de fato em relevo) desde seu pressionamento pelas inimagináveis toneladas de gelo que permanecem ali há apenas 10.000 anos. Todo movimento, como eles dizem, é relativo. E, segundo, obviamente lembrando-se ainda de que no meio de tudo isso cada um de nós permanece (ou, melhor, viaja) em um lugar diferente. Talvez, pois, não haja exatamente uma simples simultaneidade com a qual todos nós concordaríamos; cada um de nós tem acesso por nós mesmos. Situadas as simultaneidades, poderíamos chamá-las).

Imaginar o espaço desse modo evidentemente significa pensar o tempo e o espaço de maneira conjunta (ver também GROSSBERG, 1996) e pensá-los a ambos como produtos de inter-relações. Nós talvez não precisamos, pois, insistir tão forçosamente quanto costumeiramente o fazemos na diferença entre eles. O tempo pode ser irreversível ("você não pode retroceder no tempo"), mas também pode sê-lo o espaço. Ou, ainda, é melhor não separá-los desta forma. Você não pode voltar atrás no tempo-espaço. O que você *pode* fazer, como foi indicado nas proposições que abriram este artigo, é reencontrar-se novamente, alcançar o lugar que tem a história de outro "agora", porém onde este "agora" (ou, mais rigorosamente, este "aqui e agora") esteja ele mesmo constituído de nada mais que - precisamente - nossos novos reencontros.

*

Pode não importar muito, ao final, o modo como imagino aquela viagem entre Londres e Milton Keynes. Porém os pensamentos que elucidei têm, eu argumentaria, uma importância mais geral. E sua significação é política.

Para começar, e mais obviamente, significa que nós nunca podemos ir para "casa", ou, em qualquer, medida não podemos fazê-lo se imaginamos a casa como um local perpétuo de onde viemos. Você não pode voltar atrás. É um ponto que é freqüentemente feito. Nem Stuart nem eu "viemos" desta zona sudeste da Inglaterra, mas sabemos que nem a Jamaica nem Manchester são as mesmas de quando as deixamos. É obvio, entretanto, que isto é freqüentemente esquecido.

Os "Angry Young Men" da Inglaterra que vieram do sul nos anos cinqüenta ridicularizaram e mantiveram em âspide os lugares do norte que eles deixaram. Este tipo de desejo por um lugar chamado lar, essa visão do lugar em nostalgia, é roubado precisamente de uma história. (E se nostalgias não são necessariamente ruins, como Wendy Wheeler (1994) apontou persuasivamente, nós, não obstante, talvez precisamos retrabalhá-las de modo que sejam menos imobilizadoras de outrem). Para isso, há uma abordagem que se efetua, como é freqüentemente reconhecida, do mesmo modo como os grandes dualismos entre Cultura e Natureza, e resulta também em visões de lugar como Mulher, como Mãe - como o que foi deixado para trás e não está (supostamente) mudando. É uma visão encontrada em canções de lar, em novelas, em escritos acadêmicos. É muito bem apanhada e criticada (no desejo dos migrantes de apegar-se às supostas tradições de lar, enquanto o visitante deste suposto lugar tradicional é tornado atrativo num intensamente moderno adorno) em *Bhaji on the Beach*. É profundamente no *Border Country* de Raymond Williams. É reconfortante, mas deve ser rejeitado. Lugares mudam; eles continuam sem você. Tal como uma Mãe tem sua vida por si mesma.

Assim sendo, você não pode voltar atrás. Não há nada a fazer a não ser continuar mudando. E tudo está bem.

No entanto, a razão real por trás deste ponto é que outros têm suas histórias também. Quando Hernán Cortés chegou ao início do caminho entre os vulcões cobertos de neve e olhou abaixo sobre a inacreditável cidade-ilha das pirâmides e dos caminhos elevados, o imenso vale central entre as fileiras de montanhas estendendo-se ao longe no calor, ele não estava apenas "conquistando espaço". O que estava para acontecer, quando ele e seu exército, e os povos locais que eles recrutaram durante o caminho, marcharam sobre Tenochtitlán foi o encontro de histórias, cada uma já com seus espaços e geografias, duas histórias imperiais: a asteca e a espanhola. Lemos muito freqüentemente sobre a conquista do espaço, mas o que estava/está em questão é ainda o reunir-se com outros que estão também viajando, também fazendo histórias.

O que é fascinante é como a mais habitual imaginação deste processo conforma uma dupla operação. Não é, preguiçosamente, espaço apenas, concebido como uma superfície, mas cruzando-o neste contexto (as viagens de descobrimento, as explorações dos antropólogos), é de fato imaginado como também temporal. Mas este é um tempo-viagem que *retrocedeu* no tempo. Em lugar de produzir espaço-tempo em suas viagens à frente, o Ocidente imaginou-se saindo e encontrando não histórias contemporâneas, mas o passado.

Esta última imaginação é agora reconhecida e criticada (por exemplo FABIAN, 1983). Porém, talvez não haja, pois, de modo algum, uma simples "conquista do espaço". As devastações do imperialismo e das conquistas e cooptações do colonialismo não eram movimentos horizontais através de um espaço que era uma superfície. Havia ligações de trajetórias previamente separadas. E são os termos deste encontro que são material para políticas. A mudança de nomenclatura, de *la conquista* para *el encuentro*, fala também de uma mais ativa imaginação do engajamento entre espaço e tempo.

E enquanto, talvez, pensamos saber já tudo isso (e talvez saibamos, pelos eventos de séculos passados), não obstante continuamos cometendo os mesmos equívocos. E contos tão recorrentes da "globalização" hoje evocam imagens do movimento virtualmente sem conflito do capital através de um "espaço" que tem permanecido frio, controlável e des-historicizado: uma superfície passiva anterior ao inexorável dinamismo do capitalismo moderno. Novamente roubamos a outrem uma história, seu equilíbrio provendo terreno sólido para nossa própria história.

Uma vez que abandonamos a suposição da exclusividade mútua do espaço-tempo; uma vez que reconhecemos a multiplicidade de histórias que são espaciais, então o que pode ser mais ordenado e caótico que o espaço, com todas suas justaposições casuais e fortuitos efeitos emergentes? Aqui, de certo, pode não haver garantias.

Referências

- DARBY, H.C. The problem of geographical description. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 1962, v. 30, p. 1-14.
- FABIAN, J. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- GROSSBERG, L. The space of culture, the power of space. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. (Ed.). *The postcolonial question*. London: Routledge 1996, p. 169-88.
- JAMESON, F. *Postmodernism; or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1991.
- MASSEY, D. Politics and space-time. *New Left Review*, n. 196, p. 65-84, 1992 (reprinted in MASSEY, D. *Space, place and gender*. Oxford: Polity Press, 1994, p. 249-272).
- MASSEY, D.; ALLEN, J.; PILE, S. (Ed.). *City Worlds*. Routledge and The Open University, 1999.

MCCLINTOCK, A. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. London: Routledge, 1995.

SINCLAIR, I. *Lights out for the territory*. London: Granta Books, 1997.

VAN DEN BERG, C. Battle sites, mine dumps, and other spaces of perversity. In: GOLDING, S. (Ed.). *The eight technologies of otherness*. London: Routledge, 1997, p. 297-305.

WHEELER, W. Nostalgia isn't nasty: the postmodernising of parliamentary democracy. In: PERRYMAN, M. (Ed.). *Altered states: postmodernism, politics, culture*. London: Lawrence and Wishart, 1994.

WOLF, E. *Europe and the people without history*. London: University of California Press, 1982.

Recebido para publicação dia 08 de Janeiro de 2007

Accito para publicação dia 23 de Fevereiro 2007

Los hologramas socio-espaciales y el constructivismo geográfico

*Socio-spatial
Holograms and the
geographic constructivism*

*Os hologramas
sócio-espaciais e o
constructivismo geográfico*

ALICIA LINDÓN

Departamento de Sociología
Universidad Autónoma Metropolitana
Campus Iztapalapa
Ciudad de México
San Rafael Atlixco 186
Colonia La Vicentina,
Delegación Iztapalapa. México
Distrito Federal. CP 09340
alindon@prodigy.net.mx

Resumen: Este trabajo presenta una propuesta metodológica cualitativa - que denominamos hologramas socio-espaciales, destinada al estudio de la construcción social de los lugares. Esta propuesta se articula dentro de nuestro trabajo de investigación actual que de manera general, se aboca a estudiar la espacialidad de la vida cotidiana en contextos urbanos, más específicamente periféricos y suburbanos. En esta línea de trabajo, abordamos la espacialidad a través del concepto de lugar, tal como es entendido en la perspectiva de la geografía humanista. Entre otras cosas, esto implica que nuestro trabajo se asume como una perspectiva comprensiva de la vida cotidiana, aunque con un sesgo constructivista: concebimos al lugar como una construcción social siempre en curso, necesariamente inacabada. En la primera parte de este trabajo se presenta un acercamiento muy somero al lugar como un tipo de mirada particular para estudiar la espacialidad de la vida social. Luego, en el segundo apartado, profundizamos la cuestión del lugar a partir de la posibilidad de estudiarlo como una construcción social. Posteriormente desarrollamos los elementos básicos de nuestra aproximación cualitativa que denominamos hologramas socio-territoriales. En el apartado siguiente presentamos un holograma particular, contextualizado en la periferia excluida del oriente de la ciudad de México. Por último, terminamos con unas reflexiones abiertas.

Palabras clave: Hologramas socio-espaciales; Lugar; Geografía humanista; Construcción social; Exterioridad/interioridad; Lugares invisibles.

Abstract: This paper present a qualitative methodological proposal that we call "spatial holograms", oriented to the study of the social construction of places. This proposal is articulated with our actual research field, in general terms, centered on the spatiality of everyday life in urban contexts, more specifically the peripheral and suburban's ones. In this orientation, we focus on spatiality through the concept of place, as understood by the humanistic geography. This implies that we are orienting our research in a comprehensive perspective of everyday life, but with a constructivist bias: we conceive the place as a social construction always in transformation or on the move, never finished. In the first part of this work, we are presenting a very basic approach to the concept of place, as a particular gaze to study the spatiality of social life. Then, in the second part, we deepen into the place question, proposing the possibility to study it as a social construct. After that, we develop the basic elements of our qualitative approach that we name "socio-territorial holograms". In the next part, we present a particular hologram, in the context of the marginal periphery of eastern Mexico City. Finally we are concluding with some open remarks.

Keywords: Socio-spatial holograms; Place; Humanistic geography; Social construction; Outsideness/insideness; Invisibles places.

Resumo: Este trabalho apresenta uma proposta metodológica qualitativa - que denominamos hologramas sócio-espaciais, destinada ao estudo da construção social dos lugares. Essa proposta articula-se dentro do nosso trabalho de pesquisa atual que de maneira geral, destina-se a estudar a espacialidade da vida cotidiana, em contexto urbanos, especificamente periféricos e suburbanos. Nessa linha de trabalho abordamos a espacialidade através do conceito de lugar, tal como é entendido na perspectiva da geografia humanista. Entre outras coisas, isso implica que o nosso trabalho assume-se como uma perspectiva compreensiva da vida cotidiana, ainda com um sesgo construtivista: concebemos o lugar como uma construção social sempre em curso, necessariamente inacabada. Na primeira parte deste trabalho apresenta-se uma aproximação superficial ao lugar como um tipo de olhar particular para o estudo da espacialidade da vida social. Depois, no segundo sub-item, aprofundamos na questão do lugar a partir da possibilidade de estudá-lo como construção social. Posteriormente desenvolvemos os elementos básicos da nossa aproximação qualitativa que denominamos de hologramas sócio-territoriais. No sub-item seguinte apresentamos um holograma particular, contextualizado na periferia excluída do oriente da cidade de México. Por último, finalizamos com umas reflexões em aberto.

Este trabajo presenta una propuesta metodológica cualitativa, que hemos denominado hologramas socio-espaciales, destinada al estudio de la construcción social de los "lugares". Esta propuesta se articula dentro de nuestro trabajo de investigación que de manera general, se aboca a estudiar la espacialidad de la vida cotidiana en contextos urbanos, más específicamente periféricos y suburbanos. En esta línea de trabajo, hemos enfocado la espacialidad a través del concepto de "lugar" tal como es entendido en la perspectiva de la geografía humanista. Entre otras cosas, esto implica que nuestro trabajo se asume enteramente como una perspectiva comprensiva de la vida cotidiana, aunque con un sesgo constructivista: concebimos al lugar como una construcción social siempre en curso, necesariamente inacabada.

De esta forma, en la primera parte de este trabajo se presenta un acercamiento muy somero al lugar como un tipo de mirada particular para estudiar la espacialidad de la vida social. Luego, en el segundo apartado, profundizamos la cuestión del lugar a partir de la posibilidad de estudiarlo como una construcción social. Posteriormente desarrollamos los elementos básicos de nuestra aproximación cualitativa que denominamos "hologramas socio-territoriales". En nuestro propio trabajo de investigación los hemos utilizado en diversas ocasiones, por ejemplo para abordar la construcción social de espacios del miedo, pero también para estudiar la construcción social de paisajes parcialmente invisibles (LINDÓN, 2006a). En el apartado siguiente presentamos un holograma particular, contextualizado en la periferia excluida del oriente de la ciudad de México. Por último, terminamos con unas reflexiones abiertas.

El lugar como orientación general

El lugar refiere a una localización concreta, por eso los geógrafos teóricos (cuantitativos), lo consideraban un punto, y entre varios puntos es posible medir distancias. Sin embargo, las geografías humanistas anglosajonas - desde los años setenta - reconstruyeron este concepto planteando que los lugares tienen identidad, que se les atribuyen valores y son objeto de construcción simbólica. La revisión de esta discusión teórica indudablemente es una labor relevante, atractiva y también ardua, pero no es nuestro objetivo en esta ocasión. Antes bien remitimos a algunas obras de la extensa literatura sobre el tema. Baste en esta ocasión solo con especificar brevemente a qué referimos con las expresiones próximas entre sí de lugar y espacio vivido.

El concepto de lugar hace referencia a espacios delimitados, con límites precisos, que para los sujetos representan certezas y seguridades otorgadas por lo conocido (TUAN, 1977). A pesar de que el lugar alude a un espacio con límites, dichos límites se extienden hasta donde lo hace el contenido simbólico de los elementos objetivados en él y que pueden ampliarse a través de redes y

relaciones de sentido. Por ello, se puede considerar al lugar, siguiendo a Gumuchian (1991), como "una acumulación de significados", o bien, en las palabras similares de Entrikin (1976), el "lugar es un depositario de significados". La acumulación de significados sobre un lugar también ha sido estudiada a través de "íconos portadores de sentido que se lo confieren a los lugares", como lo señalara el geógrafo francés Joel Bonnemaïson (2000).

En las geografías francófonas, también desde los años setenta - de manera casi simultánea a lo ocurrido en las geografías anglosajonas - se viene desarrollando el concepto de espacio vivido, con un contenido más o menos próximo al que ha tomado el de lugar y sentido del lugar en la geografía anglosajona. El concepto de espacio vivido (*espace vécu*) fue propuesto en 1976 por Armand Frémont (1999). Así para la geografía de Francia del Oeste¹:

la propuesta del espacio vivido no se limita a reconocer lugares frecuentados, definir itinerarios, situar al hombre-habitante en su cuadro familiar de existencia [...] sino focalizar la mirada en la relación con las representaciones [...], es decir superar el espacio extensión (o espacio-soporte), para abordar la noción de representación (imagen) del espacio, planteando una nueva pregunta: ¿cómo ven los hombres el espacio? [...] El espacio vivido es reivindicado como un espacio cargado de valores (CHEVALIER, 1974, p. 1).

Años más tarde, Guy Di Meo - otro geógrafo francés - también toma parte en esa reflexión inicial. Di Meo diferencia el espacio de vida del espacio vivido, y completa la propuesta teórica con el concepto de espacio social:

el espacio de vida se confunde, para cada individuo, con el área de sus prácticas espaciales. Es el espacio frecuentado por cada uno de nosotros, con sus lugares atractivos, sus nodos en torno a los cuales se construye la existencia individual: la morada, la casa, los lugares de trabajo y de ocio. El espacio concreto de lo cotidiano (1991, p. 123).

Por otra parte, Di Meo - siguiendo la tradición de Frémont - ha planteado que:

El edificio construido sobre las bases de la materialidad y sus prácticas (el espacio de vida) se enriquece de la pulpa de los intercambios sociales (el espacio social), de las cargas emotivas, de las imágenes y de los conceptos individuales, aunque siempre son de esencia social, que forjan nuestra representación del mundo sensible y contribuyen a conferirle sentido (espacio vivido) (1991, p. 127).

Esta forma más compleja e integradora es el espacio vivido. Por ello para Frémont (2005, p. 79), "el espacio vivido es el más completo, el más denso, el que integra todas las distancias y todas las complejidades".

A partir de estas dos líneas teóricas, sobre el lugar (desde el pensamiento anglosajón) y el espacio vivido (desde el pensamiento francófono), ha emergido un abanico muy amplio de

¹ Este núcleo de la Francia del Oeste (Caen, Angers, Le Mans, Nantes, Rennes) reunió a Armand Frémont, Jacques Chevalier, Robert Héryn y Jean Renard (Marconis, 1996, p. 189).

problemáticas espaciales de investigación en ambas tradiciones del pensamiento. Por ejemplo, algunas buscan "reconocer lugares frecuentados, definir itinerarios, situar al hombre-habitante en su cuadro familiar de existencia" (GUMUCHIAN, 1991, p. 62). Asimismo, el concepto de lugar ha abierto un importante horizonte en torno al estudio de la identidad del lugar (HIERNAUX, 2000; NOGUÉ, 1999) y el sentido del lugar (*sense of place*) (BUTZ; EYLES, 1997).

Otra derivación del concepto del lugar, son los estudios sobre la memoria del lugar y los lugares de memoria, para retomar la expresión que ha hecho célebre Pierre Nora (NORA, 1997; JAVEAU, 2000).

Otros ángulos abiertos a partir del concepto de lugar son las denominadas fantasías geográficas (ROWLES, 1978), las topofilias, topofobias y los paisajes del miedo (TUAN, 1990; 1980; LINDÓN, 2005b; YORI, 1998; 1999; URIBE CASTRO, 2002), los lugares y paisajes efímeros y fugaces (HIERNAUX, 2006), asimismo la tan polémica deslugaridad o *placelessness* planteada inicialmente por Relph (1976), la "atopía" (TURCO, 2000; LINDÓN, 2005a), la territorialidad, la apropiación de los lugares y los lugares mágicos y míticos (SACK, 1980; 1986; RAFFESTIN, 1977; 1982; 1986), los espacios domésticos e interiores (COLLIGNON; STASZAK, 2003; LINDÓN, 2006c); así como el papel de la retórica y sus tropos en la construcción de los lugares (DEBARBIEUX, 1995; LINDÓN, 2003). También esta visión del lugar ha producido una profunda renovación de los estudios del lugar y el paisaje con énfasis cultural (NOGUÉ, 1989; 1992; 2006a; 2006b; COSGROVE, 1985; 2002; DUNCAN; LEY, 1993), muchas veces articulados a la indagación sobre identidades.

En esta última perspectiva, lo innovador radica en no concebir al paisaje como simple producto cultural (como se hizo dentro de la tradición saueriana), sino reconocer la anterior condición de producto cultural junto a su capacidad para incidir en la cultura.

La consolidación de estas miradas egocéntricas - desde el sujeto y su subjetividad (HIERNAUX; LINDÓN, 2004) - las geograffias de los mundos interiores (DEBARBIEUX, 1997), así como el microanálisis, parecería que desdibuja las fronteras rígidas entre el pensamiento francófono y anglosajón, al menos en este campo de trabajo. Así, nuestro trabajo aspira a ubicarse en esa convergencia de las dos tradiciones del conocimiento: sobre el lugar y el espacio vivido.

La construcción social del lugar/espacio vivido

Esta concepción del lugar nos ha llevado a esa corriente de la teoría social actual conocida como constructivismo. Si bien es una perspectiva ampliamente reconocida en la filosofía de las

últimas décadas² y en las diversas ciencias sociales y las humanidades, es menor el impacto que ha tenido en el caso particular de la geografía y en general en el estudio de la espacialidad. Efectivamente, los autores que se asocian usualmente al constructivismo - tales como Bateson, Gergen, Watzlawick, Maturana, Varela, Berger, Luckmann, Schutz - en principio no parecen tener vínculos con la geografía y los estudios territoriales.

Sin embargo, desde hace tres décadas el humanismo geográfico viene abriendo un camino que actualmente parece fértil para el diálogo con estas líneas del pensamiento, sobre todo por el replanteamiento del concepto de espacio (*space*) en el de lugar (*place*) y en el de espacio vivido (*espace vécu*), y también por otorgarle centralidad a la experiencia espacial (BUTTNER; SEAMON, 1980). Algunos autores, han insistido más en la dimensión individual y la intencionalidad del individuo (BUTTNER, 1976), con un énfasis de tipo fenomenológico. Otros - con una mirada más próxima al interaccionismo simbólico, sin perder la componente fenomenológica - han colocado el énfasis en la negociación cotidiana de las personas en contextos concretos (LEY, 1978).

En esta última perspectiva, cabe destacar que David Ley (1978) plantea, tempranamente, la perspectiva de la construcción social de la realidad desde la espacialidad y posteriormente incorpora directamente la construcción social del lugar desde varias entradas: por ejemplo, el intercambio simbólico y recíproco entre la gente y los lugares (LEY, 1981a); o bien, la convergencia de la subjetividad y la intersubjetividad con la materialidad de los lugares, o la articulación de lo subjetivo y lo objetivo (LEY, 1989).

Indudablemente, el geógrafo sueco Gunnar Olsson también ha jugado un papel central en esta perspectiva de constructivismo espacial por su trabajo sobre la inclusión del lenguaje, en particular los juegos del lenguaje de Wittgenstein en el estudio de la espacialidad (OLSSON, 1978; 1980; 1991a; 1991b).

Según Olsson (1997, p. 39), "Los límites del ecúmene son los límites de mi mundo. Los límites de mi mundo son los límites de mi lenguaje. Los límites de mi lenguaje son pensamiento-y-acción al límite de sí mismo". Asimismo, la concepción de los lugares como textos, la textualidad (BARNES; GREGORY, 1997: 138-144) llevó a incluir planteamientos como el de la intertextualidad, inspirados en la obra de Todorov Y Bakhtin: un lugar evoca otro lugar, entre un lugar y otro se da una relación de copresencia, el sentido de un lugar evoca al sentido de otro lugar.

² Aunque la expresión *constructivismo* es reciente -muchos marcan el hito inicial en 1980- remite a una problemática del conocimiento muy antigua, como es la relación entre el objeto y el sujeto que conoce. Hay antecedentes en el mundo griego clásico, en el siglo XVII con Gianbattista Vico, en el siglo XVIII con Immanuel Kant, a fines del XIX con William James y Friedrich Nietzsche, en la primera mitad del XX con José Ortega y Gasset y Alfred Schutz, por nombrar solo algunas figuras prominentes.

Asimismo, estas miradas constructivistas también introdujeron en la geografía el problema de las representaciones (BAILLY, 1989) y el consecuente tema de la crisis de las representaciones (DUNCAN; LEY, 1993, p. 4). La crisis deriva tanto del sentido literal de re-presentar como reproducción fiel de lo real (las representaciones miméticas), como también del tipo de representaciones legitimadas, sobre todo a través de la racionalidad cartográfica (HARLEY, 2005; MINCA, 2002).

Todos estos aspectos han sido retomados y problematizados por el movimiento denominado *cultural turn*, que desde fines los años ochenta mueve a la geografía anglosajona (PHILO, 1999). Dicho Giro Cultural ha tomado como uno de sus principales ejes la incorporación de lo no-material en el estudio del espacio y la espacialidad. En estas miradas cabe destacar aportes como el de Derek Gregory que buscan la articulación de la mirada de Lacan en relación con la espacialidad (GREGORY, 1995). No obstante tanto Derek Gregory, como Nigel Thrift y Don Mitchell (voces destacadas a favor de la semiótica del espacio a fines de los ochenta), después de haber impulsado la consideración del lenguaje, lo textual y lo semiótico, a mediados de los noventa proponen abandonar este camino para centrarse en las "prácticas" que construyen el lugar.

Desde la geografía francófona, aunque muy imbuida del pensamiento anglosajón, las palabras de Antoine Bailly también resultan elocuentes de estas miradas que rechazan la reducción del espacio a su componente material:

En un entorno histórica y socialmente dado, el individuo construye su propia realidad articulando lo estructural, lo funcional y lo simbólico; [...] el paisaje nos remite a nuestra experiencia existencial; cómo se articulan lo real y lo imaginario en cada lugar (1989, p. 11).

Estas perspectivas muestran que el problema de la espacialidad de la vida social no debería reducirse a una realidad material, única y externa a las personas. Más bien, siguiendo a Antoine Bailly (1989), se lo puede entender en la mezcla entre lo imaginario y lo real.

En suma, el estudio de la espacialidad también puede asumir el constructivismo ya que uno de sus presupuestos es que lo que conocemos y creemos resulta del lenguaje con el que entendemos y transmitimos nuestras percepciones del mundo. Los constructivistas han dicho que al hablar - en un mundo compartido siempre con otros - creamos la realidad. Por eso, un mismo fenómeno, una misma realidad, puede ser construida de diferentes formas en función de distintos puntos de vista.

Si bien en ciencias sociales como pueden ser la sociología o la psicología social, el tema del sujeto y su punto de vista ya cuenta con tradiciones consolidadas, en el estudio de la espacialidad y del territorio la situación es diferente: existen antecedentes relevantes (voces pioneras), pero distan de ser enfoques instituidos y retomados en las comunidades académicas. Posiblemente, una de las

circunstancias que ayude a comprender estos rezagos y resistencias sea el peso que ha tenido la idea del espacio como una realidad material objetiva. Aunque los aportes de muchos autores han mostrado que el espacio y el territorio también son objeto de elaboración subjetiva por parte del sujeto-habitante, las resistencias a su inclusión - más aun, de manera central - son considerables.

En nuestra propuesta, el constructivismo geográfico -o espacial- se puede definir al menos desde los ejes que planteamos a continuación, considerando que no son excluyentes entre sí, sino distintas entradas que se entrecruzan:

El espacio visto a la luz del sujeto como habitante (DARDEL, 1990).

El lugar en la dialéctica entre el espacio y la sociedad. Esto significa que el lugar es concebido como productor de lo social y al mismo tiempo como producto social. Así, el lugar resulta de un movimiento constante entre fuerzas constituyentes y constituidas: los sujetos construyen el lugar y el lugar es construido socialmente, el lugar modela la vida social que allí se aloja.

El lugar en la dialéctica entre las formas espaciales y los sentidos del lugar. Esto implica que el lugar se despliega en lo material y en lo no material. Así, lo material resulta de las formas de sentir, percibir y concebir los elementos materiales del entorno de algunos sujetos sociales.

Las redes que articulan lugares a partir de la experiencia de los habitantes de esos lugares.

En esta concepción, el lugar/espacio vivido construido socialmente queda totalmente vinculado a la lógica del movimiento como una tensión constante entre las permanencias y los cambios, que a su vez pueden operar en distintas escalas temporales y espaciales. En otros términos, la construcción del lugar puede llevar consigo permanencias breves o extensas en su duración, así como permanencias de gran extensión espacial o reducidas espacialmente.

Lo mismo puede ocurrir con los cambios, pueden ser rápidos, es decir ocurrir en tiempos muy breves o desarrollarse en temporalidades largas. De igual forma, el lugar puede construirse a través de cambios registrados en extensiones espaciales reducidas o en extensiones extensas. Asimismo, los cambios o permanencias pueden ser en las formas materiales como en los sentidos del lugar.

De esta forma no es posible considerar al lugar como una realidad estable, inmanente e inmutable. En algunos casos se llega a constatar la permanencia. Esto sobre todo se asocia con tres circunstancias: desde el punto de vista del sujeto, con la repetición del hacer; desde la dialéctica espacio-sociedad (SANTOS, 1990), con la capacidad del espacio para modelar a las sociedades; y, desde la dialéctica formas-sentidos (EYLES, 1985; LEY, 1981a; 1981b), con el peso de las formas para definir los sentidos del lugar.

En el otro extremo, la lógica del movimiento también supone la posibilidad de cambio constante en el lugar. Desde la perspectiva del sujeto-habitante, el cambio en el lugar resulta de cambios en sus formas de hacer, en sus prácticas. Desde la dialéctica espacio-sociedad, el cambio resulta de la posibilidad de que la sociedad - a través del sujeto - pueda recrear, transformar, modificar, el lugar en todo momento. Desde la dialéctica formas-sentidos, el cambio emerge de la posibilidad de que el sujeto le asigne nuevos sentidos a unas mismas formas espaciales.

Entre estas dos lógicas opuestas de cambio y permanencia en distintas escalas de tiempo y espacio, la construcción social del lugar se objetiva en numerosas situaciones intermedias entre el cambio y la permanencia, entre lo reducido y lo extenso espacialmente, entre lo efímero y lo duradero en el tiempo. En estas lógicas de cambio y permanencia a través de las cuales se da la construcción social de los lugares, su expresión más evidente es el lenguaje. Sobre todo en lo relacionado con los sentidos atribuidos a las formas espaciales, aunque también interviene en la definición de las formas materiales mismas.

Las aproximaciones cualitativas y los hologramas socio-espaciales

Las miradas cualitativas atentas a lo minúsculo, aun cuando sea fugaz, permiten un acercamiento fértil a las prácticas espaciales y su intencionalidad, así como a los sentidos otorgados a los lugares (PRED, 1981; 1984; LEY, 1981a; DANIELS, 1997). Por su parte, las prácticas son parte de las formas espaciales, no como formas fijas sino en tanto configuraciones en movimiento³. Por ello, las aproximaciones cualitativas y el microanálisis, al conectar lo material y lo simbólico (EYLES, 1988), constituyen un camino idóneo para estudiar empíricamente la construcción social del lugar a partir de las prácticas espaciales (LEY, 1988; EYLES, 1985).

Nuestra propuesta consiste en demarcar, dentro de los discursos de los habitantes del lugar, hologramas socio-territoriales que nos permitan comprender la construcción social de lugares/espacios vividos particulares. La idea del holograma procede de la física. Nosotros la estamos tomando de manera metafórica.

De acuerdo a la invención realizada en 1947 por el físico húngaro Dennis Gabor, la holografía es una técnica avanzada de la fotografía por la cual "en la placa fotográfica se impresionan las interferencias causadas por la luz reflejada de un objeto con la luz indirecta. Iluminada (después de revelada) la placa fotográfica con la luz del láser, se forma la imagen tridimensional del objeto original" (RAE, 1992, p. 1117).

³ Cabe recordar que Soja (1996) denomina *primer espacio* a la conjunción de las formas espaciales materialmente dadas y las prácticas espaciales.

Nuestros hologramas cualitativos funcionan de la siguiente manera: los habitantes del lugar producen las narrativas de vida en situación de interacción con el investigador. Esto constituye el material básico y objeto de análisis, es decir el equivalente de la placa fotográfica tradicional, en las cuales la luz deja una huella.

Por su parte, a la acción de iluminar con un rayo láser que se aplica a los hologramas físicos, equivale en nuestros hologramas socio-espaciales la tarea de descifrar y decodificar lo que está detrás de las palabras, es decir los significados más profundos. Las conexiones entre un significado y otro nos permiten reconstruir una trama de significados que está encriptada en el discurso. Esa trama permite conectar distintos lugares no visibles para una observación superficial. Esta última tarea de conectar en una trama de significados, metafóricamente corresponde al momento en el que el físico logra la imagen tridimensional por la iluminación del rayo láser.

Cabe señalar que el desciframiento de esta "tercera dimensión" exige que el observador asuma cierta posición, de la misma forma que la tercera dimensión del holograma físico exige mover el mismo, o tomar cierto ángulo que permita visualizar la tercera dimensión. En otros términos, no es posible desvelar esta dimensión, en principio oculta, desde cualquier posición.

En este sentido, la práctica de investigación muestra que un análisis tradicional de los discursos no permite descifrar todo lo que "esconden detrás" (incluidos los lugares invisibles), sino que es a través de prácticas analíticas cualitativas profundas que podremos encontrarlas.

Todo lo anterior se funda en el supuesto (nuestra posición epistemológica) que el lenguaje materializa el flujo de la vida social, le da una forma y lo cristaliza en ella, aun cuando lo cotidiano sea un discurrir que nunca se detiene ni adopta formas estables, sino formas cambiantes.

Las formas lingüísticas, las palabras empleadas, le dan formas particulares a lo multiforme que es lo vivido (PRATT, 1997; MONDADA, 2000; NOGUÉ; VILLANOVA, 1999). Así como la placa fotográfica "inmoviliza" la vida social que fluye continuamente. La narrativa hace lo propio a través de las formas lingüísticas empleadas: las palabras empleadas "inmovilizan" lo vivido. Entonces, al trabajar con fragmentos del lenguaje (las narrativas), esto nos permite captar momentos de la vida social, capturar el instante dentro del flujo, en el sentido de Bergson. En términos de un constructivismo geográfico, esto nos permite captar esos lugares no visibles para quien no participa de cierta experiencia, o bien los paisajes fugaces de los que habla Hiernaux (2006), que en última instancia son instantes del flujo de la vida social.

Los hologramas socio-espaciales se dibujan dentro de narrativas de circunstancias en apariencia banales, pero de gran valor metodológico por condensar elementos claves acerca de la construcción del sentido del lugar. En consecuencia, proporcionan pautas acerca de la forma en que la persona se relaciona con ese lugar y con otros lugares.

En los hologramas socio-espaciales, el narrador refiere a lugares y prácticas concretas que allí se despliegan, verdaderos escenarios espacio-temporales de la vida cotidiana (LINDÓN, 2006b).

Por medio de las prácticas la persona se apropia del lugar para distintos fines, compartiéndolo e interactuando con otros que convergen en el lugar. Sin embargo, el holograma socio-espacial no es un simple relato de prácticas y lugares, o un relato de simples escenarios en los que se despliegan prácticas. Es un relato de prácticas, lugares y escenarios que contiene dentro de sí y de manera encapsulada, otros lugares, sentidos de los lugares, intencionalidades de los habitantes de esos lugares, simbolizaciones de los lugares y del quehacer que en ellos se concreta.

En esta perspectiva, el holograma socio-espacial es una propuesta metodológica abierta a la interpretación espacial (LEY, 1988) en dos planos: una localizada y otra desplegada en una red de lugares interconectados a través de lo vivido (DI MEO, 1999). A continuación se analizan ambas posibilidades de la interpretación espacial.

El primero de estos planos de la interpretación espacial - la localizada - toma como punto de partida el lugar en sí mismo en el cual se ancla la narrativa, y desde allí llega a otro lugar invisible aparentemente, que está superpuesto con la forma espacial del lugar directamente referido.

El lugar invisible está construido simbólicamente sobre las formas espaciales enteramente visibles. Esa construcción simbólica conlleva una apropiación particular a través de la realización de prácticas no esperables de acuerdo a las formas espaciales visibles, pero sí esperadas con relación a su construcción simbólica. Un ejemplo de esto son ciertas prácticas que suelen realizar los *homeless* en la vía pública, como puede ser la de dormir.

Esta práctica puede no ser esperable si se observa el lugar superficialmente como parte de una acera o del espacio público. Sin embargo, es esperable si se comprende que ese habitante llamado *homeless* ha apropiado ese lugar como su hogar (ZENEIDE-HENRY, 2002).

En este primer nivel el holograma socio-espacial permite una interpretación espacial que va más allá del descifrar el sentido del lugar: permite reconstruir dos lugares físicamente superpuestos, pero uno de ellos de visibilidad evidente mientras que el otro es de visibilidad parcial, o lo que es lo mismo, casi invisible.

El segundo plano de la interpretación espacial que permite el holograma socio-espacial es el que establece conexiones entre el lugar en el cual está anclada la narrativa (ya sea el lugar evidente o el parcialmente visible) y otros lugares distintos (incluso, pueden ser diametralmente diferentes) y distantes. Estas redes o conexiones entre lugares se establecen a través de las experiencias de

vida del sujeto: son lugares que integran el acervo de experiencias espaciales de un habitante (DI MEO, 2000b; 1999).

La condensación que ha realizado el lenguaje en estos hologramas socio-espaciales permite encontrar huellas susceptibles de interpretación en dos perspectivas: una, respecto a la particular superposición de lugares. La otra, en cuanto a situaciones ancladas en lugares distantes de aquellos a los cuales se refieren los hologramas directamente, pero que en algún aspecto están conectadas con ella. Esto puede entenderse como una expresión de la intertextualidad espacial: un lugar evoca otro lugar.

Por ello, los hologramas socio-espaciales permiten comprender - al menos parcialmente - algunas formas de relación del sujeto con su espacio de vida que van más allá de una situación particular u otra. En otras palabras, los hologramas socio-espaciales tienen la virtud de dar cuenta del cruce de lo situacional y particular con lo que se reitera en distintas situaciones y a través del tiempo. Esto constituye una forma de la singularidad o *betweenness* (ENTRIKIN, 1991).

En suma, este recurso metodológico tiene una enorme potencialidad porque permite observar lo minúsculo para desde allí, desentrañar las tramas de significación y los lugares parcialmente visibles en los que estas se objetivan. No obstante, también hay que tener en cuenta que es un recurso metodológico inscripto en la lógica del rompecabezas necesariamente incompleto, la lógica de los fragmentos densos pero siempre parciales. En última instancia, el análisis de los significados en contextos específicos (EYLES, 1988).

A continuación presentamos un holograma particular que corresponde a narrativas de jóvenes habitantes de la periferia excluida del Oriente de la Ciudad de México. En esta zona son frecuentes las formas espaciales típicas de la pobreza urbana, reiterada en las periferias excluidas de las ciudades latinoamericanas.

Al nivel de las formas espaciales se trata de espacios muy conocidos y ampliamente estudiados. Posiblemente en ese nivel de las formas espaciales, los hologramas no agregan demasiado respecto a lo conocido. Sin embargo, desde la perspectiva de la construcción social del lugar emergen aspectos poco conocidos y menos aun, analizados.

Como ocurre con muchos otros hologramas, éste muestra la construcción social de un tipo de lugares que suele estar presente en otras periferias metropolitanas excluidas de las grandes ciudades. Precisamente, su valor radica en que no es único, sino singular.

Un holograma socio-espacial sobre lugares casi invisibles

Este holograma particular representa una ventana para la comprensión de lugares/espacios vividos parcialmente visibles o casi invisibles a pesar de su condición de *outsideness* (exterioridad)

(RELPH, 1976): se ancla en las calles de una periferia metropolitana excluida. La identificación de este holograma particular fue posible a partir de una preocupación teórica previa sobre paisajes y lugares invisibles, o lo que Joan Nogué (2005) denomina "las geografías de la invisibilidad".

La invisibilidad de un lugar que está fuera de un recinto - un *outdoor* (DE CASTRO, 1997) - para quien allí habita o transita por el lugar parece indisoluble de la siguiente pregunta: "Para quién es invisible lo que puede ser visible para otros" (LINDÓN, 2006a). Una pregunta de este tipo no puede tener una respuesta única, sino muchas y específicas. Más allá de esas respuestas para cada contexto y situación, cabe destacar que la pregunta ubica el tema en una mirada: La invisibilidad, o la visibilidad parcial, de un *outdoor* no es independiente del punto de vista, no puede ser considerada al margen del sujeto que ve o no ve, ya que no se trata de una "invisibilidad estructural", sino de una invisibilidad o visibilidad experiencial. Por eso, más que lugares invisibles, son lugares parcialmente visibles (NOGUÉ, 2005; 2006b; LINDÓN, 2006a).

En nuestro trabajo sobre la periferia oriental excluida del Oriente de la ciudad de México, emergió un holograma en torno a un lugar particular: un basurero, era un área en la cual se alineaban una serie de grandes recipientes para la acumulación y posterior recolección de la basura.

Sin embargo, para los jóvenes que habitaban el entorno, era el lugar de las experiencias sexuales. Indudablemente, para ellos también era el lugar donde se concentraba materialmente la basura, eso resultaba parte de lo evidente tanto para ellos como para cualquiera que por allí transitara o allí estuviera, por su materialidad insoslayable: la basura era una forma espacial, tanto la basura contenida en los recipientes como la basura dispersa en el suelo. Los perros, como los asiduos visitantes y exploradores del lugar, y los recipientes mismos de la basura completaban ese paisaje. Para el extranjero, el basurero era la forma espacial más visible, por ello no era difícil caracterizar al lugar como desolado y con carencias: Un lugar de la desolación y la basura.

La idea de la desolación viene de la asociación con lo que falta en ese lugar, las carencias. Sin embargo, en términos estrictos esta visión de lo que falta procede de lo que allí está (la basura), que de inmediato nos permite ver al lugar como lo que no es, pero podría ser⁴. Por eso, para el forastero y también para muchos habitantes del lugar, parece un lugar del dolor y la aflicción por las carencias. Esta es la interpretación superficial (*light*), muy asociada a las formas espaciales en su expresión material.

⁴ Nos referimos a ese rasgo propio del ser humano que Tuan identifica como el núcleo de una cultura y que se expresa en una forma de *escapismo*: El ser humano no solo ve el entorno, se somete, se adapta a él y lo transforma, sino también es capaz de "ver lo que no hay" (TUAN, 1998:24), indudablemente esto no es ajeno a la imaginación, a la capacidad de anticipar no solo cursos de acción, sino también un entorno espacial.

Sin embargo, la consideración de que aquel lugar pueda ser interpretado como un holograma nos permitió iniciar el primer nivel de la interpretación espacial hologramática. Así, se hizo evidente que aquellas formas espaciales son inseparables de dimensiones no materiales, no visibles para otros, que no refieren ni a la desolación ni a las carencias sino a los encuentros sexuales de los jóvenes habitantes del lugar. En la experiencia espacial de aquel lugar, cada una de estas formas espaciales participa de maneras particulares para los jóvenes habitantes: Por ejemplo, los recipientes de basura constituyen una pseudo-protección para una sexualidad efímera y nocturna. Los perros callejeros (perros *homeless*) son una compañía indiferente pero permanente de esa sexualidad. Así, la socialidad juvenil construye a ese espacio de la basura en un lugar de la sexualidad.

Fue necesaria la narrativa de los propios jóvenes sobre ese lugar y sobre las experiencias allí vividas para que sus palabras lo hicieran visible. La clave fue la narrativa: la palabra que dio contenido al holograma, otorgó la visibilidad del lugar inicialmente no visible (LOUISET, 2001) y superpuesto con otro visible, el de la desolación.

Al ser construido aquel arreglo espacial como un lugar de la sexualidad, por un lado ésta se torna central para identificar y marcar el lugar: la sexualidad le da sentido al lugar y lo construye en un lugar de la sexualidad y la basura. Por otro lado, también ocurre lo inverso: la espacialidad es productora de la sexualidad; el espacio como producto de la sociedad y también productor de ella (SANTOS, 1990).

En este caso el espacio sería el lugar de la basura y la sociedad, sería este tipo de sexualidad Y como esa espacialidad en términos materiales está colmada de basura, la sexualidad toma rasgos de la basura, semántica y materialmente. Por ejemplo, la sexualidad es lo que queda (el residuo), es el residuo necesario que queda después de algo previo (deseo, impulso, una fiesta, un abandono, ejercicio del poder y la violencia ...).

Igual que la basura, la sexualidad queda confinada espacialmente a la calle. Al mismo tiempo, esa sexualidad toma otros rasgos propios de ese espacio en sí, y no solo de la basura que en él se aloja. Así, la sexualidad es lo que se aloja en un espacio abierto en el cual cualquier objeto físico puede restar cierta visibilidad, pero también la sexualidad es lo que se vive ante los ojos de otros indiferentes. Estos rasgos propios de aquel espacio terminan siendo constitutivos de la sexualidad allí vivida.

Además, el espacio también es constitutivo de la socialidad en otro sentido: se constata aquello que planteara Constancio De Castro (1997), en ciertos escenarios se pueden esperar algunos comportamientos reiterativos. En otras palabras, el lugar hace a la conducta. Para los

jóvenes habitantes del lugar, desplazarse hacia este lugar en las noches implica ir en busca de una experiencia sexual.

En cuanto a la extensión temporal, los hologramas muestran que las prácticas de encuentros sexuales que sustentan esta construcción simbólica del lugar solo se desarrollan en condiciones nocturnas. Para quienes es visible este lugar tiene este sentido (está marcado) diurna y nocturnamente, aunque solo es practicado para la sexualidad nocturnamente.

En términos de la extensión espacial del lugar, el holograma muestra que el lugar se extiende en torno a los recipientes de basura y hasta ese mismo perímetro se extiende la construcción simbólica del lugar. Esto es relevante porque muestra que la construcción social y simbólica requiere necesariamente de las formas materiales dadas por los recipientes de basura. No obstante, eso no debería llevar a plantear un determinismo de las formas espaciales ya que es evidente la peculiar apropiación y refuncionalización de las formas: de contener la basura pasan a ser reapropiadas como un frágil muro que demarca "un recinto de sentido".

Con respecto al segundo plano de la interpretación espacial este holograma ofrece otro hallazgo relevante sobre la conexión con lugares distantes o al menos, diferentes al lugar narrado: el lugar de la sexualidad y la basura se conecta experiencialmente con lugares emplazados dentro de un recinto - indoor - o interioridades - *insideness*⁵- de los hogares de estos jóvenes: en esas interioridades es usual es que la sexualidad de los adultos (padres) sea parte de las prácticas realizadas ante la mirada de los otros (los hijos, por ejemplo) y tenga un sentido semejante al de la sexualidad de la basura.

Este lugar de la basura y la sexualidad es invisible para los que no son parte de estas experiencias, por ello develar ese paisaje tiene un primer y evidente valor: como es el de desentrañar y reconocer lo aparentemente no visible y no conocido.

Sin embargo, más allá del hallazgo en sí, su importancia radica en que se constituye en una verdadera clave analítica para comprender otros aspectos de la vida social local a través de la relación con lugares diferentes y distantes: ciertos aspectos de las relaciones intradomésticas (las que ocurren en el *indoor*) se tornan más claras a partir de la forma en que aquel lugar fuera de un recinto (*outdoor* de la basura) configura la sexualidad.

Esto no implica que la sexualidad del *indoor* sea resultado de la sexualidad que transcurre fuera del recinto (en los lugares casi invisibles), sino que éstos últimos dan claves para comprender otros fenómenos asociados. Dicho con otras palabras, no se trata de considerar a ambos fenómenos

⁵ Para Relph, la interioridad o exterioridad no se anclan en construcciones materiales abiertas o cerradas, sino en el sentido del individuo por el lugar (RELPH, 1976, p. 49-55). Lo interno y externo no derivan de estructuras materiales cerradas a modo de recinto o su ausencia, sino de la experiencia que el individuo tenga con ese lugar. Cuando los lugares carecen de sentido para la persona, habla de una "exterioridad existencial" que puede ser experimentada tanto en un lugar abierto como en uno cerrado, una casa por ejemplo.

en términos de causalidad sino que, al emerger uno de ellos (a través del holograma: los lugares de la sexualidad y la basura), permite comprender otros fenómenos y lugares asociados en alguna dimensión de la experiencia espacial (la sexualidad del *indoor*).

De este holograma se desprende una reflexión bifronte: por un lado, comprender lugares casi invisibles -o parcialmente visibles- requiere de acercamientos metodológicos *ad hoc* y "conceptos sensibilizadores" (BLUMER, 1981), es decir, abiertos a captar la interpretación que hace la persona en cada situación. En este caso, el holograma mostró que, aquello que aparentemente se podía concebir como un lugar de la desolación, el dolor y la basura, observado con profundidad devenía en un lugar de la sexualidad y la basura. Por ello, el desafío es desarrollar aproximaciones metodológicas - como los hologramas - que permitan hacer visibles los lugares casi invisibles, o lugares superpuestos debajo de otros muy visibles.

Por otro lado surge la otra cara de este mismo interrogante: como ciudadanos de la vida cotidiana -retomando la expresión de Habermas- cabe preguntarnos si nos interesa ver todos esos paisajes casi invisibles. O ¿será que la multiplicidad de la vida social, más aun de la vida metropolitana, nos hace optar por la invisibilidad de muchos lugares como una estrategia de vida? De aquí se desprende una hipótesis a explorar: esos lugares invisibles y superpuestos posiblemente estén construyendo un espacio de mucho espesor, en donde sobre un lugar se ha montado, invisiblemente para muchos, otro lugar, y sobre ese, otro y otro. Esto termina siendo una forma de vivir la multiplicidad: haciendo reducciones transitorias, es decir construyendo invisibilidades circunstanciales y situacionales. En otras palabras, ante una complejidad desbordante nos construimos la opción de no ver ciertos mundos, aun cuando estén junto a nosotros, como una forma de fragmentar selectivamente un mundo complejo.

Reflexiones finales

Actualmente, en Iberoamérica se ha ampliado el interés por comprender la espacialidad de la vida social, tanto a través de los aportes de la geografía humana, que se compromete con las vías constructivistas, ya sean las próximas al pensamiento francófono o al anglosajón (DE CASTRO, 1997; HAESBAERT, 1997; 2001; HIERNAUX; LINDON, 2006; NOGUÉ, 1985; 1989; 1992; 1999; 2006^a; 2006^b; NOGUÉ; VILLANOVA, 1999; SANTOS, 1990; URIBE CASTRO, 2002; YORI, 1998; 1999), como por las visiones de las otras ciencias sociales, que también se preguntan por el espacio, el territorio y los lugares.

Por ejemplo, se habla de una "sociología del lugar" (GIERYN, 2000). Todo este pensamiento social se halla en una circunstancia histórica particularmente favorable: el inicio de una perspectiva propia, pero al mismo tiempo, alimentada de todas las tradiciones mencionadas.

Para este nuevo pensamiento iberoamericano sobre la espacialidad, la ventana de la construcción social del lugar se torna una alternativa de mucho interés así como los acercamientos cualitativos siempre asociados a ésta.

Precisamente, uno de los papeles más importantes de lo cualitativo para este constructivismo geográfico es la de canalizarlo hacia la investigación empírica y desde allí producir nuevas teorizaciones. Así, el constructivismo geográfico puede avanzar y al mismo tiempo, evitar el límite de la reflexión abstracta que se alimenta sobre sí misma.

Este constructivismo geográfico tiene la virtud de incorporar lo no material junto a lo material, así como comenzar a desprenderse del temor ancestral a que la centralidad del individuo pueda suponer la pérdida de lo social. Asimismo, también hay que subrayar que estas alternativas constructivistas parecen aligerar los lastres del pasado derivados de los fantasmas de los números, que tan fuertemente cerraron las posibilidades de comprender la subjetividad social y espacial.

En síntesis, el constructivismo geográfico se atreve a explorar la espacialidad de la vida social a través del mundo del individuo ("los mundos interiores" de los que hablara Debarbieux, 1997) y a desprenderse de las ilusiones de verdad absoluta que habían prometido los números y las aproximaciones desde ellos cultivadas.

Al hacerse cargo de esta osadía, el constructivismo geográfico encuentra en la investigación cualitativa una puerta de entrada a otra forma de producir conocimiento espacial, pero que al mismo tiempo permite estudiar aspectos que otras aproximaciones no podían focalizar.

Esto es relevante porque se renuevan las formas de concebir la realidad social y la espacialidad, pero también las formas de estudiarla (lo metodológico) e incluso emergen aspectos de la vida social y la espacialidad que para otras visiones no "existían" (NOGUÉ, 1985).

Un ejemplo pionero lo encontramos en el trabajo de Graham Rowles en donde mostró, que la espacialidad de las personas mayores lejos de reducirse a medida que aumenta la edad, en algunas ocasiones se amplía descomunalmente a través de lo que él denominó las "fantasías geográficas" (ROWLES, 1978). Ese fenómeno que este autor denominó fantasía geográfica posiblemente existía desde tiempo atrás, sin embargo cuando los analistas solo "medían" las distancias físicas recorridas diariamente por estas personas no lo podían ver: era invisible.

En esta circunstancia histórica de apertura hacia el constructivismo geográfico, nuestra propuesta de los hologramas socio-espaciales pretende plantearse solo como una forma de comenzar a abrir el camino. Esta propuesta no está libre de las dificultades propias de la interpretación, ni de ofrecer un conocimiento fragmentado.

No obstante, estos dos rasgos no deben ser considerados como debilidades sino como particularidades de la propuesta. Lo relevante del conocimiento fragmentado que emerge de los

hologramas es que en su esencia están las conexiones entre múltiples fragmentos. Por otra parte, lo fragmentado también es un intento por restituir el movimiento que es propio de la vida social, pero que las técnicas de investigación casi siempre han anulado. Como dijera Jesús Ibáñez (1994), la técnica es sedentaria pero la esencia de la técnica es nómada. Los hologramas socio-espaciales aspiran a no perder de vista que la vida social que en ellos se despliega está en movimiento constante, es nómada.

Esta propuesta, al no llevar consigo los lastres del pasado, también tiene la virtud de abrirse a temas poco estudiados hasta ahora, como es el ejemplo de los lugares invisibles o parcialmente visibles, los espacios del miedo, los espacios de los *homeless* o del fenómeno conocido como *homelessness*, entre otros.

En este contexto, la propuesta de los hologramas se plantea como una ventana hacia la reconstrucción de formas de espacialidad más complejas porque incluyen lo experiencial. Así, para el constructivismo espacial los desafíos actuales son múltiples, y uno de ellos lo constituyen los lugares invisibles o parcialmente visibles.

Los hologramas permiten, entre otras cosas, comprender como los sujetos llegan a construir un *insideness* (interioridad) dentro de un *outsideness* (exterioridad) (RELPH, 1976), con la particularidad de que ese *insideness* solo es reconocido por quien participa de la situación o bien, quien tenga memoria espacial al respecto. El *insideness* es un "recinto de sentido" y no un recinto material, por eso no es visible para todos.

Estos recintos de sentido son creados a partir de la reapropiación de ciertos elementos materiales -de manera situacional- y de su resignificación, sin que ello traiga necesariamente modificaciones materiales. Las ciudades actuales encierran numerosos recintos de sentido parcialmente visibles, que a veces protegen a la persona mientras que otras condensan el dolor y la aflicción u otros sentidos del lugar muy diversos, pero que siempre se expresan en lo que hacen o evitan hacer los sujetos. Los hologramas socio-espaciales asumen el desafío de hacer visibles estos lugares, y desentrañar el sentido de otros. Aunque esta propuesta la construimos a partir de la interpretación de una periferia particular de la ciudad de México, ese tipo de lugares son frecuentes en otras ciudades. Pero, más allá de la reproducción de los lugares de la basura, la propuesta del holograma se puede reconstruir con relación a otro tipo de lugares.

En nuestro ejemplo el holograma mostró como lo que era en apariencia un simple lugar de la basura, escondía otro lugar más complejo que articulaba dos mundos de no evidente articulación, como son la basura y la sexualidad. En casi todas las ciudades actuales hay interés por estudiar el problema de la basura, pero es visto a partir de las formas espaciales que ésta

genera. Sin embargo, el holograma presentado nos permite comprender prácticas y sentidos otorgados a los lugares de la basura no esperados desde miradas externas.

En suma, la propuesta de los hologramas busca constituir una alternativa - entre muchas otras - ante los grandes desafíos metodológicos que se han abierto a partir del momento en que el espacio y la espacialidad han comenzado a ser estudiados como lugares socialmente construidos, y no como localizaciones en un plano geométrico.

Bibliografía

- BAILLY, Antoine. Lo imaginario espacial y la geografía: en defensa de la geografía de las representaciones. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 9, p. 11-19, 1989.
- BLUMER, H. *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y método*. Barcelona: Ed. Hora, 1981.
- BONNEMAISON, Joël. *La géographie culturelle*. París: Editions du C.T.H.S, Ministère de l'Education Nationale, 2000.
- BUTTNER, Anne; SEAMON, David. *The human experience of space and place*. New York: St. Martin Press, 1980.
- BUTZ, David; EYLES, John. Reconceptualizing senses of place: social relations, ideology and ecology. *Geografiska Annaler, Serie B*, n.79, p. 1-25, 1997.
- CHEVALIER, Jacques. Espace de vie ou espace vécu? *L'Espace Géographique*, n.1, p. 1-3, 1974.
- COLLIGNON, Béatrice; STASZAK, Jean-François (Ed.). *Espaces domestiques: construire, habiter, représenter*. Paris: BREAL, 2003.
- COSGROVE, Denis. Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista. *Boletín de la A.G.E.*, n.34, p. 63-89, 2002.
- DANIELS, Stephen. Arguments for a humanistic geography. In: BARNES, Trevor; GREGORY, Derek (Ed.). *Reading in human geography: the poetics and politics of inquiry*. London: Arnold, 1997. p. 364-375.
- DARDEL, E. L'homme et la terre: nature de la réalité géographique. Paris: Editions du CTHS, 1990.
- DEBARBIEUX, Bernard. Le lieu, fragment et symbole du territoire. *Espaces et Sociétés*, n.82-83, p. 13-36, 1995.
- _____. L'exploration des mondes intérieurs. In: KNAFOU, Remy (Ed.). *L'état de la géographie*, Paris: Belin, 1997, p. 371-384.
- DI MEO, Guy. *L'Homme, la société, l'espace*. Paris: Anthropos, 1991.
- _____. Géographies tranquilles du quotidien: une analyse de la contribution des sciences sociales et de la géographie à l'étude des pratiques spatiales. *Cahiers de Géographie du Québec*, v. 43, n.118, p. 75-93, 1999.
- DUNCAN, James; LEY, David. Introduction: representing the place of culture. In: DUNCAN, James; LEY, David (Ed.). *Place/Culture/Representation*. London: Routledge, 1993, p. 1-24.
- ENTRIKIN, John Nicholas. *The betweenness of place: towards a geography of modernity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- EYLES, John. *Senses of place*. Warrington: Silverbrook Press, 1985.
- _____. Interpreting the geographical world. In: EYLES, John; SMITH, David (Ed.). *Qualitative methods in human geography*. Oxford: Polity Press-Basil Blackwell, 1988, p. 1-16.
- FRÉMONT, Armand. *La région: espace vécu*. Paris: Flammarion, 1999.
- _____. *Aimez-vous la géographie?* Paris: Flammarion, 2005.
- GIERYN, T. A space for place in sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 26 n.1, p. 463-496, 2000.
- GREGORY, Derek. Lefebvre, Lacan and the production of space. In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf (Ed.). *Geography, history and social sciences*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995, p. 15-44.
- GUMUCHIAN, Hervé; GRASSET, Eric; LAJARGE, Romain; ROUX, Emmanuel. *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Anthropos-Economica, 2003.

- HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 50-82.
- HARLEY, Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- HIERNAUX, Daniel. Paisajes fugaces y geografías efímeras en la metrópolis contemporánea. In: NOGUÉ, Joan (Ed.), *La construcción social del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, Colección Teoría y Paisaje, 2006, p. 237-258.
- HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. Repensar la periferia: de la voz a las visiones exo y egocéntricas. In: AGUILAR, Adrián Guillermo (Ed.). *Procesos metropolitanos y grandes ciudades: dinámicas recientes en México y otros países*. México: Instituto de Geografía, PUEC, CRIM-UNAM, CONACYT, Miguel Angel Porrúa, 2004, p. 413-443.
- _____. (Ed.). *Tratado de Geografía Humana*. Barcelona: Anthropos-UAM-I, 2006.
- IBÁÑEZ, J. El regreso del sujeto: la investigación social de segundo orden. Madrid: Siglo XXI, 1994.
- LEY, David. Social geography and social action. In: LEY, David; SAMUELS, Marwin (Ed.), *Humanistic geography: prospects and problems*. London: Croom-Helm, 1978, p. 41-57.
- _____. Behavioural geography and the philosophies of meaning. In: COX, K.; GOLLEDGE, R. (Ed.). *Behavioural problems in geography revisited*. London: Methuen, 1981a, p. 209-230.
- _____. Cultural/Humanistic Geography. *Progress in Human Geography*, n.5: p. 249-257, 1981b.
- _____. Fragmentation, coherent and the limits to theory in human geography. In: KOBAYASHI, Audrey; MACKENZIE, Suzanne (Ed.). *Remarking human geography*. London: Unwin Hyman, 1989, p. 227-244.
- LINDÓN, Alicia. Figuras de la territorialidad en la periferia metropolitana: topofilias y topofobias. In: REGUILLO C., Rossana; GODOY A, Marcial (Ed.). *Ciudades translocales: Espacios, flujo y representación. Perspectivas desde las Américas*. Guadalajara: Social Science Research Council-ITESO, 2005*, p. 145-172.
- _____. El imaginario suburbano: topofilias y topofobias. *Ciudades*, Presidente Prudente, v. 2, n.5, p. 289-314, 2005b.
- _____. La construcción social de paisajes invisibles y del miedo. In: NOGUÉ, Joan (Ed.). *La construcción social del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, Colección Teoría y Paisaje, 2006*, p. 213-236.
- _____. Geografías de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. (Ed.). *Tratado de Geografía Humana*. Barcelona: Anthropos-UAM-I, 2006b, p. 477-536.
- _____. La casa bunker y la deconstrucción de la ciudad. *Liminar. Estudios sociales y humanísticos*, Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica, n.8, p. 1-30, 2006c.
- LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. La Geografía Humana: un camino a recorrer. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia (Ed.). *Tratado de Geografía Humana*. Barcelona: Anthropos-UAM-I, 2006, p. 1-22.
- LOUISET, Odette. Les villes invisibles. *L'Information Géographique*, n.653, p. 135-152, 2001.
- MINCA, Claudio. Más allá del posmodernismo: viaje a través de la paradoja moderna. *Documents d'Analisi Geografica, Geografies dissidents*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona-Universidad de Girona, n. 40, p. 45-68, 2002.
- MONDADA, Lorenza. Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte. Paris: Anthropos, 2000.
- NOGUÉ, Joan. El retorno al lugar: la creación de identidades territoriales. *Claves de la razón práctica*, n. 92, p. 9-11, 1999.
- _____. Las geografías de la invisibilidad. En: Paisatges incògnits, territoris ocults: les geografies de la invisibilitat. IIIer Seminari internacional sobre paisatge: Paisajes incógnitos, territorios ocultos: Las geografías de la invisibilidad. Olot: Observatori del Paisatge-CUIMPB. Disponible en: <http://www.catpaisatge.net/fitxers/2005_joan_nogue.pdf>. 15 jun. 2006, 2005.
- _____. Paisaje, identidad nacional y sociedad civil en la Cataluña contemporánea. In: LÓPEZ ONTIVEROS, Antonio; NOGUÉ FONT, Joan; ORTEGA CANTERO, Nicolás (Ed.). *Representaciones culturales del paisaje: y una excursión por Doñana*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid-Asociación de Geógrafos Españoles, 2006*, p. 41-58.

- _____. (Ed.). *La construcción social del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, Colección Teoría y Paisaje, 2006b.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Tomo 1. Paris: Gallimard, 1997.
- OLSSON, Gunnar. Of ambiguity or far cries from a memorializing. In: LEY, D; SAMUELS, M. (Ed.). *Humanistic geography: prospects and problems*. London: Croom-Helm, 1978, p. 109-120.
- _____. *Lines of power/Limits of language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991a.
- _____. Lines of power. In: BARNES, T. J.; DUNCAN, James S. (Ed.). *Writing worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. London: Routledge, 1991b, p. 86-96.
- PHILO, Chris. Más palabras, más mundos: reflexiones en torno al 'giro cultural' y a la geografía social. *Documents d'Analisi Geografica*, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona y Universidad de Girona, n.34, p. 81-99, 1999.
- PRATT, Geraldine. Spatial metaphors and speaking positions. In: BARNES, Trevor; GREGORY, Derek (Ed.). *Reading in human geography: the poetics and politics of inquiry*. London-Nueva York: Arnold, 1997, p. 168-172.
- PRED, Allan. Social reproduction and the time-geography of everyday life. *Geografiska Annaler, Serie B, Human Geography*, v. 63, n.1, p. 5-22, 1981.
- _____. Place as historically contingent process: structuration and the time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 74, n.2, p. 279-297, 1984.
- RAE. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1992. Vigésima Primera Edición.
- RAFFESTIN, Claude. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. *Espace et Société*, n. 41, p. 167-171, 1982.
- _____. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, Franck; BRUNET, Roger (Ed.). *Espace, jeux et enjeux: nouvelles encyclopédie des sciences et des techniques*. Paris: Fayard-Fondation Diderot, 1986, p. 172-185.
- RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.
- ROWLES, Graham. Reflections on experiential fieldwork. In: LEY, David; SAMUELS, Marwin. (Ed.). *Humanistic geography: Prospects and problems*. London: Croom-Helm, 1978, p. 173-193.
- SANTOS, Milton. *Por una geografía nueva*. Madrid: Espasa Universidad, 1990.
- SOJA, Edward. *Thirdspace: journey to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Mass: Ed. Blackwell, 1996.
- TUAN, Yi Fu. *Space and place: the perspective of experience*. London: Edward Arnold, 1977.
- _____. *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*, (new edition). New York: Columbia University Press, 1990.
- _____. *Escapismo: formas de evasión en el mundo actual*. Barcelona: Península. Primera edición en inglés 1998: *Escapism*. The Johns Hopkins University Press, 1998.
- TURCO, A. Pragmatiques de la territorialité: compétence, science, philosophie. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Ed.). *Logiques de l'espace: esprit des lieux. Géographies à Cerisy*. Paris: Belin, 2000, p. 287-299.
- URIBE CASTRO, H. El lugar: entre candados, rejas y miedos, *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VII, n. 393, 2002.
- YORI, Carlos Mario. La Topofilia como una estrategia para hacer ciudad desde sus habitantes. Construcción socio-cultural del espacio urbano. *Cuadernos de Estudios Urbanos*, Bogotá: Editorial Corporación de Estudios Urbanos, n. 2, 1998.
- _____. *Topofilia o la dimensión poética del habitar*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano CEJA e Instituto Colombiano para el Fomento a la Ciencia y la Tecnología, 1999.
- ZENEIDE HENRY, Djemila. *Les SDF et la ville: Géographie du savoir vivre*. Paris: BREAL, 2002.

Recebido para publicação dia 21 de Dezembro de 2006
Aceito para publicação dia 23 de Janeiro 2007

**A influência dos métodos
científicos na
Geografia Física**

*The influence of scientific
methods in
Physical Geography*

*La influencia de los métodos
científicos en
Geografía Física*

**JOÃO OSVALDO
RODRIGUES NUNES***

Professor Doutor
joaosvaldo@fct.unesp.br

**JOÃO LIMA
SANT'ANNA NETO***

Professor Livre Docente
joalima@fct.unesp.br

**JOSÉ TADEU
GARCIA TOMMASELLI***

Professor Doutor
tadeu@fct.unesp.br

**MARGARETE CRISTIANE DE
COSTA TRINDADE AMORIM***

Professora Doutora
mccta@fct.unesp.br

MARIA CRISTINA PERUSI

Professora Doutora
Departamento de Geografia
UNESP/Campus Experimental
Avenida Vitalina Marcusso, n. 1500
Cep: 19910.206
Ourinhos-SP
cristina@ourinhos.unesp.br

*Departamento de Geografia - FTC/UNESP
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Rua Roberto Simonsen, n. 307
Caixa Postal 467 - Cep: 19060-900
Presidente Prudente-SP

Resumo: O presente artigo discute as influências epistemológicas que os métodos científicos vêm ocasionando na abordagem ambiental realizada pela Geografia Física, e sua relação com os principais conceitos e categorias do pensamento geográfico. Neste sentido destacaram-se as abordagens dialética e sistêmica, pois ambas, mesmo representando visões epistemológicas distintas, retratam o meio natural relacionado-o com o processo geral de articulação com a sociedade. Explicita-se um esforço por parte dos Geógrafos que atuam na área ambiental de tratar a natureza e a sociedade de modo holístico e procura-se discutir os conceitos de espaço geográfico, temporalidades e paisagem, mostrando a importância da inter-relação entre ambos para a construção do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Geografia Física; Epistemologia; Métodos científicos; Natureza; Espaço geográfico; Paisagem.

Abstract: This paper discusses epistemological influences that scientific methods are bringing to the environmental approach performed by Physical Geography and its relationships with the main concepts and categories of the geographical thinking. In this sense, dialectic and systemic approaches where detached, as both depict the environment making relationships with the general process of the articulation with society, although performing different epistemological insights. Some geographers working in the environmental area are making explicit an effort to treat nature and society in a holistic way and it is also intended to discuss the concepts of the geographical space, temporalities and landscape, pointing out the importance of the relationships among them in order to built up the geographical thinking.

Keywords: Physical Geography; Epistemology; Scientifics methods; Nature; Geographical space; Landscape.

Resumen: En este artículo discútanse las influencias epistemológicas que los métodos científicos vienen ocasionando en el abordaje ambiental concretizada por la Geografía Física y sus relaciones con los principales conceptos y categorías del pensamiento geográfico. En este sentido destacadse los abordajes dialéctico y sistémico, pues ambas, mismo que representen visiones epistemológicas distintas, tratan el medio natural relacionado al proceso general de articulación con la sociedad. Explicitase un esfuerzo por parte de los geógrafos que actúan en el tema del medio ambiente de tratar la naturaleza y la sociedad de manera holística buscándose discutir los conceptos de espacio geográfico, temporalidades y paisaje, mostrando la importancia de las interrelaciones entre ellos para la construcción del pensamiento geográfico.

Palabras clave: Geografía Física; Epistemología; Métodos científicos; Naturaleza; Espacio geográfico; Paisaje.

Introdução

A dinâmica da natureza e a sua organização sofrem modificações, em um grau e ritmo nunca antes observado, numa sincronia perversa, resultantes do acirramento das relações sociais de produção do modo capitalista. A compreensão da construção da dialética desse espaço geográfico e suas diferenciações escalares é papel inerente à Geografia.

Nas décadas de 1950-60 havia pouco interesse da comunidade geográfica brasileira, em relação ao estudo dos impactos sócio-ambientais associados ao processo de expansão capitalista. O estudo da dinâmica da natureza era elaborado numa ótica reducionista abandonando ou relegando em segundo plano os elementos indicadores da intervenção humana (AMORIM; NUNES, 2006).

Esta reflexão tem por objetivo analisar teoricamente quais motivos levaram ao atual quadro sócio-ambiental, enfocando a participação da Geografia Física e sua relação com os paradigmas sistêmico e dialético. Neste sentido, procurou-se apresentar alguns conceitos e categorias importantes para a construção do pensamento geográfico, tais como espaço, tempo, paisagem e ambiente. A análise sempre foi feita articulando sociedade e natureza.

Neste sentido, o profissional geógrafo, seja trabalhando com a dinâmica da natureza ou da sociedade, tem a responsabilidade, por sua formação eclética, em compreender, explicar e discutir os processos de construção e modificação do espaço geográfico.

A Geografia: método e teorias

A Geografia se originou e se desenvolveu sistematicamente como ciência, utilizando conceitos, métodos e procedimentos tanto das ciências humanas e sociais, quanto das ciências naturais (AMORIM; NUNES, 2006).

Inicialmente, o paradigma unificador da relação entre os aspectos físicos e sociais foi o positivismo, que durante muito tempo, principalmente na área da Geografia Física, influenciou, teórica e metodologicamente, várias gerações de geógrafos.

O positivismo, ao mesmo tempo em que influenciava a maioria dos chamados geógrafos, em especial os chamados geógrafos físicos, por outro lado influenciou os geógrafos que trabalhavam com os aspectos sociais, passando a incorporar novos paradigmas nas análises geográficas, como no caso principalmente do método dialético, gerando conflitos teóricos e metodológicos no interior da Geografia.

Esta dificuldade de construção de um arcabouço teórico-metodológico unificador das áreas ambiental e humana, tem suas raízes na predominância da escola de pensamento positivista, associada à ausência de uma discussão filosófica mais aprofundada sobre os métodos de interpretação da realidade, cujo pensamento científico, conforme demonstra Sposito (2004), pode

ser delineado por três métodos: o *hipotético-dedutivo*, em que se descreve o real através de hipóteses e deduções; o *dialético*, cujas relações contraditórias não precisam ser soberanas e as construções e as transformações sujeito/objeto são recíprocas e o *fenomenológico-hermeneutico*, em que a sobreposição do sujeito ao objeto geram descrições do objeto a partir do ponto de vista do sujeito.

Se, por um lado, historicamente a Geografia pouca ênfase deu às questões epistemológicas, relacionada à discussão dos métodos de interpretação da realidade, por outro, há uma importante contribuição das várias áreas do saber humano, que tornou a Geografia única, com uma visão extremamente abrangente dos fenômenos da natureza e da sociedade, elaborando um quadro onde se tem toda a pluralidade representada.

Todavia, a pouca ênfase dada às questões teóricas no âmbito da Geografia Física, influenciou na pouca integração com a Geografia Humana, principalmente na compreensão da organização e transformações do espaço geográfico, o que gerou uma compartimentação dos estudos da natureza, privilegiando a dicotomia físico/humano (AMORIM; NUNES, 2006). Esta fragmentação, em parte, se deve a evolução técnica e instrumental desigual entre as áreas do conhecimento geográfico, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Enquanto a Geologia, a Meteorologia e as engenharias, por exemplo, conheceram uma significativa evolução tecnológica, resultado do progresso científico, a Geomorfologia, a Climatologia e, mesmo a Pedologia, ramos do conhecimento que se relacionam de forma estreita com aquelas ciências, não foram suficientemente rápidas para absorver estes novos conhecimentos e incorporar o instrumental técnico.

Esta compartimentação já foi mais intensa, mas ainda é perceptível na abordagem ambiental da Geografia Física, que expõe a paisagem natural de modo explicativo, sem relacionar as atividades humanas nos seus estudos.

Cassetti (1991) aponta algumas concepções deterministas e aspectos dicotômicos que ainda estão presentes na Geografia atual e principalmente na Geografia Física: as ciências naturais estudam a dinâmica da natureza e as ciências sociais estudam a dinâmica da sociedade; as ciências naturais estudam a natureza independente das atividades humanas e as ciências sociais analisam a natureza como uma criação social; o comportamento humano é regido pelas leis que regulam os mais primitivos artrópodes.

Na cisão entre as ciências humanas e as da natureza, a Geografia não se definiu, em função de sua visão de ciência totalizadora da ordem da realidade, presa à filosofia natural de Descartes e Newton. Em parte, este fato também deve-se ao que Leff (2002) descreve sobre o racionalismo kantiano, em que diz:

A fundamentação do racionalismo kantiano nos juízos sintéticos *a priori* transformou o discurso analítico-sintético da lógica formal numa lógica transcendental. A questão tradicional de um acordo entre objeto e sujeito do conhecimento foi postulada então como a adequação entre os conceitos puros do entendimento e a heterogeneidade da realidade empírica.

Desta forma, surgiu uma nova divisão do conhecimento entre as ciências formais e dedutivas (ex: matemática) e ciências empíricas, lugar este em que a Geografia, mais enfaticamente a Geografia Física, parece se vincular tendo o positivismo e o neopositivismo como paradigmas mais usuais (ainda que não únicos).

Estes aspectos, ainda estão presentes em alguns trabalhos realizados na abordagem ambiental da Geografia Física, em que os fenômenos naturais e sociais são explicados a partir de lógicas matemáticas (ex. lógicas *fuzzy* e *booleana*), comparando individualidade de processos, negando a busca das inter-relações entre as dinâmicas, seja em escala temporal e escala espacial.

A unificação das ciências ocorre a partir da articulação dos conceitos fundamentais, no caso da Geografia de tempo e espaço, em que Leff (2002) afirma que esta busca deve ser iniciada no campo teórico.

Neste sentido, a influência do neopositivismo, gerou uma valorização do espaço em detrimento do tempo, principalmente com a utilização de modelos matemáticos e probabilísticos, gerando lacunas teórico-metodológicas na Geografia.

Um dos métodos de pensamento que tem influência na busca da articulação entre as diversas áreas da Geografia é o materialismo histórico e dialético, que pressupõe não haver separação entre a história da natureza e a história dos homens, impondo um elo entre os processos de apropriação e de transformação executados pelo Homem, cuja compreensão da natureza enquanto matéria re-elaborada pelo trabalho humano, tem no conceito de natureza um dos pontos fundamentais (BERNARDES; FERREIRA, 2003).

Para os autores as relações entre a sociedade e a natureza são dialéticas, cujas imbricações, geram o que Karl Marx denominava, de intercâmbio orgânico.

Ao atuar sobre a natureza, o trabalho produz não apenas uma simples mudança na forma da matéria, mas, também, um efeito simultâneo sobre o trabalhador. Na concepção marxista, a relação do homem com a natureza é sempre dialética: o homem enforma a natureza ao mesmo tempo em que esta o enforma. Com o conceito de intercâmbio orgânico, Marx introduz uma concepção nova da relação do homem com a natureza. O homem socialmente ativo (BERNARDES; FERREIRA, 2003, p.19).

Neste processo de interação metabólica, ocorre uma interpenetração entre natureza e sociedade. Bernardes e Ferreira (2003, p.19), assim descrevem:

[...] a natureza se humaniza e o homem se naturaliza, estando a forma historicamente determinada em cada situação. Nesse nível, a troca material é uma relação do valor de uso e,

desse modo, a natureza entra em relação com os seres humanos. O fato de o homem viver da natureza tem um sentido biológico, mas, principalmente social.

Neste aspecto, a visão dialética, a partir do materialismo histórico, procura retomar a unicidade da Geografia como ciência social, pois ao entender que o homem é um ser biológico e social, tanto os estudos da dinâmica da natureza como os da sociedade, devem ter uma finalidade para os interesses da sociedade. Ou seja, a Geografia Física, nesta perspectiva, deve ter uma visão crítica (política, econômica, cultural e ambiental) e ao mesmo tempo pragmática.

Como exemplo de aplicação do método dialético na área de Geografia Física, pode ser destacado dois trabalhos: Suertegaray (1987) e Nunes (2002).

Quanto ao trabalho feito por Suertegaray (1987) "A Trajetória da Natureza: Um Estudo geomorfológico Sobre os Areais de Quaraí-RS", esta tese faz uma análise geomorfológica, geológica e climática a respeito do fenômeno da arenização, estabelecendo uma seqüência evolutiva dos processos morfogenéticos atuantes, denominados de feições de degradação (ravinas e voçorocas). Sem se dissociar da abordagem geográfica, ela identifica, no estudo do território (Campanha Gaúcha), as inter-relações sócio-ambientais existentes entre os agentes sociais atuantes, e a sua participação na construção da paisagem.

Nunes (2002) em sua tese de doutoramento "Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para a construção de aterro sanitário em Presidente Prudente-SP" faz uma análise utilizando critérios sanitários, ambientais, geotécnicos, relacionando com fatores político-administrativos e econômicos. O autor aborda de maneira especial os conhecimentos geomorfológicos, geológicos (morfoestruturais e hidrogeologia), pedológicos e climáticos, relacionando as diferentes formas de apropriação dos aspectos físicos pela sociedade, a fim de escolher áreas adequadas para construção de aterros sanitários.

Outra perspectiva teórica que se destaca na Geografia, com mais ênfase na Geografia Física, é a abordagem sistêmica, que ao ser incorporada na segunda metade do século passado, trabalha com a idéia de sistemas complexos, a partir das trocas de energia e matéria, abandona a visão fragmentada, centrada no "elemento" e absorve a idéia de interatividade e conjunção.

Na Geografia Física o conceito de sistema desemboca na proposta teórica do geossistema, que pela abordagem separativa que realiza na análise paisagística, resultou num método naturalista, às margens das ciências sociais e das práticas de organização espacial.

Chorley (1973) procurava examinar como a abordagem sistêmica em Geografia poderia ser um elo entre os aspectos humanos e os aspectos físicos e concluiu que a abordagem deveria incorporar as atividades humanas e a perspectiva que elaborasse a análise das ligações entre o meio físico e humano. Considera, entretanto, o "humano" mais como conceito antrópico, do que

social, ou seja, o homem como ser ativo e atuante no meio natural, em que se desconsideram os conflitos e a lógica da organização espacial desigual.

Como exemplos de utilização da abordagem sistêmica, podem ser destacados as pesquisas nas áreas de Geomorfologia e Climatologia Geográfica. Esta última, tendo como referência os trabalhos realizados pelo professor Carlos Augusto Figueiredo de Monteiro, principalmente sobre "Teoria e Clima Urbano" (1976), onde o autor procura a partir dos canais de percepção humana (conforto térmico, qualidade do ar e impacto meteórico), mostrar que os climas das cidades são como um sistema dinâmico e interativo com graus de hierarquia funcional.

Os estudos ambientais exigem parâmetros que envolvam as dinâmicas espaciais, assim como a análise do estado e do funcionamento do sistema. O sucesso do prognóstico será sempre resultado de uma abordagem totalizante, conjuntiva, e um entendimento pleno das estruturas espaciais e das diferenciações que acontecem dentro da escala temporal do sistema.

O momento atual do desenvolvimento técnico-científico do estudo da dinâmica da natureza e da sociedade, realizado pela Geografia, propõe que a transformação das paisagens seja realizada a partir da relação histórico-dialética (NUNES, 2002), tanto em relação à natureza do meio ambiente (meios bióticos e abióticos), quanto em relação à natureza orgânica dos homens e das mulheres. Esses processos biológicos são superdeterminados pelos processos históricos, em que se inserem o homem ou a natureza, e são afetados pelas relações sociais de produção (LEFF, 2002).

Uma perspectiva para se estabelecer essa discussão são as diferentes temporalidades entre as dinâmicas da natureza e da sociedade. A noção de externalidade está associada ao ritmo das temporalidades da natureza, vinculado ao tempo longo, ao tempo que escoia, enquanto a dinâmica da sociedade se conecta aos ritmos dos processos históricos, cujas relações estão vinculadas à noção de tempo histórico (SUERTEGARAY; NUNES, 2001).

Como as áreas humanas e ambientais trabalham com temporalidades e diferenciações espaciais e escalares, o conceito de ambiente deve ser entendido como o espaço em que a natureza humana vive e interage em sociedade, de modo harmônico ou conflituoso com a natureza (biótica e abiótica). Aqui, natureza deve ser entendida como tudo que se observa a partir da percepção obtida através dos sentidos (WHITEHEAD, 1993).

Importante destacar que para a Geografia, sob a ótica positivista e neopositivista, é importante focar, de modo separado, as dinâmicas dos processos naturais e sociais.

Já a Geografia, embasada nos postulados teóricos do materialismo histórico e dialético, mesmo a princípio negando a dinâmica da natureza, teve o mérito de chamar a atenção para a necessidade de pensar qual concepção de natureza estava sendo tratada na perspectiva de Geografia.

O que se espera é que a Geografia, em especial a Geografia Física, construa uma visão plena dos processos de produção da natureza, onde natureza e sociedade sejam integradas, independente da verticalização do tema, ou do recorte espacial, a serem adotados nos estudos geográficos.

Para se entender a Geografia Física que está sendo feita no momento atual, independente do método de análise utilizado (sistêmico, dialético etc.) é importante compreender os conceitos e as categorias fundamentais que abarcam o pensamento geográfico, tais como espaço geográfico, tempo, paisagem e ambiente, procurando estabelecer as conexões espaciais e temporais entre as dinâmicas sociais e ambientais.

Espaço geográfico, temporalidades sociais, paisagem e ambiente

Ao longo da história da humanidade, as sociedades estruturadas pelos agentes sociais que lhe dão dinamicidade edificam suas realizações materiais e simbólicas que se transformam nas rugosidades temporo-espaciais (SANTOS, 1996). Ou seja, para que ocorra a produção do espaço geográfico, os elementos da natureza: relevo, clima, solo, vegetação etc., são transformados e modificados pelo jogo de interesses públicos e privados que constroem, destroem e reconstróem novos espaços sociais.

Desta forma, o espaço geográfico é formado pelo menos por dois elementos: a materialidade e as relações sociais (simbólicas). A materialidade se constitui nas formas herdadas do passado, associada ao presente, através das constantes modificações realizadas pela dinâmica da sociedade.

Já as relações sociais são as diferentes formas políticas, econômicas, culturais e ambientais que a sociedade manifesta concretamente, principalmente na escala geográfica local.

Neste aspecto, as técnicas utilizadas pela sociedade, que ocasionam as diferentes transformações na paisagem, filosoficamente podem ser compreendidas como sinônimos de tempo (duração), quando cada técnica representa um momento histórico, uma temporalidade das possibilidades de realização humana. Por isso que as técnicas, inseridas no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), têm um papel tão importante na preocupação da interpretação histórica das transformações espaciais, como podem ser vista nas figuras ilustrativas do Largo da Carioca na cidade do Rio de Janeiro (Figura 1).

De modo sucinto, é importante destacar que, historicamente, o conceito de paisagem foi desenvolvido cientificamente pelos geógrafos alemães desde meados do final do século XIX, como sendo um objeto concreto, perfeitamente observável, que mantém uma visão de unicidade e conjunto dos elementos e fatores que envolvem o meio natural.

Com uma proposta conceitual voltada para o estudo da paisagem, dando ênfase aos problemas de ordenação ambiental do espaço, Troll (1982), em artigo realizado no início do século passado intitulado "A paisagem geográfica e sua investigação", caracterizou a paisagem como o local onde se expressam todos os fenômenos observáveis da superfície terrestre, sendo o espaço a sua unidade. A paisagem é concebida como uma unidade orgânica, que deve ser estudada no seu ritmo temporal e espacial.

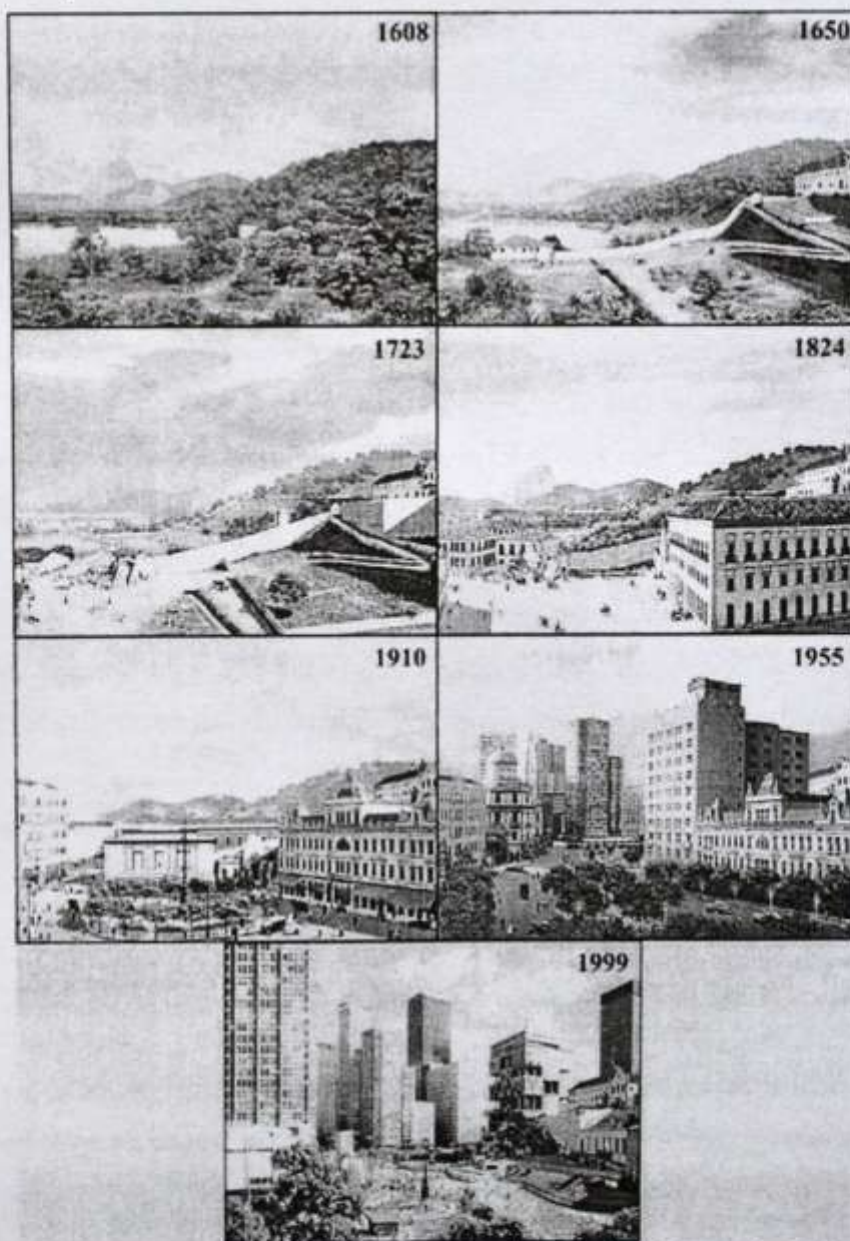


Figura 1- A paisagem e as diferentes temporalidades sociais do Largo da Carioca-RJ¹

¹ Nunes, J.O.R. Notas de aula do curso: Paisagem: conceituação, percepção e descrição. 2003, 10p.

Portanto, a ciência da paisagem, na concepção de Bertrand (1982) é definida como:

[...] o estudo das paisagens é atual em si mesmos e por si mesmo, sem que a ação antrópica seja mais que um elemento entre outros dentro da combinação ecológica. [...].
Pois a ciência da paisagem é também, e ao mesmo tempo, uma disciplina antropocêntrica.

Assim, paisagem alterada é um espaço produzido, no qual a natureza serve de suporte físico ou recurso, em que as diferentes formas de ocupação refletem o momento histórico, econômico, social, político e cultural. No caso do relevo seu modelado atual é o resultado concreto derivado da dinamicidade entre os processos físicos (morfoestruturais e morfoesculturais) e os agentes sociais atuantes, que ocorrem de modo contraditório e dialético a partir da análise integrada das relações processuais de uma escala de tempo geológica para a escala histórica ou humana (NUNES, 2002).

Além disso, a paisagem pode ser concebida como o local onde as pessoas vivem e se identificam, onde está seu patrimônio, sua identidade e suas histórias. Ao mesmo tempo a construção da paisagem é realizada a partir da relação histórica-dialética, em que ocorrem continuidades e discontinuidades no processo de estruturação do território, onde ocorre a interpenetração das dinâmicas da natureza e da sociedade (Figura 2).

Outro conceito importante para a Geografia Física e complementar ao de paisagem e espaço geográfico é o de lugar.

Entre tantas concepções a respeito do lugar, este é compreendido como o espaço de vivência e manifestação das relações sociais, cujo maior conhecimento das suas representações sócio-espaciais (cognitivas), leva os sujeitos a criarem afetividades com o seu local de vivência (Figura 3).

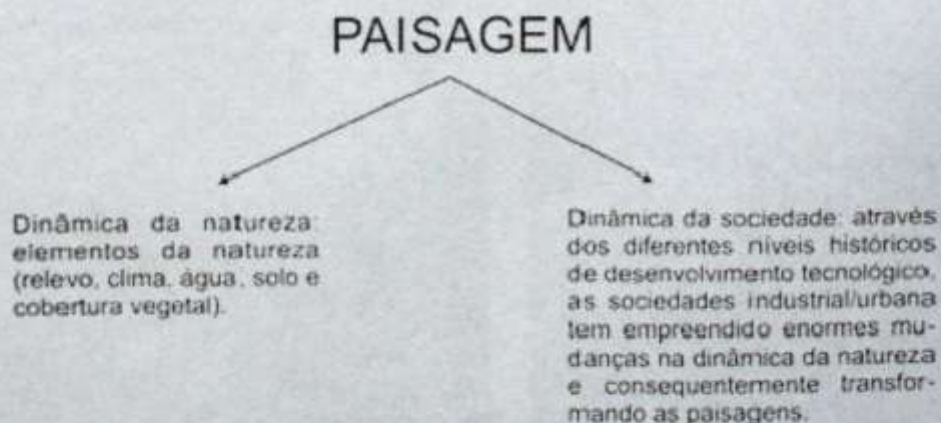


Figura 2- Interação entre as dinâmicas da natureza e da sociedade



Figura 3- Relação direta entre o aumento da carga cognitiva (conhecimento do local) com a afetividade da escala geográfica do lugar

Assim, ao reconhecer as diferentes paisagens observando dialeticamente a forma (morfologia) e o significado das formas (representações sócio-espaciais), é possível identificar os diferentes modos de apropriação que os diferentes agentes sociais empregam sobre o espaço geográfico urbano e rural. A concretização destas manifestações sociais sobre os elementos naturais, ocorre de diferentes formas, podendo ser exemplificadas nas paisagens urbanas e rurais, de acordo com seqüência de Fotos de 1 a 6, a seguir:

1- Paisagem Urbana



Foto 1- Vista aérea da metrópole de São Paulo, com seus imponentes arranha-céus
Fonte: www.las.inpe.br

1.1- Paisagem urbana das favelas ocupando as encostas dos morros



Foto 2- Encostas dos morros na cidade do Rio de Janeiro ocupadas por favelas
Fonte: www.rapnafita.hpg.ig.com.br

1.2- A paisagem da degradação sócio-ambiental do lixo



Foto 3- Imagem de uma criança trabalhando no depósito de lixo a céu aberto

Fonte: www.lixoecidadania.org.br

2- Paisagem rural



Foto 4- Típica paisagem bucólica do meio rural com predomínio de pequenas propriedades familiares

Fonte: www.prefgarca.sp.gov.br

2.1-A paisagem sócio-ambiental da seca e da fome



Foto 5- Paisagem do interior da região semi-árida do agreste nordestino

Fonte: www.jornalnordeste.com.br

2.2- A paisagem sócio-ambiental da expansão do latifúndio

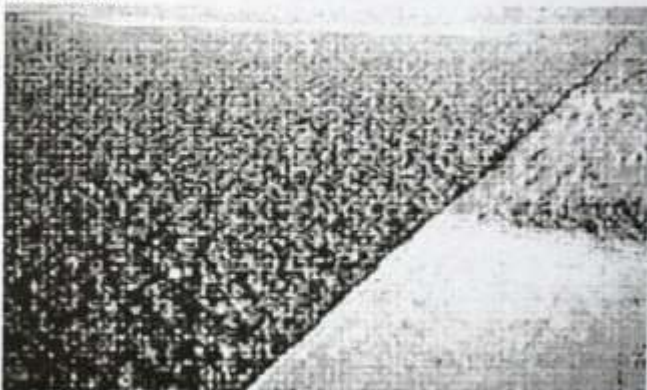


Foto 6- Limite entre a Floresta Equatorial e a área desmatada pelo agro-negócio

Fonte: mma.gov.br

Desta forma, no atual momento da Geografia Física, para se aplicar os conceitos de paisagem, espaço, tempo e ambiente, na perspectiva de totalidade é necessário compreender como os elementos da natureza se manifestam a partir de suas dinâmicas e suas inter-relações com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Considerações finais

Ao longo deste texto procurou-se discutir alguns conceitos e categorias do pensamento geográfico importantes para o momento atual da Geografia, em especial na Geografia Física, a fim de buscar novos caminhos epistemológicos, no qual partam da busca da integração/interação entre a sociedade e a natureza.

Várias são as opções teóricas e de métodos (hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico-hermeneutico), pois o que se observa atualmente não é o predomínio de uma

única visão monolítica (positivismo e neo-positivismo), mas a liberdade de opções, como as apresentadas ao longo do texto (sistêmica e a dialética materialista).

A Geografia por ser uma ciência social e o geógrafo, com sua formação holística e eclética, seja trabalhando com a dinâmica da natureza ou com a dinâmica da sociedade, deve conhecer os processos de construção e modificação do espaço geográfico. Ambas as dinâmicas devem ser integradas respeitando suas especificidades, pois a Geografia Física deve ser realizada em função da sociedade.

Neste aspecto, a escala geográfica do lugar de análise tem sido privilegiada em função das inúmeras manifestações sócio-ambientais, tais como os processos de degradação dos ambientes urbanos e rurais, pois esses têm comprometido a qualidade de vida das pessoas. Entretanto, não se deve abandonar as articulações com as escalas superiores, posto que os fenômenos destas escalas exercem papel fundamental nas escalas locais.

A Geografia Física tem muito a contribuir neste sentido, tanto na compreensão das diferentes dinâmicas da natureza e da sociedade, bem como nas suas inter-relações, nestes novos horizontes que se abrem no início do século XXI.

Referências bibliográficas

- AMORIM, M.C.C. T; NUNES, J.O.R. Geografia e ambiente: reflexões sobre o atual momento da geografia física. *Geografia*, Rio Claro, v.31, n.2, 2006. 435p.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de. Sociedade e natureza. In: GUERRA, A. José Teixeira, CUNHA, Sandra Baptista da. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BERTRAND, G. La ciencia del paisaje, una ciencia diagonal. In: MENDOZA, J. G. et al. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 323-329.
- CASSETI, V. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991.
- CHORLEY, R. J. *Directions in Geography*. London: Methuen, 1973.
- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTEIRO, C. A. F. *Teoria e clima urbano*. São Paulo: Ed. IG - USP, 1976.
- NUNES, J.O.R. *Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada à escolha de áreas para construção de aterro sanitário em Presidente Prudente*. 2002. 211 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 203-12.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SUERTEGARAY, D. M. A. *A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS*. 1988. 243p. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da geografia física na geografia. *Revista Terra Livre*, São Paulo (Associação dos Geógrafos Brasileiros), nº 17, 2º semestre/2001.
- TROLL, C. El paisaje geográfico y su investigación. In: MENDOZA, J. G. et al. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 323-329.
- WHITEHEAD, A. N. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido para publicação dia 19 de Outubro de 2006

Aceito para publicação dia 17 de Novembro 2006

Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil

Rural space dynamics and perspectives of analysis of rural-urban relations in Brazil

Dinámica del espacio rural y nuevas perspectivas del análisis y de las relaciones campo-ciudad en Brasil

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Professor Doutor
Líder do Grupo de Estudo "Dinâmica Regional e Agropecuária" (GEDRA)
Departamento de Geografia - FTC/UNESP
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Rua Roberto Simonsen, n. 307
Caixa Postal 467 - Cep: 19060-900
Presidente Prudente-SP
nivaldo@fct.unesp.br

ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Professora Doutora
Líder do Grupo de Estudo "Dinâmica Regional e Agropecuária" (GEDRA)
Departamento de Geografia - FTC/UNESP
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Rua Roberto Simonsen, n. 307
Caixa Postal 467 - Cep: 19060-900
Presidente Prudente-SP
rosangel@fct.unesp.br

Resumo: O espaço rural brasileiro passou por profundas alterações no decorrer da segunda metade do Século XX em decorrência da intensificação dos processos de industrialização e urbanização. As relações campo-cidade se alteraram de maneira substancial, dando margem ao surgimento de perspectivas de análises diferenciadas, com uma forte tendência a se minimizar a importância do campo. No presente artigo se procura evidenciar as mudanças ocorridas no campo, ressaltando-se que na década de noventa do século XX emergiram novas perspectivas de análise das relações campo-cidade, as quais passaram a reconhecer o caráter multifuncional do espaço rural. Desde então, a perspectiva do desenvolvimento territorial vem ganhando adeptos e tem substituído a abordagem compartimentada em três setores (primário, secundário e terciário). No entanto, a perspectiva do desenvolvimento territorial, embora em expansão, se restringe a uma parte das análises referentes ao campo e a cidade e sobre as suas articulações.
Palavras-chave: Espaço rural; Desenvolvimento; Agricultura; Perspectiva regional; Descentralização; Campo-cidade.

Abstract: The Brazilian rural space went through deep alterations during the second half of the 20th century due to the intensification of the processes of industrialization and urbanization. The rural-urban relations were altered in a substantial manner, allowing the appearance of different analyses, with a strong tendency to minimize the importance of the rural area. Besides showing the changes in the rural-urban relations, the present article tries to analyze the approaches on the rural space, stressing the almost exclusive identification of the rural areas with the agribusiness activities. In the nineties, emerging new analytical perspectives started to recognize the multi-functional aspect of the rural spaces, being partially adopted the approach of the territorial development despite the vision of the development associated with the sectors of the economic activity. Nonetheless, the perspective of territorial development is still minor and restrict to a part of academic analyses and official speech.

Keywords: Rural space; Development; Agriculture; Regional perspective; Decentralization; Rural-urban.

Resumen: El espacio rural brasileño pasó por profundas alteraciones en la segunda mitad del siglo XX en función de la intensificación de los procesos de industrialización y urbanización. Las relaciones campo-ciudad se modificaron de forma substancial, dando lugar al surgimiento de perspectivas de análisis diferenciadas, con una fuerte tendencia a minimizar la importancia del campo. En este artículo, buscamos evidenciar los cambios ocurridos en el campo, destacando que en la década de los años noventa del siglo XX, surgieron nuevas perspectivas de análisis de las relaciones campo-ciudad, que pasaron a reconocer el carácter multifuncional del espacio rural. Desde entonces, la perspectiva del desarrollo territorial ha ganado adeptos y ha substituído el abordaje dividido en tres sectores (primario, secundario y terciario). Sin embargo, la perspectiva del desarrollo territorial, en expansión, se restringe a una parte de los análisis sobre el campo y la ciudad y sobre sus articulaciones.

Palabras clave: Espacio rural; Desarrollo; Agricultura; Perspectiva regional; Descentralización; Campo-ciudad.

Introdução

No presente artigo¹, serão abordadas as relações campo-cidade considerando-se os efeitos da industrialização e da urbanização sobre o espaço rural brasileiro.

O recorte temporal estabelecido para a análise se estende dos anos 1950 até as duas últimas décadas do século XX, período marcado pela intensificação da industrialização, urbanização e modernização da agropecuária, processos simultâneos e inter-relacionados que provocaram significativas alterações no espaço geográfico brasileiro.

O artigo está dividido em quatro itens, além da presente introdução, das considerações finais e das referências. No item subsequente serão abordados os efeitos da industrialização e da urbanização nas relações campo-cidade; no item 3 serão enfocados o processo de esgotamento do padrão de financiamento da agricultura brasileira e a emergência de novos elementos no campo; e, no item 4 serão apresentadas algumas perspectivas espaciais da análise campo-cidade a partir da adoção da perspectiva do desenvolvimento territorial² em substituição à abordagem setorial.

Os efeitos dos processos de industrialização e urbanização sobre as relações campo-cidade

Com o advento da Revolução Industrial foi delineada uma nova organização do espaço geográfico, ampliando-se a divisão territorial do trabalho entre cidade e campo (RUA *et al.* 1993). Até a Revolução Industrial, o campo era auto-suficiente, pois além de garantir a subsistência da sua população e o abastecimento alimentar das cidades, possuía um modo de vida particular. A partir da Revolução Industrial, as cidades ampliaram significativamente o seu nível de importância e passaram a exercer maior centralidade em razão da concentração das atividades industriais, comerciais e de serviços, ampliando a oferta de postos de trabalho, o que motivou o deslocamento do campo para as cidades.

De acordo com Ferrão (2000)

[...] a emergência de uma nova sociedade urbano-industrial acarretou duas conseqüências principais para as áreas rurais. Por um lado, inicia-se um acentuado processo de **perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural**. Por outro lado, este tende a ser globalmente identificado com realidades arcaicas, enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como o palco, por excelência, do progresso (FERRÃO, 2000, p. 2).

¹ O presente artigo foi elaborado a partir das reflexões empreendidas por ocasião da nossa participação nas mesas redondas intituladas "As perspectivas regionais da análise Campo-Cidade" e "Agricultura e Desenvolvimento Regional" que foram realizadas no decorrer do II Encontro de Grupos de Pesquisa. O evento foi promovido pelo Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia no período de 20 a 22 de abril de 2006.

² O enfoque territorial do desenvolvimento rural tem a sua origem na Europa, principalmente na França, e foi introduzido no Brasil por Veiga (1999) e Abramovay (1999). Nas políticas públicas tal enfoque passou a ser adotado, pelo menos no discurso e nas intenções, a partir da atuação de José Ely da Veiga como secretário executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável no decorrer dos anos de 2001 e 2002.

Até a Revolução Industrial, o campo era considerado como o local onde se realizava a produção e a cidade se constituía basicamente no centro político, administrativo e fornecedor de produtos artesanais e de serviços. A partir da Revolução Industrial, as cidades passaram a concentrar a produção fabril e foram ampliadas as suas funções ligadas à gestão, administração e oferta de produtos e serviços.

Com isso, "os espaços rurais ficaram associados ao abandono, ao envelhecimento, ao declínio da agricultura, as fracas oportunidades de emprego e a uma oferta escassa de educação e de serviços culturais (MARQUES, 2003, p. 507)".

Diante de tal quadro, o êxodo rural se constituiu num fenômeno geral do mundo ocidental, atingindo primeiramente os países desenvolvidos e, posteriormente, alguns países subdesenvolvidos que se industrializaram, como foi o caso do Brasil.

No Brasil, a atividade industrial se desenvolveu a partir do final do Século XIX e início do XX, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que contribuiu para que fosse ampliado o grau de centralidade e de polarização dessas duas cidades em relação ao território nacional.

Entretanto, houve a intensificação dos processos de industrialização e de urbanização na década de 1930 e, sobretudo, a partir dos anos 1950, em virtude da abertura da economia aos capitais estrangeiros e a conseqüente expansão das empresas multinacionais no país.

Na década de 1950, as áreas do país melhor situadas geograficamente, considerando a distância e as condições de acesso aos principais mercados consumidores, já se encontravam apropriadas. A elevada concentração fundiária, a baixa produtividade e as arcaicas relações de trabalho nas zonas rurais bloqueavam o crescimento econômico, em razão da baixa capacidade de absorção de produtos industriais, tanto para o consumo direto da população como para a condução do processo produtivo em bases técnicas modernas.

Parte expressiva dos intelectuais e a parcela progressista da burguesia urbano-industrial passaram a defender a realização de reformas estruturais no campo brasileiro, a começar pela reforma agrária. Contudo, a aristocracia rural, por meio do estabelecimento de pactos de interesses recíprocos com a burguesia urbano-industrial, conseguiu evitar que tais reformas fossem implementadas.

No final dos anos 1950 e início da década subseqüente, a pressão dos movimentos sociais em favor das reformas, especialmente da reforma agrária, era forte.

Logo após o golpe militar de 1964 foi instituído o Estatuto da Terra, instrumento legal para se promover a reforma agrária. No entanto, a reforma agrária não se concretizou no decorrer do período de ditadura militar (1964-1985) e nem mesmo depois do restabelecimento dos governos civis. Desde meados da década de 1980, até o final do primeiro mandato do Governo Lula em

2006, o que tem havido são ações pontuais voltadas à regularização de posses e ao assentamento de parte da população organizada em movimentos sociais, dentre os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Entre as décadas de 1950 e 1980 foram estabelecidas políticas públicas visando à promover a modernização da agropecuária³, as quais estiveram centradas numa visão setorial, entendendo-se que a agropecuária deveria cumprir cinco funções principais no processo de crescimento econômico:

- a) liberar mão-de-obra para a indústria;
- b) gerar oferta adequada de alimentos;
- c) suprir matérias primas para indústrias;
- d) elevar as exportações agrícolas;
- e) transferir renda real para o setor urbano (DELGADO, 2005, p. 30).

Apesar da manutenção e, até aprofundamento da elevada concentração fundiária e da permanência de relações tradicionais de produção no meio rural, a agropecuária brasileira passou por profundas reformulações na sua base técnica e econômica entre 1950 e 1980 e cumpriu as cinco funções a ela atribuídas.

A crescente incorporação de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, fertilizantes e biocidas ao processo produtivo, liberaram grande quantidade de mão-de-obra do campo, disponibilizando assim, força de trabalho para as atividades urbanas ao mesmo tempo em que deixou muita gente desempregada e à margem deste processo.

A oferta de alimentos foi ampliada, garantindo o abastecimento urbano e reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho. Os baixos salários pagos pelas empresas se constituíram num importante fator de atração de investimentos. A despeito da ampliação da oferta de alimentos, o flagelo da fome persiste e assola grande quantidade de brasileiros que não dispõem de renda para adquirir a alimentação básica.

A oferta de matérias-primas agropecuárias, voltadas ao abastecimento do mercado interno e às exportações, foi ampliada de maneira expressiva, desempenhando papel importante na geração de divisas para que o país fizesse frente aos compromissos assumidos no exterior. No entanto, a dívida externa cresceu vertiginosamente e a situação de dependência econômica do país persiste.

Desde a década de 1930 e, principalmente, a partir dos anos 1960, tem havido a transferência sistemática de renda do campo para as cidades em razão do estabelecimento de

³ A modernização é aqui entendida como as alterações na base técnica, econômica e social da agropecuária derivadas da incorporação do pacote tecnológico da "Revolução Verde". Tais alterações foram promovidas e financiadas pelo Estado brasileiro por meio de políticas públicas que induziram os médios e grandes produtores rurais a incorporarem tecnologias mecânicas, químicas e biológicas ao processo produtivo. No entanto, a estrutura fundiária concentrada foi mantida e houve, inclusive, a ampliação dos níveis de concentração da propriedade da terra, por esta razão tal modernização também costuma ser cognominada de conservadora.

políticas macroeconômicas que favorecem os setores urbano-industriais e penalizam as atividades agropecuárias.

Na verdade, estabeleceu-se no período que se estende de 1950 até 1980 uma agricultura moderna, a qual foi promovida pelas políticas públicas altamente favoráveis à adoção do padrão tecnológico da chamada "Revolução Verde". Ao mesmo tempo foi mantida uma agricultura de subsistência praticada por pequenos produtores rurais descapitalizados e excluídos pelas políticas públicas.

Para Delgado (1985), os processos de industrialização e de urbanização do país resultaram na configuração de um novo padrão tecnológico na agricultura, caracterizado pela importação de máquinas agrícolas e insumos industriais (adubos e fertilizantes químicos, principalmente). Tal padrão tecnológico foi estimulado pelo Estado brasileiro e por empresas multinacionais voltadas ao processamento e comercialização de *commodities* e a venda de insumos, máquinas e implementos agrícolas.

O estímulo do Estado se deu, principalmente, por meio da oferta de crédito rural para que os médios e grandes produtores rurais adquirissem máquinas e insumos químicos em condições altamente favoráveis, o que viabilizou a constituição de modernos segmentos produtivos agrícolas no país. Destacaram-se os complexos agroindustriais⁴ da soja, da laranja e da cana-de-açúcar, além da avicultura e da suinocultura.

Com o estabelecimento de modernos complexos agroindustriais, sobretudo no Centro-Sul do país, os espaços urbanos e rurais se tornaram mais articulados e interdependentes, ampliando-se a hegemonia das cidades sobre o campo, ao mesmo tempo em que o modo de vida urbana passou a ser disseminado no campo por meio dos meios de comunicação, sobretudo a televisão.

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agricultura foi altamente seletivo, pois a ele tiveram acesso principalmente os médios e grandes produtores rurais, além de cooperativas e agroindústrias. Os pequenos produtores rurais, notadamente os arrendatários, parceiros meeiros e pequenos proprietários rurais não dispunham das garantias exigidas pelos bancos para que pudessem custear a produção em moldes modernos e efetuarem a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

⁴ A expressão "complexo agroindustrial" foi utilizada pela primeira vez no Brasil por Alberto Passos Guimarães na obra "A Crise Agrária" publicada no ano de 1979 e expressa a maneira integrada de se entender a agropecuária em suas vinculações com as atividades a ela articuladas. Para Muller (1999, p. 44) "o complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais". A palavra *agribusiness* foi utilizada pela primeira vez por David e Goldberg na obra "A Concept of Agribusiness" publicada no ano de 1957. Mais recentemente tornou-se popular no Brasil o emprego da palavra agronegócio para se referir à agricultura empresarial em contraposição à chamada agricultura familiar. A palavra agronegócio se constitui na tradução literal do termo inglês *agribusiness*.

Os produtores rural que puderam incorporar o pacote tecnológico da chamada "Revolução Verde" intensificaram os seus laços com as cidades e delas se tornaram mais dependentes, em razão dos vínculos estabelecidos com técnicos especializados, agências bancárias, empresas e cooperativas.

A utilização de máquinas, implementos e insumos químicos potencializaram o trabalho no campo, liberando o agricultor e sua família - ou parte de seus membros - de muitas atividades, ampliando o tempo destinado à gestão da propriedade como empreendimento capitalista.

A melhoria nas vias e nos meios de transporte propiciou maior fluidez aos médios e grandes produtores rurais, oferecendo-lhes, inclusive, a possibilidade de residirem nas cidades ou a elas se deslocarem com maior frequência para resolverem questões cotidianas, próprias da produção em moldes modernos, tais como: solicitar a visita do técnico agrícola ou do engenheiro agrônomo; resgatar ou efetuar o pagamento de parcelas do crédito rural nas agências ou postos bancários; adquirir fertilizantes ou biocidas nas cooperativas ou empresas especializadas; comprar combustível; adquirir peças de reposição; fazer a manutenção de máquinas e implementos; entre outras.

Com a modernização da agricultura, os laços existentes entre o campo e a cidade foram ampliados em razão da maior dependência do agricultor aos capitais industriais e financeiros, os quais normalmente operam a partir das cidades.

Ao mesmo tempo as cidades passaram a abrigar antigos pequenos produtores rurais que, não tendo condições de permanecer no campo, se deslocaram em busca de alternativas de sobrevivência. Assim, muitos problemas originários no campo foram transpostos para as cidades por meio do êxodo rural.

A não absorção, pelo mercado de trabalho urbano, de grande parte da mão-de-obra liberada do campo, provocou a ampliação do nível de exclusão social e deu margem à revitalização de movimentos sociais demandantes da reforma agrária. Tais movimentos se tornaram mais combativos após a abertura política ocorrida no final da década de 1970, o aprofundamento da crise econômica e o fim da ditadura militar na década subsequente.

A modernização da agricultura, além de implicações sociais negativas, provocou o agravamento de problemas ambientais, tais como: a erosão e compactação dos solos, em razão do tráfego de máquinas pesadas e o uso indiscriminado de biocidas, provocando a contaminação de solos, águas e pessoas (EHLERS, 1999).

Portanto, os efeitos sociais e ambientais do processo de industrialização e da conseqüente modernização da agricultura foram perversos. A riqueza, historicamente concentrada, se

concentrou ainda mais; boa parte da população foi marginalizada; e a qualidade ambiental no campo e nas cidades foi reduzida.

Crise econômica, esgotamento do modelo de modernização da agricultura a partir do início da década de oitenta do século XX

O padrão vigente de financiamento da agricultura moderna se esgotou em decorrência do aprofundamento da crise econômica no país, a partir dos primeiros anos da década 1980. Essa crise econômica ocorreu em virtude da elevação das taxas de juros internacionais e da conseqüente impossibilidade do país fazer frente aos compromissos financeiros assumidos com o sistema financeiro internacional para o pagamento da dívida externa. Nesse contexto, o Estado brasileiro deixou de sustentar o modelo de modernização da agricultura consubstanciado na oferta de crédito oficial em condições altamente favoráveis para o custeio das safras e investimento em máquinas, implementos agrícolas e outros aparatos técnicos modernos.

O período que se estende de meados dos anos 1980 até o início dos anos 1990, foi marcado pela crise fiscal do Estado brasileiro e pela instabilidade macroeconômica, o que se refletiu na inflação e no descontrole das contas públicas. O Estado perdeu a sua autonomia na gestão macroeconômica em decorrência do seu monitoramento pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e se voltou para a gestão da crise. Entre 1986 e 1994 foram lançados sucessivos planos de estabilização da economia (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II) sem que fossem estabelecidas políticas públicas com horizontes temporais de médio e longo prazo.

Com isso, no decorrer dos anos 1980 e 1990, o processo de modernização da agricultura foi arrefecido e se fortaleceram alternativas de produção que empregam menos fertilizantes químicos e agrotóxicos. Parcela significativa dos consumidores de média e alta renda passou a dar maior valor aos produtos saudáveis, o que deu margem ao surgimento de novos nichos de mercado que passaram a ser atendidos por produtores rurais vinculados a sistemas de produção mais integrados ao ambiente, tais como os produtores que desenvolvem a agricultura orgânica, agroecológica e/ou biodinâmica.

Os produtores de *commodities*⁵ tais como soja, cana-de-açúcar, milho e laranja, entre outras, não romperam com o padrão moderno de produzir, consubstanciado na intensa utilização de máquinas, implementos, insumos químicos e de toda a tecnologia colocada à disposição de médios e grandes produtores rurais pelas poderosas empresas multinacionais que operam em âmbito global. Contudo, eles foram estimulados a adotar práticas menos agressivas ao meio ambiente, pois o elevado nível de comprometimento dos recursos naturais passou a repercutir

⁵ *Commodities* - são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades, como suco de laranja congelado, soja, trigo, bauxita, prata ou ouro.

negativamente na renda gerada. Em virtude desses problemas, práticas como o terraceamento e implantação de curvas em nível e desnível para o controle da erosão e o plantio direto na palha se expandiram de maneira expressiva nos últimos anos, principalmente na Região Sul do país e nas zonas de cerrados do Brasil Central.

Contudo, problemas ambientais tais como a redução da biodiversidade, o comprometimento de recursos hídricos pelo uso indiscriminado da água para a irrigação, a compactação de solos em razão do tráfego de máquinas pesadas, a devastação de cerrados e florestas para o cultivo de grãos, não somente permanecem como se agravaram nos últimos anos, principalmente em virtude da expansão indiscriminada do cultivo de soja.

A partir de meados da década de 1990 houve o reconhecimento oficial da importância social, econômica e ambiental dos pequenos produtores rurais por meio da instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar dos problemas decorrentes das dificuldades de acesso aos recursos do PRONAF pelos produtores rurais mais vulneráveis, o seu simples estabelecimento representou uma conquista importante e o acesso aos recursos vem sendo democratizado nos últimos anos por meio da ampliação das linhas de crédito (PRONAF Mulher, PRONAF Jovem etc.) e da redução das taxas de juros e das exigências burocráticas.

Ao mesmo tempo, com o lançamento do Plano Real no ano de 1994, houve o aprofundamento das políticas neoliberais iniciadas no Governo Collor, a valorização da moeda, a maior abertura da economia à competitividade internacional e a limitação dos gastos públicos, com fortes impactos sobre a chamada agricultura empresarial.

Nos anos 1990, a análise dicotômica das relações campo-cidade perdeu força e emergiu uma visão integradora dos dois espaços, sem que cada um deles perdesse a sua identidade e especificidade. Assim,

[...] uma divisão clara entre rural e urbano deixou de ser importante, pois as relações de troca se diversificaram e o enfoque passou a ser nos espaços (territórios) que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior a preocupação com os seus limites geográficos (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 03).

As especificidades locais/regionais, pelo menos em tese, passaram a ser consideradas na formulação de políticas públicas. Apesar dos fortes *lobbies* setoriais dos agentes vinculados ao chamado agronegócio, se procurou favorecer a participação dos atores sociais na elaboração e implementação de políticas voltadas aos chamados agricultores familiares.

Os documentos oficiais sobre desenvolvimento rural romperam com a visão produtivista e setorial e passaram a adotar a perspectiva territorial. Foi criada no âmbito do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, com a incumbência de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios⁶ rurais.

Oficialmente território é definido como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p. 34).

Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Territorial dirigir “o foco das políticas para o território, destacando a importância das políticas de ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão, como complemento das políticas de descentralização (BRASIL, 2003, p. 30)”.

De acordo com o mesmo documento

Na abordagem territorial o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade dos atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base de coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003, p. 30).

Apesar do diagnóstico circunstanciado da situação, as ações do governo federal na promoção do desenvolvimento dos chamados territórios rurais ainda são pouco expressivas, pois a identidade territorial ainda é muito fraca no país e a participação e o envolvimento das lideranças e demais atores sociais na discussão dos problemas dos chamados territórios rurais são muito limitados.

O entendimento da dinâmica das relações campo-cidade pelos formuladores de políticas públicas em âmbito federal tem sido apropriado, pois tem sido considerada a heterogeneidade do espaço rural.

Os espaços rurais têm apresentado mudanças significativas na sua dinâmica. Tais espaços têm se tornado mais diversificados, o êxodo rural perdeu força a partir dos anos 1980, chegando, em alguns casos, a haver a retomada do crescimento da população rural.

Estão cada vez mais presentes no campo, as chamadas atividades rurais não-agrícolas, como pesque-pagues e turismo rural, especialmente nas áreas próximas às cidades de médio e grande portes. Tais empreendimentos têm propiciado maior dinamismo econômico, causando alterações no perfil econômico e sócio-cultural da população residente no campo e requerido o

⁶ Na noção de território estão implícitas as relações de forças que são estabelecidas entre os diferentes atores e grupos sociais visando a apropriação de recursos, a defesa de interesses e o exercício da dominação política, econômica e cultural em espaços específicos. Na Geografia, as discussões sobre tal conceito tem sido feitas por autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2002 e 2005), Saquet (2005), entre outros.

acesso desta população a serviços públicos de transporte, saúde, educação e saneamento (SILVA, 1999).

A elevação dos níveis de instrução da população rural, sobretudo dos jovens, a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias, a expansão da eletrificação rural e as maiores facilidades de locomoção e de comunicação entre os espaços rural e urbano têm feito com que uma parcela cada vez maior da população do campo desenvolva atividades na cidade, embora permaneça residindo na zona rural.

A pluriatividade tem se expandido de maneira significativa; a aposentadoria rural passou a se constituir numa importante fonte de renda para boa parte da população residente nas áreas rurais; os condomínios residenciais destinados à população de média e alta renda têm sido implantados em zonas rurais próximas às médias e grandes cidades.

A migração de retorno ao campo por parte, principalmente, de aposentados, é outro fenômeno que tem provocado o crescimento da população rural em algumas regiões do país, especialmente naquelas em que foram implantados assentamentos rurais, embora isto também venha ocorrendo em municípios cujas sedes são menores.

Os fenômenos anteriormente apontados têm levado à emergência de novos elementos nos espaços rurais e devem ser considerados e dimensionados quando são estabelecidas análises sobre as relações campo-cidade.

A dinamização dos espaços rurais requer o melhor aproveitamento dos potenciais produtivos, tanto da agropecuária quanto de outras atividades que possam gerar renda para a população residente.

A recuperação ou a manutenção dos recursos naturais é de crucial importância para o resgate da qualidade ambiental nos espaços rurais. A recomposição de matas ciliares, a proteção de áreas de nascentes e a destinação de 20% da área das propriedades rurais para a constituição de reservas legais poderão resultar na revitalização da paisagem rural, tornando-a mais atrativa, o que poderá potencializar a exploração de serviços vinculados ao lazer. A população urbana tende, cada vez mais, a buscar alternativas de lazer e a consumir produtos naturais e estas poderão se constituir em importantes alternativas de renda para a população rural.

Em municípios em que foram implantados assentamentos rurais, como no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e em algumas regiões do Norte e Nordeste do país, houve significativa ampliação do efetivo populacional, conforme demonstraram Leite *et al* (2004). A manutenção desta população no espaço rural é um desafio que deve ser enfrentado por meio do estabelecimento de políticas públicas que possibilitem a geração de renda agrícola e não agrícola.

Apesar de ter havido a redução do êxodo rural e, até, o seu estancamento ou reversão em algumas regiões do país, muitas áreas essencialmente rurais do interior do país continuam enfrentando dificuldades decorrentes dos baixos preços dos produtos agropecuários, da degradação dos recursos naturais e da incapacidade financeira dos municípios. Além disso, prevalece ainda uma mentalidade urbana no país, fazendo com que muitos gestores municipais não apoiem as atividades rurais nem forneçam os serviços públicos básicos à população residente no campo, deixando-a isolada e sem perspectivas.

Em muitas áreas rurais do país, a população se encontra em idade avançada e enfrenta graves problemas de sucessão nas propriedades, pois parte expressiva da população jovem prefere se submeter ao desemprego ou ao recebimento de baixos salários nas cidades a permanecer na zona rural. Tal fato se explica em razão da desvalorização social do agricultor, da baixa renda gerada pelas atividades agropecuárias e do isolamento e dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos, inclusive de educação e saúde pela população residente no campo.

Perspectivas espaciais da análise campo-cidade: da abordagem setorial à adoção do discurso do desenvolvimento territorial

Nos anos 1990, a União Européia reconheceu o caráter multifuncional dos espaços rurais e passou a estabelecer políticas públicas com base nos chamados territórios rurais. Desde então, a escala local foi reforçada e parte expressiva das políticas públicas passou a ser conduzida por meio do financiamento de projetos formulados pela própria sociedade civil organizada em parceria com lideranças políticas locais.

Pommier (2001) enfatiza que

[...] la noción de espacio hecho a 'sangre fría', reducida a sus características físicas y abstractas, poco a poco ha sido reemplazada por la noción de *territorio* hecho a 'sangre caliente', que se califica gracias a la acción colectiva de los trabajadores, de las colectividades, de las empresas y de las administraciones (POMMIER, 2001, p. 62 apud BOISIER, 2002, p. 14).

Embora tal mudança de perspectiva tenha se dado inicialmente nos países que integram a União Européia, em contextos bastante heterogêneos, ela passou a influenciar análises da dinâmica rural de outros países, inclusive do Brasil.

No caso brasileiro, a perspectiva territorial passou a ter repercussões primeiramente nas análises dos espaços rurais empreendidas no meio acadêmico, posteriormente, tal visão foi incorporada ao discurso oficial, principalmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo, inclusive, criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Assim, a partir dos anos 1990, o discurso oficial passou a incorporar preocupações com o aspecto territorial, reconhecendo-se a necessidade de se pensar o desenvolvimento rural a partir de territórios, com o envolvimento e a participação direta dos atores locais.

Deve-se ressaltar, no entanto, que desde a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988 tem havido a descentralização de recursos financeiros e de atribuições para os municípios. A participação da sociedade civil passou a ser requisitada cada vez mais por meio da instituição de inúmeros Conselhos Municipais, dentre os quais se destacam os de Educação, Saúde, Turismo, Desenvolvimento Rural, entre muitos outros.

Embora instituídos, os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR) têm enfrentado grandes dificuldades para o seu pleno funcionamento. Tais dificuldades decorrem da falta de envolvimento e de participação dos seus membros e também da interferência direta de prefeitos que consideram os CMDRs potenciais concorrentes e preferem não estimulá-los ou mesmo inviabilizar o seu funcionamento. Os CMDRs normalmente se constituem em instâncias consultivas, têm muitas atribuições e nenhum recurso financeiro é carreado para o empreendimento de ações no espaço rural.

Além dos problemas de ordem política e operacional, há estrangulamentos estruturais que dificultam o funcionamento dos conselhos municipais, os quais derivam não somente da escassez de recursos financeiros, mas também da inexistência de quadros técnicos competentes para formular e executar políticas públicas visando a gerir as demandas cotidianas e a estabelecer estratégias para se promover o desenvolvimento rural.

A despeito da débil participação dos atores sociais em praticamente todas as áreas, os discursos sobre o desenvolvimento endógeno, que defendem a organização, a articulação e a cooperação dos agentes locais foram fortalecidos. Por meio de tais discursos, se procura defender a idéia de que o envolvimento dos atores sociais presentes no âmbito das localidades e regiões é suficiente para dinamizar a economia e para superar os problemas sociais e ambientais.

Embora a participação dos atores sociais na identificação dos problemas e no estabelecimento de ações para o aproveitamento das potencialidades locais seja importante, a simples importação de estratégias de desenvolvimento local elaboradas no contexto de economias e sociedades avançadas, como vem ocorrendo no Brasil, não é adequada.

A noção de desenvolvimento territorial foi desenvolvida no contexto da União Européia, onde as identidades territoriais são fortes e a participação dos atores sociais é muito maior do que no Brasil.

No Brasil, onde o Estado foi enfraquecido desde a crise dos anos 1980 seguida da adoção de políticas neoliberais adotadas nos governos Collor e aprofundadas nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, a ação mais efetiva do poder público no estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento, na definição de políticas macroeconômicas e na alocação espacialmente

diferenciada de recursos públicos por meio de seus investimentos diretos e da indução de investimentos privados se fazem necessárias.

Além do mais, na maioria das regiões brasileiras, a identidade territorial da população é fraca e a articulação dos atores locais e da sociedade civil são pouco expressivas. Com isso, a adoção da perspectiva territorial e a descentralização de políticas públicas, apesar das boas intenções, poderão ter resultados adversos, além de reduzirem o nível de democratização das decisões ao invés de ampliá-las.

Para Boisier (2002, p. 04)

Es casi evidente que una democracia madura supone una amplia distribución social del poder político, o sea, supone una descentralización, pero es un error común asignar causalidades unidireccionales, como si un proceso necesariamente generase linealmente el otro, desconociéndose el carácter recursivo de ambos. Desde luego, en términos territoriales la transferencia de poder a regiones por ejemplo, puede resultar completamente anti democrática si en tales regiones no existe un receptor socialmente adecuado, en cuyo caso el poder transferido solo reforzaría estructuras oligárquicas y clientelísticas.

Na grande maioria dos municípios do interior do Brasil, a estrutura produtiva ainda está bastante assentada na agropecuária e a aristocracia rural costuma exercer o domínio político. A aristocracia rural normalmente se utiliza dos mais diversos dispositivos para se manter no poder e, assim, usufruir dos seus privilégios.

Nesse contexto, a descentralização administrativa em favor dos municípios tem limites claros no que diz respeito à possibilidade de se ampliar os níveis de participação e de democratização das decisões em favor dos interesses da maioria da população.

Para Schejtman (1997) o sucesso da descentralização administrativa depende dos graus de concentração do "habitat" e de homogeneidade dos grupos sociais e dos seus níveis de organização e de qualidade e cobertura da infra-estrutura.

En general, dicho proceso será más viable en hábitats concentrados, con población relativamente homogénea y organizada y con un grado razonable de infraestructura local y encontrará grandes dificultades si es que funciona en hábitats dispersos, poblaciones heterogéneas y no organizadas y carentes de infraestructura (SCHEJTMAN, 1997, p. 27).

No Brasil, a descentralização das políticas públicas tem enfrentado dificuldades de várias ordens. A população dos municípios situados no interior do país normalmente está dispersa, apresenta baixo nível de organização e há grandes dificuldades para o acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos.

A elaboração de políticas públicas em âmbito municipal para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento, quando ocorrem, não tem surtido os efeitos esperados. Os planos diretores municipais, por exemplo, normalmente se circunscrevem ao espaço urbano, contraditoriamente ao que estabelece a Constituição Federal.

Nos anos 1990 foram implantados Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (COREDES) em alguns estados da federação. Tais conselhos foram criados por meio de leis estaduais, sendo estabelecidas regiões de planejamento a partir das quais têm sido empreendidas discussões com a sociedade civil e com as lideranças políticas regionais para se pensar no desenvolvimento regional e na alocação dos recursos orçamentários estaduais (BANDEIRA, 1999, 2006).

De acordo com Galvão (2005, p. 564) "a estratégia de inserção ativa, baseada na construção de nexos mais orgânicos entre as capacidades e potencialidades locais - institucionais, humanas, naturais e infra-estruturais - e as estruturas produtivas envolvidas" tem se tornado hegemônica.

A estratégia da inserção passiva esteve muito associada a uma visão setorial e centrada na perspectiva de que somente as atividades industriais poderiam propiciar o desenvolvimento. Desde os anos 1980 e, principalmente, a partir dos anos 1990, a estratégia de inserção ativa vem se fortalecendo, o que tem implicado na valorização das diversidades espaciais e dos fatores intangíveis do crescimento econômico, tais como os capitais social e humano.

Amaral Filho (2001) ressalta que o capital humano, as instituições, o conhecimento e a informação, antes apreendidos como fatores exógenos na determinação do crescimento, passaram a ser considerados como fatores endógenos.

Neste contexto se passou a considerar

[...] que um país, região ou local melhor munidos desses fatores podem aumentar, com maior facilidade, o valor agregado à produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda (AMARAL FILHO, 2001, p. 43).

Na verdade, além dos fatores de produção clássicos representados pelos recursos naturais, capital e trabalho, passou-se a considerar o capital social, o capital humano, o conhecimento e a informação como novos e importantes elementos da produção.

Organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, passaram a considerar estes novos fatores de produção e condicionaram a aprovação de projetos e a liberação de recursos ao atendimento de alguns requisitos, tais como: participação popular, investimento no capital humano, fortalecimento das instituições e das identidades territoriais, respeito ao meio ambiente, entre outras exigências.

Para se pensar as relações campo-cidade na atualidade todos estes aspectos devem ser considerados. Além disso, não se pode deixar de levar em conta os problemas estruturais que perduram no país, tais como: elevada concentração da propriedade da terra, grande concentração social e regional da renda, esgarçamento do tecido social, elevada dívida pública etc. Todos estes elementos fazem com que parte expressiva da população do país fique marginalizada e não tenha perspectiva de futuro.

A marginalização econômica e social de parcela apreciável da população nas cidades tem feito com que o campo seja apontado como uma alternativa para a sua sobrevivência. O volume de investimento para se gerar um posto de trabalho no campo é, em média, menor do que na cidade e o custo de manutenção da população no campo é também menor do que na cidade.

No espaço rural brasileiro ainda reside uma parcela significativa da população e é importante que ela permaneça e desenvolva não somente atividades agropecuárias, mas também outras atividades e obtenha renda suficiente para viver dignamente, pois as oportunidades de trabalho na área urbana são escassas.

Considerações finais

Procurou-se demonstrar ao longo deste artigo as intensas mudanças pelas quais os espaços rurais brasileiros vêm passando desde meados do século passado, em decorrência do aprofundamento dos processos de industrialização e urbanização.

A sociedade brasileira deixou de ser rural para se tornar predominantemente urbana. Para se entender a dinâmica espacial, econômica e social da grande maioria dos municípios e regiões do interior do país, se faz necessária à adoção de uma perspectiva integradora dos espaços rural e urbano.

Nas últimas décadas, a perspectiva territorial vem ganhando força, passando-se a considerar o caráter multifuncional dos espaços rurais. Nesta nova perspectiva, a participação dos atores sociais tem sido valorizada, ainda que haja grandes dificuldades para a sua concretização em razão do domínio exercido pelas oligarquias rurais e do fato das organizações coletivas serem ainda muito vulneráveis.

A fisionomia e a dinâmica do espaço rural passaram por significativas alterações. A população rural incorporou hábitos urbanos em decorrência da expansão da infra-estrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pela televisão. As articulações entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, mas mesmo assim o campo e a cidade continuam apresentando características que lhe são próprias, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes residentes nas zonas rurais e urbanas.

Diante das intensas alterações que ocorreram nos espaços urbanos e rurais, as noções de campo e de cidade precisam ser reformuladas. Atualmente não se pode mais identificar o espaço rural apenas como aquele em que se desenvolve uma única atividade econômica, pois não há somente a agropecuária, embora ela possa ser a mais importante em termos econômicos e sociais na maioria das regiões interioranas do país.

O espaço rural se constitui em local de habitação de parcela da população do país, a despeito do esvaziamento demográfico provocado pelo êxodo rural em muitas regiões. Atualmente a contraposição linear e o estabelecimento de diferenciações rigorosas entre os espaços e as sociedades rurais e urbanos são inadequados para a compreensão da realidade e são pedagogicamente contraproducentes.

A maior parte dos pequenos municípios do interior do país é essencialmente rural, o comando político normalmente é exercido pelas oligarquias e as principais atividades produtivas são desenvolvidas nas zonas rurais. As atividades agropecuárias normalmente estão direta ou indiretamente às agroindústrias e a circuitos de distribuição organizados a partir das cidades.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Relatório de Pesquisa*, IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, Projeto BRA/97/013, jun. 1999. [mimeo].
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Revista Planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, n° 23, 2001.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. *Texto para discussão n° 630*, Brasília: IPEA, 1999.
- BANDEIRA, P. S. Institucionalização de regiões no Brasil. *Ciência e Cultura*, jan./mar. 2006, v.58, n° 1, p.34-37.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003 (Textos para discussão n° 4).
- BOISIER, S. 2001: la odisea del desarrollo territorial en América Latina. La búsqueda del desarrollo territorial y de la descentralización. In: *Seminarios de sectores sociales: nudos críticos y alternativas*. Lima, 2002
- CAMPANHOLA, Cleyton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v. 17, n° 1, p. 11-40, 2000.
- DAVID, John H.; GOLDBERG, Roy A. *A Concept of Agribusiness*. New York, Alpine Press, 1957.
- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: ICONE; UNICAMP, 1985.
- DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950 - 2003. In: *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: INCRA, 2005.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2ª Ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- FERRAO, João. *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *EURE (Santiago)*, sept. 2000, v.26, n°78, p.123-130.
- GALVÃO, A. C. F. Desenvolvimento regional e inovação como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. In: *Seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia*. Brasília, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.
- LEITE, S. et al (Org.). *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004.
- MARQUES, Teresa Sá. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1 Serie, v. XIX, Porto, 2003, p. 507-521.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: EDUC, 1989.
- POMMIER P. Los desafíos del ordenamiento territorial en Francia a la hora de la mundialización. In: *Descentralización y desarrollo regional*. Ministerio del Interior, Subsecretaría de Desarrollo Regional y Adm.: Santiago de Chile, 2001.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RUA, João, et al. *Para ensinar Geografia*. Rio de Janeiro: Acces Editora, 1993.
- SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005, p. 121-148.
- SCHEJTMAN, Alexander. La cuestión urbana en el desarrollo rural: elementos regional para América Latina y el Caribe. *Seminário Internacional: Interrelación rural-urbana y desarrollo descentralizado Taxco*, México, 1997 (FAO – Borrador).
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

Recebido para publicação dia 14 de Novembro de 2006

Aceito para publicação dia 30 de Novembro 2006

**(Re) organização do espaço
a partir da produção
de soja: Balsas-MA**

*Space reorganization starting
from soybean production
in Balsas-MA*

*(Re) organización del espacio
a partir de la producción
de soja: Balsas-MA*

**MARIA DA GLÓRIA
ROCHA FERREIRA**

Professora Mestre
Departamento de Geociências - UFMA
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação
em Geografia da UFRJ
Rua Bambina, 134/206 - Bloco 2
Botafogo - CEP: 22.251-050
Rio de Janeiro-RJ
mgloriaferreira@yahoo.com.br

Resumo: Propõe-se o presente trabalho analisar o poder de transformação sócio-espacial, decorrente da instalação, de pólos agrícolas modernos, os quais levam consigo o grande capital que por sua vez, aglutina conhecimento científico e alta tecnologia. A introdução da cultura da soja, voltada para exportação nas áreas de cerrado do nordeste brasileiro, representa exemplo inequívoco desse processo, como é o caso de Balsas, situado no sul do Estado do Maranhão, que recebeu do Estado ações incentivadoras, para a instalação dos produtores oriundos das regiões Sul e Sudeste, através do aparato infra-estrutural necessário para que a atividade produtiva se desenvolvesse. É a partir da década de 1970 que se inicia a estruturação do pólo produtivo de soja, formado por treze municípios, dentre os quais, se destaca o de Balsas que se transformou ao logo do tempo, no núcleo urbano mais estruturado da Mesorregião, contando com serviços especializados necessários à efetivação do agronegócio ali instalado, o que trouxe como consequência inevitável a reorganização do seu espaço urbano e o redimensionamento de todas as funções anteriores.

Palavras-chave: Agricultura moderna; Soja; Mudanças sócio-espaciais; Cerrado; Nordeste brasileiro.

Abstract: The aim of this work is to analyze the power of social-space transformation, due to the installation of modern agriculture centers, which withdraw the biggest part of the capital that concentrates the scientific knowledge and high technology. The introduction of the soybean crop, directed to the export in areas of Brazilian Northeast Region Brazilian Savannah represents a example of this process; such as, in Balsas, situated in the South of Maranhão State, which received motivational actions to install the producers originated from the South and Southeast Regions, through the infrastructural apparatus necessary, so that, the productive activity could develop. From 1970 on, the structuralization of the soybean productive center formed by thirteen municipalities, among which, in focus Balsas, that soon became the most structured urban center of Mesorregião, counting on with specialized services needed to agribusiness effectiveness installed there, that brought as an inevitable consequence the reorganization of its urban area and resizing of all the earlier functions.

Keywords: Modern agriculture; Soybean; Social-space changes; Brazilian Savannah; Brazilian Northeast Region.

Resumen: El presente trabajo se propone analizar el poder de la transformación socio-espacial, como consecuencia de la instalación de polos agrícolas modernos, los cuales llevan consigo el gran capital que por su vez, aglutina conocimiento científico y alta tecnología. La introducción de la cultura de la soja, volcada para la exportación en las áreas de la sabana del nordeste brasileño, representa un ejemplo inequívoco de ese proceso, como es el caso de Balsas, situado en el sur del Estado de Maranhão, que recibió del Estado acciones de incentivo para la instalación de los productos oriundos de las regiones Sur y Sudeste, a través del aparato infra-estructural necesario para que la actividad productiva se desarrollara. Es a partir de la década de 1970 que se inicia la estructura del polo productivo de soja, formado por trece municipios, entre los cuales, se destaca el de Balsas, que se transformó a lo largo del tiempo, en el núcleo urbano más estructurado de la mesorregión, contando con servicios especializados necesarios para efectuar el agro-negocio allí instalado, lo que trajo como consecuencia inevitable, la reorganización de su espacio urbano y la redimensión de todas las funciones anteriores.

Palabras clave: Agricultura moderna; Soja; Cambios socio-espaciales; Sabana; Nordeste brasileño.

Introdução¹

Partindo-se do entendimento de que é no espaço socialmente construído que o homem realiza todas as suas ações mesmo tendo-se como referência diferentes concepções sobre o mesmo, como seja, considerando-o como base física indispensável à sobrevivência, ou apoiando-se na compreensão da indivisibilidade entre os componentes físicos e os sociais, ou seja, uma visão de globalidade dos fenômenos entende-se que sua materialidade é que dará sustentação às relações sociais, que nele se estabelecem.

Nesse contexto, torna-se relevante destacar a importância do processo produtivo contemporâneo à medida em que este imprime um ritmo de dinamismo ao longo do caminho percorrido para a efetivação de todas as etapas do processo de produção e circulação no sistema capitalista, imprimindo dessa forma novas regras, as quais vão gerar profundas mudanças no mundo do trabalho .

Cabe atentar para o fato de que referidas alterações trazem no seu bojo repercussões ao nível das relações de trabalho, no que se refere ao aspecto seletivo, relacionado à capacitação do trabalhador para exercer as funções dentro desse sistema, excluindo dessa forma, grandes contingentes em áreas com problemas históricos relacionados à formação de mão-de-obra, como o Nordeste brasileiro.

É dentro desse contexto que se insere o processo de expansão da cultura da soja, na região acima mencionada, após ter percorrido os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, os quais integram a chamada "região tradicional de cultivo", segundo denominação da EMBRAPA (1981, p.18) por corresponder ao desenvolvimento inicial da cultura.

De acordo ainda com a fonte anteriormente referida, a fase de produção posterior àquela é a região de Expansão de Cultivo, assim chamada em função do tempo de cultivo, da área cultivada e do estágio tecnológico, a qual é formada pelos estados de Mato Grosso do Sul, o Sul dos estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão, e o Oeste de Minas Gerais e da Bahia. Acrescentando ainda que "em sua quase totalidade, é constituída de solos sob vegetação de cerrado (EMBRAPA, 1981)".

Convém ressaltar que a expansão do cultivo da soja dos estados do Sul e Sudeste para os da Região Central do país empreendido na década de 70 faz parte de um processo mais amplo da forma de produção capitalista, orientado pelos interesses econômicos por parte do Estado, como pode ser observado através do posicionamento de Bernardes quando afirma:

¹ Texto apresentado em versão resumida no VI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), realizado em Fortaleza em outubro de 2005.

No início dos anos 70, com o objetivo de abastecer os centros urbanos e de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, o governo brasileiro colocou em ação programas que se constituíram no sustentáculo do desenvolvimento que se iniciava no Brasil Central, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação (2001, p.42).

A autora em referência, manifesta-se ainda com ralação à ampliação das áreas de produção original da soja, "A diminuição da produção de soja do sul do Brasil, tradicional área de produção, ocorrem na medida em que outras opções em regiões com vantagens competitivas acarretaram o deslocamento geográfico da produção de grãos."

Assim é que o domínio das técnicas após ter se instalado no fazer do mundo urbano, levando consigo o poder das transformações sócio-espaciais, e que na atualidade inclui o mundo rural, insere-o na dinâmica da forma de produção capitalista global tendo sua área permanentemente expandida através do incremento das modernas técnicas agrícolas.

O entendimento, portanto, de que a fronteira agrícola na atualidade representa a incorporação à economia global dos mais longínquos lugares, que são selecionados pelo capital, através do desenvolvimento das atividades capitalistas, voltadas para o mercado global de onde resultam mudanças espaciais, leva a inferir que a Mesorregião Sul Maranhense, especificamente o município de Balsas, área por nós estudada e objeto do presente trabalho, dada às características que detém, dentro do sistema produtivo da soja, representa claro exemplo do avanço da fronteira tecnológica da agricultura produtora de grãos no cerrado nordestino, como o explicitado anteriormente.

Avanço da fronteira da soja no cerrado

Até o final da década de 1960 a economia maranhense se assentava predominantemente no setor agropecuário voltado para a rizicultura e na atividade extrativa do babaçu que, nesse momento, apresentava taxas decrescentes na oferta de amêndoas para a indústria de oleaginosas, como conseqüência da crescente devastação dessas palmeiras. Essa expressiva redução vai comprometer a atividade econômica do estado, que possuía como elemento de sustentação o babaçu gerando, dessa forma, o comprometimento da produção industrial de oleaginosos. Também a acentuada escassez de chuvas na região nordeste nesse período, provocou grandes prejuízos aos produtores de arroz de todo o estado, os quais eram praticantes da monocultura desse cereal, incluindo-se aqueles estabelecidos no sul do estado.

Referidas situações atingem sobremaneira o desempenho econômico do estado como um todo, por ter a agricultura um elevado caráter de subsistência das culturas exploradas, "onde o arroz representa mais de 50% da área cultivada e 60% da receita do setor agropecuário"

(MARANHÃO, 1983 p. 16). Agudizava-se, dessa forma, a problemática vivenciada pelo setor de indústria de óleo de babaçu, em função da geração de alta taxa de ociosidade (60%), o que levou algumas indústrias a adaptarem suas unidades ao beneficiamento de soja, que era importada de estados da região sul do país, apesar do alto custo do frete, dada à grande distância.

Também o município de Balsas, inserido nesse contexto, apresentava uma fase de forte estagnação econômica, motivada pelo baixo desempenho da produção de arroz e agravada pela migração dos seus habitantes à procura de melhores condições de trabalho em outros municípios.

É somente a partir da década de 1960, segundo Coelho Neto (1979), que se restabelece um novo período de vigor econômico direcionado por dois elementos principais: a agricultura e a pecuária, no sul do Maranhão. Como pode ser observada nas palavras do autor:

Novas técnicas como a da correção de solo, apoiadas em moderníssimas máquinas, permitem a transformação das chapadas e dos cerrados, outrora abandonados, em campos agrícolas. Gente de outras regiões brasileiras tornaram Balsa sua nova terra e no solo da mesma se enraízam, construindo o presente e futuro. São agora mineiros, paulistas, paranaenses e gaúchos descendentes de europeu. Os últimos, mais numerosos são na maioria de Campo Real, Passo Fundo, Carazinho e Espumoso, mais de duzentos novos proprietários labutam afanosos em sua grande transformação econômica e na produção de alimentos (1979, p. 148).

No que se refere ao aspecto populacional, segundo o IBGE, em 1960 Balsas contava com uma população de 16.645 habitantes, localizando-se 4.572 na zona urbana e 12.070 na zona rural, o que representava 72,51% da população concentrada na zona rural, onde a atividade produtiva desenvolvida pelos grandes latifundiários prendia-se à criação de gado, enquanto que os médios e pequenos proprietários desenvolviam atividade agrícola ligada à monocultura do arroz e à pecuária, bem como trabalhadores rurais denominados na área, segundo Andrade (1984) de agregado (que tinham acesso aos meios de produção mediante contrato de arrendamento), vaqueiros (empregados de grandes proprietários de gado) e posseiros (cultivavam terras devolutas), os quais ocupavam-se, basicamente, da agricultura e criação de animais a nível de subsistência, situação essa peculiar aos demais municípios maranhenses.

Condições naturais favoráveis ao cultivo da soja

Referente às condições naturais de Balsas para o cultivo da soja, ou seja, o que a tornou atrativa, dentre as demais áreas de cerrado do território brasileiro, ainda não ocupadas por essa atividade econômica, até então, relacionam-se ao fato de o Maranhão (e Piauí) - Nordeste Ocidental, também denominado de Meio-Norte, apesar de fazer parte do nordeste, devido a sua posição de transição, guardar características que o distinguem dos outros estados.

Aí se processa a passagem do domínio morfoclimático nordestino para o da Amazônia Ocidental, o que faz com que o meio-norte apresente um complexo de paisagens que

individualizam esta porção do Brasil. Encontram-se áreas com características amazônicas a noroeste do rio Mearim. [...] a sudeste surgem aspectos morfoclimáticos do Brasil Central (IBGE, 1977 p, 25).

A área em alusão assenta-se sobre relevo de chapada e chapadões que, segundo o IBGE são erroneamente denominados de serra, presentes na porção sul do estado que corresponde à continuidade do Planalto Central, variando entre 300 a 500 m, só alcançando esporadicamente a altitude de 640 m. À medida que se aproxima do norte vai perdendo pouco a pouco altitude, característica que se aproxima da topografia indicada pelos estudiosos da área, como ideal, ou seja, relevo plano e levemente ondulado, para uma rentável produção de grãos, com emprego de alta tecnologia. Apresenta vegetação de porte elevado, característica do bioma cerrado, dessa área, com solos que, quanto à textura, variam de 20% a 60% de argila, os quais necessitam de correção química através do uso de corretivo e de fertilizantes (EMBRAPA, 1995) para atingir um nível satisfatório de produtividade.

Em relação ao aspecto climático essa área situa-se numa temperatura média anual superior a 26 °C. "Do ponto de vista climático, o estado do Maranhão caracteriza-se, sobretudo, pelo seu caráter de transição entre os climas úmido da Amazônia e semi-árido do nordeste. [...] As condições climáticas de um modo geral, são favoráveis ao desenvolvimento agrícola, desde que sejam observados alguns aspectos. (IBGE, 1984)". Essas informações são complementadas por fonte da Embrapa (1995, p.11) que acrescenta que "além da temperatura, o volume e a distribuição das chuvas também condicionam o ciclo biológico da soja. Na região as chuvas provêm de frentes advindas do sul do país e da Amazônia e proporcionam uma média anual acima de 1200 mm", média essa considerada satisfatória para um rentável cultivo da soja.

Considerando, portanto os aspectos naturais sumariamente enfocados sobre a região sul maranhense, constata-se que a mesma reunia condições naturais que a singularizavam frente aos demais ambientes de cerrado e que justificavam o interesse demonstrado pelos investidores, o que levou o Banco do Nordeste (1997, apud GIORDANO, 1999, p.133) a assim manifestar-se sobre a mesma: "Esta região apresenta condições edafo-climáticas privilegiadas para a exploração de grãos em condições de sequeiro (não irrigada) e, além disso, apresenta também algumas áreas próprias para a cultura irrigada". A disponibilidade de terras agricultáveis, vendidas a preços muito baixos, bem como grandes extensões de áreas desmatadas, remanescentes de culturas anteriores, principalmente do cultivo de arroz de sequeiro, só necessitando do preparo normal para serem plantadas, geraram estímulo à sua aquisição pelo grande capital que ali se instalava. Destaca-se, ainda, como fator atrativo para a agricultura capitalista, a existência na região de jazidas de calcário, elemento fundamental para a correção dos solos na agricultura dos cerrados. "Que apesar de não possuir excelente qualidade, mas fazendo algumas correções fica adequado, é muito caro.

Apesar do seu alto custo, é o mais consumido na região, por ser mais viável do que o comprado de fora, que por causa do frete, até chegar ao local está com o valor muito maior do que o produzido na região (Informação verbal)².

A logística dos transportes

Além dos aspectos naturais acima abordados, entende-se que também se constituiu como elemento motivador dos produtores pela região, as questões relacionadas à logística dos transportes, como a possibilidade de escoamento da produção direcionada à exportação da soja em grão via sistema multimodal de transporte (rodoferroviário) através da utilização das rodovias BR 230 e BR 010 de Balsas a Imperatriz e daí até o porto de Ponta da Madeira em São Luís, através da estrada de ferro Carajás-CVRD.

Outro elemento preexistente considerado favorável para a instalação de agentes vinculados ao complexo da soja relaciona-se ao porto de Ponta da Madeira, com grande calado, permitindo a atracação de navios graneleiros de grande porte, além da sua localização privilegiada em relação aos mercados nordestino, norte-americano, europeu e asiático. Pois nesse particular é fato conhecido que o satisfatório desempenho do setor produtivo de uma área estará condicionado à infra-estrutura favorável, recebendo destaque os sistemas de transportes e telecomunicações que por si só, representam elementos fundamentais para a inserção de mecanismos modernos nas atividades produtivas no sistema capitalista.

Dessa forma, os sistemas produtivos instalados nos espaços regionais, têm a capacidade de determinar o arranjo da ocupação empreendida pelos gestores do capital, o qual se dá através da implementação de acordos infra-estruturais de viabilização da produção, redesenhando assim o formato espacial da ocupação comandado pela instalação da infra-estrutura montada para atender às exigências daqueles. Tal fato pode ser constatado na interpretação de Smith (1988, p.175) quando afirma que “[...] a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção”, como o constatado na Mesorregião Sul Maranhense a partir da mudança na base técnica da produção agrícola.

² Informação fornecida pelo Sr. Márcio Antonio Montechese - Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Agricultura – Balsas-MA, Junho de 2005.

Ações do Estado na organização do território

É importante destacar que, através da consulta de documentos produzidos pelo governo, da época, fica patenteado que o interesse inicial dos governantes, prendia-se à substituição do babaçu pela soja, como forma de evitar a falência do setor de oleaginosa, pela falta de amêndoas daquela palmácea para a indústria. A soja utilizada como matéria-prima suplementar do babaçu, veio dessa forma atender à demanda do parque industrial interno ocioso. Figurava como proposta secundária “abrir novos espaços à exportação da economia estadual, com vistas ao mercado regional (MARANHÃO 1983, p. 7, grifo nosso)”.

Fica evidenciado, dessa forma, que a primeira experiência com a soja no Maranhão, ocorreu atrelada ao esmagamento, somente mais tarde é que há um efetivo direcionamento do estado para a busca de melhores locais para o seu cultivo e conseqüente incentivo para a sua produção.

Assim é que, visando minimizar a ocorrência das perdas que se avolumavam decorrentes da produção de cereais, e encorajados pelos resultados obtidos com o cultivo da soja no sul do país, uma parcela de produtores do sul maranhense iniciou, de forma experimental, o cultivo daquela leguminosa, associado à plantação do arroz, obtendo excelentes resultados quando comparados com o desempenho da cultura do arroz, por necessitar de água em abundância, enquanto que a soja possuía boa resistência ao baixo nível pluviométrico.

Considerando, portanto, o contexto em que a economia do estado se encontrava e os reclamos do setor produtivo, o governo é pressionado a buscar possibilidades alternativas para soerguer o setor de produção agrícola.

Dessa forma, há uma opção deliberada por parte dos segmentos que compõem a cúpula do governo estadual, em investir no setor primário da economia, como forma de atingir o desenvolvimento do estado, tendo sido eleito como prioridade “apoio a entrada no meio rural de grandes empresas agropecuárias baseadas sobre o trabalho assalariado (ANDRADE, 1984, p. 85)”.

O governo vislumbra assim, na produção agrícola, uma possibilidade de viabilizar o setor produtivo do estado, autorizando a realização de estudos experimentais com a soja, que tiveram início em 1971 através do Departamento de Pesquisa e Experimentação - DEPE da Secretaria de Agricultura do Maranhão - SAGRIMA através de convênio firmado com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, os quais se estenderam até 1974, abrangendo várias regiões do estado.

Em 1976 a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Maranhão - EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisa de Soja - CNPSo/EMBRAPA iniciaram um programa de soja cuja finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em

algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Mesorregiões distintas.

As informações existentes na literatura sobre a "descoberta" de Balsas pelos sojicultores apontam como marco temporal a chegada do agricultor holandês Leonardus Josephus Philipsen em 1976, o qual iniciou a produção comercial da soja naquela área, em 32 hectares sem ter, todavia, retorno financeiro, devido à insuficiência tecnológica específica, acentuadamente de cultivares (espécies) adaptadas ao bioma cerrado.

Reafirmando a forte atuação do Estado no seu redirecionamento econômico, no início da década de 1980 foi delegada competência ao Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento, órgão vinculado institucionalmente à Secretaria de Agricultura, para a montagem de um documento: Subsídios para um Programa de Expansão da Cultura da Soja no Estado do Maranhão, o qual tinha como objetivos: fortalecer a economia agrícola estadual através da expansão da cultura da soja; suplementar oferta de matéria-prima ao parque industrial de oleaginosas, que atuava com grande ociosidade e abrir novos espaços à exportação da economia estadual, com vistas ao mercado regional. (MARANHÃO, 1983 p.7). Referido documento, após apresentar detalhada análise sobre o desempenho da economia maranhense sugeria duas áreas do estado para a expansão da soja, sendo o sul do Maranhão uma delas, apontada como área prioritária, tendo em vista os resultados pré existentes, de experiências bem sucedidas.

Tem-se a destacar que os resultados dos estudos referidos anteriormente ficaram concentrados a nível institucional, portanto do Governo do Estado, sendo necessária a intervenção dos produtores já instalados na área de Balsas, junto a instituições governamentais reivindicando a realização de pesquisas na área, o que provocou o deslocamento e posterior fixação no local de pesquisadores do CNPSo, que resultou na criação de uma unidade de pesquisa em Balsas em 1987.

É a partir de 1991 que a região de Balsas se instrumentaliza para produção de soja em grande escala, através da intensificação da pesquisa científica, com a parceria da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - Superintendência da Estrada de Ferro Carajás; do convênio de cooperação técnica e financeira para a pesquisa, acompanhados paralelamente de estudos conjuntos para a criação do Programa Corredor de Exportação Norte, que tomaram por base os resultados dos estudos da EMBRAPA, do apoio financeiro do Banco do Brasil, através da Diretoria de Crédito Rural (PALUDZYSZYN FILHO, 1995), contando ainda com a participação de órgãos/empresas como: Secretaria de Desenvolvimento Regional, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia S.A. (BASA), e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com a implantação, portanto, do Programa Corredor de Exportação Norte cujo objetivo era a criação de uma estrutura que viabilizasse com ganhos aos produtores rurais, a exportação da soja

produzida na região (CVRD, 1993), é que houve a concessão de crédito agrícola para a correção dos solos, para o custeio das safras e da comercialização dos grãos da soja a preço de mercado mundial. Segundo a EMBRAPA (1995) a CVRD teve papel importante nesse programa a partir da construção de infra-estrutura de embarque de grãos, em Imperatriz, o transporte em vagões de 98,0 toneladas pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás e a armazenagem no terminal de Ponta da Madeira em São Luís. Estas ações foram acompanhadas pela isenção parcial de ICMS pelo governo do Estado do Maranhão.

Referente ao destacado papel desempenhado pela CVRD, nesse processo, é necessário lembrar que, sendo a mesma uma das maiores empresas brasileiras de caráter multinacional, com forte atuação no setor de logística, presente nas regiões nordeste, centro-oeste, norte e sudeste do Brasil, incluindo-se também aí a prestação de serviços logísticos em várias partes do mundo, oferece um alto nível de tecnologia compatível com as exigências das empresas-cliente que desejam se manter num nível de competitividade internacional possuindo elevado interesse financeiro na exploração dessa parcela do mercado, visando a expansão da sua atuação, bem como a manutenção da sua própria competitividade e, obviamente, com vistas a maior nível de acumulação de capital.

Chesnais (1996, p.33) reafirma o papel desempenhado pelas multinacionais no sistema econômico atual, enfatizando que "as multinacionais beneficiam-se simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção".

A soja organizando o território

Do ponto de vista geográfico o território maranhense é dividido em 5 Mesorregiões, e 25 Microrregiões (IBGE), localizando-se a área estudada na Mesorregião Sul, composta por 19 municípios, dos quais 13 encontram-se integrados na produção de soja, formando o pólo produtivo de soja para exportação, que é denominado na literatura corrente de Região de Balsas. O município de Balsas se destaca por representar o marco inicial do processo de produção da soja, se transformou ao longo do tempo, no centro urbano mais estruturado da Mesorregião, na qual está localizado, contando com uma infra-estrutura satisfatória de serviços especializados necessários à efetivação do agronegócio ali instalado, bem como, por agregar o maior volume de área cultivada, produção e produtividade, como pode ser verificado no Quadro 1, o que trouxe como consequência a reorganização sócio-espacial de toda a sua área urbana, além dos efeitos provocados pelo "inchamento" populacional ocasionado pela sua transformação em pólo regional receptor de população.

Dentro desse contexto, como é sabido, para que o capital se instale é exigido um nível de organização, de infra-estruturas compatíveis com a dimensão das inversões que são aplicadas naquela área. Nesse cenário, o papel da técnica apresenta-se como aspecto altamente relevante na medida em que é através dela que a atividade, no caso particular a agricultura, vai alcançar o nível de otimização perseguida pelo capital. Santos (1997, p. 44) chama a atenção para o fato de que "o meio técnico-científico e informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação".

As novas formas de estruturação do espaço na área da agricultura moderna no Sul do Maranhão, decorrentes da atual fase de incremento do sistema capitalista, toma o direcionamento circunscrito dentro da lógica do capital, ou seja, o seu espaço (agrário e urbano) é revelador do tipo de intervenção produtiva/financeira a que está submetido, visto que sua estruturação se manifesta na base física por ela dominada.

Assim nos dados do Quadro 1 verifica-se que nos anos iniciais da década de 1980 a área plantada teve um crescimento lento, para no ano de 1984 receber incremento maior na sua produção até o ano de 1989 quando se registra um declínio acentuado na quantidade produzida e conseqüentemente na produtividade, atingindo uma queda de 76%, ocasionado, segundo a CVRD (1993 p.13) pelos seguintes fatores:

- a) comercialização do produto a preços baixos, em alguns casos até inferiores aos custos de produção;
- b) pequena disponibilidade de recursos no crédito rural;
- c) saída do processo produtivo de produtores com pouca tecnologia e/ou tradição;
- d) aumento dos custos financeiros após a eliminação dos incentivos creditícios existentes até 1988 para a agricultura do Nordeste, com conseqüente redução de produtores beneficiados, devido à ausência de capacidade de endividamento, causada por plantios mal sucedidos conjugados à falta de garantias reais para a concessão de novas operações de custeio.

A partir de 1993 o processo produtivo entra num maior dinamismo, desenvolvendo um nível de ascensão produtiva acentuado, tendo em vista a utilização de conhecimentos científicos e tecnologia agrícola de ponta, que elevou a média de produtividade para patamares próximos aos nacionais.

Também quando se realiza uma análise comparativa dos dados, sobre a área plantada, entre os anos de 1988 a 2003, num intervalo, portanto, de 15 anos, sobressai a área ocupada pela soja de 14.256 ha. para 266.306 ha, seguido do significativo crescimento da produção e da produtividade.

Revelam ainda os dados do Quadro 1 que no ano de 1999 acontece um elevado crescimento em todos os parâmetros analisados; todavia, a quantidade produzida e a produtividade tanto à nível da Mesorregião Sul-Maranhense como de Balsas isoladamente, atingem altos valores não experimentados até então, que continuam em ritmo ascendente até 2003, indicando claramente a

detenção, de potencial da área para a produção de grãos, em sintonia com o investimento de capital ali aplicado.

Quadro 1- Produção, Área Plantada e Produtividade da Mesorregião Sul Maranhense e do Município de Balsas – 1980 a 2003

Ano	Mesorregião Sul-Maranhense			Município de Balsas		
	Quantidade Produzida (t)	Área plantada (ha)	Produtividade (kg/ha)	Quantidade Produzida (t)	Área plantada (ha)	Produtividade (kg/ha)
1980	96	80	1.200	96	80	1.200
1981	112	66	1.697	112	66	1.697
1982	430	215	2.000	430	215	2.000
1983	487	430	1.133	480	400	1.200
1984	7.065	3.954	1.787	4.417	2.454	1.800
1985	9.008	8.127	1.108	1.813	1.511	1.200
1986	13.679	8.765	1.561	6.000	4.000	1.500
1987	8.664	8.445	1.026	2.925	3.000	975
1988	25.720	14.256	1.804	12.899	7.133	1.800
1989	37.760	22.316	1.692	17.474	9.708	1.799
1990	4.176	15.230	274	1.607	5.952	269
1991	8.037	4.585	1.752	2.070	1.150	1.800
1992	24.029	21.122	1.137	5.406	4.505	1.200
1993	86.389	42.785	2.019	18.552	9.814	1.890
1994	140.116	62.571	2.239	32.888	14.990	2.193
1995	162.303	87.630	1.852	36.794	19.889	1.849
1996	137.283	63.652	2.153	40.698	16.310	2.495
1997	221.289	109.590	2.019	65.877	31.370	2.100
1998	290.189	146.208	1.984	68.003	34.820	1.952
1999	405.248	165.348	2.450	128.259	52.138	2.459
2000	448.359	176.370	2.542	152.141	60.040	2.533
2001	482.274	209.868	2.297	162.714	70.563	2.305
2002	552.344	234.993	2.350	186.286	77.619	2.400
2003	637.289	266.306	2.393	216.053	89.278	2.420

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados do IBGE (2003).

Comparando os dados relativos à produção (660.078 t.), área plantada (275.252 ha) e produtividade (2.398 kg/ha) de soja de todo o Estado do Maranhão, no ano de 2003 com os dados da Mesorregião Sul-Maranhense do Quadro 1 no mesmo ano, constata-se que a produção de soja concentra-se preponderantemente nessa Mesorregião.

No que se refere, à quantidade dos municípios produtores de soja, não apresenta grandes alterações desde o início da fase de produção em 1991, com 11 municípios para em 2003 13 municípios, segundo dados do IBGE (2006); o que vai ocorrer é o aumento da área cultivada dentro de cada um deles, pois, conforme os dados do Quadro 2, num período de 12 anos a área plantada salta de 4.585 ha., para 265.056, apresentando assim um crescimento de 57,8 vezes a área plantada em 1991. Também na quantidade produzida, revela um significativo aumento, de 79

vezes, caracterizando assim uma expansão sem precedentes daquela oleaginosa no cerrado maranhense.

Quando se confronta os dados (absolutos) de produção, área plantada e produtividade entre os doze municípios produtores de soja e o município de Balsas (Quadro 2), fica evidenciado o nível de participação deste com relação ao total dos 12 (doze) outros municípios que compõem o pólo produtor, no ano de 2003, o que vem confirmar a sua preponderância sobre os demais.

Quadro 2- Municípios Produtores de Soja da Mesorregião Sul/MA – 1991-2003

	Municípios	Área Plantada (ha)		Quant. Prod. (t)		Produtividade (kg/ha)	
		1991	2003	1991	2003	1991	2003
01	Balsas	1.150	89.278	2.070	216.053	1.800,00	2.420,00
02	Tasso Fragoso	1.414	62.113	2.545	147.207	1.799,86	2369,99
03	Sambaíba	31	21.860	56	52.102	1.806,45	2383,44
04	Riachão	955	20.000	1.757	48.000	1.839,79	2400,00
05	São Raimundo das Mangabeiras	360	17.220	648	40.983	1.800,00	2379,97
06	Alto Parnaíba	550	15.710	825	36.133	1.500,00	2300,00
07	Fortaleza dos Nogueiras	50	14.730	90	35.057	1.800,00	2379,97
08	São Domingos do Azeitão	-	10.180	-	25.000	-	2455,80
09	Loreto	-	8.490	-	20.036	-	2359,95
10	Carolina	75	3.950	36	9.085	480,00	2300,00
11	Estreito	-	1.205	-	3.615	-	3000,00
12	Benedito Leite	-	320	-	768	-	2400,00
13	Porto Franco	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.585	265.056	8.027	634.039	1750,71	2392,09

Nota: (-) sem informação

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados do IBGE (2004).

Os resultados em referência advêm da aglutinação de um conjunto de fatores que se interpenetram gerando reais condições favoráveis de produção, como pode ser percebido através dos indicadores arrolados a seguir:

- a) Produção em grande escala de semente de soja, certificadas e fiscalizadas pelos produtores locais, assegurando assim elevado padrão de qualidade, resultantes de experimentos desenvolvidos abrangendo o melhoramento genético de cultivares de soja, com alto potencial de rendimento e resistência às principais moléstias que afetam a cultura (EMBRAPA, 1993) específicos para essa área de cerrado, realizados inicialmente pela EMBRAPA/CNPSo, e num segundo momento, através de convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte "Irineu Alcides Bays" - FAPCEN, organização criada a partir da convergência de interesses da iniciativa privada e estatal, composta por sócios contribuintes e quotistas, que a partir das sementes básicas produzidas as multiplicam e repassam aos produtores, inicialmente somente aos do

Corredor de Exportação Norte, mas que na atualidade esse limite foi extrapolado e a comercialização é hoje realizada junto aos produtores de vários estados da Federação (doze) que possuem interesse. Referida atuação encontra-se diretamente relacionada ao crescimento da produtividade devido à maior estabilidade quanto à diversidade climática, como o destacado por Santos:

Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção às plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade (1997 p. 45).

- b) Avanço do conhecimento científico, no sentido de um maior domínio sobre as propriedades do solo de cerrado, visando uma maior produção/produtividade através do uso de fertilizantes e corretivos específicos, como também de defensivos agrícolas (inseticidas e herbicidas). “Como se sabe, os solos do cerrado não são férteis, o solo é feito como se quer, ele é produzido, criado. Muitas pessoas não têm idéia do trabalho técnico-científico de pegar o solo do cerrado tão pobre quimicamente e transformar (Informação verbal)”³
- c) Nível técnico relacionado ao aspecto mecânico (máquinas e equipamentos agrícolas) equivalente ao das demais áreas do cerrado, inseridas no processo da agricultura moderna, com a utilização de tecnologia de ponta, visando a elevação dos níveis de produtividade e rentabilidade, incidindo de forma determinante sobre as etapas de produção e colheita, verticalizando assim o processo de tecnificação da agricultura como a do plantio direto, utilizado na região. A propósito desse contexto, Sánchez (1997) destaca que atualmente as inovações tecnológicas e os tipos de tecnologia que se estão desenvolvendo introduzem uma nova relação com o espaço, com implicações de ordem social e territorial que necessitam ser melhor definidas e estudadas. A constante e gradual implantação das novas tecnologias gera, cada vez mais, um conjunto de inter-relações globais com o espaço.
- d) Existência de infra-estrutura satisfatória de armazenagem para estocagem de grãos nos pontos de embarque e desembarque dos mesmos em toda a malha ferroviária, como o pátio multimodal do município de Porto Franco – MA, com capacidade de movimentação de até quatro milhões de toneladas por ano, com área de 220 hectares, o terminal recebeu investimentos públicos na ordem de R\$ 44 milhões, além do aporte de R\$ 8,2 milhões da iniciativa privada (BRASIL, p. 2004) construído e operado pela VALEC - Engenharia, Construção e Ferrovia S.A., o qual permitirá significativa economia por tonelada de soja transportada;
- e) Conclusão e entrada em operação dos 226 (duzentos e vinte e seis) quilômetros da ferrovia Norte-Sul, entre os municípios de Estreito e Açailândia - cujo trecho antes, os grãos eram transportados por via rodoviária - que após conectar-se com a Estrada de Ferro Carajás segue para o Porto Ponta

³ Informação fornecida pelo Sr. Márcio Antônio Montechese - Secretário de Infra-Estrutura e Agricultura de Balsas-MA, Junho de 2005.

da Madeira em São Luis, para que a soja seja exportada, constituindo-se assim em logística multimodal de escoamento/embarque de grãos. O que do ponto de vista comercial representa ampla margem de ganho, considerando os custos de transporte rodoferroviário e embarque portuário, se comparado aos demais portos de embarque do país como Paranaguá-PR e Santos-SP, mesmo encontrando-se Balsas numa distância em torno de 1.000 km do porto de embarque.

Convém ressaltar, nesse contexto, que o caráter de subordinação do avanço tecnológico aos interesses do capital é histórico e tem assumido formas e conteúdo diferentes em cada uma de suas fases (no capital nascente, monopolista e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada), explicitando a diferenciação das técnicas de produção para as diferentes "classes" que compõem a hierarquia produtiva, como o revelado através da análise da realidade vivenciada pela área estudada.

Enveredando por essa linha de raciocínio, Barrios (1986) ressalta que o monopólio do saber é uma das formas de manter posições hegemônicas dentro de uma sociedade. Esclarece ainda que o aprofundamento e ampliação dos conhecimentos científicos e a disponibilidade de instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados e eficientes redundam numa crescente capacidade de transformação social do espaço circundante.

Considerações finais

Através dos estudos realizados, percebe-se que o novo cenário globalizado, decorrente do processo de internacionalização do capital que propala a integração das várias economias, não implica igualdade de condições econômicas e muito menos sociais entre elas. Ao contrário, o que se tem verificado é a ampliação das desigualdades em escala mundial. Portanto, é notório que a integração que ocorre é entre setores da economia, formando corporações e não entre nações. O que traz como inevitável consequência um maior distanciamento econômico/financeiro entre aquelas nações pertencentes ao primeiro escalão econômico e as outras.

Dessa forma, os impactos desse processo de globalização têm sido devastadores, especialmente naqueles países em que os setores da economia predominantes sustentam-se em bases tradicionais, menos produtivas e com incipiente capacidade científica e tecnológica e em que prevalecem formas de exploração do trabalho que ampliam a mais valia absoluta. O vínculo do processo de globalização com o monopólio das bases científicas e tecnológicas favorece o aprofundamento das desigualdades sociais de forma mais perversa, pois se apresenta camuflada no discurso da abertura de mercados, da desobstrução do comércio internacional e da livre circulação do capital.

Nesse particular, quando se realiza uma análise espaço-temporal da realidade do município de Balsas destacando-se, dentre as demais, a variável população que, como já colocado anteriormente, em 1960 contava com um percentual de 72,51 % da população sediada na zona rural do município, em razão da forma de uso e posse da terra, enquanto que em 2000 passou a contar com uma população total de 65.867 hab. localizando-se 50.144, ou seja, (76,12 %) na zona urbana, (IBGE, 2001) evidenciando, dessa forma, um crescimento da população urbana de quase 11 vezes, invertendo-se, o quantitativo populacional entre a zona urbana e a zona rural, num período de 40 (quarenta) anos, situação essa que se analisa como sendo decorrente da lavoura moderna praticada pelas grandes empresas instaladas na zona rural do Município, que utiliza grandes extensões de áreas, adquiridas dos antigos proprietários ali sediados, os quais, após venderem suas propriedades aos novos investidores, vão se estabelecer na zona urbana, além ainda do excedente populacional advindo da atração exercida pela oferta de serviços e infra-estrutura aos outros municípios do Maranhão, bem como de outros estados.

Constata-se ainda que a importância econômica da agricultura moderna de soja do sul do Maranhão apresenta resultados até certo ponto contraditórios quando se associa a esse elemento os aspectos social e cultural da realidade estadual e se confronta com o volume e a amplitude dos recursos financeiros alocados naquela área, em detrimento da maioria do estado, que conta exclusivamente com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, para a efetivação de todas as suas ações, enquanto um pequeno percentual de municípios do estado dispõe de condições econômico-financeiras satisfatórias para geri-los.

Nesse sentido, as significativas atividades econômicas gestadas no interior das sociedades capitalistas, por representarem os interesses dos grupos dominantes, trazem consigo as inovações tecnológicas, bem como o conhecimento científico produzido dentro da área, o que potencializa a ação destes junto aos demais segmentos da sociedade.

Portanto, a instalação e a conseqüente modernização do processo produtivo da soja, no cerrado maranhense, trazem como característica marcante ser um espaço globalizado, inserindo-se no tipo de produção capitalista das demais partes do globo, as quais, dadas às peculiaridades regionais, históricas, econômicas, sociais e culturais em que se encontram inseridas, entendeu-se ser necessário investiga-las.

Referências

- ANDRADE, M. de P. *Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários*. São Luis: Cáritas Brasileira, 1984.
- BARRIOS, S. A produção do Espaço. In: BARRIOS, S. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 1-24.

- BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *Mapa do estado dos transportes do Estado do Maranhão*. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2004.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *Ferrovias Norte - Sul*. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/bit/ferro/fns/plfernorsul.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2004.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COELHO NETTO, E. *História do sul do Maranhão: terra vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: São Vicente, 1979.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Diagnóstico do corredor de exportação norte*. Superintendência da Estrada de Ferro Carajás. 1993.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Programa Nacional de Pesquisa de Soja*. Brasília: EMBRAPA- DID, 1981.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *A cultura da soja no sul do Maranhão*. Londrina: EMBRAPA, 1995.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO NORTE "Irineu Alcides Bays". *Resultados de Pesquisa*, safra 2000/2001. 2002.
- GIORDANO, S. R. *Competitividade regional e globalização*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Levantamento sistemático da Produção Agrícola*, 1980-2003.
- _____. *Geografia: Região Nordeste*, v. 2, 1977.
- _____. *Atlas do Maranhão: escalas variam*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- _____. *Produção agrícola municipal: cereais, leguminosas e oleaginosas: 2000-2005: Brasil, grandes regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões e municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- MARANHÃO (Estado). Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento - Secretaria de Agricultura. *Subsídios para um Programa de Expansão da Cultura da Soja no Estado do Maranhão*. São Luis: 1983.
- _____. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. *Cultivares de soja recomendadas para as regiões de cerrados e cocais do Maranhão*. nº. 10, ago. 1985.
- PALUDZYSZYN FILHO, E. *A cultura da soja no sul do Maranhão*. Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1995.
- SANCHÈZ, J.-E. *Espacio, economia y sociedad*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Recebido para publicação dia 09 de Janeiro de 2007

Aceito para publicação dia 31 de Janeiro 2007

Considerações sobre a interatividade na cartografia

*Considerations about
interactivity in cartography*

*Consideraciones sobre la
interactividad en la cartografía*

**ALFREDO PEREIRA
DE QUEIROZ FILHO**

Departamento de Geografia - FFLCH - USP
Avenida Prof. Lineu Prestes, n. 338 - Butantã
Caixa Postal 2530 - CEP: 05.508-900
São Paulo-SP
aqueiroz@usp.br

Resumo: O trabalho analisa as características da interatividade e os seus reflexos na Cartografia. As perspectivas discutidas, que representam diferentes períodos de desenvolvimento tecnológico, foram: ascensão, circunstâncias de consolidação e consequências do seu uso. Considera-se que a interatividade é uma unidade de medida de participação do usuário no processo geral de comunicação. Por essa razão, mesmo que os mapas sejam tratados como um meio de comunicação, eles não podem ser denominados como interativos. Entende-se que a interatividade é um atributo exclusivo das interfaces que permitem a visualização e a manipulação dos mapas num sistema computacional. Do ponto de vista dos aspectos teóricos da Cartografia conclui-se que é parcialmente verdadeiro o argumento de que a interatividade cria um conflito com o modelo de comunicação cartográfica, pois, na maioria dos sistemas, o usuário pode manipular somente a forma de visualização e não o conteúdo das representações cartográficas.

Palavras-chave: Interatividade; Interface; Cartografia; Comunicação cartográfica; Visualização cartográfica.

Abstract: The paper analyses the characteristics of interactivity and its reflexes on Cartography. The perspectives discussed, which represent distinct periods of technological development, were: ascent, circumstances of consolidation and the consequences of its use. The interactivity is considered as a measurement unit of user's participation in the general communication process. For this reason, even if the maps are handled as communication means, they cannot be regarded as interactive. It is understood that interactivity is an exclusive attribute of the interfaces that allow the visualization and the handling of maps in a computer system. From the point of view of theoretical aspects of Cartography, one may reach the conclusion that the argument that interactivity creates a conflict with the model of cartographic communication is partially truthful, as in most systems, the user may only handle the visualization form instead of the contents of cartographic representations.

Keywords: Interactivity; Interface; Cartography; Cartographic communication; Cartographic visualization.

Resumen: El trabajo analiza las características de la interactividad y sus reflejos en la Cartografía. Las perspectivas discutidas, que representan diferentes períodos de desarrollo tecnológico, fueron: ascensión, circunstancias de consolidación y consecuencias de su uso. Consideramos que la interactividad es una unidad de medida de participación del usuario en el proceso general de comunicación. Por esa razón, aunque los mapas se utilicen como medio de comunicación, ellos no pueden ser denominados interactivos. Entendemos que la interactividad es un atributo exclusivo de las interfaces que permiten visualizar y manipular los mapas en un sistema informático. Del punto de vista de los aspectos teóricos de la Cartografía, concluimos que es parcialmente verdadero el argumento que afirma que la interactividad crea un conflicto con el modelo de comunicación cartográfica, pues, en la mayoría de los sistemas, el usuario puede manipular sólo la forma de visualizar y no el contenido de las representaciones cartográficas.

Palabras clave: Interactividad; Interfase; Cartografía; Comunicación cartográfica; Visualización cartográfica.

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	P165-184	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	----------	--------------

Introdução

O desenvolvimento da informática e das telecomunicações, principalmente nos últimos trinta anos, causou profundas transformações na área da Cartografia. Além da elevação do número de usuários que utiliza o computador para visualizar mapas, as possibilidades de manipulação e de integração de dados geográficos, no meio digital, são crescentes.

A origem desta dramática mudança ocorreu em meados da década de 80, quando o aperfeiçoamento da interface com o computador fez com que seu uso fosse rapidamente disseminado. Para a Cartografia, esta interface tornou possível a exibição dos mapas na tela. Avanços no armazenamento de dados (CD-ROM / DVD) e da Internet (*World Wide Web*), no início de 1990, contribuíram para a segunda onda de desenvolvimento cartográfico (PETERSON, 1999, p.31).

Diversas características podem ser associadas a esse recente período de desenvolvimento. As principais são: a capacidade de sobrepor os planos de informações (camadas ou *layers*), a melhora exponencial dos sistemas de visualização e o aumento da interatividade.

É desse constante processo de transformação que surgiu a proposta deste artigo, cujo objetivo é analisar as características da interatividade e os seus reflexos na Cartografia. As três perspectivas utilizadas para tratar o tema foram: ascensão, consolidação e conseqüências - que representam períodos distintos do processo de desenvolvimento tecnológico.

O período da ascensão retrata a fase do seu surgimento, abordando as circunstâncias dos primórdios da interatividade e as diferentes definições para o termo. O recorte da consolidação da interatividade resgata a etapa da sua incorporação, tratando das principais críticas ao seu uso e de dois temas correlatos: os níveis de interatividade e a interface. A discussão das conseqüências ressalta as implicações do uso da interatividade no período atual, destacando o desequilíbrio no processo de comunicação e o impacto nos aspectos teóricos da Cartografia.

Ascensão da interatividade

Surgimento do termo

O uso intenso de computadores, característico de grande parte das atividades científicas, técnicas e administrativas do momento, introduziu novos desafios e problemas de comunicação para o usuário. A chave para a superação de algumas dessas dificuldades de diálogo pode, hoje, ser resumida pelo termo interatividade.

No entanto, a discussão sobre a interatividade antecede a relação entre o homem e o computador. Para Machado (1997), o surgimento da expressão pode ser situado no final da década de 1970, quando passou a designar uma modalidade de comunicação baseada na bidirecionalidade

entre emissores e receptores. Surgiu em um contexto de crítica à unidirecionalidade dos meios de comunicação de massa, como o jornal, o rádio e a televisão.

Conforme o referido autor, Bertold Brecht já falava, em 1932, em interatividade ao imaginar a participação direta dos cidadãos no sistema radiofônico alemão. Mas foi nos anos 70 que a expressão tomou corpo. Nessa época, a interatividade foi pensada como um mecanismo de troca permanente de papéis entre emissores e receptores. Os meios de comunicação poderiam deixar de ser unidirecionais e se converteriam em um sistema de intercâmbio, de conversação constante entre os implicados no processo de comunicação. No final dessa mesma década já havia críticas ao que viria ser chamado de indústria da interatividade, pois a maioria das tecnologias difundidas como interativas era simplesmente reativa, uma vez que o usuário ficava restrito à seleção de alternativas muito limitadas.

A ascensão do termo interatividade se dá como um movimento de múltipla causalidade, gerado pela imbricação dos fatores: tecnológicos, amparado nas inovações dos componentes eletrônicos; de *marketing*, sustentado pelas estratégias comerciais de valorização da individualidade dos clientes; e sociais, caracterizado pela ampliação de segmentos distintos da sociedade e pelas suas respectivas necessidades de diferenciação e de personalização (SILVA, 1999).

Ainda segundo este último autor, a emergência da interatividade é um fenômeno da sociedade de informação, resultado da fértil união entre o computador e as telecomunicações. Embora ela seja inerente às atividades de comunicação, o termo passou a ser vinculado à facilidade de uso do computador e de outras tecnologias. A indústria de computadores e de outros aparelhos domésticos começou a fazer uso mais intensivo do termo como alusão à facilidade de manipulação das interfaces e à ampliação das suas funcionalidades junto aos usuários.

Definições de interatividade

Um significado genérico da palavra interatividade pode ser obtido pela decomposição do vocábulo: *inter*, prefixo que significa entre, dentro de, no meio, e *atividade*, que denota a idéia de atuação, energia, de causar ou sofrer modificação. As acepções mais representativas do termo, no senso comum, são:

- Intervenção do espectador sobre o conteúdo;
- Transformação do espectador em ator;
- Diálogo individualizado com os serviços interconectados;
- Ações recíprocas entre os usuários, ou entre estes e os equipamentos;
- Criação aberta e comum aos participantes.

Para os pesquisadores da área da comunicação, contudo, seu significado é mais específico. De acordo com Rafaeli (1988), interatividade é a expressão da amplitude de trocas do processo de comunicação. Qualquer mensagem resultante desse processo decorre do nível do diálogo inicialmente estabelecido. A interatividade consiste em um conjunto articulado de fatores e, dessa forma, seus atributos isolados - como bidirecionalidade, resposta imediata, largura da banda de informações, controle e quantidade de ações do usuário, transparência e inteligência artificial - não garantem o caráter interativo da comunicação.

A interatividade, no contexto da informática, possui ainda mais especificidades. Steuer (1994) relaciona interatividade à magnitude da participação de um usuário na modificação da forma e do conteúdo de um ambiente computacional. Assim, a interatividade pode ser considerada como uma variável dirigida por estímulos externos e determinada pela estrutura tecnológica do meio. De acordo com o autor, os três principais fatores que influenciam a interatividade são:

- Tempo de resposta: é o período que uma mensagem gasta para se tornar efetiva ou ser assimilada pelo ambiente. A interação instantânea caracterizaria o mais alto valor dessa variável;
- Amplitude: refere-se ao número de atributos que podem ser manipulados em um determinado momento, isto é, à quantidade de modificações que o usuário pode realizar;
- Mapeamento: é a capacidade do sistema de representar, graficamente, as modificações no ambiente.

Deve-se ressaltar que, embora a essência dessas definições não seja distinta, suas especificidades são muito importantes para delimitar suas aplicações. A interatividade, *lato sensu*, é um elemento do processo geral de comunicação, que freqüentemente expressa uma unidade de medida de participação. Na Cartografia, ainda que o mapa seja um meio de comunicação, a interatividade será considerada como um atributo exclusivo das interfaces computacionais, que permitem o uso dos mapas nos computadores.

Consolidação da interatividade

Principais críticas

A rápida disseminação do termo interatividade foi objeto de inúmeras análises. As críticas sobre o emprego da interatividade são numerosas e estão vinculadas às áreas que projetaram sua ascensão: comunicação e informática. As mais freqüentes são: a sua aplicação oportunista, revelando as estratégias de *marketing* subjacentes; o predomínio da técnica; a polissemia e a sua banalização.

A utilização do termo para denominar circunstâncias muito diversas pode causar dificuldades de apreensão do seu significado. Os problemas originados pela polissemia são consideráveis, pois a interatividade:

[...] se presta hoje às utilizações mais desencontradas e estapafúrdias, abrangendo um campo semântico dos mais vastos [...]. Um termo tão elástico corre o risco de abarcar tamanha gama de fenômenos a ponto de não poder exprimir coisa alguma (MACHADO, 1997, p.250).

Essa elasticidade terminológica, também característica da banalização do termo, pode ainda causar ambigüidades na sua interpretação. No caso dos sistemas computacionais, duas interpretações muito comuns, mas inadequadas da interatividade, originam-se da excessiva simplificação do termo e da substituição do meio pelo conteúdo.

A interatividade é, equivocadamente, utilizada como se fosse um atributo estanque e indivisível. Em decorrência, os distintos tipos e níveis de interatividade não são discriminados, dificultando o entendimento, a classificação e a comparação desses estágios inerentes ao processo de participação do usuário.

Considerar a interatividade como atributo do mapa é o segundo problema de interpretação. Ao invés de caracterizar o sistema, ou melhor, a interface que permite esse intercâmbio, a interatividade torna-se, erroneamente, um predicado da representação cartográfica.

Tipos e níveis de interatividade

É possível identificar, na bibliografia consultada, diversas maneiras de classificar as formas de participação do usuário em um sistema computacional. Dessa forma, existem diferentes propostas de denominação dos tipos e níveis de interatividade. Embora não haja consenso sobre a sua taxonomia, certamente por causa da já mencionada amplitude e elasticidade do significado do termo, essas classificações podem contribuir para a compreensão dos diferentes enfoques sobre as atividades interativas.

O Quadro 1, extraída do trabalho de Sims (2000), ilustra a diversidade de tipos de interatividade. Esses tipos foram obtidos em uma pesquisa que envolveu quarenta e seis estudantes universitários. Durante trinta minutos o comportamento dos voluntários, frente a um *software* multimídia, foi registrado em vídeo e suas atividades foram analisadas posteriormente.

Os tipos de interatividade representados no quadro mostram, em linhas gerais, as possibilidades de ações do usuário frente às interfaces dos computadores. Os resultados da pesquisa do autor indicam que o tipo de interatividade variou de acordo com o tempo de contato do usuário com o experimento. Também foi registrada a preponderância da atividade exploratória sobre as demais (navegacional, expositiva, envolvente, operatória, reflexiva e acidental).

Quadro 1- Classificação geral dos tipos de interatividade

Interatividade	Descrição
Exploratória	O participante explora e busca informações sobre as aplicações, estruturas e operações.
Navegacional	O usuário escolhe os seus caminhos ou seleciona opções em um menu.
Expositiva	O participante observa a exposição dinâmica de informações (aula, palestra, etc.).
Envolvente	O usuário propositalmente se envolve em um conjunto de ações para atingir determinado objetivo.
Operatória	O participante manipula ativamente os conteúdos para atingir um objetivo.
Reflexiva	O usuário discute aspectos das suas experiências com o observador.
Acidental	O participante inicia uma interação para a qual o programa não está preparado para responder.

Fonte: Sims (2000).

Outra maneira de expressar os elementos da interatividade foi proposta por Krygier *et al.* (1997). Essa abordagem, que combina a forma - imagens, mapas, diagramas, gráficos e tabelas - e a função dos recursos - estática, animação, seqüencial, hierárquica e condicional -, está representada na Figura 1. Para os autores, a interatividade com o usuário pode ser ampliada com a utilização de recursos gráficos.

Figura 1- Recursos gráficos para ampliar a interatividade



Fonte: Krygier *l.* (1997).

As funções dos recursos foram ordenadas por graus de interatividade. Embora possua importante papel educacional, os recursos estáticos não podem ser considerados verdadeiramente interativos, pois não respondem às ações dos participantes. Os recursos animados expressam mudanças, ou movimento, quando ativados pelo usuário. Os outros recursos - que representam

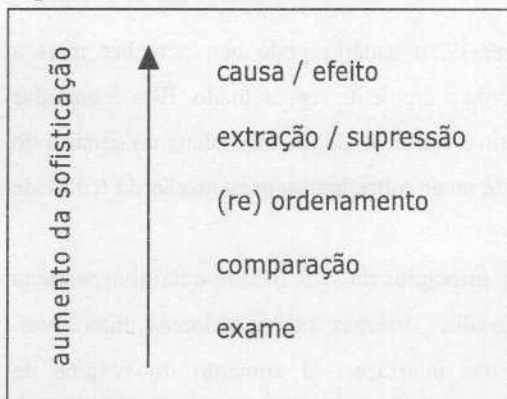
níveis progressivos de interatividade - descrevem diferentes formas de busca dos dados, como um encadeamento, uma árvore hierárquica ou condicionada a decisões prévias.

Dentre esses recursos gráficos, destacam-se os mapas. Para Monmonier (1994), o uso interativo dos mapas se assemelha à conversa entre duas ou mais pessoas. Para o autor, as duas metáforas que expressam essas características cartográficas são a navegação e a narração. A metáfora da navegação é utilizada como sinônimo de exploração de dados conduzida pelo usuário. Na narrativa gráfica, o comportamento do usuário é, comparativamente, mais passivo, pois observa a sucessão de cenas que o sistema produz. A narrativa deve ser compreendida, fundamentalmente, como uma seqüência apropriada de eventos, em um contexto particular.

Embora representem estratégias diferentes, essas abordagens são consideradas mais complementares do que competitivas. Essa relação pode ser ilustrada pelo exemplo do usuário que assiste uma narração sobre um determinado assunto e, posteriormente, pode interagir e explorar padrões e aspectos do mapa que julgar necessário.

Outra maneira de ilustrar as características da interatividade foi proposta por Crampton (2002). Para o autor, é possível agrupar as tarefas dos usuários em um sistema de visualização digital de mapas. As cinco principais categorias, do menor para o maior nível de interatividade, estão ilustradas na Figura 2.

Figura 2- Níveis das tarefas interativas



Fonte: Crampton (2002).

No nível inferior, o usuário realiza tarefas para examinar, observar ou inspecionar os dados espaciais. No nível imediatamente superior, o da comparação, o usuário pode realizar o cotejo entre dois ou mais conjuntos de dados. O patamar posterior, de maior sofisticação, é o de re-ordenamento dos dados espaciais que, além de permitir a visualização, possibilita manipular e explorar a correlação entre os dados. No nível de extração e supressão, os dados espaciais podem

ser selecionados e filtrados. No patamar mais elevado, o usuário pode analisar os dados de forma a verificar causas e efeitos das ocorrências espaciais.

Interface homem-máquina

A interatividade entre o usuário e o mapa digital ocorre por meio de uma interface. Ela representa o dispositivo físico ou lógico que faz a adaptação entre dois sistemas. Na visão computacional, realiza a mediação entre a linguagem do homem e a da máquina, desempenhando o processo de tradução entre as partes.

A interface pode ser considerada como uma superfície de contato que reflete as propriedades físicas dos elementos que interagem, as funções que serão realizadas e o equilíbrio de poder e controle entre elas (LAUREL, 1996).

Um dos temas dominantes dos estudos da interação homem-computador é o controle da complexidade da comunicação. A questão principal é saber como projetar interfaces que serão de fácil aprendizado e utilização (CARROLL *et al*, 1990).

Um criativo e pioneiro projetista de sistemas interativos, Ted Nelson (1980), percebeu a excitação do usuário quando a interface era construída pelo que ele chamou de princípio da virtualidade - uma representação da realidade que pode ser manipulada. Rutkowski (1982) apresentou um conceito similar no seu princípio da transparência, na qual 'a ferramenta parece desaparecer e o usuário utiliza sua capacidade intelectual diretamente na tarefa' (SHNEIDERMAN, 1998, p.202).

Assim, se a interface é capaz de "desaparecer", o usuário pode não perceber mais a mediação e vir a supor que está em contato direto com o ambiente representado. Esta é uma das razões do sucesso dos *videogames*, pois proporcionam a sensação de imersão plena no cenário do jogo, um estado de ilusão no qual se perde a noção de atuar sobre uma representação da realidade (KAY, 1990; DOMINGUES, 2001).

A diminuição da complexidade e os referidos princípios da virtualidade e da transparência são elementos fundamentais para a disseminação dos sistemas computacionais interativos. Entretanto, existem problemas inerentes ao uso das interfaces. O aumento do volume de informações e a necessidade de escolhas sucessivas por parte dos usuários são exemplos de circunstâncias que podem dificultar a utilização dos sistemas interativos.

Esses problemas são relatados, com propriedade, no trabalho de Tori (1996). Segundo o autor, embora a experiência propiciada pela utilização de um sistema interativo seja enriquecedora e produtiva, a navegação¹ pode causar certa frustração, pois é freqüente a perda de concentração

¹ A expressão "navegar" está associada ao deslocamento entre os nós de um hipertexto (*sites* e páginas da Internet). Entretanto, quando se refere a um ambiente tridimensional, a navegação será considerada como o contínuo processo de

ou de pontos de referência por parte do usuário. Assim, as interfaces devem facilitar a orientação e a localização do navegador, além de minimizar os efeitos da sobrecarga cognitiva, decorrente do número e variedade de elementos, ações e decisões necessárias à sua utilização.

Como nos interessa tratar dos sistemas interativos utilizados na manipulação de mapas, é importante destacar que os termos orientação e localização são utilizados em dois contextos distintos, o do mapa e o da interface. Embora sejam empregados, em ambos os casos, com significado equivalente, as dificuldades geradas em cada uso apresentam diferenças importantes.

Na interface, essas expressões indicam a sinalização empregada na navegação, isto é, as instruções fornecidas para auxiliar o usuário a percorrer os nós de um hipertexto². No que se refere aos mapas, significam os elementos que dão assistência ao deslocamento, ou seja, que estão associados às referências espaciais e aos posicionamentos necessários para a movimentação dos indivíduos na superfície terrestre.

As dificuldades de orientação e localização, portanto, podem ocorrer em dois níveis distintos. O participante pode se sentir perdido ao manipular a interface e as representações gráficas. Numa situação extrema, os referidos problemas são duplicados, pois o usuário pode ter dificuldades para lidar, simultaneamente, com a interface e com os mapas ou imagens de satélite. Assim, os eventuais problemas com a interface podem ser ainda mais agravados pelas dificuldades relacionadas à leitura e à interpretação das representações gráficas.

Uma das razões dessa dificuldade de orientação e localização espacial com os mapas e as imagens, no meio digital, está relacionada à facilidade de mudança de escala das representações. O desconhecimento, por parte da maioria dos usuários, das implicações da mudança do nível de detalhamento das representações deve ser considerado como fator central dessa questão.

É possível conceber, em princípio, que a orientação espacial é mais simples nas escalas pequenas. Quanto menor for a escala, maior será o grau de generalização e, portanto, mais homogênea será a representação gráfica. Por outro lado, quanto maior o nível de detalhamento, mais heterogênea será a representação e, provavelmente, maior será a dificuldade de percepção do conjunto de elementos que auxilia a orientação e a localização espacial.

Embora suas sugestões não sejam específicas para a Cartografia, pois pertencem ao contexto amplo das interfaces, Shneiderman (1998) menciona princípios gerais para minimizar os problemas de orientação e de sobrecarga cognitiva, que podem ser muito úteis na leitura e interpretação das representações gráficas:

seleção dos parâmetros de visualização, semelhante ao manuseio de uma filmadora (ver mais informações em HANSON; WERNERT, 1998).

² O hipertexto, que é o conceito básico da Internet, pode ser considerado como um sistema para a visualização de informações cujos documentos contêm referências internas para outros documentos. Num hipertexto, as informações são estruturadas em rede e os elementos textuais são representados por nós, interligados entre si.

- Permitir a visão geral;
- Possibilitar a aproximação/afastamento e o filtro das informações;
- Permitir o detalhamento, conforme requisição do usuário.

Esse exemplo da orientação e localização ilustra muito bem a adoção de metáforas nas interfaces. De acordo com Aristóteles, a metáfora é a transferência do nome: de uma coisa para outra, do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, de uma espécie para a outra, ou por analogia.

Para Black (1988), a metáfora possui dois diferentes temas, o primário e o secundário. Eles partilham um conjunto de idéias comuns, de domínio de um grande número de usuários. A metáfora implica na interação de ambos, na qual as idéias associadas ao tema secundário são transferidas ao primário. O tema primário, assim, é visto através de um filtro das propriedades do secundário, que seleciona, enfatiza, suprime e organiza as características do tema primário.

A metáfora é uma invisível rede de termos e associações que estrutura nossa forma de expressão e pensamento. As metáforas funcionam como um modelo natural, permitindo que o conhecimento sobre objetos familiares e experiências possa ser usado para estruturar conceitos mais abstratos (ERICKSON, 1996, p.66).

A utilização da metáfora pode ser considerada como uma abordagem alternativa para o controle da complexidade das interfaces. Para Carroll *et al* (1990), ao invés de reduzir totalmente seu nível de dificuldade, a utilização da metáfora permite aumentar a familiaridade inicial das ações, procedimentos e conceitos, tornando-os similares às ações cotidianas dos usuários.

Conseqüências do desenvolvimento da interatividade

Desequilíbrio no processo de comunicação

Existem vários efeitos da utilização interativa dos meios de comunicação. Para esse artigo, entretanto, julgou-se mais oportuno destacar os efeitos do desequilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e a capacitação dos usuários. A falta de harmonia desse processo se expressa por vários aspectos, como a limitada possibilidade de apreensão das informações, a dificuldade de assimilação constante de novas tecnologias, o aumento sistemático da complexidade operacional e a subutilização dos sistemas mais sofisticados.

A progressiva facilidade de acesso aos meios de comunicação, a aceleração do tempo de resposta dos diálogos e a melhoria da interatividade das interfaces permite supor que a comunicação ocorre com mais freqüência e que o volume de informações, às quais o usuário tem acesso, aumente. Em outras palavras, a interatividade é um dos elementos dos sistemas que contribui para intensificar o processo de comunicação.

Contudo, existem restrições desse processo que a evolução tecnológica não é capaz de alterar. Embora seja crescente a sofisticação dos dispositivos de comunicação e informática, há limites para a apreensão e a memorização das informações necessárias para manipular esses novos meios.

Fica evidente, dessa forma, o desequilíbrio entre oferta e aptidão operacional. Esse descompasso entre as inovações e a capacitação dos usuários decorre muito mais das estratégias empresariais do que das carências dos consumidores. Do ponto de vista comercial, considera-se que a tecnologia cria novas circunstâncias e comodidades que são rapidamente incorporadas e, em consequência, tendem a se transformar em necessidades básicas dos seus usuários.

Além disso, a diversidade de opções de um sistema interativo pode, eventualmente, produzir o efeito inverso, isto é, inibir sua utilização. O usuário, principalmente o inexperiente, pode sentir-se desestimulado ao perceber o tempo necessário para a compreensão do funcionamento do sistema.

Em boa parte dos casos, o nível de complexidade é proporcional ao período necessário para a sua apreensão. Uma decorrência desse fato é a subutilização. Como o usuário tem um elevado grau de liberdade de participação - que é a essência da interatividade - é possível, se não provável, que boa parte das funcionalidades do sistema não seja explorada como poderia ou como foi prevista.

O número de funções agregadas aos telefones celulares, por exemplo, está muito além da capacidade operacional de certos usuários. Acesso à *Web*, máquina fotográfica, filmadora, jogos, despertador, calculadora e correio eletrônico ilustram esse espectro de usos e aplicações.

Esses argumentos também podem ser aplicados para o uso de mapas no meio digital. O desequilíbrio, entre as necessidades de localização espacial dos usuários e a abundância dos produtos cartográficos e imagens de satélite, disponíveis na *Web*, corrobora esse contexto.

A facilidade de obtenção de informações e serviços na forma gráfica contrasta com as limitações provenientes da capacidade de leitura e interpretação dos usuários. Embora seja desejável a ampliação do acesso às informações espaciais, estas podem ser subutilizadas, pois requerem conhecimentos pouco disseminados na maioria dos potenciais usuários (QUEIROZ FILHO, 2005).

Diversos sistemas, tais como o Google Earth, o Google Map e o World Wind (NASA), estão disponíveis aos usuários que possuem acesso rápido à *Web*. Por seu intermédio, é possível visualizar imagens de satélite, modelos digitais de elevação e representações cartográficas de qualquer parte da superfície terrestre, em diferentes escalas.

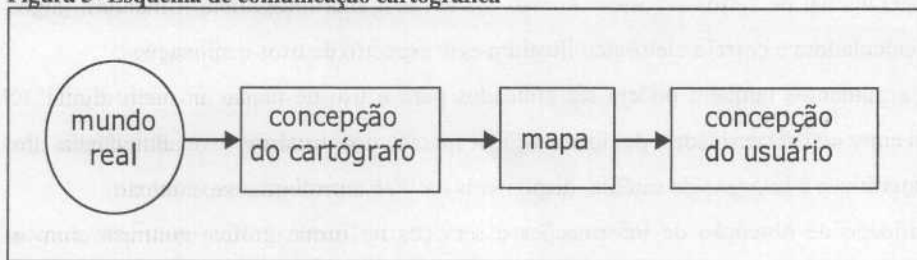
Embora a interpretação de imagens possa ser considerada como uma atividade menos complexa e mais intuitiva do que a compreensão das representações cartográficas, pois a imagem está mais relacionada ao registro dos elementos da paisagem do que à construção seletiva e simbólica dos seus componentes (mapas), ambas requerem habilidades específicas. Além da necessidade de conhecer os elementos que compõem a chave de interpretação das imagens - como cor, tonalidade, tamanho, forma, textura, padrão e sombra -, também é importante possuir noções básicas para a leitura dos mapas, como: visão ortogonal, escala, sistema de coordenadas, curva de nível, entre outros.

Implicações nos aspectos teóricos da Cartografia

A interatividade possui um importante papel nas duas principais vertentes teóricas da Cartografia. Na comunicação cartográfica, a interatividade criou um conflito com o esquema clássico da comunicação e, ao mesmo tempo, foi utilizada para justificar a abordagem da visualização cartográfica.

Os princípios da primeira corrente teórica foram extraídos do sistema de comunicação geral, proposto por Shannon e Weaver, em 1949. Esse sistema é baseado na relação entre três componentes: emissor, mensagem e receptor. No caso da Cartografia, o relacionamento ocorre entre: cartógrafo, mapa e usuário, conforme ilustra a Figura 3 (ROBINSON; PETCHENIK, 1976).

Figura 3- Esquema de comunicação cartográfica



Fonte: Robinson; Petchenik (1976).

Esse esquema de comunicação não se sustentaria nos sistemas interativos (Ex.: Google Earth), pois a participação do usuário na modificação da forma e do conteúdo, seria constante. Não existiria um emissor específico (cartógrafo), mas conteúdos que poderiam ser manipulados. O receptor (leitor do mapa) tampouco manteria sua característica passiva. A mensagem (mapa) adquiriria significado conforme a intervenção do usuário.

Esta mudança tem implicações paradigmáticas na teoria da comunicação. Na teoria clássica, um conteúdo informacional é uno e indivisível, porque fundado na *performance* da emissão e na transmissão sem distorções. Nos termos da comunicação interativa reconhece-se o caráter

múltiplo, complexo, sensorial, participativo do receptor, o que implica conceber a informação como manipulável, como 'intervenção permanente sobre os dados' (SILVA, 2000, p.1).

Assim, a incorporação do uso dos computadores, a possibilidade de intervenção na representação e o aumento da velocidade de interação entre o mapa e o usuário colaboraram para questionar a validade do modelo da comunicação cartográfica. Simultaneamente, esses argumentos foram utilizados para endossar o surgimento da proposta da visualização cartográfica.

A origem do termo visualização, na Cartografia, está ligada à expansão do papel da computação nas atividades científicas. Para McCormick *et al* (1987), a visualização científica é definida como um método computacional e um instrumento para a interpretação de imagens, alimentação de dados e geração de representações multidimensionais complexas.

Inicialmente, a questão da difusão da informática na Cartografia foi tratada com muitas ressalvas. O desenvolvimento conceitual e teórico da Cartografia, na década de 1980, foi retardado pelo interesse na produção de mapas no meio digital (TAYLOR, 1992). Após um período de mera incorporação das técnicas para a elaboração de mapas, o computador começou a ser visto como um meio de comunicação e, em decorrência, o conceito de visualização foi integrado às discussões sobre o assunto.

Conforme MacEachren; Ganter (1990), o paradigma da Cartografia, como ciência da comunicação, não pode ser aplicado à visualização cartográfica. Os autores afirmam que a perspectiva da comunicação considera o mapa como um tipo de ilustração geográfica, cujo objetivo é comunicar fatos conhecidos. A visualização cartográfica, de forma distinta, tem como cerne o pensamento geográfico, isto é, estimular o raciocínio sobre questões desconhecidas e auxiliar na busca por padrões e relacionamentos entre os dados.

Para Peterson (1994), entretanto, a visualização cartográfica pode ser vista como uma extensão lógica da comunicação cartográfica. A interatividade é a chave de todo o processo de visualização, que pode ser definido como um procedimento mental, intimamente ligado à memória, que depende do reconhecimento de padrões, exibidos estática ou dinamicamente.

De acordo com MacEachren (1994), a visualização não é um novo aspecto da Geografia, mas uma renovada forma de olhar para uma aplicação da Cartografia, composta pelas linhas da comunicação visual - que centralizou as pesquisas dos últimos 30 anos -, e do pensamento visual³.

Para Wood (1994), a visualização pode ser definida como o uso interativo de mapas para facilitar o pensamento visual. Sua maior vantagem é a mudança da velocidade de interação. O

³ Em artigos publicados em épocas distintas (1990 e 1994), o autor usou os termos: pensamento geográfico e pensamento visual, no mesmo sentido. Neste trabalho serão considerados como sinônimos.

aumento de produtividade e a possibilidade do uso da Cartografia como um instrumento de exploração científica são exemplos do potencial desse processo interativo.

Discussão

Existe, hoje, uma tendência para tornar tudo interativo. A palavra de ordem é facilitar a participação dos usuários. Os programas de rádio e de televisão, os sistemas que reconhecem a voz, a capacidade de personalização dos *softwares* e as interfaces da *Web* que permitem a visualização de mapas são exemplos dessa constatação.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a interatividade não representa, em essência, algo novo. Seus níveis, listados na Figura 2, não são exclusivos de um sistema computacional interativo. Esta seqüência - exame, comparação, (re) ordenamento, extração/supressão e causa/efeito - pode ser considerada como uma progressão das etapas do raciocínio lógico. Quando aplicadas à Cartografia, por exemplo, podem ser interpretadas como parte da estratégia para a leitura e interpretação de cartas topográficas, utilizadas muito antes da disseminação da informática.

De maneira semelhante, o conteúdo do quadro 1 também pode ser apreciado de forma mais ampla. Os tipos de interatividade mencionados podem ser considerados como características do processo cognitivo, que não depende do meio utilizado. A atividade exploratória, nível de interatividade dominante da experiência de Sims (2000), ocorre em inúmeras circunstâncias cotidianas, como, por exemplo, na consulta às bibliotecas ou aos dicionários. Assim como no referido experimento, esse tipo de ação também costuma variar conforme o tempo de contato do usuário com o objeto em questão.

Esse aspecto também se manifesta com as interfaces. Os artifícios empregados para simplificar o uso dos computadores são os mesmos utilizados pela comunicação. Se a essência da interatividade não representa algo novo, pois expressa a incorporação de elementos consagrados pela informática, qual seria a razão desse destaque?

O uso de metáforas e a aplicação dos princípios de Shneiderman (1998) podem ser considerados como pré-requisitos da comunicação verbal. Os exemplos, as associações, os filtros, as aproximações/afastamentos do objeto em análise são utilizados em inúmeras atividades profissionais. Os professores, para citar somente uma categoria, utilizam essas estratégias nas suas aulas, há séculos.

Independentemente disso, a interface alcançou um *status* elevado. A julgar pelo volume de publicações e de recursos investidos, o meio pelo qual ocorre a comunicação tornou-se mais valorizado do que o conteúdo transmitido. Assim, a mencionada observação de Taylor, de 1992,

permanece atual, pois o desenvolvimento das interfaces possui mais destaque do que a própria pesquisa com as representações cartográficas.

O grande deslocamento de profissionais da área da cartografia para o desenvolvimento das interfaces é uma decorrência que realça este fato. O desafio de simplificar as formas de acesso, de manipulação e de visualização dos mapas condiz com as necessidades do mercado, ávido em tornar o meio computacional mais acessível aos não iniciados em informática.

Outro aspecto relevante está relacionado ao aumento da qualidade da interface. O equívoco de atribuir a interatividade ao mapa, e não à interface, pode ser explicado pelos referidos princípios da virtualidade e da transparência. Assim como nos jogos eletrônicos, o aperfeiçoamento das interfaces pode causar a sensação, no usuário, de que ele interage direto com a representação cartográfica. E, se a mediação desaparece, é plausível imaginar a associação da facilidade de manipulação ao mapa e não ao sistema computacional.

Uma renovada abordagem sobre esse assunto foi proposta por MacEachren; Kraak (2001). De acordo com os autores, os desenvolvimentos recentes permitem considerar o mapa como uma interface. Ponderando que as informações cartográficas podem estar distribuídas em diferentes locais e serem mantidas por distintas instituições, a interface permitiria a visualização integrada, via *Web*, do conteúdo desses bancos de dados espaciais. Assim, a interface assumiria a função do mapa, pois viabilizaria a reunião dos seus tradicionais papéis de armazenamento e de apresentação de dados.

Pode-se considerar, também, que o enorme volume de informações atualmente disponível ajudou a deslocar a ênfase das pesquisas, do conteúdo para o meio de divulgação. Embora essa extraordinária quantidade de dados seja muito útil, é possível apontar, no mínimo, duas repercussões negativas. A primeira consequência seria a interpretação superficial das informações, que pode limitar o uso progressivo dos referidos níveis de interatividade. O segundo efeito indesejável seria a predominância das imagens de satélite sobre as representações cartográficas - pois são, comparativamente, mais simples de interpretar -, e a conseqüente diminuição do exercício de abstração e de decodificação dos símbolos por parte do usuário.

Por outro lado, um importante elemento sobre os aspectos teóricos da Cartografia deve ser ressaltado. É possível questionar o argumento de que a interatividade contradiz o modelo da comunicação cartográfica. A intervenção do usuário sobre a forma e o conteúdo das representações é, no momento, parcialmente verdadeira.

A maioria dos sistemas atuais permite alterar a visualização, mas não introduzir dados novos (numéricos, textuais ou gráficos). Assim, não há modificação significativa do conteúdo

espacial da representação, mas somente da forma, isto é, do arranjo ou sobreposição das camadas de informação observadas.

Mesmo que o sistema permita intervir na visualização do mapa temático, com a seleção das variáveis visuais (cor, forma, tamanho, orientação, valor e granulação), a fonte numérica dos dados raramente pode ser definida ou alterada pelo usuário. Além disso, a base cartográfica retrata um contexto espacial pretérito, estabelecido conforme os critérios do seu produtor, que não pode ser atualizado.

A participação do usuário, nesse estágio de desenvolvimento dos sistemas, ainda é restrita, pois visualizar é diferente de elaborar o mapa. Por outro lado, supõe-se que o potencial de uso dos sistemas literalmente interativos seria, no momento, baixo. Embora as restrições tecnológicas para a produção desses sistemas não sejam significativas, o número de usuários seria pequeno, pois exigiria um conjunto de habilidades e competências muito grande. O uso de um sistema efetivamente interativo, que viabilize a alteração da forma e do conteúdo do mapa, requer que o usuário tenha sólidos conhecimentos de Cartografia e que produza ou obtenha os dados necessários para a operação.

Ainda assim, a interatividade representa aspectos muito positivos para a Cartografia. O aumento da velocidade e da facilidade de participação do usuário nos sistemas computacionais são os elementos mais importantes. Seus principais reflexos podem ser resumidos na elevação do número de usuários e da funcionalidade dos mapas.

É bem verdade que o número de usuários cresce por conta de um conjunto integrado de fatores, sendo que a interatividade dos sistemas representa somente uma parte desse processo. Contudo, a facilidade de obtenção e manipulação de dados são fatores decisivos para ampliar a comunidade que utiliza os mapas, imagens de satélite e modelos digitais de elevação.

Embora o uso da Internet ainda seja uma significativa restrição, pois uma grande parcela da população não tem acesso à rede, a *Web* tornou-se o meio mais importante para a obtenção de dados espaciais⁴. Aumentam, com rápida frequência, as fontes, os tipos e os formatos de dados disponíveis, gratuitamente, ao usuário. Duas décadas atrás, seria inimaginável conceber a oferta desse volume de informações.

Existem diversos endereços da *Web* que permitem que o usuário visualize mapas. O IBGE, por exemplo, permite consultas às suas bases de dados demográficos e econômicos. Com a denominação "mapas interativos", a página permite um considerável grau de participação do

⁴ Mapas podem ser obtidos em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

Imagens de satélite podem ser obtidas em: <<https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

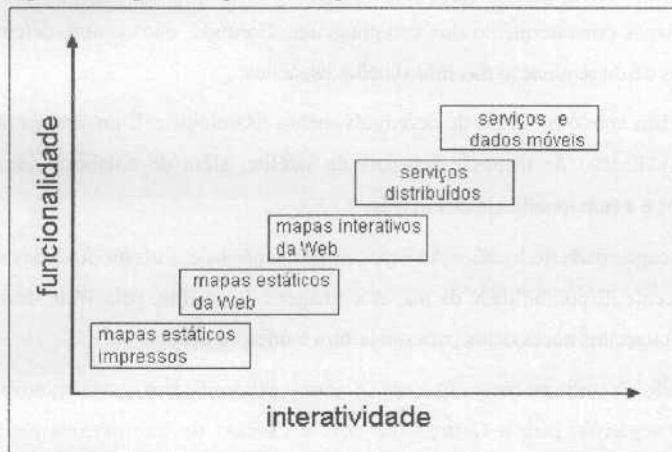
Modelos digitais de elevação podem ser obtidos em: <<http://seamless.usgs.gov/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

usuário na visualização das representações cartográficas (Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2007).

A interatividade também expandiu a funcionalidade dos mapas. A ampliação do número de usuários foi acompanhada pela diversificação de serviços que utilizam mapas. A Figura 4 representa a relação entre a interatividade e a funcionalidade das representações gráficas.

Esses exemplos ressaltam os aspectos positivos da interatividade. Contudo, deve-se ponderar que a atual oferta de dados tornou-se muito superior à capacidade de análise dos mesmos. O referido desequilíbrio entre as informações espaciais disponíveis e aptidão para sua leitura e interpretação é um fato concreto.

Figura 4- Representação da relação entre a interatividade e a funcionalidade



Fonte: Adaptado de Black; Cartwright (2005).

Entretanto, é possível considerar que a dimensão atual desse desequilíbrio seja minimizada com o seu uso sistemático. Da mesma forma que um veneno é utilizado para produzir seu próprio antídoto, essa fonte de problemas pode ser usada para divulgar os pré-requisitos necessários para a sua compreensão. A facilidade para ilustrar regiões do globo terrestre, visualizar mapas e obter imagens de satélite pode colaborar para disseminar os conceitos necessários para interpretá-los, como visão ortogonal, escala, sistema de coordenadas, elementos de interpretação de imagens, entre outros.

Assim, acredita-se que as críticas mencionadas são consistentes, mas incapazes de diminuir o ascendente papel da interatividade. Nesse imbricado processo de desenvolvimento tecnológico, que amplia a disseminação de mapas e imagens de satélite, o uso indevido da interatividade está inexoravelmente associado à sua ascensão e consolidação nos meios técnicos.

Considerações finais

É possível concluir, a partir dos elementos abordados no trabalho, que:

- A interatividade deve ser considerada como uma unidade de medida de participação do usuário. Embora o mapa seja um meio de comunicação, a interatividade, no contexto da Cartografia Digital, é um atributo da interface que permite a sua operação num sistema computacional;
- O aperfeiçoamento da qualidade das interfaces colabora para a equivocada associação da interatividade ao mapa e não ao sistema envolvido. Os princípios da transparência e da virtualidade contribuem para criar a sensação, no usuário, de ausência de mediação, ou seja, de intervenção direta na representação gráfica;
- As principais críticas à interatividade, como o uso oportunista, a polissemia e a banalização também podem ocorrer no uso dos mapas por intermédio dos computadores. Contudo, não comprometem seu potencial e as perspectivas de disseminação das informações espaciais;
- A interatividade faz parte de um amplo processo de desenvolvimento tecnológico. É um elemento muito importante para a visualização de mapas e imagens de satélite, além de colaborar para expandir o número de usuários e a funcionalidade dos mapas;
- O desequilíbrio atual entre a capacidade de localização espacial dos usuários e a oferta de dados é evidente. Contudo, essa crescente disponibilidade de mapas e imagens de satélite, pela *Web*, deve ser utilizada para divulgar os conceitos necessários para sua leitura e interpretação;
- O aumento da disponibilidade de informações espaciais, embora extraordinário e vertiginoso, representa também aspectos negativos para a Cartografia, pois o excesso de informações pode ocasionar uma superficialidade no processo de interpretação, limitando os níveis de participação do usuário. Além disso, é importante ponderar a respeito dos reflexos do predomínio das imagens de satélite sobre as representações cartográficas. A comparativa facilidade de interpretação das imagens poderia colaborar para diminuir a capacidade de abstração e de construção simbólica dos usuários?
- Embora a interatividade tenha sido utilizada para contradizer o modelo da comunicação cartográfica e afirmar o da visualização cartográfica, é possível questionar sua postulação. O argumento é parcialmente verdadeiro, pois a maioria dos sistemas atuais não permite a modificação do conteúdo das representações cartográficas. Faculta, majoritariamente, a modificação da forma, por meio da seleção dos planos de informação visualizados e das variáveis visuais.

Outra constatação é que as formulações teóricas sobre a integração e o compartilhamento dos dados são muito mais lentas do que o desenvolvimento tecnológico. O intercâmbio multidisciplinar correlato ao meio cartográfico, proporcionado pela evolução tecnológica - Internet, multimídia, comunicação sem fio, serviços de localização e roteamento -, tem gerado

preocupações sobre o futuro da Cartografia, pois a teoria tem ficado “a reboque” da tecnologia. Por outro lado, tem aberto novas oportunidades de trabalho, aumentando a variedade de campos de atuação profissional.

Referências bibliográficas

- BLACK, M. More about metaphor In: ORTONY, A. *Metaphor and thought*. New York: Cambridge University Press, 1988, p.19-43.
- BLACK, M.A.; CARTWRIGHT, W.E. Web cartography & web-enabled geographic information systems (GIS): new possibilities, new challenges. In: INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC CONFERENCE, 2005, La Coruña. *Proceedings of International Cartographic Conference*. La Coruña: ICC, 2005. 1 CD-ROM.
- CARROLL, J.M.; MACK, R.L.; KELLOGG, W.A. Interface metaphors and user interface design. In: HELANDER, M. *Handbook of human-computer interaction*. New York: North-Holland, 1990, p.67-85.
- CRAMPTON, J.W. Interactivity types in Geographic Visualization. *Cartography and Geographic Information Science*, v.29, n.2, p.85-98. 2002.
- DOMINGUES, D.G. *O uso de metáforas na computação*. 2001. 159p. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação de Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ERICKSON, T.D. Working with interface metaphors. In: LAUREL, B. *The art of human interface design*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1996, p. 65-71.
- HANSON, A.J.; WERNERT, E. Constrained navigation in immersive virtual reality. In: INDIANA UNIVERSITY COMPUTER SCIENCE TECHNICAL REPORT, 1998, Indiana. *Abstracts*. Indiana: IEEE VRAIS, 1998. Disponível em: <<http://ftp.cs.indiana.edu/pub/hanson/EricW/vrais98.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2007.
- KAY, A. User interface. In: LAUREL, B. *The art of human interface design*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1990, p. 191-207.
- KRYGIER, J.B.; REEVES, C.; DIBIASE, D.; CUPP, J. Multimedia in geographic education. *Journal of Geography in Higher education*, v.21, n.1, 1997, p.17-39.
- LAUREL, B. *The art of human interface design*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1990. 523p.
- MACEACHREN, A.M. Visualization in modern Cartography: setting the agenda. In: MACEACHREN, A.; TAYLOR, D.R.F. *Visualization in modern Cartography*. UK: Pergamon, 1994, p.215-242.
- MACEACHREN, A.M.; GANTER, J.H. A pattern identification approach to cartographic visualization. *Cartographica*, v.27, n.2, p. 64-81, 1990.
- MACEACHREN, A.M.; KRAAK, M.J. Research challenges in geovisualization. *Cartography and Geographic Information Science*, v.28, n.1, 3-12, 2001.
- MACHADO, A. *Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas: Papirus, 1997. 303p.
- MCCORMICK, B.; DeFANTI, T.; BROWN, R. Visualization in scientific computing. *Computer Graphics*, ACM SIGGRAPH, v.21, n.6, 1987.
- MONMONIER, M. Graphic narratives for analyzing environmental risks. In: MACEACHREN, A.; TAYLOR, D.R.F. *Visualization in modern Cartography*. UK: Pergamon, 1994, p.201-214.
- PETERSON, M. P. Between reality and abstraction: non-temporal applications of cartographic animation. 1994. Disponível em: <<http://maps.unomaha.edu/AnimArt/article.html> >. Acesso em: 10 jan. 2007.

- PETERSON, M. P. Elements of multimedia cartography. In: CARTWRIGHT, W.; PETERSON, M.P.; GARTNER, G. *Multimedia cartography*. Berlin: Springer. 1999, p.31-40.
- QUEIROZ FILHO, A.P. *O vôo virtual: metáfora e representação cartográfica tridimensional*. 2005. 222 p. Tese (Doutorado). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RAFAELI, S. Interactivity: from new media to communication. *Annual Review of Communication Research: advancing communication Science*. Beverly Hills 16. p.110-134, 1988.
- ROBINSON, A. H. ;PETCHENIK, B.B. *The nature of maps: essay toward understanding maps and mapping*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976. 138p.
- SHNEIDERMAN, B. *Designing the user interface: strategies for effective human-computer interaction*. 3rd. ed. Massachusetts: Addison-Wesley, 1998. 639p.
- SILVA, M.A. *Comunicação interativa e educação*. 1999. 296p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SILVA, M.A. Interatividade: uma mudança fundamental do esquema clássico da comunicação. *Boletim Técnico do Senac*. v.26, n.3, 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/index.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2007.
- SIMS, R. Interactive encounters: maximising useability and learning in on-line environments. In: AUSTRALIAN WORLD WIDE WEB CONFERENCE, 6, Austrália. 2000. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://ausweb.scu.edu.au/aw2k/papers/sims1/paper.html>>. Acesso em: 10 jan. 2007.
- STEUER, J. Defining virtual reality: dimensions determining telepresence. In: BIOCCA, F.; LEVY, M. *Communication in the age of virtual reality*. Lawrence Erlbaum Ass. Hillsdale. 1994. Disponível em: < <http://www.presence-research.org/papers/steuer92defining.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2007.
- TAYLOR, D.R.F. Uma base conceitual para a Cartografia: novas direções para a era da informação. *Seleção de Textos: Laboratório de Ensino e material didático*. Departamento de Geografia - USP. v.1, n.1, 1992, p.11-20.
- TORI, R. Mapas e metáforas espaciais em sistemas de hipermídia. *Graf & Tec International Journal of Computer Graphics and Technical Drawing*. Editora da UFSC. Florianópolis. v.0, p.27-38, 1996.
- WOOD, M. Visualization in historical context. In: MACEACHREN, A.; TAYLOR, D.R.F. *Visualization in modern Cartography*. UK: Pergamon, 1994, p.13-26.

Recebido para publicação dia 16 de Novembro de 2006

Aceito para publicação dia 20 de Dezembro 2006

**A importância do econômico
na Geografia atualmente:
algumas questões
para o debate**

*The importance of the
economical in the Geography
nowadays: some subjects
for the discussion*

*La importancia de lo
económico en la Geografía
actual: algunas
aproximaciones
para la discusión*

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

Professora Doutora
Departamento de Geografia - FCH/UFGD
Rua João Rosa Góes, n. 1761
Caixa Postal 322- CEP: 79825-070
Dourados-MS
flaviana.nunes@ufgd.edu.br

Resumo: Neste texto procuramos apontar algumas questões acerca da importância do econômico na Geografia atualmente. Partimos da identificação das mudanças teórico-metodológicas sofridas pela Geografia nos últimos anos, abordando os reflexos destas nos trabalhos geográficos voltados ao estudo dos fatos econômicos. Verificamos que o contexto atual aponta para a necessidade de valorização de elementos como a cultura e o indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos. Neste sentido, podemos observar uma tendência de relativização do econômico nas análises geográficas, conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas nestes estudos. No entanto, assumimos a posição de que a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises pois, para a Geografia, o econômico é imprescindível ao entendimento da lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais.

Palavras-chave: Fatos econômicos; Geografia; Mudanças teórico-metodológicas.

Abstract: In this text we tried to contemplate about the questions about the importance of the economical in the Geography nowadays. We left of the identification of the theoretical-methodological changes occurred in the Geography in the last years, approaching the reflexes of these in the geographical works dedicate to the study of the economical facts. We verified that the current context appears for the need of valorization of elements as the culture and the individual for the geographic explanation of the economical processes. In this sense, we can observe a tendency of relativization of the economical in the geographical analyses, leading to the introduction of other dimensions of the social relationships that until then were not considered and valued in these studies. However, we assumed the position that the economical dimension stays central and structural for the analyses because for the Geography the economical is indispensable to the understanding of the logic of the organization of the society starting from their space expressions.

Keywords: Economical facts; Geography; Theoretical-methodological changes.

Resumen: En este texto buscamos apuntar algunas cuestiones acerca de la importancia el económico en Geografía actualmente. Hemos partido de la identificación de los cambios teórico-metodológicos sufridos por la Geografía en los últimos años, abordando sus reflejos en los trabajos geográficos dedicados al estudio de los hechos económicos. Hemos verificado que el contexto actual apunta la necesidad de valoración de elementos como la cultura y el individuo para la explicación de los procesos geoeconómicos. En este sentido, hemos podido observar una tendencia de relativización de lo económico en los análisis geográficos, conduciendo a la introducción de otras dimensiones en las relaciones sociales que hasta entonces no eran consideradas y valoradas en estos estudios. Sin embargo, hemos asumido la posición de que la dimensión económica sigue siendo central y estructural para los análisis pues, para la Geografía, lo económico es imprescindible al entendimiento de la lógica de organización de la sociedad a partir de sus expresiones espaciales.

Palabras clave: Hechos económicos, Geografía, Cambios teórico-metodológicos.

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	p. 185-196	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	------------	--------------

Introdução

As mudanças contextuais ocorridas nos últimos anos, notadamente na última década do século XX, trouxeram um novo conjunto de preocupações para a pesquisa e para a reflexão científica¹.

Essas mudanças são conseqüências diretas de processos de grande envergadura que afetaram o funcionamento do sistema capitalista, tais como: a globalização e a emergência de um novo paradigma tecno-econômico de base informacional, além da própria simbologia da queda do Muro, a democratização e as tentativas de inserção na ordem econômica capitalista mundial das antigas nações sob influência da antiga URSS. Paralelamente a isso, temos no Brasil a consolidação da democracia e a busca pela modernização das estruturas do Estado.

Este contexto econômico, social e político apresenta rebatimentos diretos no conjunto das ciências sociais, as quais passam a introduzir a discussão sobre a crítica pós-moderna à racionalidade científica², que chega também à Geografia, pois conforme Carlos (2002, p. 163): *"[...] a constituição de um saber geográfico se move num contexto histórico social o que significa dizer que as mudanças nos modos de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais [...]".*

A mesma autora refere-se a este momento afirmando que:

Na realidade, a meu ver, a geografia e, de resto, as ciências sociais estão hoje numa encruzilhada que busca responder as perguntas que surgem num mundo em constante processo de constituição apontando para uma evidente crise teórica. Como se pode compreender hoje a solidez da ordem capitalista e sua capacidade de adaptação e restituição? Como desconsiderar o fato de que o desenvolvimento do modo de produção e da técnica produziu um novo espaço e uma rotina organizada da vida? Como analisar o empobrecimento significativo das relações sociais, onde a vida das pessoas se prende cada vez mais ao universo da necessidade? Como desconsiderar o fato de que a coisificação das relações sociais que ocorrem no processo produtivo desvaloriza o homem em detrimento do objeto criado, cuja posse significa riqueza e poder? Como mudanças rápidas são compatíveis com a estabilidade de certas relações fundamentais; como entender a manutenção de antigas relações – aquelas vindas da história – e as novas relações que compõem hoje o cenário da mundialização? Como entender, em sua profundidade, o "mundo da mercadoria" como produto da realização do capitalismo? (CARLOS, 2002, p. 167).

Para compreender esta complexidade, verifica-se, nos últimos anos, a presença de uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas na Geografia, caracterizando um momento

¹ Este artigo apresenta parte das reflexões desenvolvidas no capítulo 4 de nossa tese de doutorado intitulada: "O econômico na Geografia. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)", defendida em outubro de 2004, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Campus de Presidente Prudente, sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

² Analisando e discutindo esta questão há um número significativo de obras entre as quais podemos destacar: harvey (1994), Jameson (2004), Haesbert (2002), entre outros.

diferenciado em relação aos anos 1980, por exemplo, em que havia uma predominância dos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético.

No caso dos trabalhos geográficos em que o enfoque econômico é central, ou seja, análises geográficas que trabalham diretamente com processos e elementos de natureza econômica, como poderíamos analisar o momento atual em relação às abordagens teórico-metodológicas? Haveria uma relativização do econômico nas análises espaciais?

Em pesquisa realizada sobre a produção geográfica (teses de doutorado) da USP no período de 1970 a 2001³ identificamos que a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos. Pudemos verificar que, com base na teoria da modernização da agricultura e na teoria da renda da terra e suas influências nos estudos rurais e urbanos, bem como com a utilização de conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista foram desenvolvidos muitos trabalhos.

Esses trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e na análise dos fatos geográficos. Desta forma, com base nesta abordagem houve uma significativa valorização do econômico como elemento explicativo dos processos espaciais que se materializam em diversas realidades, advindo daí uma das principais críticas feitas aos trabalhos geográficos influenciados pelo materialismo histórico: o excesso de "economicismo" apresentado nessas análises, desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo.

Tomando como referência os trabalhos geográficos recentes que abordam diretamente os fatos econômicos, Sánchez Hernández (2003, p. 108) afirma que:

La lenta consolidación de los enfoques que insisten en la capacidad individual y social para efectuar elecciones según criterios no estrictamente determinados por las relaciones de producción: raza, género, cultura e individuo comienzan a cobrar importancia en la explicación de los procesos geoeconómicos en detrimento del sesgo estructuralista y economicista por el que comenzaba a deslizarse a la Geografía Económica. En este terreno, hay que resaltar la influencia de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, quien propone una interpretación de la sociedad donde los condicionantes estructurales no impiden que los individuos actúen con la libertad suficiente para elegir su destino particular y colectivo.

A partir da citação de Sánchez Hernández, entendemos que nos últimos anos consolidaram-se enfoques que consideram a capacidade individual e social para efetuar escolhas segundo critérios não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos.

³ Mais detalhes sobre a pesquisa realizada ver Nunes (2004).

Neste sentido, o autor aponta uma tendência de relativização do econômico nas análises conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas.

Diante do exposto, nossa preocupação neste texto voltar-se-á para a discussão de algumas questões atualmente colocadas sobre a análise dos fatos econômicos na Geografia tendo em vista o atual debate teórico-metodológico, bem como o contexto mais amplo em que este se insere.

Deve-se ressaltar que nosso objetivo é levantar/apontar questões que possam conduzir a um debate sobre a relevância do econômico na Geografia num momento em que alguns referenciais teórico-metodológicos pautados na materialidade da sociedade passam a ser questionados e revistos. O texto não tem a pretensão de indicar soluções ou caminhos para a análise do econômico na Geografia, mas sim levantar elementos e questões que possam contribuir para a construção destes.

Questões teórico-metodológicas: a multiplicidade/complementaridade de teorias para a análise do econômico

A fim de refletirmos sobre as questões atualmente colocadas para os estudos geográficos que priorizam os fatos ou elementos econômicos, é interessante retomarmos rapidamente a própria trajetória da Geografia Econômica tendo em vista o fato de este campo agregar os trabalhos com esta característica⁴.

Ao discutir esta trajetória⁵, Sánchez Hernández (2003, p. 193-195) entende que:

[...] Por tanto, ya lo hemos dicho, la Geografía Económica, a lo largo de sus distintos proyectos constitutivos, recorre la senda de la desmaterialización. Cada vez se aleja más de las cuestiones estrictamente físicas para adentrarse en el mundo de las relaciones invisibles, pero ineludibles, siguiendo un discurrir paralelo al de la propia actividad económica, cada vez más cargada de contenido informacional y menos intensiva en el consumo de *inputs* materiales. En efecto, entre las múltiples cuestiones que interesan a la Geografía Económica moderna, la producción *sensu stricto* sólo cobra sentido a la luz de su relación los factores culturales, con los avances tecnológicos, con la labor de las instituciones o con el contenido simbólico que implica la elaboración de ciertos productos que han forjado un paisaje y una forma de vida. Por eso la Geografía Económica ya no se compone del estudio parcial e inconexo de las actividades económicas, sino que presenta un talante más integrador que recupera el territorio como argumento central de la reflexión teórica y de la investigación empírica [...].

Para chegar às análises acima citadas, o autor em questão identificou três enfoques ou projetos que, segundo ele, não representam concepções em períodos estanques no tempo, mas

⁴ Não é nosso intuito neste texto discutir a existência ou pertinência desta classificação no interior da Geografia. Utilizaremos esta terminologia apenas por entendermos tratar-se de uma referência para a reflexão do econômico na Geografia tendo em vista que a própria denominação mostra a relação direta com a análise do econômico.

⁵ Em relação às discussões deste autor sobre a Geografia Econômica referenciadas em vários momentos neste texto, deve-se lembrar que suas reflexões têm por base a produção científica européia e norte-americana não sendo adequada uma generalização absoluta delas ao caso da Geografia brasileira. No entanto, acreditamos que alguns parâmetros por ele estabelecidos a partir daqueles contextos podem servir como importantes referências para a discussão sobre a Geografia Econômica produzida no Brasil.

projetos científicos orientados a responder as questões que preocupam ou preocuparam a Geografia Econômica e possuem relação com a natureza espacial dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Tais projetos foram denominados projeto ambiental, projeto locacional e projeto estrutural-conceitual.

Para Sánchez Hernández, atualmente, o projeto estrutural-conceitual domina a Geografia Econômica podendo ser definido como o estudo da lógica espacial do capitalismo. Este projeto:

[...] pretende descubrir la(s) forma(s) en que este sistema concreto de organización política de la actividad económica se sirve del espacio geográfico (diferenciado y heterogéneo) para alcanzar su objetivo de acumulación, que implica un proceso continuado de expansión espacial y da lugar a la configuración de distintas modalidades de respuesta y adaptación territorial (local, regional, nacional, internacional, global) a los retos que plantea la indisoluble articulación entre localización y acumulación. El término utilizado pretende, por consiguiente, hacerse eco de las dos vertientes que entraña este proyecto: el estudio espacial de las estructuras del sistema capitalista y la consideración de la influencia que el contexto o entorno geográfico, culturalmente construido por las sociedades humanas, tiene en su funcionamiento [...] (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 2003, p. 96).

As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a Geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de caráter relativamente marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas conseqüências em todas as escalas e ordens. Tais perspectivas, apesar de diferentes, colocam-se como complementares nos objetivos deste projeto.

Nos dizeres de Sánchez Hernández: *“El corolario epistemológico de este proceso de configuración del proyecto estructural-contextual es la incapacidad de una sola teoría para explicarlo todo, lo que reclama el recurso permanente al uso de diferentes propuestas adaptadas a las escalas geográficas de análisis y a los temas estudiados (2003, p. 104)”*.

O autor aponta, portanto, a necessidade de discussão sobre a definição da orientação teórico-metodológica mais adequada para as análises da Geografia Econômica neste momento, mostrando a possibilidade de utilização de mais de um referencial, ou seja, da complementaridade de teorias de acordo com as especificidades do objeto, sua escala e assim por diante.

Nosso entendimento é de que isso é possível e necessário, diante da complexidade das questões e processos que constituem o espaço econômico atualmente, dentre os quais podemos destacar: as praças financeiras, os fluxos de inversão direta internacional, os fundos de pensão, as redes e sistemas de inovação, a revolução tecnológico-informacional, a divisão espacial do trabalho, as empresas, as redes de telecomunicação, a nova economia que emerge no ciberespaço, o desenvolvimento local, o marketing urbano, a economia informal, a formação do capitalismo global e suas formas culturais de âmbito regional, os espaços econômicos emergentes, os

territórios em declive e reestruturação, o papel econômico das instituições, o gerenciamento da economia, os padrões de consumo e assim por diante.

Na verdade, trata-se de uma definição em parâmetros mais complexos e dinâmicos da relação de múltiplas escalas, de origem e alteração de fenômenos e forças em cada ponto do território, paralelamente à virtualização dos dados, informações e experiências que cada indivíduo, cidade ou nação possui dos demais lugares e seres.

No entanto, o espaço econômico deve ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Novos elementos: desmaterialização dos objetos econômicos e a incorporação do “não econômico”

Além da possibilidade de utilização de vários referenciais teóricos, ou seja, da complementaridade das teorias, Sánchez Hernández (2003, p. 135) identifica, também, a possibilidade de estudar o econômico como fato cultural⁶. O “giro cultural”, em sua opinião, consiste em considerar que a vida econômica não está separada do meio cultural em que se desenvolve e que constitui, por sua vez, um fator primordial e decisivo de diferenciação geográfica. Isso porque, em última instância, a economia é uma forma a mais de cultura e assim sendo, se constitui a partir de referências e condicionantes culturais que atribuem valores e significados distintos ao trabalho, ao emprego, ao dinheiro, ao consumo, à propriedade ou ao contrato mercantil.

Segundo o autor, deve-se valorizá-lo como uma peça a mais dentro do projeto estrutural-contextual e não como substitutivo das contribuições precedentes. O autêntico mérito do giro cultural reside na contribuição de maior alcance e profundidade aos conceitos e temas que envolvem os pilares do projeto em curso, o qual não é unicamente contextual, mas estrutural, isto é, interessado em compreender os fundamentos da vida econômica e sua relação com o espaço geográfico.

A fim de ampliarmos as referências sobre esta questão e relacionarmos seus desdobramentos quanto à análise do econômico na Geografia, destacamos as reflexões de David

⁶ É interessante destacar que para chegar a esta conclusão, o autor aponta que para compreender a espacialidade do capitalismo atualmente, a Geografia Econômica tem empreendido um esforço que a faz superar algumas de suas fronteiras mais convencionais, utilizando, para isso, de metáfora com o dilema central do famoso seriado de televisão “Arquivo X”. Neste seriado, coloca-se a todo momento a relevância dos fatos não necessariamente científicos e racionais para a explicação dos casos investigados por dois agentes do F.B.I (Fox Mulder, estudioso de fenômenos paranormais e Dana Scully, convicta da racionalidade científica). Com a comparação, Sánchez Hernández está chamando a atenção para a necessidade de rompimento com alguns princípios tidos como “racionais e científicos” para explicar o econômico geograficamente. Daí a importância do giro cultural, significando esse rompimento de fronteiras da Geografia Econômica.

Harvey em *“Condição Pós-Moderna”* (1994), as quais, em grande parte, também apontam para a possibilidade de uma leitura econômica dos elementos culturais.

O autor parte do pressuposto “[...] de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. (HARVEY, 1994, p. 8)”.

Harvey entende que os elementos culturais têm relação direta com o contexto social, econômico e político, sendo mais do que nunca essenciais nas determinações e estratégias do desenvolvimento do capitalismo. Ao falar sobre a aceleração na produção e as acelerações paralelas nas esferas da troca e consumo o autor trabalha esta idéia:

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.) Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços - não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O ‘tempo de vida’ desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [...], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo [...] (HARVEY, 1994, p. 258).

A partir da citação percebemos que as práticas culturais não só representam uma possibilidade de mercado a ser explorado (com o oferecimento e venda de bens culturais), como ao mesmo tempo direcionam o consumo em geral, criando sistemas de signos e imagens que manipulam desejos e gostos que desembocam na venda de determinadas mercadorias.

Para deixarmos ainda mais claro o posicionamento de Harvey em relação ao importante papel da cultura ou dos elementos culturais para o entendimento do capitalismo atual, vejamos esta passagem:

[...] Se vemos a cultura como um complexo de signos e significações (incluindo a linguagem) que origina códigos de transmissão de valores e significados sociais, podemos ao menos iniciar a tarefa de desvelar suas complexidades nas condições atuais mediante o reconhecimento de que o dinheiro e as mercadorias são eles mesmos portadores primários de códigos culturais. Como o dinheiro e as mercadorias dependem inteiramente da circulação do capital, segue-se que as formas culturais têm raízes no processo diário de circulação de capital. Por conseguinte, devemos começar pela experiência cotidiana da moeda e da mercadoria, mesmo que mercadorias especiais ou mesmo sistemas de signos completos possam ser retirados da vala comum e transformados no fundamento da ‘alta’ cultura ou da ‘imaginação’ especializada que já tivemos a oportunidade de comentar (HARVEY, 1994, p. 269).

Harvey, portanto, considera fundamental a relação entre cultura e dinheiro-mercadoria (elementos econômicos) para que possamos entender melhor a lógica do capital e das relações existentes na sociedade atual.

As idéias desenvolvidas por Sánchez Hernández e Harvey levam-nos a refletir sobre algumas questões ou “problemas” conseqüentes de suas posições: uma delas diz respeito a uma possível junção indiscriminada de referenciais teórico-metodológicos que viria a caracterizar as análises geográficas do econômico (no caso da discussão de Sánchez Hernández); outra se refere a uma possível perda de centralidade do econômico levando a um “subjativismo” e relativismo exacerbado nos trabalhos (isso porque o cultural seria valorizado nas análises, conforme apontam ambos os autores).

Quanto à primeira questão, conforme mencionado anteriormente, acreditamos na possibilidade e importância de uma complementaridade de teorias explicativas e não numa junção indiscriminada de teorias que resultaria numa nova teoria (ou “super-teoria”) mais adequada ao momento atual do capitalismo, pois “[...] à medida em que ingressamos em um novo campo histórico do desenvolvimento capitalista, há uma evidência cada vez maior de que precisamos de novos conceitos e teorias para que as novas realidades façam sentido [...]” (MARTIN, 1996, p. 56).

Neste sentido, estaria apontada a necessidade de um programa de estudos do econômico na Geografia que tivesse um caráter muito mais multidimensional, multivocal⁷ e de múltiplas perspectivas⁸. Nos dizeres de Martin (1996, p. 57):

Uma geografia econômica multidimensional também tem múltiplas perspectivas, aberta a uma vasta gama de teorias e perspectivas sobre os campos da realidade da economia espacial e como elas se constituem e interagem. Qualquer perspectiva dada ou posição teórica vantajosa é seletiva, e inevitavelmente mediada por nossa preexistente visão de mundo, pressupostos, valores e interesses (ou o que Schumpeter uma vez se referiu como “cognição pré-analítica”).

Esta discussão remete à segunda questão ou problema levantado: a possível perda de centralidade do papel do econômico nas análises. Quanto a isso, entendemos que a multiplicidade de perspectivas ou a complementaridade de teorias não levaria as análises a perderem seus

⁷ Esta terminologia é utilizada por Martin (1996, p. 56-57) e caracterizada por “[...] preocupar-se em reconhecer e atribuir substancial importância teórica explícita aos diferentes grupos sociais que constituem a ‘economia’, de incorporar as experiências e papéis específicos de determinados grupos ou comunidades ao invés de ocultar ou agrupar sob categorias supostamente ‘neutras’ e tipos ‘gerais’. [...]”.

⁸ Neste caso, poderíamos destacar, entre outras, as contribuições de Pierre Bourdieu relativas às idéias de um mercado de bens simbólicos na medida em que: “[...] Bourdieu recusa o materialismo redutor e a separação em que se apóia, qual seja, ‘a dicotomia do econômico e do não-econômico que impede apreender a ciência das práticas econômicas como um caso particular de uma ciência geral da economia das práticas, capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se pretendem desinteressadas ou gratuitas, e destarte libertas da economia, como práticas econômicas, orientadas para a maximização do lucro, material ou simbólico’.” (MICELI, 2001, p. XXXIV). Sendo assim, percebemos que Bourdieu tenta ampliar o entendimento do econômico no contexto de sua discussão sobre o simbólico.

propósitos fundamentais, mas fortaleceria a explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, os quais, cada vez mais se caracterizam pela diversidade.

Neste sentido, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises, pois “[...] *queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial. No todo es economía, pero sin ella no hay reproducción social posible ni, por consiguiente, producción de espacio social* [...] (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 2003, p. 209)”.

Para a Geografia, o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes.

Pode-se afirmar, conforme se referiu Sánchez Hernández (2003, p.193) que está em curso uma constante “desmaterialização” dos fatos econômicos, pois o processo produtivo é cada vez mais constituído por elementos não necessariamente físicos e materiais.

Embora Santos (1997) não tenha o objetivo de realizar uma reflexão especificamente voltada aos elementos econômicos e sua centralidade na análise do espaço, entendemos que o autor aborda algumas questões que possuem relação com o que vimos discutindo até aqui, sobretudo quanto à inserção/valorização do “não-econômico”.

No texto em questão, Santos (1997) procura construir um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século XX. O autor parte da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações reconhecendo como categorias analíticas internas deste a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.

Com o mesmo ponto de partida discute a questão dos recortes espaciais propondo debates de problemas como o da região e do lugar; das redes e das escalas. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre os conceitos, junto à questão de uma ordem mundial e uma ordem local, tendo a técnica papel central em toda a análise.

A técnica, em sua opinião, é importante para este raciocínio porque:

[...] reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 1997, p. 20).

Para Santos, portanto, o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, entre as quais destaca a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo e de uma unicidade do motor da vida econômica e social.

A unicidade do motor da vida econômica e social em todo planeta, por exemplo, pode ser representada emblematicamente pela emergência de uma mais-valia no nível global e assegurada, direta ou indiretamente, pela existência de grandes organizações que são os atores atuais da vida internacional. Tais unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Esta nova ordem mundial, em sua opinião, é cada vez mais normativa e normada na medida em que há uma preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social sendo, também, o próprio fenômeno técnico normativo e normado. Neste sentido:

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ação menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos (SANTOS, 1997, p. 185).

As idéias expressas nesta citação mostram que mesmo com a imposição em escala planetária de um sistema de ações normadas e objetos técnicos criando o meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos "é a cara geográfica da globalização", ainda há parcelas do espaço que fogem a esse esquema revelando a singularidade e força do lugar. Nas palavras do autor: "*A ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade [...] Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de razão local, convivendo dialeticamente* (SANTOS, 1997, p. 272-273)".

Para entender essa racionalidade dos lugares é importante destacar o que o autor chama de escala do cotidiano, pois:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local

funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade (SANTOS, 1997, p. 272).

Ao chamar a atenção para a singularidade e força dos lugares com base na escala do cotidiano, o autor reporta-se a elementos ou parâmetros de ordem eminentemente subjetiva como a vizinhança, a emoção, a intimidade para a compreensão do lugar. Neste caso, podemos identificar a valorização do “não econômico”, embora o autor tome por base, também, elementos e questões que possuem uma conotação econômica evidente, conforme verificamos em sua reflexão sobre a globalização a partir do meio-técnico-científico-informacional.

A partir das idéias de Harvey (1994) entende-se a cultura como elemento relacionado com a própria economia fornecendo a esta uma organicidade, além do fato da própria cultura ter se transformado também em um fato econômico. Santos (1997), por sua vez, mostra a importância de dimensões de caráter mais subjetivo para a compreensão do espaço produzido em diversas escalas.

Sendo assim, verifica-se, de um lado a necessidade de abordar/considerar dimensões como a cultura até mesmo como fato econômico, caracterizando novos objetos econômicos. De outro lado, tem-se a valorização do “não-econômico” aliado ao “tradicional econômico” construindo esquemas explicativos para o entendimento do espaço.

A nosso ver, essas são questões que se colocam para o debate sobre o atual papel e significado do econômico nas análises geográficas, as quais podem mudar ou mesmo romper com alguns entendimentos e noções comumente adotadas.

Considerações finais

As idéias expostas apontam a existência de um conjunto de questões a serem consideradas no debate sobre a importância do econômico na análise geográfica atualmente. Partimos do pressuposto de que anteriormente, sobretudo no período compreendido entre os anos 1980 e 1990, houve uma valorização do econômico nas análises geográficas conseqüente do referencial teórico-metodológico utilizado em grande parte dos trabalhos.

No entanto, a partir do momento em que esse referencial teórico-metodológico (o materialismo histórico e dialético) deixa de ser hegemônico e são introduzidas novas abordagens na Geografia, outras dimensões da realidade tais como cultura, gênero, etnia, entre outras também passam a ser valorizadas. Diante disso, pode-se observar uma certa tendência de relativização do econômico nas análises geográficas, inclusive naquelas voltadas à compreensão direta dos fatos econômicos.

A multiplicidade de perspectivas e a complementaridade de teorias ou referenciais teórico-metodológicos, conforme mencionado, poderia conduzir a análises mais condizentes às atuais

características do desenvolvimento capitalista, sem, no entanto, perderem seus propósitos fundamentais. Poderia haver, sim, um fortalecimento da explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, que no momento atual são cada vez mais complexos e marcados pela diversidade.

Apesar disso, acreditamos que independente do referencial teórico-metodológico adotado, deve-se sempre partir do pressuposto de que o espaço econômico precisa ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Pode-se dizer que o momento atual caracteriza-se pela busca de múltiplas dimensões para a análise dos fatos econômicos na Geografia. As recentes questões e possibilidades apontadas tais como a incorporação de dimensões ou explicações não estritamente econômicas, a constante desmaterialização dos objetos econômicos e a utilização de diversos referenciais teórico-metodológicos ou complementaridade de teorias de acordo com as especificidades do objeto, escala, etc. mostram a necessidade de um repensar sobre o próprio sentido do “econômico” na Geografia.

Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana F. A. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-168, jan/jun 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- JAMESON, Frederic. *Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 31-64.
- MICELI, Sérgio. A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. I-LXI.
- NUNES, Flaviana G. *O econômico na Geografia*. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001). 2004. 209 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, José Luis. *Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Recebido para publicação dia 06 de Dezembro de 2006

Aceito para publicação dia 19 de Janeiro 2007

**Reestruturação
sócio-espacial: as estratégias
espaciais de ação adotadas
pelas empresas no Paraná**

*Social and spatial
restructuring: the space
strategies of action
adopted by the
companies in Paraná State*

*Reorganización
socioespacial: las estrategias
espaciales de la acción
adoptadas por
las compañías en el Paraná*

CLEVERSON

ALEXSANDER REOLON

Graduado em Geografia, UNIOESTE –
Marechal Cândido Rondon/PR, e Mestre em
Desenvolvimento Regional e Agronegócio,
UNIOESTE – Toledo/PR.
clralex@ibest.com.br

EDSON BELO

CLEMENTE DE SOUZA

Doutor em Geografia
Professor do Curso de Graduação em
Geografia, UNIOESTE – Marechal Cândido
Rondon/PR, e dos cursos de Mestrado em
Geografia, UNIOESTE – Francisco
Beltrão/PR e em Desenvolvimento Regional
e Agronegócio, UNIOESTE – Toledo/PR.
Pesquisador do GETTER e do GEPEC
ebelo@unioeste.br

Resumo: A reestruturação sócio-espacial ocorre, sobretudo, em virtude da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que, através de diversas estratégias espaciais de ação – possibilitadas pelas redes –, almejam a maximização dos seus lucros. Tais estratégias compreendem tanto a localização das unidades produtivas quanto das atividades de gestão do capital, identificando-se, assim, com os processos de concentração ou desconcentração e centralização ou descentralização, fenômenos que possuem correspondência com o processo de metropolização. No Paraná, os processos de desconcentração das unidades de produção são ligeiramente majoritários frente aos de concentração, embora ocorram de forma diferenciada setorialmente e estejam beneficiando os pólos regionais do Estado, em detrimento dos municípios economicamente menos dinâmicos. No âmbito das atividades de gestão do capital as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas indicam um movimento mais harmônico, privilegiando a metrópole.

Palavras-chave: Reestruturação sócio-espacial; Metropolização; Centralização do capital; Desconcentração das unidades produtivas; Concentração das unidades produtivas.

Abstract: The social and spatial restructuring happens, above all, because companies that dominate the market and economical groups that, through several space action strategies – made possible by the nets –, searching for maximization their gains. Such strategies comprise as much the localization productive units as the activities of capital management, identifying they with the concentration or dispersion processes and centralization or decentralization, phenomena that possess correspondence with the metropolization. In Paraná, the dispersion process of production units are lightly majority front to the of concentration, although they happen in way differentiate, by section, and be benefitting the regional poles state, to the detriment municipal districts less economically dynamic. In the extent of the activities of capital management, the space strategies of action adopted by the companies indicate a harmonious movement, privileging the metropolis.

Keywords: Social and spatial restructuring; Metropolization; Centralization of the activities of capital management; Dispersion of the productive units; Concentration of the productive units.

Resumen: La reestructuración socioespacial ocurre, principalmente, en virtud del funcionamiento de las compañías oligopolistas y de los grupos económicos que, por medio de las diversas estrategias espaciales de la acción – hecha posible por las redes –, desean la maximización de sus lucros. Tales estrategias incluyen la localización de las unidades productivas cuánto las actividades de la gerencia del capital, identificándose, así, con los procesos de concentración o desconcentración y centralización o descentralización, fenómenos que poseen correspondencia con el proceso de metropolización. En el Paraná, los procesos de desconcentración de las unidades de producción son levemente mayores que de la concentración, aún que ocurran de forma distinguida sectorialmente y están beneficiando los polos regionales del Estado, en el detrimento de las ciudades economicamente menos dinámicas. En el alcance de las actividades de la gerencia del capital, las estrategias del espacio de la acción adoptadas por las compañías indican un movimiento más armónico, privilegiando la metrópoli.

Palabras clave: Reestructuración socioespacial; Metropolización; Centralización del capital; Desconcentración de las unidades productivas; Concentración de las unidades productivas.

Terra Livre	Presidente Prudente	Ano 22, v. 2, n. 27	p. 197-210	Jul-Dez/2006
-------------	---------------------	---------------------	------------	--------------

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica das estratégias espaciais de ação das empresas, implementadas atualmente no Paraná. Para tanto, faz-se uso dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao número de estabelecimentos empresariais situados no Estado nos anos de 1995 e 2004. O início do período analisado, segundo Firkowski (2001), corresponde ao marco das transformações da estrutura industrial produtiva do Paraná.

No intuito de identificar os processos de concentração ou desconcentração espacial das unidades produtivas, analisa-se o caso da indústria de transformação¹. Paralelamente, também é analisada a evolução do número de estabelecimentos que correspondem às sedes de empresas e unidades administrativas locais agregados às atividades de gestão de participações societárias (holdings)², atividades que, categoricamente, identificam os processos de centralização ou descentralização espacial da gestão do capital.

Dois estudos de caso também norteiam o estudo, o primeiro se refere às montadoras de automóveis, mais especificamente se tratando da Renault e Audi/Volkswagen, empresas em cuja produção se emprega um alto padrão tecnológico. O segundo caso é o da Sadia, indústria tradicional que atua no ramo da produção de alimentos.

A reestruturação sócio-espacial e seus determinantes

Lencioni (1999) definiu como reestruturação sócio-espacial as transformações industriais e urbanas por que se vem passando nos últimos anos, o que, pode-se dizer, implica a reorganização do espaço num sentido amplo, abrangendo os objetos geográficos em geral, a população e os fluxos de toda ordem.

A autora afirma que esta reestruturação seria definida pela atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos, não se fundando diretamente no progresso tecnológico, pelo menos no caso do Brasil. Isto pode ser tomado como válido, no entanto, é pertinente ponderar que as redes³, desenvolvidas no seio da telemática, passaram a representar a possibilidade de adoção de estratégias espaciais de ação pelas empresas, tornando-se, de acordo com Santos (2004a, p. 274), um dos "suportes da competitividade".

¹ Conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), definidas pela Comissão Nacional de Classificação (2006).

² Conforme definição da Comissão Nacional de Classificação (2006) "as atividades das empresas holdings não financeiras que têm como objeto principal a participação acionária relevante em atividades econômicas de terceiros, exercendo o controle (controladora) sobre as sociedades ou delas participam em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, numa relação de dominação com suas filiadas e subsidiadas. A atividade da gestão de participação acionária é complementada por atividades auxiliares de serviços administrativos ou de gerenciamento, inclusive com remuneração".

³ No plano técnico, as redes se identificam como condutoras, por excelência, da informação, o que Santos (2004) caracteriza como sendo a matéria-prima da revolução tecnológica.

Mas o que seriam estas estratégias espaciais de ação adotadas por tais empresas? Conforme Ficher (2003, p. 14),

[...] a escolha pelo local de implantação depende das capacidades do meio em satisfazer as exigências de funcionamento da empresa, permitindo-lhe ao mesmo tempo minimizar os seus custos de localização e de produção e otimizar seus benefícios (de toda natureza).

Isto, na opinião do autor, consiste numa busca pela rentabilidade do espaço, o que, em outras palavras, significa busca por uma localização que garanta a maximização dos lucros empresariais. Nesse sentido, as estratégias espaciais de ação compreendem tanto a localização das unidades produtivas quanto das atividades de gestão do capital, identificando-se, assim, com os processos de concentração ou desconcentração e centralização ou descentralização.

Neste ponto, torna-se pertinente abrir um parêntese textual para chamar atenção às confusões conceituais a que estão sendo submetidos os termos (des)concentração e (des)centralização espacial ao se tratar das transformações econômico-produtivas por que vem passando o Brasil. Lencioni (1999) e Firkowski (1999) asseveram a necessidade de distinguí-los.

A propósito da centralização, Lencioni (1999), ao analisar o caso do Estado de São Paulo, afirma que, do ponto de vista jurídico, por meio de fusões, absorções e associações de empresas, o capital social se tem centralizado gradualmente e, quanto ao aspecto espacial, a cidade de São Paulo reafirma-se, mais e mais, como centro nacional na medida em que reúne as atividades de comando do capital.

Semelhantemente, Almeida (2003, p. 392) enfatiza que São Paulo centraliza as decisões porque possui um papel de comando sobre o território, "que abarca, sobretudo, a gestão, a administração e as grandes transações financeiras e econômicas".

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Corrêa (1995, p. 247), ao analisar a dinâmica espacial das atividades bancárias do país, refere-se a São Paulo como um local central por ser dotado de atividades quaternárias, "como sedes das grandes empresas industriais, comerciais e de serviços financeiros, de consultoria e auditoria empresarial, dentre outros", fazendo desta cidade um centro de gestão do capital.

A desconcentração das unidades produtivas é definida por Lencioni (1999) como sendo a expansão da indústria para o interior, ou seja, trata-se da redistribuição das indústrias pelo território, já que, até recentemente, estavam muito concentradas, sobretudo, nas capitais e regiões metropolitanas dos Estados da região Sudeste do país. Porém, isto não caracteriza, exclusivamente, a realocação das unidades produtivas, pois, como alerta Pacheco (1999, p. 33), apenas em casos isolados este processo "assumiu a forma de traslado de plantas industriais". O que ocorre,

portanto, é a perda de participação relativa do número de empresas, pessoal empregado e valor da produção dessas áreas frente as demais regiões do país.

A descentralização da gestão, bem como a concentração das unidades produtivas, representam, respectivamente, processos inversos aos descritos anteriormente.

Sendo assim, pode-se dizer que a centralização ou descentralização possui um aspecto qualitativo em relação às estratégias empresariais cuja ação é norteadada pelo espaço, ao passo que o processo de concentração ou desconcentração corresponde a um fenômeno de ordem quantitativa. É importante salientar que, pelo fato de a (des)centralização estar vinculada à localização das unidades de gestão do capital e a (des)concentração às unidades de produção, estes processos podem ocorrer simultaneamente em uma mesma firma.

Portanto, pode-se dizer que, a reestruturação sócio-espacial ocorre em virtude da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que, através de diversas estratégias espaciais de ação - possibilitadas pelas redes -, almejam a maximização dos seus lucros.

As estratégias espaciais de ação das empresas e a metropolização

Inicialmente, convém explicitar que o Estado, por diversas razões, pode influenciar tanto os processos de metropolização quanto as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas oligopolistas e grupos econômicos. Segundo Benko (2002, p. 50), há uma complexa interação “entre as estratégias pró-competitivas usadas pelos governos para assegurar o crescimento em uma economia aberta e as usadas pelas empresas para assegurar a própria rentabilidade dentro de um sistema mundial”. Destarte, torna-se possível considerar que os processos de reestruturação sócio-espacial podem ganhar ímpeto caso as empresas se deparem com um Estado flexível frente às suas demandas, contudo, é importante frisar que esta flexibilização não é determinada pelas estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas, podendo se constituir (quando não for parte de um plano de governo) no máximo como uma reação do Estado face a elas.

Realizados tais esclarecimentos, pode-se partir para a análise do papel determinante que as estratégias espaciais de ação das empresas exercem sobre o processo de metropolização.

Conforme Benko (2002, p. 51) “o crescimento, a potência e a riqueza estão cada vez mais concentrados [e centralizados] em um número limitado de grandes pólos”. Ficher (2003) parece concordar com este autor, na medida em que assinala que o processo de metropolização constitui uma das “tendências geográficas de peso” da atualidade, fazendo dos “pontos fortes” do território os lugares privilegiados para o desenvolvimento⁴.

⁴ De acordo com Ficher (2003), são três as “tendências geográficas de peso”: 1) a metropolização; 2) o desenvolvimento das infra-estruturas e das redes de transporte de grande velocidade; 3) o desenvolvimento tecnológico e das novas tecnologias.

Portanto, na implementação das estratégias espaciais de ação, as empresas acabam, como visto anteriormente, não só promovendo transformações organizacionais que dizem respeito às atividades, modos e meios de se realizar a produção e reprodução do capital, mas também engendram a reorganização dos objetos geográficos e dos fluxos de toda ordem, inclusive de investimentos. Por isso, as estratégias espaciais de ação exprimem causalidade também em relação ao processo de metropolização⁵, que, de acordo com Carlos (2003, p. 83), constitui-se na “hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exercem sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão”.

A preferência ou necessidade de centralização e/ou concentração espacial das atividades empresariais nos grandes centros metropolitanos pode advir de diversos fatores. Inicialmente, Benko (2002) sugere duas linhas de raciocínio para se entender este processo de metropolização, a primeira está pautada na “economia relacional”. Para este autor (p. 52-53),

esta economia relacional diz respeito aos serviços propriamente ditos (em que a eficácia está na própria relação), mas também aos setores manufatureiros, nos quais as atividades giram em torno de grandes sistemas técnicos cuja fiabilidade depende diretamente da qualidade da comunicação entre os homens.

Benko (2002) também ressalta a importância do que chama de “economia da incerteza”. De acordo com ele, as empresas clamam por flexibilização do processo de produção, e a metrópole funcionaria como um “grande comutador que permite a organização flexível das cadeias produtivas” (p. 53).

A respeito da revolução científica, Davidovich (1994, p. 303) também atesta que “as aglomerações urbanas representam certa defesa contra os riscos da incerteza”. No que se refere ao mercado de consumo, esta idéia vai ao encontro daquela proposta por Santos (1990), onde postula que a concentração e/ou centralização se deve, em parte, ao grande número de consumidores situados nas metrópoles, sobretudo quando se tratar de um nicho de mercado eminentemente urbano.

Esta idéia de Santos ainda é fortalecida por Ficher (2003), pois este autor atesta que, para que ofereçam eficiência e rentabilidade, as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) - de valor altamente estratégico para as empresas -, necessitam ter os volumes de dados a serem tratados reagrupados ao máximo, uma vez que necessitam de um amplo mercado consumidor. Mas, em relação a este aspecto, também se torna importante ressaltar a priorização da

⁵ Benko (2002, p. 52) alerta que este novo processo de metropolização (se perguntando se não corresponderia a “um novo ciclo das economias urbanas” - tal como proposto por Braudel em 1967) mostra indícios de uma “desconexão crescente entre a economia dos centros e a das periferias”, de modo que, diferentemente do que possa ter ocorrido no passado, a ação de forças centrífugas (de dispersão) do desenvolvimento econômico são, gradualmente, suplantadas pela horizontalização das relações entre centros de mesmo nível, especialmente entre os grandes centros.

metrópole quanto aos investimentos voltados à instrumentalização (tecnificação) do território, como no caso dos cabos de fibra óptica (DAVIDOVICH, 2000).

Benko (2002) ainda menciona que o vasto mercado de mão-de-obra e grande quantidade de serviços públicos e privados oferecidos na metrópole, além da redução dos preços de saída de uma atividade, também seriam atrativos para os empresários.

Amorim Filho e Serra (2001, citados por GALVÃO; AVELLAR, 2004) creditam a concentração e/ou centralização das atividades na metrópole às facilidades de transferência de tecnologia dos laboratórios (universidades, centros de pesquisa e serviços industriais de alta qualificação) ao interior do espaço produtivo.

Finalmente, de um modo geral, Lencioni (1999, p. 122) certifica que

a concentração atende ao objetivo de maximizar a eficiência geral das empresas, quer aproximando mercados, fornecedores e consumidores, quer reduzindo custos de circulação e de distribuição de mercadorias e de realização dos serviços.

Mas, se, por um lado, admite-se que as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas determinam, pelo menos em parte, a metropolização, por outro, a recíproca também é verdadeira. Até por isso, considera-se que o uso do termo reestruturação sócio-espacial seja mais adequado para se referir às transformações industriais e urbanas do que o termo reestruturação produtiva, geralmente empregado como sinônimo.

Os motivos que levam as empresas a se desconcentrarem e/ou descentralizarem das grandes aglomerações urbanas também são vários, entre os mais citados estão as deseconomias de aglomeração (ou externalidades negativas, inerentes, principalmente, aos grandes centros), tais como a poluição sonora e do ar, os congestionamentos de trânsito, o alto preço imobiliário, os altos índices de criminalidade, a saturação dos serviços de infra-estrutura produtiva e de saúde, dentre outros (DAVIDOVICH, 2000; DINIZ, 1995; GALVÃO; AVELLAR, 2004; LENCIONI, 1999). Entretanto, como alerta Sabóia (2001), também são decisivos, nesse sentido, as diferenças salariais entre as diversas regiões do país, a proximidade das fontes de matérias-primas, o nível de infra-estrutura local, o desenvolvimento do Mercosul e a guerra fiscal entre as diversas esferas do governo.

Outros importantes fatores que motivam tais processos seriam a inexpressiva atuação do movimento sindical e inexistência de um forte passado industrial nas regiões e locais de destino das firmas, bem como a flexibilidade de suas legislações ambientais (FIRKOWSKI, 2002; FIRKOWSKI *et al.* 2005; BOTELHO, 2002).

Convém ressaltar que não há consenso entre os pesquisadores quanto ao papel que a guerra fiscal exerce sobre a distribuição das unidades produtivas no país. Para Cosso (2002, citado por BOTELHO, 2002, p. 57), por exemplo, embora, por algum tempo, a guerra fiscal possa ter representado um elemento que induziu a desconcentração espacial das unidades produtivas, ao

longo dos anos de 1990, acabou se convertendo num importante fator de reconcentração da economia brasileira em direção ao Centro-Sul do país, isto porque, em longo prazo, "a generalização do conflito fiscal fez com que os ganhos iniciais dos Estados mais pobres desaparecessem, já que as áreas mais ricas contam com uma infra-estrutura que melhor atende aos interesses das indústrias".

A partir deste momento analisar-se-á a dinâmica das estratégias espaciais de ação empregadas pelas empresas tomando-se de exemplo o caso paranaense.

A dinâmica das estratégias espaciais de ação implementadas no Paraná

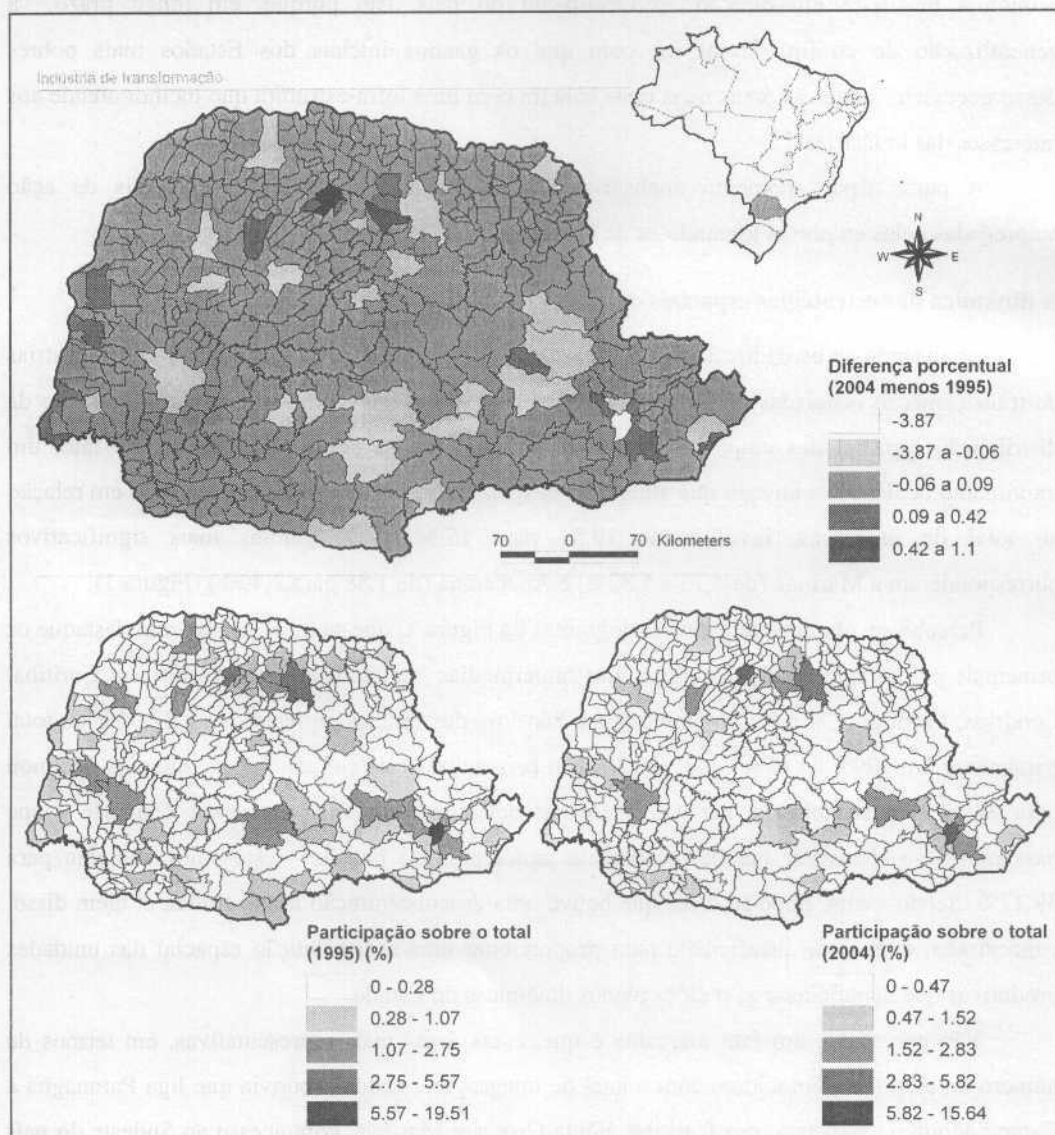
Analisando-se os dados da RAIS, referentes ao número de estabelecimentos das indústrias de transformação instaladas no Paraná, nos anos de 1995 e 2004, nota-se que a configuração da distribuição espacial das empresas pouco se alterou, embora possa ter ocorrido, de fato, um movimento de desconcentração que atingiu, principalmente, Curitiba, cuja participação em relação ao total de indústrias, envolveu de 19,51 para 15,64%. Os ganhos mais significativos corresponderam a Maringá (de 4,73 a 5,82%) e Apucarana (de 1,88 para 2,49%) (Figura 1).

Percebe-se, claramente, pelos cartogramas da Figura 1, que se mantiveram com destaque os principais pólos regionais do Estado e suas hinterlândias. As indústrias localizadas em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e São José dos Pinhais representavam 37,56% do total paranaense em 1995, ao passo que, em 2004, o percentual deste conjunto de municípios declinou para 34,54%, entretanto, se agregados aos estabelecimentos de Apucarana e Cianorte - que passaram a se sobressair perante os demais municípios do Estado -, este valor aumenta para 39,17%. Sendo assim, pode-se dizer que houve uma desconcentração muito tímida e, além disso, concentrada, demasiada insuficiente para proporcionar uma redistribuição espacial das unidades produtivas que beneficiasse as regiões menos dinâmicas do Estado.

Não por acaso, um fato marcante é que, essas áreas mais representativas, em termos de número de empresas, coincidem com o anel de integração estadual, rodovia que liga Paranaguá a Campo Mourão - passando por Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, com acesso ao Sudeste do país através de Londrina -, e também Paranaguá a Foz do Iguaçu - passando por Curitiba, Guarapuava e Cascavel.

Não obstante, estudos de diversos autores, como Diniz (1995), Pacheco (1999) e Sabóia (2001), sugerem que há um comportamento setorial distinto quanto ao processo de desconcentração no interior da seção que compreende as indústrias de transformação. No Paraná, há estudos de caso sobre o assunto que corroboram esta tese, sobretudo os desenvolvidos e orientados por Olga Lúcia Firkowski, abordando o fenômeno da reestruturação sócio-espacial através do estudo da indústria automotiva do Estado, como se verá mais adiante.

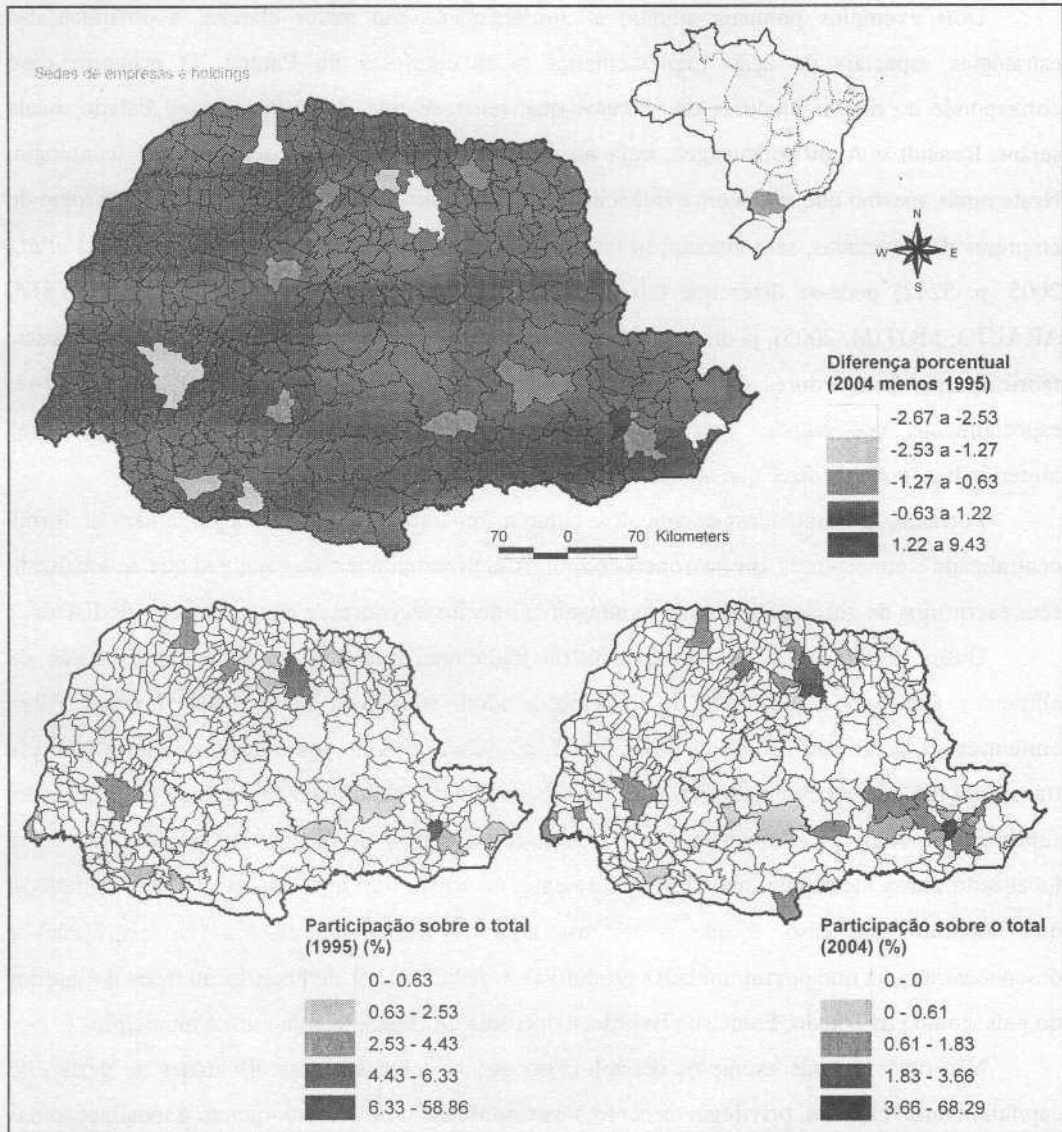
Figura 1- Porcentagem de unidades locais em relação ao total do Paraná (1995 e 2004) e diferença percentual de participação (1995-2004), de acordo com os municípios do Estado



Fonte de dados: RAIS (1995 e 2004); **Base Cartográfica:** IBGE, 1997 - Extraído de IBGE (2003); Organizado pelos autores.

A propósito das estratégias espaciais de ação que visam a localização das atividades de gestão do capital, pode-se observar, por intermédio da Figura 2, que Curitiba foi o município com maior ganho de participação em relação ao total de empresas, cujo percentual se ampliou de 58,86 para 68,29%.

Figura 2- Porcentagem de sedes de empresas e unidades administrativas mais as holdings em relação ao total do Paraná (1995 e 2004) e diferença percentual de participação (1995-2004), de acordo com os municípios do Estado



Fonte de dados: RAIS (1995 e 2004); Base Cartográfica: IBGE, 1997 – Extraído de IBGE (2003); Organizado pelos autores.

Londrina, Maringá e Paranaíba que, em relação às atividades em análise, apresentavam certo destaque frente aos demais municípios do Estado no ano de 1995, perderam representatividade em relação a capital estadual em função de uma diminuição absoluta do número empresas. O percentual de estabelecimentos de Londrina regrediu de 6,33 para 3,66% entre o

início e o final do período, em Maringá também houve redução, de 4,43 para 3,66%, do mesmo modo que em Paranavaí, de 3,80 para 1,22%.

Dois exemplos pontuais ajudam a compreender, com maior clareza, a dinâmica das estratégias espaciais de ação implementadas pelas empresas no Paraná. O primeiro caso corresponde ao das montadoras de veículos que, recentemente, se instalaram no Estado, quais sejam, Renault e Audi/Volkswagen, cuja produção emprega um alto coeficiente de tecnologia. Neste ramo, mesmo que esteja em evidência a "(des)integração do processo produtivo por meio de empresas diferenciadas, sem vinculação jurídica" (BENKO, 1996, citado por FIRKOWSKI *et al.*, 2005, p. 5242) pode-se dizer que tais empresas atuam de forma centralizada (FIRKOWSKI, ARAÚJO; MOTIM, 2005), já que a elaboração do projeto do veículo e supervisão das suas partes, fabricadas por fornecedores, é de incumbência da montadora. Como os fornecedores localizam-se, especialmente, nos grandes centros metropolitanos de forte tradição industrial ou em suas hinterlândias, pode-se dizer que atuam de forma concentrada.

Portanto, as montadoras de veículos, como a Renault e Audi/Volkswagen, atuam de forma centralizada e concentrada em metrópoles ou em suas proximidades, ou seja, é aí que se localizam seus escritórios de gestão, fábricas de montagem e seus fornecedores, e não no interior do Estado.

Outro exemplo é o da Sadia, indústria tradicional que atua no ramo da produção de alimentos. Conforme o presidente do conselho de administração da Sadia, Walter Fontana Filho, em entrevista cedida ao *Jornal do Oeste* (2005, p. 7), no primeiro semestre deste ano a empresa transferirá um centro administrativo para Curitiba, a fim de "centralizar as áreas de planejamento, suprimentos, compras e engenharia". Na verdade, o centro de gestão da empresa já estava localizado numa metrópole, mais especificamente, no bairro da Lapa, em São Paulo. Contudo, o que importa neste caso, é que a empresa atua de forma centralizada (na metrópole) e desconcentrada, já que possui unidades produtivas distribuídas por diversas localidades do interior do país, como em Toledo, Francisco Beltrão, Concórdia do Oeste⁶, dentre outros municípios.

Não obstante, tais exemplos deixam claro que a localização das atividades de gestão do capital, invariavelmente, privilegia os centros metropolitanos. Entretanto, quanto à localização das unidades produtivas, o movimento não parece ser tão coeso, de modo que as empresas, dependendo do ramo de atividade em que atuam e do coeficiente tecnológico que empregam em suas atividades produtivas, optam ou não por concentrá-las nas grandes cidades ou em suas adjacências.

⁶ Respectivamente, regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Considerações finais

Os processos de desconcentração das unidades produtivas, apesar de majoritários frente aos de concentração, são muito diferenciados setorialmente, pouco se ajustando a explicações generalizantes. Além disso, esta desconcentração, quando ocorre, faz-se de maneira concentrada, privilegiando os pólos regionais, geralmente cidades de porte médio dotadas de uma infra-estrutura - sobretudo viária - satisfatória para o atendimento das demandas do capital, além de, segundo Amorim Filho (1984), contarem com um significativo exército de reserva de mão-de-obra e se privarem das deseconomias de aglomeração que tanto afligem os grandes centros populacionais.

Pacheco (1999) chegou a conclusões similares ao observar, mais atentamente, o caso de São Paulo, afirmando que, desta forma, o que se presencia no país é um processo de desconcentração moderado com tendência à formação de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, cuja localização coincide bastante com as coordenadas geográficas de cidades de porte médio.

No entanto, diferentemente deste autor e corroborando com Becker (2004), não se crê que haja uma despolarização econômica. Isto devido, justamente, à ocorrência simultânea de um processo de centralização espacial das atividades de gestão do capital. Neste caso, as estratégias espaciais de ação adotadas pelas empresas indicam um movimento mais harmônico, se bem que, no período analisado, houve uma sensível diminuição do número de sedes de empresas e unidades administrativas locais no Paraná, ao contrário das holdings⁷. Independente disto, houve um crescimento porcentual do número de empresas que desempenham tais atividades em Curitiba, ou seja, houve um processo de centralização espacial das atividades de gestão que privilegiou a metrópole.

Não obstante, apesar da relativa inércia com que se dá esta desconcentração, pode-se dizer que este processo, ao menos no que tange as atividades que necessitam menor coeficiente tecnológico para serem desempenhadas, parece ser inevitável num país de dimensões continentais como o Brasil, cujo crescimento populacional, conforme indicam as projeções do IBGE (2006), deve se estender, seguramente, até meados do século, quando o país deverá contar com, aproximadamente, 260 milhões de habitantes.

Contudo, julgar que este processo prescindirá da possibilidade de fluidez, amparada pela tecnificação do território, é um equívoco. De acordo com Santos (2004b, p. 77),

⁷ Hipoteticamente, este fato, sobretudo se deveria aos processos de fusões e aquisições empresariais, dentro de um contexto de monopolização e oligopolização de alguns setores produtivos, estimulados por uma maior abertura econômica ao mercado externo iniciada, principalmente, a partir do início da década de 1990.

[...] a vida de uma empresa vai além do mero processo técnico de produção e alcança todo entorno, a começar pelo próprio mercado e incluindo também as infra-estruturas geográficas de apoio, sem o que ela não pode ter êxito. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade.

Deste modo, a velocidade com que se dará o processo de desconcentração será determinada, sobretudo, pela ampliação dos sistemas de engenharia, capazes de favorecer a fluidez tanto material quanto imaterial pelo território, e também capazes de oferecer sustentabilidade energética aos espaços incluídos em tal processo. Portanto, a desconcentração das unidades de produção é, em primeira instância, muito dependente da capacidade fiscal do governo em realizar tais investimentos. Esta afirmação está de acordo com a tese da involução metropolitana, preconizada por Santos (1994), cuja principal causa também estaria na difusão do meio técnico-científico pelo território nacional.

Referências

- ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 389-400.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte: v. 2, n. 1, p. 5-34, jun. 1984.
- BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Estar; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização? Agentes, processo e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 11-27.
- BENKO, Georges. Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, n. 15, p. 45-54, 2002.
- BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, n. 15, p. 55-64, 2002.
- BRASIL (Estado). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Bases Estatísticas*. Disponível em: <<https://sgt.caged.com.br/index.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. *Revista Território*, Rio de Janeiro: ano VII, p. 77-89, set./out. 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio; BECKER, Bertha K.; DAVIDOVICH, Fany R. da; GEIGER, Pedro P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. In: *XXIV Encontro anual da Anpocs*. Petrópolis, 2000.

_____. Refuncionalização do espaço geográfico, uma abordagem preliminar. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: n. 56, p. 301-306, jan./dez. 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, 375).

FICHER, André. A dimensão espacial no "aménagement" do território - o exemplo francês. *Revista RA'E GA*, Curitiba: UFPR, n. 7, p. 9-17, 2003.

FIRKOWSKI, Olga *et al.* Organização industrial em rede: considerações sobre a Audi/Volkswagen e Renault no Paraná. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005. p. 5241-5252.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: Iparde, n. 103, p. 79-100, 2002.

_____. O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba. Concentração ou desconcentração? In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p.137-151.

FIRKOWSKI, Olga; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde M. Lenzi. A inserção do Paraná na lógica do capital mundial - território e trabalho na nova indústria automobilística. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005. p. 5219-5240.

GALVÃO, Cláudia A.; AVELLAR, Wilhelm Albert. Capitalismo, descentralização industrial e o crescimento das cidades de porte médio. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia, 2004. 1 CD-ROM.

IBGE. Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)*. - Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 mar. 2006.

IBGE. *Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas-Estatcart*. Versão 2.1. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

JORNAL DO OESTE. Sadia Investirá R\$ 150 milhões no Paraná. Toledo, 14 dez. 2005. Caderno Oeste Rural, p. 7.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Pres. Prudente: UNESP/FCT, 1999. p.115-136.

PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 633).

SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 85-122, 2001.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. VALLADARES, L; PETRECEILLE, E. (Coord.). São Paulo: Nobel, 1990. p. 183-191.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. A região cresce mais que a metrópole. In: _____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994. p. 53-77.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

Recebido para publicação dia 15 de Janeiro de 2007

Aceito para publicação dia 22 de Fevereiro 2007

RESENHA

Geografias de Exílio

VOLPE, Miriam L. *Geografias de Exílio*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005. 191 p.

CLÁUDIO BENITO O. FERRAZ

Professor Doutor

Departamento de Educação - FCT/UNESP

Coordenador do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas

Rua Roberto Simonsen, n. 305 - CEP 19060-900

Presidente Prudente-SP

claubenito@stetnet.com.br

Geografias de Exílio é um livro oriundo da pesquisa para a tese de doutorado da Professora Miriam Volpe, a qual foi realizada na FALE/UFMG, na Universidade de Alicante, Espanha e na Universidade da República do Uruguai. A referida professora está vinculada ao curso de Pós-graduação em Letras e ao Departamento de Letras Estrangeiras da UFJF, sendo que recebeu prêmios por seus ensaios e pesquisas realizadas.

O texto que aqui resenhamos foca a vida e a obra do famoso escritor uruguaio (mas não exclusivo desse país) Mário Benedetti; contudo, apesar de ser um trabalho na área de Letras, o que nos instigou a fazer tal resenha para uma revista de cunho geográfico foi o aspecto de grande contribuição que a pesquisa da professora Volpe traz para um enriquecimento de conceitos e abordagens geográficas, exercitando estes em sua escrita ao tentar expressar a evolução do processo criativo do artista e pensador latino-americano.

A nossa visão sobre a necessidade de estabelecer diálogos mais profundos entre a Geografia e outras áreas do conhecimento, tanto artísticos quanto científicos, fica amplamente comprovada neste ensaio, não só pelo rigor conceitual e destreza no emprego de referenciais teórico-metodológicos empregados por Volpe, mas também pelo objeto de estudo, ou seja, a obra de Benedetti, um escritor em cujo texto transborda uma Geografia vinculada aos elementos constituintes da identidade territorial das camadas sociais menos favorecidas socialmente.

Quem tiver oportunidade de ler seus livros, sejam os ensaios (*La Cultura ese Blanco Móvil*), peças para teatro (*Pedro y el Capitán*), os de contos e poemas (*El Desexílio y otras Conjeturas y Geografias*), os de críticas literárias ou políticas (*La Realidad y la Palabra*), o

romances (*La Borra del Café*), comprovará a forte presença de uma Geografia compromissada com a transformação das relações espaciais atualmente em jogo, por mais pessimista que seu texto às vezes se apresente.

A título de exemplificar a viabilidade desse diálogo, basta destacarmos que ao tentar contextualizar o pensamento e a obra de Benedetti, a autora utiliza pensadores que abordam as teorias contemporâneas dos estudos pós-colônias, o que transcende o específico do universo da crítica literária (Eduard Said, Tzvetan Todorov, Gianni Vattimo, Walter Mignolo entre outros), assim como recorre a filósofos, sociólogos e historiadores que permitem dar uma base teórica mais sustentável para entender o sentido político e ideológico do papel do intelectual, no caso Benedetti, no contexto cultural da América Latina, sendo que muitos destes são pensadores extremamente necessários para um alargamento e aprofundamento dos estudos geográficos atuais (Walter Benjamin, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Felix Guattari, Gaston Bachelard, Eric Hobsbawm, Pierre Bourdieu etc.).

O livro se apresenta dividido em quatro capítulos, um prefácio, uma conclusão e referências. No **prefácio**, a autora apresenta seu objeto de estudo e justifica a pertinência do mesmo, ou seja: "*Mário Benedetti pode ser incluído no rol dos inúmeros intelectuais, escritores e críticos latino-americanos que, empenhados em quebrar a hegemonia imperialista, re-localizar a escritura, negociar espaços de enunciação, buscaram - e buscam ainda - vias que possam cartografar geografias de resistência* (p. 13)".

No capítulo 1, intitulado **Fronteiras da escritura: entre o texto e a cidade**, a autora mostra como para entender a obra de Mário Benedetti deve-se buscar numa interação de escalas espaciais e temporais o contexto que explica sua gênese e evolução. Das políticas migratórias orquestradas pelo Estado uruguaio em fins do século XIX, passando pela crise italiana e a vinda de seu pai para plantar uva no interior, as crises administrativas do governo, os problemas familiares, o deslocamento para a capital (Montevideo), o fortalecimento de uma classe média urbana de migrantes no comércio, as desigualdades com os nativos, o contato com as modernas idéias literárias e políticas européias. Tudo isso fomentou os parâmetros estéticos, ideológicos e culturais do escritor.

No capítulo 2, **Fronteiras da nação: lugares e representações**, aborda-se a questão da formação de uma elite intelectual no Uruguai ao longo do século XX e o compromisso que os membros desta desenvolveu, de forma orgânica, seja com os interesses hegemônicos do Estado em articulação com as pressões das potências imperialistas (Inglaterra, França e EUA), seja com a chamada sociedade civil, notadamente na edificação de uma identidade nacional a partir de um território considerado tampão entre duas potências regionais (Argentina e Brasil).

Aí começa a florescer a idéia do artista e intelectual como um estranho, um exilado em seu próprio território, vivendo mais numa área de fronteira para melhor enxergar o espaço interior das nações latino-americanas.

No capítulo seguinte, denominado **Roteiros de exílio: a fronteira como lugar de partida**, o foco passa a ser o próprio deslocar do escritor a partir do recrudescimento das ditaduras militares na América Latina, o que provocou sua saída do Uruguai, depois da Argentina, depois do Peru, de Cuba, conseguindo uma melhor estabilidade espacial na Espanha. Nesse momento, o contato com as obras de Henri Lefebvre, Jacques Le Goff e Marcel Proust leva-o a abordar o sentido da memória, do cotidiano e do tempo vivenciado pelas experiências individuais como preponderantes no processo de elaboração de identidades territoriais que transcendem as fronteiras impostas pelos Estados. Eis o sentido mais profundo do termo desexílio elaborado pelo poeta.

O último capítulo é o **De volta para casa: o desexílio**, que trata do retorno ao Uruguai após o afrouxamento da ditadura militar, depois de décadas viajando e morando em outros países e do se sentir estranho no território que considerava seu. As mudanças políticas internas e na economia global, principalmente a partir dos anos 1980, levaram a um novo rearranjo administrativo do território por parte do governo, fazendo que os valores culturais e de produção de identidades passassem a ser mais cosmopolitas e sofressem profundas transformações. O perigo dessa perda de identidade com seu território leva o poeta a buscar na interação entre o corpo individual e o corpo social do conjunto territorial a possibilidade de uma unidade mais genuína e necessária. Isso não significa voltar ao passado, mas de construir um futuro a partir das condições desiguais e injustas vivenciadas no presente por cada indivíduo no interior do corpo da sociedade uruguaia e latino-americana.

É no corpo aberto a toda sua 'sensualidade' que se esboça a difícil conciliação do 'desejo ardente de prazer e vida' com o 'desejo político de uma sociedade justa e igualitária'. O corpo, fincado na concretude histórica e instrumento de defesa e ataque no embate de forças com as mais diversas forças autoritárias, vai além de si mesmo e se faz voz do vivido coletivo (p. 143).

A **Conclusão** é fruto dessa tomada de consciência do escritor uruguaio: sua experiência no exílio perdura no desexílio em seu próprio país, cobrando dele a socialização dessa experiência para com seu povo, pois este também está a perder, mas de forma inconsciente, sua identidade territorial e assumindo uma região de fronteira imprecisa entre o lugar que habita fisicamente e a mobilidade abstrata do capitalismo globalitário.

Diante disso, torna-se necessário para o intelectual e para nós, geógrafos, a elaboração de

ferramentas para que cada indivíduo possa melhor entender a sua localização em relação ao mundo que o cerca e assim possuir um maior sentido de orientação frente a volatilização dos referenciais, de maneira a melhor analisar e contextualizar a intervenção no próprio território.

Podemos encerrar esta resenha com as palavras de Benedetti citadas por Miriam Volpe (p. 149):

Assim como a pátria não é uma bandeira, nem um hino, mas a soma aproximada de nossas infâncias, nossos céus, nossos amigos, nossos mestres, nossos amores, nossas ruas, nossas cozinhas, nossas canções, nossos livros, nossa língua, nosso sol, assim também o país (e sobretudo o povo) que nos acolhe, vai nos contagiando fervores, ódios, palavras, hábitos, gestos, paisagens, tradições e rebeldias, e, chega um momento...em que nos convertemos num modesto entroncamento de culturas, esperanças e sonhos.

Recebido para publicação dia 23 de Outubro de 2006

Aceito para publicação dia 19 de Novembro de 2006